



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Ciência da Informação - FCI

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCInf

JULYELENN ALMEIDA BRUNO ARAÚJO

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL NOS MUSEUS DO PODER JUDICIÁRIO
BRASILEIRO**

Brasília – DF

2020

JULYELENN ALMEIDA BRUNO ARAÚJO

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL NOS MUSEUS DO PODER JUDICIÁRIO
BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Monique Magaldi

Brasília, DF

2020

FOLHA DE APROVAÇÃO**Título: "Memória Institucional nos Museus do Poder Judiciário Brasileiro "****Autor (a):** Julyelenn Almeida Bruno Araújo**Área de concentração:** Gestão da Informação**Linha de pesquisa:** Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 23 de janeiro 2020.

Presidente (UnB/PPGCINF): Ana Lúcia de Abreu Gomes

Membro Externo (UniRio): Bruno Brulon Soares

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Clovis Carvalho Britto

Suplente (UnB): Andrea Fernandes Consider

Em 23/01/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/01/2020, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/01/2020, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno César Brulon Soares, Usuário Externo**, em 23/01/2020, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Julyelenn Almeida Bruno Araújo, Usuário Externo**, em 23/01/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4914744** e o código CRC **5C0836C2**.

24/01/2020

SEI/UnB - 4914744 - Despacho

Referência: Processo nº 23106.007109/2020-47

SEI nº 4914744

Agradecimentos

Agradeço a minha família por ter me dado todo o suporte e incentivo para continuar estudando, em especial, a minha mãe Valdilene Almeida Bruno.

Á professora Ana Lúcia de Abreu Gomes por ter realizado essa caminhada junto a mim com tamanha dedicação e companheirismo.

Á professora Monique Magaldi cujas observações foram primordiais.

E aos professores que participaram desse processo e que só acrescentaram na pesquisa, em especial, aos professores Angélica Marques, Bruno Brulon e Clovis Britto.

AAR663m Araújo, Julyelenn Almeida Bruno
MEMÓRIA INSTITUCIONAL NOS MUSEUS DO PODER JUDICIÁRIO
BRASILEIRO / Julyelenn Almeida Bruno Araújo; orientador
Ana Lúcia de Abreu Gomes; co-orientador Monique Magaldi. --
Brasília, 2020.
228 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. Memória institucional. 2. Museu institucional. 3.
Museus do Poder Judiciário Federal. 4. Museu dos tribunais
superiores . 5. Gestão de museus . I. Gomes, Ana Lúcia de
Abreu, orient. II. Magaldi, Monique, co-orient. III. Título.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de investigação os museus institucionais, museus-apêndices, ou seja, museus criados dentro de outras instituições cuja atividade finalística não é a museal. Chama-nos a atenção a forma com que essas instituições realizam toda a sua gestão e conseqüentemente lidam com a memória institucional condensada nesses espaços e com seu alcance na sociedade. Buscamos entender se existem especificidades e recorrências e quais são, tendo em vista a relação intrínseca dos museus com a sociedade e o posicionamento atual das instituições que os abrigam. O nosso recorte abrange os cinco museus do Poder Judiciário Federal quais sejam: Gerência de Memória Institucional, Museu do Superior Tribunal de Justiça, Museu da Justiça Militar da União, Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes e Museu do Voto. O objetivo geral da pesquisa é a de problematizar essa variante de classificação, as ações que realizam e a forma com que lidam com a memória institucional. Para tanto, contextualizamos esses museus e as instituições de que fazem parte; analisamos como se dá a gestão desses museus; e discutimos sobre a forma com que essas agências lidam com a memória institucional, com as narrativas condensadas nesses espaços. A metodologia consistirá na abordagem mista e a coleta de dados será realizada por meio de entrevista estruturada, análise de materiais audiovisuais e observação dos espaços estudados. Consideramos que esse cenário se configura em uma crise em relação as instituições que lidam com a memória institucional. Mesmo não havendo um comprometimento no que diz respeito à gestão da informação, há um comprometimento em relação a construção da memória institucional e ao alcance da sociedade. Acreditamos também que ainda exista a necessidade de aproximação do Poder Judiciário com a sociedade e que os museus podem ser importantes ferramentas para essa ponte.

Palavras-Chave: Memória institucional. Museu institucional. Museus do Poder Judiciário Federal. Museus dos tribunais superiores. Gestão de museu.

ABSTRACT

The research has as its object of investigation institutional museums, appendix museums, that is, museums created within other institutions whose final activity is not the museum. Our attention is drawn to the way in which these institutions carry out their entire management and, consequently, deal with the institutional memory condensed in these spaces and their reach in society. We seek to understand if there are specificities and recurrences and what they are, considering the intrinsic relationship of museums with society and the current position of the institutions that house them. Our section covers the five museums of the Federal Judiciary, namely: Institutional Memory Management, Museum of the Superior Court of Justice, Museum of the Military Justice of the Union, Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes and Vot Museum. The general objective of the research is to problematize this classification variant, the actions they carry out and the way they deal with institutional memory. For that, we contextualize these museums and the institutions of which they are part; we analyze how these museums are managed; and we discussed how these agencies deal with institutional memory, with narratives condensed in these spaces. The methodology will consist of a mixed approach and data collection will be carried out through structured interviews, analysis of audiovisual materials and observation of the studied spaces. We consider that this scenario is configured in a crisis in relation to the institutions that deal with institutional memory. Even though there is no commitment with regard to information management, there is a commitment in relation to the construction of institutional memory and the reach of society. We also believe that there is still a need for the Judiciary to get closer to society and that museums can be important tools for this bridge.

Keywords: Institutional memory. Institutional museum. Museums of the Federal Judiciary. Museum of the higher courts. Museum management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------|
| AIN | Assessoria de Assuntos Internacionais |
| CNM | Cadastro Nacional de Museus |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| CJM | Circunscrições Judiciárias Militares |
| CGMNac-JT | Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho |
| ICOM | Conselho Internacional de Museus |
| CNT | Conselho Nacional do Trabalho |
| CSJT | Conselho Superior da Justiça do Trabalho |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CGED | Coordenadoria de Gestão Documental |
| CGEDM | Coordenadoria de Gestão Documental e Memória |
| DF | Distrito Federal |
| FAAP | Fundação Armando Álvares Penteado |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| GMIN | Gestão da Memória Institucional |
| GEPRE | Gestão de Preservação e Restauração |
| GDAHC | Gestão e Difusão de Acervo Histórico e Cultural |
| Ibram | Instituto Brasileiro de Museus |
| ICD | Instrumento de Coleta de Dados |
| MINOM | Movimento Internacional para uma Nova Museologia |
| MUSA | Museu das Águas de Porto Alegre |
| MHN | Museu Histórico Nacional |
| MAB | Museu de Arte Brasileira MAB |
| NECI | Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais |
| OMJM | Ordem do Mérito Judiciário Militar |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| PNM | Política Nacional de Museus |

| | |
|----------|------------------------------------------------------------|
| RJ | Rio de Janeiro |
| Seesp | Seção de Acervos Especiais |
| SGI | Secretaria de Gestão da Informação |
| SAFS | Setor de Administração Federal Sul |
| Afrobras | Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça |
| STM | Superior Tribunal Militar |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TRF | Tribunal Federal de Recursos |
| TSJE | Tribunal Superior de Justiça Eleitoral |
| TST | Tribunal Superior do Trabalho |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| TREs | Tribunais Regionais Eleitorais |
| TRT | Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região |
| TER | Tribunal Regional Eleitoral |
| UnB | Universidade de Brasília |
| USP | Universidade de São Paulo |

LISTA DE SÍMBOLOS

| | | |
|---|---|-----------|
| @ | - | Arroba |
| % | - | Por cento |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| MEMORIAL | 12 |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| O CAMPO | 20 |
| 1 MUSEUS INSTITUCIONAIS E SUAS INSTITUIÇÕES MÃES | 27 |
| 1.1 A IMPORTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E A HISTÓRIA BRASILEIRA | 34 |
| 1.1.1 Supremo Tribunal Federal | 43 |
| 1.1.2 Superior Tribunal de Justiça | 44 |
| 1.1.3 Superior Tribunal Militar | 44 |
| 1.1.4 Tribunal Superior do Trabalho | 45 |
| 1.1.5 Tribunal Superior Eleitoral | 46 |
| 1.2 POLÍTICA DE MEMÓRIA ADOTADA PELOS MUSEUS DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL..... | 46 |
| 1.3 POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS | 64 |
| 2 COLETA DE DADOS | 73 |
| 2.1 HISTÓRICO DOS MUSEUS | 75 |
| 2.1.1 Museu do Supremo Tribunal Federal | 75 |
| 2.1.2 Museu do Superior Tribunal de Justiça | 76 |
| 2.1.3 Museu do Superior Tribunal Militar | 78 |
| 2.1.4 Museu do Tribunal Superior do Trabalho | 80 |
| 2.1.5 Museu do Tribunal Superior Eleitoral | 81 |
| 2.2 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | 83 |
| 2.3 REFLEXÕES..... | 111 |
| 3 EXPOSIÇÕES | 118 |
| 3.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE EXPOSIÇÕES | 119 |
| 3.2 MAPEAMENTO DAS EXPOSIÇÕES | 124 |
| 3.2.1 Exposições do Supremo Tribunal Federal | 124 |
| 3.2.2 Exposições do Superior Tribunal de Justiça | 132 |
| 3.2.3 Exposições do Superior Tribunal Militar | 135 |
| 3.2.4 Exposições do Tribunal Superior do Trabalho | 136 |
| 3.2.5 Exposições do Tribunal Superior Eleitoral | 142 |
| 3.3 ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES DE LONGA DURAÇÃO | 146 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.3.1 Exposição de longa duração do Supremo Tribunal Federal | 147 |
| 3.3.2 Exposições de longa duração do Superior Tribunal de Justiça | 148 |
| 3.3.3 Exposição de longa duração do Superior Tribunal Militar | 151 |
| 3.3.4 Exposição de longa duração do Tribunal Superior do Trabalho | 153 |
| 3.3.5 Exposições de longa duração do Tribunal Superior Eleitoral | 156 |
| 3.3.6 Inter-relacionando as exposições de longa duração | 157 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 158 |
| APÊNDICES | 180 |

MEMORIAL

Em 2016, quando, ainda na graduação, desenvolvi pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o Memorial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) criado em 2000 e que foi reinaugurado em 2017 com o nome do primeiro ministro da Corte Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes. A escolha de fazer o estudo de caso no Memorial do TST decorreu, dentre outros fatores, de desenvolver estágio naquela instituição.

Tive como referência a dissertação realizada por Daniele Nogueira Pestana (2015), que tinha como problema a criação de museus no interior de órgãos públicos, estudando o caso específico de um museu vinculado ao Poder Legislativo que é o Museu do Tribunal de Contas da União (TCU).

Um problema de discussão efetivo dentro do campo da Museologia se encontra relacionado a essa variante de classificação de museu, qual seja, museus criados dentro de instituições cuja atividade fim não é a museal, ou seja, “uma instituição no interior de uma outra instituição” (NOGUEIRA, 2015, p. 6). Na área da Museologia, essa variante passou a ser chamada, não sem muitas restrições, de museu institucional; isto porque o próprio museu já é uma instituição. Waldisa Russio Guarnieri em 1977 já alertava para essa variante considerada um problema para o campo da Museologia, a autora usa outra expressão, a de “museu-apêndice” para denomina-los. Ao longo do trabalho utilizaremos o termo museu institucional para nos referirmos aos museus estudados, nessa perspectiva, nos referimos aos museus criados dentro de instituições da administração pública. Sobre o trabalho técnico nesses espaços, Nogueira defende a hipótese de que os diferentes contextos de trabalho que alguns desses museus possuem, são desafios para o campo da Museologia, questionando dessa forma, os processos de memória ali condensados¹.

Pois bem, tendo como referência alguns questionamentos pessoais e outros levantados por Nogueira, resolvi me debruçar sobre um museu do Poder Judiciário Federal, o Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes. Ao longo do percurso foi possível perceber que o memorial que queria pesquisar representava uma metonímia em relação ao cenário museal do Distrito Federal (DF) e fazia parte desse

¹ Usaremos o termo condensado no sentido de empregada, trabalhada. É a memória empregada, trabalhada nessa instituição.

contexto já mencionado. Na pesquisa do TCC me propus a analisar o processo de criação do memorial, dessa forma, seria possível identificar como foi criado, em qual contexto e para desempenhar qual função. Foi possível constatar que:

[...] o memorial surgiu por uma necessidade, vista por um grupo específico, de preservar e divulgar a história do TST, levando em consideração as mudanças que o tribunal vinha sofrendo desde a sua mudança para Brasília. Esse grupo era caracterizado por pessoas que tinham forte atuação no tribunal e proximidade com os ministros que compunham a casa, em uma época em que a instituição contava com pequena quantidade de funcionários se comparado com o quadro de hoje. (ARAÚJO, 2016, p.51)

Foi possível perceber também que os termos museu e memorial foram usados sem distinção em todo o processo de criação do espaço. Eram pessoas formadas nas mais diversas áreas que criaram um museu/memorial sem a menor preocupação com as questões teóricas que já vinham sendo discutidas e com a legislação vigente (ARAÚJO, 2016).

Daniele Nogueira iniciou a pesquisa sobre os museus institucionais do Poder Legislativo, e pretende continuar sua pesquisa, no doutorado, estudando os outros dois museus desse grupo. Eu, igualmente, decidi continuar, de certa forma, essa pesquisa só que sobre os museus do Poder Judiciário em âmbito federal quais sejam: Gerência de Memória Institucional do Supremo Tribunal Federal (STF), Museu do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) , Museu da Justiça Militar da União do Superior Tribunal Militar (STM) e Museu do Voto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E dessa forma, busco entender se existem especificidades e recorrências e quais são, tendo em vista a relação intrínseca dos museus com a sua função social, com a sua relação com a sociedade, e o posicionamento atual das instituições que os abrigam.

INTRODUÇÃO

Historicamente o termo documento esteve associado a fontes textuais. Na década de 1960 começou a ser questionado a compreensão do sentido de documento em direção a uma abordagem mais ampla. A reflexão sobre documento esteve presente também na Ciência da Informação (CI) ao longo da segunda metade do século XX em que existiam duas vertentes marcantes, a pragmática e a funcionalista. A vertente pragmática ressaltava o caráter intencional dos documentos e o limitava aos registros gráficos. A vertente funcionalista referia-se à função documental e informativa do documento. A vertente funcionalista teve origem com Paul Otlet e Suzanne Briet. O entendimento de objetos passíveis de musealização, ou seja, um objeto como um documento, vem dessa corrente funcionalista. Otlet propunha um modelo ampliado de documento, que engloba todos os objetos com potencial informacional, o que inclui os objetos de museu. Briet relaciona a definição de documento a critérios de materialidade, intencionalidade e processamento. Os autores modificaram a noção de documento em direção a noção de que o documento seria o suporte da informação. A partir da década de 1980 os autores foram apropriados na literatura da área (LOUREIRO e LOUREIRO, 2013).

A ideia de documento utilizada na musealização tem como referência Jean Meyriat, que teve, por sua vez, como referência Paul Otlet e Suzanne Briet, e compreende que existem documentos que foram criados já com essa intencionalidade de comunicar alguma informação, e outros que em algum momento são encarregados de cumprirem essa função e mais, que a capacidade informacional de um documento não se esgota. A proposta de documento de Meyriat serviu inclusive de modelo para a proposta de musealização. Portanto, qualquer objeto pode vir a se tornar um documento. Portanto, tudo pode ser transformado em documento, logo, pode compor o acervo de uma instituição, na palavra dos autores, “Afirmar que tudo é passível de ser transformado em documento implica em afirmar que tudo é, em princípio, passível de musealização” (2013, p.9).

Loureiro e Loureiro (2013) entendem a musealização como um processo de estratégia de preservação em seu sentido amplo, que envolve a preservação física e informacional que pressupõe o acesso, e como processo de caráter seletivo, intencional, em que é agregado a esse objeto valores e dessa forma, atribui-lhes a função de documento. Esses documentos são os representantes, os testemunhos de

uma realidade. Nesse contexto, nas ideias dos autores, esses objetos perdem seu espaço e suas funções originais para serem recontextualizados e ressignificados². Esses objetos de valor estético, científico, cultural ou simplesmente informativo tornam-se documentos e compõem o acervo das instituições como um espaço artificial e abstrato.

De acordo com os autores as coleções de museus desempenham três funções: a de conservação na medida que, caso não houvesse a preservação e seu registro, esses objetos estariam inacessíveis o que poderia resultar na sua perda, isso inclui os objetos tangíveis e intangíveis. A função relacionada ao acesso, pois uma coleção nesse contexto é construída para permitir e facilitar o acesso. A terceira função se relaciona a questão da identificação e da descoberta em que é apresentado ao público novidades e descobertas.

Nesse contexto, os autores entendem a musealização como estratégia de preservação, e a documentação do acervo como uma das políticas de preservação. A musealização é o conjunto de processos seletivos baseados na agregação de valores as quais é atribuído ao objeto a função de documento (LOUREIRO e LOUREIRO, 2013).

A Museologia durante muito tempo esteve associada ao estudo de museus e suas coleções. O exemplo no Brasil foi o curso de técnico de museus de 1932 instalado no interior do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro que formava durante dois anos técnicos/conservadores para trabalhar em museus. Portanto, por muito tempo o ensino dos conteúdos teve como matriz a técnica de museus³. Com o passar do tempo, mais fortemente a partir da década de 1960, não só no Brasil, mas no mundo, começou a se pensar em novos papéis não só para a Museologia, mas também para os museus. É a perspectiva de que a Museologia estuda os museus e outras ações e aspectos não necessariamente dentro do museu.

De acordo com Marília Xavier Cury (2005) foi a partir da II guerra Mundial que os museus começaram a ser questionados em sua função social. Esses

² Estudos mais recentes sobre a musealização, conceito chave para a Museologia, mostram que a questão de o objeto perder o seu valor é uma questão complexa pois atualmente se tem o entendimento de que o objeto musealizado não perde nada, ao contrário, a ele é agregado outros valores e usos. No capítulo 3 veremos mais detalhadamente sobre a definição de musealização dada por Cury (2005) que considera que é a valorização dada aos objetos para a instituição museu, ou *in situ*.

³ Nome inclusive de publicação didática escrita pelo próprio diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso.

questionamentos resultaram na ampliação do conceito de museu e na reflexão sobre esse campo de conhecimento, a Museologia. Essas questões resultaram no entendimento de que os museus e a Museologia estão inseridos em discussões maiores de ordem teórica, metodológica e social.

Existem, como na maioria das áreas, vertentes em relação a forma com que se compreende a Museologia, a abordagem que adotamos em campo. A tendência nacional e internacional, de acordo com Cury (2005), é que a Museologia estuda o fato museal, definição de Waldisa Rússio Guarnieri, que se refere a “[...] “relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, 1990, p.7), relação esta que se desempenha em um cenário institucionalizado ou no museu⁴. Essa relação social e dinâmica acontece intra e extramuros. O museu deve ser compreendido como um processo em si mesmo, portanto, não existe isoladamente, mas na dinâmica com a sociedade (GUARNIERI, 1977).

Essa nova compreensão ficou conhecida como Museologia Social e Nova Museologia⁵ em que não é mais possível pensar em um museu sem pensar na sua função social e no seu entrelace com a sociedade. Essa compreensão foi se estabelecendo após uma série de eventos que gradualmente foram ganhando força, e como já mencionado, a sociedade teve papel fundamental pois foi a partir desses questionamentos e inquietações que esse templo passou a ser recondicionado, pelo menos na teoria. Falaremos a seguir de alguns eventos que deram origem a documentos que influenciaram fortemente essa nova compreensão de museu e da Museologia principalmente na América Latina. De acordo com Cândido (2007) houve outros marcos, porém, foi a partir de 1972 que a questão do papel social dos museus passou a fazer parte mais fortemente da discussão da área. A exemplo, em 1977

⁴Atualmente, no contexto internacional, compreendemos que essa teoria é pouco utilizada. O Fato Museal é uma proposição teórica muito importante para o campo da Museologia, porém, no contexto internacional não é muito utilizado. No Brasil esse conceito de Waldisa Guarnieri ainda é muito discutido, porém, não há um acordo na área se esse é o objeto de discussão da Museologia. Atualmente existem uma série de outras teorias que se sobrepõe a de Waldisa. Portanto, essa não é uma tendência hegemônica, ou seja, não há esse consenso na área, muito menos um consenso nacional e internacional.

⁵ Nova Museologia e Museologia Social apresentam laços em comum, mas não são a mesma coisa. Ressaltamos também que a Nova Museologia já é um movimentado datado e hoje já se tem um olhar crítico sobre esse movimento, evitando sectarismos em relação a uma Museologia “tradicional” e uma Nova Museologia.

Guarnieri já alertava da recente compreensão de o museu como uma instituição a serviço do público (GUARNIERI, 1977).

Em 1958, houve no Rio de Janeiro, organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), o Seminário Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a Função Educativa dos Museus que tinha como objetivo principal “[...] contribuir para o desenvolvimento dos museus e estimular os seus programas e setores educativos” (2010, p.13), vale ressaltar que o seminário foi marcado por diferentes visões de mundo e diferentes perspectivas profissionais. Nesse evento foi discutido o valor didático das exposições tomadas de forma lógica, agradáveis e propositivas, ao invés de impositiva, ou seja, na adequação dessas exposições no sentido de superar a barreira do museu com o público. De acordo com Cury (2005), nesse evento foi destacado a função social dos museus, e o papel das exposições como mediadores entre o museu e a sociedade. As proposições e orientações desse evento, registradas em um documento, se consolidaram no decorrer de outros encontros principalmente nos do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) do ICOM iniciados em 1977 e na Declaração de Caracas em 1992.

Foi a partir da reunião de Santiago do Chile, conhecida como Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que o papel social dos museus passou a fazer parte mais fortemente das discussões da Museologia na América Latina. O evento culminou na Declaração de Santiago e no conceito do museu integral em que o museu considera a sua inserção nas diferentes questões da sociedade e por isso é destacado seu potencial como um instrumento de mudança social (CURY, 2005).

Dentre as resoluções adotadas pela Mesa Redonda está a de que as mudanças sociais, econômicas e culturais são um desafio para a Museologia. Que a humanidade vive uma crise em que um de seus aspectos é a separação entre a civilização material e o campo cultural; de um lado países que tiveram um alto nível de desenvolvimento material e do outro aquele à margem desta expansão, onde, os problemas sociais existem devido à injustiça. Esses problemas não serão resolvidos por uma ciência ou disciplina, mas sim por todos os setores da sociedade. E os museus, dentre outras instituições, devem estar a serviço da sociedade cujos elementos lhe permite participar na formação da consciência da comunidade que serve, provocando mudanças no interior dessa comunidade (ICOM, 1972).

Tanto em relação ao meio rural quanto ao meio urbano, os museus devem ser espaços em que seus acervos possam contribuir para o debate acerca das questões prementes, no geral, mas não exclusivamente, através de exposições. O mesmo ocorre em relação ao desenvolvimento científico e técnico, em que os museus devem levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento. E que o museu, enquanto agente, com potencial incomparável, da educação permanente deve desempenhar esse papel que a ele é atribuído. Portanto, esses museus devem responder às necessidades das massas populares (ICOM, 1972).

Já a Declaração de Quebec de 1984 continuou as discussões da Mesa de Santiago e deu origem ao documento fundador do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) criado em 1985 em Lisboa. O documento em relação ao mundo contemporâneo aborda as novas posturas museológicas, as experiências de formas de Museologia ativa na tipologia dos museus que é tido como um movimento. Foi o entendimento de formas diferentes da prática museológica, mas sempre associadas ao desenvolvimento das populações. O documento aborda também a questão da interdisciplinaridade que a Museologia se utiliza na integração das populações nas suas ações (ICOM, 1992). Guarnieri em 1977 já alertava para essa necessidade, em suas palavras,

Será preciso, na prática, a construção de uma política museológica calcada na realidade nacional e nas várias realidades regionais, para que os museus possam se viabilizar como preservadores de memória e inspiradores da mudança. (1977, p.156)

O seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios" que ocorreu em 1992 teve como resultado a Declaração de Caracas que reafirma o papel do museu enquanto canal de comunicação com a sociedade e mantém a função socioeducativa do museu como o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. São espaços que se constituem, além de fontes de informação ou instrumentos de educação, em meios de comunicação que servem de interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais. Nesse seminário refletiu-se acerca da missão atual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região. Houve uma avaliação do percurso desde a Mesa de Santiago, uma atualização de conceitos e a renovação de compromissos. Nesse aspecto o museu tem uma missão transcendental que é a de,

[...] constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento mútuo, - fundamento da

integração - tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral de nossos povos. Por fim, um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível. (ICOM, 1992)

Nesse documento destaca-se o processo de comunicação museal que não deve ser unidirecional, mas sim um processo interativo. Sobre o museu como um instrumento de desenvolvimento de inteligência e capacidades crítica e cognitiva, como um instrumento de desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade e consciência crítica. Do museu como um instrumento democrático e participativo. É o espaço de integração dos indivíduos e da comunidade com o patrimônio. A questão da linguagem museológica também é discutida pois ela deve estar de forma a possibilitar diálogo ativo com o indivíduo (ICOM, 1992).

Podemos perceber inclusive essas questões nas definições nacionais e internacionais de museu, pois todas entendem o museu relacionados fortemente com sua função social, como um instrumento à serviço da sociedade⁶. Definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM):

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.⁷

Definição do Estatuto de Museus

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, Art. 1º)

⁶ Como discorrido no texto, foi após a 2º GM que o ICOM e a UNESCO começaram a discutir sobre a função social do museu. Essa vertente foi seguida pelos órgãos normativos no pós-guerra olhando muito para a sociedade europeia, um processo de reconstituição da sociedade. Foi, mais especificamente, em 1972 que a ideia de função social de museu foi revitalizada para as práticas de experiência latino americanas. Portanto, foi com a Mesa Redonda de Santiago do Chile que a função social do museu passou a fazer parte mais fortemente nas discussões e passou a fazer parte da definição de museu do ICOM. Nesse momento a função social de museu passa de uma politização do campo museal para uma norma, ou seja, passa para a definição de museu, como percebemos até hoje. Portanto, a função social do museu se insere no campo das normatividades.

Sobre a definição de museu vigente, que também é uma normativa, atualmente está em discussão. A definição do ICOM está em debate e deve ser modificada em breve. Na nossa análise, termos que estavam implicados na ideia de função social serão evocados diretamente numa nova proposta de definição.

Nessa perspectiva nos indagamos o que esses instrumentos políticos e normativos produzem na prática dos museus, a importância que é dada a esses instrumentos.

⁷<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/#targetText=O%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20estudo%20e%20deleite.>

Definição da lei que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), lei n.º 11.906:

[...] os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer [...] (BRASIL, 2009, Art. 2.º)

Pois bem, os museus estudados, instituições intrinsecamente ligadas a questões sociais, estão inseridos em instituições de grande notoriedade e relevância ligadas também a questões sociais: os tribunais superiores teoricamente deveriam assegurar a cidadania. Consideramos, neste trabalho, que a melhor ponte entre os museus e a sociedade são as exposições.

Tendo como referência que os museus realizam várias ações e que como resultado final dessas ações temos, dentre as várias formas de comunicação museológica - catálogos, cursos, palestras, vídeos, oficinas dentre outros - e que a exposição é a principal forma de aproximação do museu com a sociedade, é, de acordo com Cury (2005), o *iceberg* visível ao público, a pesquisa se centrará nas exposições dos espaços estudados. Tentaremos perceber as questões já mencionadas relacionadas aos discursos institucionais percebidos nas exposições e a relação desses espaços com a sociedade.

O CAMPO

O Distrito Federal, menor unidade federativa do Brasil e organismo que abriga a capital federal, Brasília, possui segundo os últimos dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM) datado de 2018 e realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), um total de 83 museus (CNM/Ibram). Muitos se perguntam onde estão esses museus⁸. Observa-se que por ser Brasília a capital federal, se conformou a criação de centros de memória, memoriais e museus no interior das inúmeras estruturas que são necessárias à administração do país. Para o campo da museologia e, acreditamos que para a arquivologia e biblioteconomia, essa realidade – a da criação de museus no interior de diversos órgãos públicos – gerou um questionamento. Não se estranha que no interior dos órgãos públicos sejam criados arquivos, inclusive espera-se que

⁸ Pergunta realizada pela autora ao realizar o Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharelado em Museologia. Esse questionamento surgiu ao verificar a grande quantidade de museus no DF que ficam praticamente invisíveis a sociedade.

eles existam para abrigar e organizar a informação produzida e recebida pelos órgãos. As bibliotecas também não são incomuns e em geral não há estranhamento com sua existência no interior desses órgãos. O mesmo, entretanto, não pode ser dito dos museus. Não é “natural” que haja museus no interior de órgãos públicos. Um problema de discussão efetivo dentro do campo da museologia é relacionado a essa variante de museu. Como já mencionado, na área da Museologia, essa tipologia de museu passou a ser chamada de museu institucional, mas que acaba sendo uma redundância pois todo museu já é uma instituição. Em pesquisa realizada em 2015 por Daniele Nogueira, foi constatado que metade dos museus do DF se enquadravam nessa tipologia mencionada e que devido a essa especificidade, esses museus institucionais praticam um contexto diferente de trabalho. Investigaremos se esse contexto diferente de trabalho interfere inclusive nessa relação do museu com a sociedade por meio das exposições.

Portanto, centraremos o nosso recorte de pesquisa, como já indicado, em cinco museus do Poder Judiciário Federal⁹, quais sejam, Seção de Memória Institucional, a partir de 2019 denominada de Gerência de Memória Institucional, Museu do Superior Tribunal de Justiça, Museu da Justiça Militar da União, Memorial Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes e Museu do Voto. As cinco instituições mães¹⁰, geradoras, não precisavam ter museus; poderiam executar as atividades a eles atreladas por meio, por exemplo, da assessoria de comunicação. Então, por que criar um museu em seu espaço e o que que ter um museu nessas instituições diz sobre elas?

Mesmo com o referido recorte, as questões levantadas podem ser ampliadas para os museus do Poder Judiciário das instâncias inferiores, por se tratar de um “efeito cascata”, ao inspirarem protocolos e práticas museológicas para os órgãos do judiciário das instâncias inferiores nos estados, assim como os museus institucionais no geral, cujo perfil metanarrativo - instituição que narra a memória de uma instituição - não deve ser ignorado, e sim problematizado.

⁹ Optamos por fechar o nosso recorte de pesquisa nos museus do Poder Judiciário Federal. Todos os respectivos museus, que são apenas os cinco já citados, estavam cadastrados no CNM até a data de 2018.

¹⁰ Usaremos o termo instituição mãe no sentido de instituição mantenedora, que criou, abriga e mantém financeiramente o museu. Nesse momento vale ressaltar que caberia uma leitura de gênero pois ao chamar essas instituições, instituições extremamente patriarcais e sexistas, de mães, tiramos do âmbito masculino a ideia de provedor e mantenedor.

PROBLEMA¹¹

O problema propulsor dessa pesquisa se refere ao silêncio em torno dos museus institucionais por parte do campo da Museologia. Chama-nos a atenção a forma com que essas instituições realizam toda a sua gestão e conseqüentemente lidam com a memória institucional condensada nesses espaços. Outro problema é relacionado as dificuldades de enquadramento dessas instituições conforme as normatizações brasileiras, especialmente o Estatuto dos Museus. É importante destacar o fato de que muitas dessas instituições já existiam antes mesmo da organização de um Sistema de Museus no Brasil e da criação do Estatuto.

JUSTIFICATIVA

A temática proposta já é um desafio e objeto de discussão pelos teóricos da área da museologia desde 1977. Essa variante de museu cria uma problemática para o nosso campo devido às dificuldades de enquadramento dessas instituições conforme as normatizações brasileiras, especialmente o Estatuto dos Museus. Dessa forma, é preciso perceber em que medida os museus institucionais estão presentes no campo da Museologia como parte do inenarrável, estando situadas, por conseqüências várias, fora do acontecimento de grande parte das análises. Esses museus assumem pouca visibilidade nos debates conceituais e teóricos da Museologia.

Levando em consideração o surgimento dessa tipologia de museu em Brasília na década de 1980, que em 2015 representava 50% do total dos museus, e o cenário museal da capital atual, esses museus precisam ser estudados e as ações que realizam problematizadas.

¹¹ Em relação a construção dessa dissertação, vale ressaltar a importância da qualificação, que se refere a apresentação do relatório intermediário. Os professores veem coisas que nós que já estamos mergulhados na pesquisa não enxergamos. Foi a partir das sugestões dos professores que participaram da banca de qualificação que reformulamos a problematização da pesquisa. Na referida banca nos questionaram em relação a falta de problematização. Acreditamos que talvez essas questões que levantamos não sejam tão bem entendidas como problemas de pesquisas pois são inerentes ao campo da Museologia. Outra questão é que não existe muito bibliografia a respeito dessa tipologia de museus, existem, mas são poucas. A sugestão que a banca nos deu, e que aderimos, foi a de pegar o questionário que aplicamos não como um elemento da dissertação, mas como um elemento de justificativa para a pesquisa. Portanto, frente ao questionário exaustivo que aplicamos, chegamos à conclusão de que esses museus não se diferem muito dos outros museus do DF. A partir desse questionário, já que há uma “ausência” de literatura mais adensada sobre o assunto, que deflagramos a pesquisa. Portanto, na falta de uma revisão de literatura, nos foi sugerido partir desse diagnóstico a discussão. Outra sugestão foi a de também trabalhar com a questão da gestão da memória nesses espaços.

Termos e conceitos que corriqueiramente usamos também serão discutidos levando em consideração a importância de nos posicionarmos enquanto pesquisadores e profissionais da área da Museologia. Há a necessidade de enfrentar os embates do campo nocional, especialmente as dificuldades inerentes ao campo da Museologia de definir os contornos da linguagem de especialidade. Existe um problema na área de identificar as coisas, nós chamamos tudo como se sinônimos fossem, mas nem como sinônimos, nós os enfrentamos. Portanto, existe a necessidade de enfrentar essa linguagem de especialidade ou nós teremos sempre que justificar se é área científica ou não, por exemplo.

Desse modo, acreditamos que esses museus são um dos diversos mecanismos mobilizados pelos agentes na fabricação de legados. Vale a pena considerar essas estratégias que estão na base desses projetos institucionais apresentando, por exemplo, acervos pessoais de Ministros e determinadas leituras que fabricam protagonistas e vazios institucionais, na medida em que escolhem o que será lembrado, enaltecido, seleciona também o que ficará na obscuridade.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é a de problematizar os museus criados dentro de instituições cuja atividade finalística não é a museal, as ações que realizam e a forma com que lidam com a memória institucional. Para tanto, contextualizaremos esses museus e as instituições de que fazem parte; analisaremos como se dá a gestão desses museus; e discutiremos sobre a forma com que essas agências lidam com a memória institucional, com as narrativas condensadas nesses espaços.

HIPÓTESES¹²

A hipótese que temos é a de que se cria um museu nessas instituições porque o museu é uma instituição reconhecida pela sociedade e que tem a capacidade de dar mais legitimidade a essas instituições. Esses museus proporcionam também a possibilidade de construção de narrativas. Portanto, acreditamos que o que eles estão tentando fazer não é divulgar seu acervo, suas pesquisas ou a história da instituição para a sociedade e sim construir um passado para essa instituição, além de um

¹² Várias das nossas hipóteses foram refutadas ainda na metade da pesquisa, porém, achamos interessantes mantê-las pois acarretou discussões construtivas envolvendo toda essa problemática.

passado para a instituição é um passado das pessoas que as administraram e administram.

Acreditamos que essas instituições realizam ações muito mais endógenas do que exógenas, ou seja, estão muito mais voltadas para o público interno, os servidores, os ministros, etc. Acreditamos também que esses museus não estão ali para realizarem um canal de comunicação entre os tribunais e a sociedade, e sim para escrever um passado para aquela instituição, a perspectiva da memória, levando em consideração que um museu tem esse poder de criar narrativas para um passado. Não há a vontade de que a sociedade no geral, o público externo, se aproprie desse espaço da mesma forma que o museu não se apropria da sociedade em que está inserido. Não são realizadas ações para que isso aconteça- aqui não nos referimos ao público interno da instituição e aos alunos de graduação em Direito.

Outra hipótese é em relação às atividades desenvolvidas por esses museus. Um museu tem uma série de protocolos que devem ser seguidos para gerir o seu acervo, de acordo com o Estatuto de Museus, porém, como nessas instituições, as atividades museais não são finalísticas e a legislação de museus não as alcança acreditamos que há um significativo comprometimento no que diz respeito à gestão da informação e a construção da memória institucional.

METODOLOGIA

Para a pesquisa, utilizaremos várias estratégias de investigação. A metodologia consistirá na abordagem mista, sendo considerada a mais adequada, para dessa forma, expor a complexidade do problema estudado, entendê-lo e assim expor soluções (CRESWELL, 2010). Usarei como referência o teórico Creswell que aponta para a intenção de entender o problema e propor solução e Bhattacharjee para entender o que, onde e quando ocorre o fenômeno em questão que é relacionado a criação de museus dentro de instituições cuja atividade fim não é a museal. De acordo com as ideias de Bhattacharjee, a pesquisa também é descritiva e se norteará, além da pesquisa bibliográfica, em questionário, entrevista estruturada- Instrumento de Coleta de Dados (ICD). A coleta de dados será realizada, portanto, por meio de entrevista estruturada, análise de materiais audiovisuais e observações dos espaços estudados (CRESWELL, 2010).

O recorte da pesquisa centrará nos museus do Poder Judiciário Federal que ao todo são cinco: Gerência de Memória Institucional, Museu do Superior Tribunal de Justiça, Museu da Justiça Militar da União, Memorial Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes e Museu do Voto. Esse é o representativo de um total de 83 museus¹³.

O referido questionário, instrumento criado para realizar parâmetros quanto a gestão das instituições estudadas a fim de averiguar as singularidades desses museus, foi uma adaptação do ICD dos museus da UnB e é composto por 103 questões sendo que apenas a última resposta é subjetiva. Para construir esse instrumento, tivemos como referência o Estatuto de Museus instituído pela Lei Nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013. De acordo com o Caderno Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003/2010 (2010), a Lei nº 11.904 é a principal ferramenta de gestão das instituições museais e, estabelece parâmetros para a gestão de museus tanto públicos como privados. Portanto, é por meio desse Estatuto que construímos o ICD e teremos como aferir como se dá a gestão desses espaços, e dessa forma descobrir que particularidades esses museus têm. Essa escolha foi realizada tendo como referência que nas últimas décadas do século XX e do século XXI tanto o campo técnico quanto o acadêmico e o normativo vêm construindo entendimentos sobre protocolos e procedimentos em unidades museais e que me formei em Museologia nesse contexto, inclusive contexto Estatuto de Museus, portanto, todo o questionário é baseado em parâmetros que podem ser inferidos da legislação que institui o referido estatuto. A aplicação do ICD foi realizada presencialmente por mim junto aos responsáveis dos museus. Posteriormente esses dados foram apresentados em gráficos.

A análise da perspectiva de memória adotada por esses espaços foi realizada tendo como base o referencial teórico, além das observações dos espaços investigados, e da análise dos materiais audiovisuais- fotografias.

Sobre a análise das exposições, ao realizar o levantamento das exposições dos museus estudados nos encontramos numa problemática por conta da falta de sistematização das informações, o que evidencia uma falha, uma problemática no campo de atuação. Após o levantamento, decidimos por realizar a análise das exposições de longa duração que estavam abertas ao público até a data da pesquisa,

¹³ Dados de 2018 (Ibram/CNM, 2018)

optamos pela exposição de longa duração pois nem todas tinham, no momento da pesquisa, exposições temporárias.

1. MUSEUS INSTITUCIONAIS E SUAS INSTITUIÇÕES MÃES

Uma das primeiras autoras a se preocupar com essa variante de museu foi a museóloga brasileira Waldisa Pinto Rússio Guarnieri em sua dissertação publicada em 1977¹⁴. Provavelmente o primeiro museu criado “anexo” a uma instituição foi o museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), e a função do museu foi definida já no estatuto da instituição em 1838 (GUARNIERE, 1977). Esse foi um período de grande contribuição das sociedades particulares de caráter científico e cultural tanto é que várias dessas instituições foram agregadas pelo Poder Público como forma de “[...] melhor preservar os bens culturais que eles coletaram.” (1977, p. 34). Se referindo já ao século XX, Waldisa Guarnieri afirma, “O período 1930/1945 vai assistir à criação de uma série de museus especializados, vinculados a órgãos de pesquisa, dos quais passam a ser auxiliares.” (1977, p.72), esses museus “altamente especializados” tinham como característica o aspecto de centros de pesquisa. A autora ao se referir ao conceito de museus e suas várias subordinações se refere a museus que a princípio são “meros apêndices” vinculados a institutos de pesquisa e a escolas secundárias e universitárias como instituições complementares de ensino. Ao problematizar a questão da definição e da organização dos museus no interior do estado de São Paulo (SP), a autora faz uma breve referência do que seria essa variante que recortamos em nossa pesquisa,

Museu-arquivo, museu-apêndice, museu indefinido, museu não especializado; exposição não expositiva; não valorização das exposições temáticas especiais; museus sem centro de interesse definido, não-especializados no que diz respeito à área museológica e não-especializado às suas outras funções técnicas (pesquisa, serviços educativos, comunicação cultural, etc.). (1977, p.113, grifo da autora)

Em relação a essa terminologia, um tanto quanto estranha ao vocabulário museal que pensa essas instituições como uma forma biológica, ou seja, ideia funcionalista, fazemos certa associação a um corpo. É um corpo estranho em que sua retirada não causaria danos a estrutura geral ou ao funcionamento. Um corpo estranho em que não se sabe ao certo para que foi criado ou qual função exerce. Não há o desejo geral de possuí-lo e logo a não obrigação em mantê-lo. O apêndice,

¹⁴ Segundo a autora, foi em meio à, ou depois, da “grande revolução romântica” (1977, p.19) que surgem os museus de caráter nacional e regional, e depois, surge aos poucos, a ideia dos museus comunitários, especializados, monográficos e biográficos (panorama internacional). “[...] museus monográficos, especializados, que permitem maior concentração e aprofundamento, não só no que diz respeito à exposição, como também aos seus órgãos de apoio.” (1977, p. 21).

portanto, não é essencial, ou seja, como se o apêndice, o museu, pudesse ser descartado e o corpo continuasse funcionando.

Célia Maria Corsino em 2001 ao participar do *Encontro de Profissionais de Museus* realizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na circunstância em que o tribunal iria acolher, sediar, a exposição Brasil 50 Mil Anos, além de falar sobre alguns novos museus de Brasília, fez também um panorama da questão museológica da Capital Federal. De acordo com a autora o primeiro museu de Brasília, o Museu da Cidade, apresentava a trajetória da construção da capital, o que se imaginava na época, era de se ter um museu como referencial da construção de Brasília. Na década de 1980 foram instalados vários museus em órgãos públicos e autarquias. Esses museus tinham programas museológicos e museográficos arrojados o que “[...] qualificaram de forma excelente, numa linguagem adequada, para a época, as coleções destes órgãos públicos.” (CORSINO, 2003, p.111), consolidando assim grandes museus com atividades educativas e corpos técnicos capacitados. A autora destaca três desses museus que são: Museu de Valores do Banco Central, Museu Postal e Telegráfico (hoje Museu Correios) e Museu da Caixa Econômica Federal (hoje Espaço Cultural Caixa). Já na década de 1990 são criados ou surgem os museus institucionais,

[...] apareceram os pequenos **museus institucionais**, dando conta do sentimento crescente da necessidade de preservação da memória das instituições. Temos diversos pequenos museus em Brasília que, na verdade, traduzem, em suas salas de exposições, uma coisa um pouco maior, ou seja, o sentimento de que é necessário preservar a memória, a trajetória, a história daquela instituição [...] (CORSINO, 2003, p. 112, grifo nosso)

O que constituiria, ao nosso ver, na vontade de memória. De acordo com Corsino esses diversos pequenos museus, que possuem exposições modestas, tratavam seu acervo, documentos em suporte de papel, de forma diferente: sua prática seria a eliminação mas avaliava-se que tinham importância histórica para a instituição e para o país. Corsino afirma que esse problema já vinha acontecendo em diferentes situações, e desse modo, evidencia as diferentes formas por meio das quais cada campo lida com a informação e com os parâmetros de seleção de documentos. Nessa perspectiva, a autora nos dá o exemplo desses pequenos museus criados nos tribunais em que se tem uma leitura diferenciada desses documentos de caráter histórico que continuam sob a guarda do arquivo da instituição, porém, com uma leitura museológica.

Nesse mesmo sentido, corroborando com o panorama de Corsino, a publicação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) *Museus em Números* (2011)¹⁵ realizou um diagnóstico sobre o cenário museal do país por meio de um levantamento que resultou no Cadastro Nacional de Museus (CNM). Esta publicação observa que no início dos anos 1980 instalou-se um grande número de museus em órgãos públicos e autarquias. Na década seguinte, esse movimento continuou “[...] respondendo à demanda de preservação da memória das organizações, sejam públicas ou privadas.” (2011, p. 552). A referida publicação destaca três desses museus que são o Museu Histórico do Senado Federal, o Museu de Artes e Tradições do Nordeste e o **Museu do Superior Tribunal de Justiça**. De acordo com a publicação, que também usa como referência Corsino, foi com a criação desses museus que se inicia um processo de “[...] narrativa museológica constituída a partir de documentos e processos de caráter histórico que ficam sob a guarda do arquivo dessas instituições” (2011, p. 553).

Daniele Galvão Pestana Nogueira (2015), ao problematizar os museus criados no interior de órgãos públicos, percebe nos mesmos um contexto diferente de trabalho, condicionado ao fato da atividade fim dessas instituições não ser a museal, qual seja, não estar vinculada à conservação, pesquisa e comunicação. Outra característica, que não é específica apenas desses museus, mas que a autora avalia relevante, é que não possuem autonomia política, administrativa e orçamentária e que as atividades que desenvolvem visam construir uma boa imagem institucional sem a preocupação efetiva em realizar reflexões sobre o papel do museu e da instituição em que está inserido na sociedade e nem mesmo questionamentos sobre os processos de memória que se encontram ali condensados. Nogueira realizou essa problematização optando por analisar o museu do Tribunal de Contas da União (TCU) pela perspectiva da musealização da memória institucional tendo em vista que esse museu é representativo de um conjunto de casos análogos (NOGUEIRA, 2015).

O museu do TCU foi criado em 1970 por meio da Portaria nº 19 de 27 de fevereiro e em março do mesmo ano, por meio da Portaria nº 21, foi destinada para o museu uma sala e instituído o horário de visitação. Porém, foi apenas em 2004, por meio da Portaria nº 210 de 25 de outubro, que ao museu foi destinado uma área

¹⁵ A publicação resultante de dados processados pelo CNM de 2006 a 2010 em âmbito nacional, de caráter auto declaratório, é referente a 1500 museus, que responderam ao questionário de um total de 3025 que foram mapeados. Os questionários eram enviados às instituições que os respondiam voluntariamente. De acordo com a publicação, no DF, existia 60 museus, mas apenas 39 estavam cadastradas no CNM e, portanto, responderam ao questionário.

expositiva de aproximadamente 150m² e inaugurada a exposição “TCU: uma história para contar”. Essa exposição considerada de longa duração buscava narrar a história do TCU desde a sua criação em 1980, executando a missão do museu constado na Portaria “[...] divulgar a memória do Tribunal” (2015, p.3). Esse processo que foi a real instituição física do museu foi denominado por alguns, de acordo com a autora, como a revitalização do museu.

Nogueira buscava entender a lógica por meio da qual operam os museus pertencentes aos órgãos das instituições públicas cuja atividade fim não é a museal, “[...] a preservação, a pesquisa, e a comunicação de bens culturais” (2015, p.5), levando em consideração que de forma geral, os museus públicos se acham inseridos em unidades hierarquicamente superiores que os administram e os sustentam orçamentária e financeiramente.

É relevante ressaltar que historicamente, os museus estavam inseridos nos ministérios que tinham mais dinheiro, ou seja, os mais importantes de acordo com a época, porém, ao contrário dos museus criados dentro de outras instituições, eles tinham ou deveriam ter, fala nossa, tanto autonomia política como administrativa e financeira, mantendo inclusive, personalidade jurídica própria.

Para Nogueira, um dos aspectos que pode conferir a esses museus determinada singularidade, é justamente o fato de estarem inseridos em estruturas cuja atividade fim não é necessariamente a museal, cultural, o que acaba instituindo práticas museológicas *suis generis*. Nogueira acredita que essa é a razão desses museus comumente serem denominados de museus institucionais, “[...] instituição no interior de uma outra instituição” (2015, p.6).

Nogueira reconhece nessa variante de classificação um contexto diferente de trabalho que está relacionada à perda da autonomia, conferindo-lhes dessa forma uma dinâmica particular.

Outra questão problemática relacionada à gestão desses museus é sobre o controle das peças do seu acervo em um contexto de um sistema de patrimônio cujo controle é de natureza físico-financeira. Nessa perspectiva, as peças que compõem o acervo do museu são tidas como subconjunto de toda a carga patrimonial do órgão, o que dificulta o devido tratamento museológico desse acervo. Dessa forma, o acervo do museu não é visto apenas como bem cultural musealizado, mas também como objeto utilizado para fins decorativos, por exemplo.

Nesse cenário é comum que a Presidência ou os Ministros do órgão solicitem que determinadas peças do museu sejam deslocadas para os mais diversos ambientes institucionais, impossibilitando o devido tratamento para transformar tais peças em acervo museológico. (2015, p. 7)

Vale ressaltar que a pesquisa se restringe a museus ditos clássicos ou conservadores em que há a preocupação com a preservação e conservação para a posteridade. Em outras tipologias de museus, por exemplo, observamos a usabilidade dos acervos.

Outra questão levantada por Nogueira, mas usando como exemplo o caso específico do TCU, é a inexistência de reserva técnica. O espaço destinado para as peças que deveriam compor a reserva técnica é utilizado para guardar diversos objetos e não se tem a devida preocupação de preservação e conservação. Sobre essa questão, a autora alega que não existem recursos humanos suficientes para o desempenho de uma política de preservação, conservação e restauração. Nessa mesma perspectiva, não existem laboratórios para essas atividades.

Nogueira acredita que esses aspectos fragilizam a instituição por conta das dificuldades em realizar funções próprias das práticas inerentes aos museus, “[...] museus que desenvolvem dinâmicas específicas e muitas vezes distantes do que aprendemos ao longo da graduação em Museologia ou mesmo na literatura especializada da área.” (2015, p.10). Acredita também, que dentre o universo dos museus, esses aspectos não são específicos dos ditos museus institucionais.

A autora, tendo como referência Mário Chagas (2006), infere que esses museus possuem aspectos de conservadorismo e desenvolvem um trabalho específico de guarda e preservação da memória das instituições mantenedoras. Compreende esses museus como “[...] lugares privilegiados de construção de memórias[...].” (2015, p.15).

A autora infere que os museus institucionais trabalham com dois tipos de público que seriam o interno e o externo. O interno se constitui pelos servidores da instituição mantenedora cujas informações visam abordar assuntos desconhecidos ou até mesmo ampliar conhecimentos. Já o externo se refere aos visitantes que não possuem vínculo com a instituição cujas informações, de acordo com Nogueira, podem ser informações novas, geradoras de novos conhecimentos.

A autora com seu trabalho de dissertação, tinha como pretensão ser um primeiro passo no estudo dessa variante de classificação que se configura nos

museus institucionais, propiciando dessa forma, conhecimentos para futuramente continuar a pesquisa em âmbito de investigação maior.

Nogueira utiliza o termo museu institucional enquanto categoria de museu, ao contrário do que acontece, por exemplo, no CNM que trabalha com tipologia de acervos. De acordo com a autora, esse termo ainda não é definido na literatura da área pois existe um uso, porém, sem uma reflexão teórica do mesmo.

A autora defende que esses museus desenvolvem um contexto diferente de trabalho, “[...] um fazer museológico específico, com características próprias, algumas vezes não realizando trabalhos inerentes aos museus. ” (2015, p.33). Esse fato está relacionado à questão do controle do acervo, a falta de autonomia política, administrativa e financeira e a própria missão dos museus. O estranhamento sobre esses museus se dá também pelo fato de as unidades mantenedoras não possuírem como fim atividades museais. O trabalho que deveriam estabelecer, era o de ponte entre o órgão e os seus funcionários, que como mencionado se refere ao público interno, assim como com a sociedade, que é o público externo.

A autora finaliza sua dissertação concluindo que no caso do TCU, a biblioteca e o arquivo foram criados para suprir necessidades operacionais, já o museu foi criado com o objetivo de guardar, preservar e disseminar a memória da instituição para suprir a necessidade de “vontade de memória” (2015, p. 134). Portanto, o museu foi criado para narrar a história da instituição proporcionando dessa forma a valorização da Corte de Contas, assim como, a sua importância na sociedade.

Conclui igualmente que a preservação dessa memória institucional se encontra impregnada pelo personalismo dos ministros enquanto estão na gestão da presidência da instituição. E o museu, que passou de instituinte para instituído, ao longo do tempo se transformou no “espelho do TCU” (2015, p.135), representando a visão de mundo desses ministros e atendendo as demandas diretas do Gabinete da Presidência o que “[...] conseqüentemente, alteram as rotinas de funcionamento do Museu. ” (2015, p.136).

Amparando-se nas ideias de Chagas, Nogueira acredita que os programas, projetos e atividades que o museu estudado desenvolve reafirmam a celebração do poder, configurando-se em um “[...] espaço celebrativo da memória do poder, criado pela vontade de indivíduos em representar a concretização de seus interesses [...]” (2015, p.136), aproximando-se das características dos museus celebrativos que são

espaços poucos democráticos cujo importância é a de “[...] celebrar o poder ou o predomínio de um determinado grupo.” (2015, p.136) o que acarreta na formação de acervos e coleções “personalistas e etnocêntricas” (2015, p.136). Afastando-se, portanto, daquilo que se compreende hoje como condizente com a missão de todo e qualquer museu.

Chagas (2002) em relação ao processo de escolha, de seleção, que acontece nesses espaços afirma que é um processo que envolve forças como a do poder o que implica em lembranças e esquecimentos. É a relação entre memória e poder nesse contexto dessa tipologia de instituição cultural. Em relação a esses museus celebrativos da memória do poder, concepção favorecida pela relação entre a institucionalização da memória e as classes sociais privilegiadas, seriam decorrentes da vontade política de indivíduos e grupos, e representam determinados interesses. São museus que celebram o passado em que o objetivo estaria em celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros. São espaços em que “O culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos é o fundamental” (2002, p.53), esses acervos são indicadores de prestígios sociais. E mais, surgiram nos séculos XVIII e XIX e continuaram sobrevivendo durante o século XX. Arriscamos a afirmar que sobrevivem até nos dias atuais, século XXI, e assim como afirma Chagas, “continuam deitando regras” (2002, p.52). Essa tendência é a responsável por tratar suas coleções ou acervos como a expressão da totalidade das coisas e dos seres.

Nogueira afirma que esses museus possuem sua especificidade que está relacionada à existência da instituição para ela mesma, “[...] a instituição existe em si e para si.” (2015, p.137); o culto da memória é imposto por indivíduos ou grupos, o que a autora reconhece como instrumentalização do poder da memória por meio da memória do poder.

Mais especificamente sobre os tribunais que serão nosso campo de pesquisa, Marques (2007) desenvolveu dissertação de mestrado que se pergunta como os tribunais superiores e estaduais vem tratando e disponibilizando as informações de valor histórico em seus portais; seriam esses espaços *físicos e virtuais* de memória? Para análise desses espaços virtuais, foi elaborado pelo autor um conjunto de categorias, quais sejam: informacional, promocional, instrucional, comunicacional, referencial e de pesquisa (MARQUES, 2007, p. 14), a serem identificadas para que

se pudesse avaliar ao final do desenvolvimento da pesquisa. Essa pesquisa nos trouxe informações bastante relevantes para a nossa proposta de trabalho uma vez que ela mapeou o comportamento desses tribunais no que se refere à preservação da memória institucional, apresentando o trabalho que vinha sendo feito tanto nos espaços físicos quanto virtuais, além de elaborar uma proposição para a estrutura de um Centro de Memória para esses espaços.

Nesse aspecto, na tentativa de entender melhor o funcionamento desses espaços, percebido por nós como um lugar diferencial, e ainda se analisado tendo como referência a legislação vigente diferencial pejorativamente/ negativamente tendo em vista que um museu tem uma série de protocolos que devem ser seguidos para gerir o seu acervo (ICOM, 2004), detectamos um silêncio em torno dos museus institucionais por parte do campo da Museologia. São poucas as análises sobre os museus do Poder Judiciário e diria que, enquanto existe uma explosão discursiva no campo dos museus do Judiciário¹⁶, no campo da Museologia existe um silenciamento. Dessa forma, é possível perceber em que medida os museus institucionais estão presentes no campo da Museologia: num certo silenciamento ou fabricação da desimportância que essa tipologia museológica assume no campo dos museus e da Museologia. Nesse sentido é necessário problematizar os agentes interessados em selecionar estratégias para a criação, manutenção e divulgação de determinadas memórias, fomentando a criação de espaços de evocação da imagem e de atualização de narrativas por meio da criação de museus.

Essa pesquisa tem, portanto, como objetivo analisar as instituições de memória vinculadas ao Poder Judiciário Federal tendo em vista a necessária aproximação do

¹⁶ Observamos que em consequência a alguns eventos como a resolução do STF de 2011, o 1º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário, além de outros, vários artigos e estudos sobre essas iniciativas- a maioria exaltando os trabalhos realizados e, escritos por profissionais dessas instituições- foram publicados. Percebemos ao longo do estudo que a maioria é exaltando as ações que as instituições realizam sem problematiza-las. Alguns artigos, que se distinguem da maioria, chamaram atenção. Um desses é o caso do corregedor Antônio Pessoa Cardoso de 2014 e da assistente administrativo Mary Biancamano de 2010. Os dois autores fizeram questionamentos e levantaram questões importantes. Cardoso (2014) questionou a falta de interesse do governo e das instituições em relação a preservação dos documentos. Biancamano (2010) levantou questões como o retorno institucional e social da instituição em relação aos investimentos que são realizados, é a única que fala sobre essa questão, e sobre a legislação museológica, mesmo que sutilmente. Outro trabalho que se destacou foi a dissertação de Otacílio Guedes Marques de 2007 que constatou que não há uma padronização das atividades e dos objetivos das unidades de informação voltadas para a memória e que não existe um consentimento em relação a qual unidade de informação deve ser a responsável pela custódia do acervo.

Poder Judiciário em relação com a sociedade por meio dos museus que podem ser importantes ferramentas para essa ponte. Contudo, antes, é importante entender que instituições são essas, sua importância para a sociedade e a forma com que essas instituições se relacionam com o conceito de cidadania, com a perspectiva de república. Discutiremos também aspectos teóricos da memória em relação a esses espaços, os museus, enquanto espaços de preservação da memória. Teoricamente, esses museus deveriam valorizar, preservar a defesa primordial dessas instituições que estão diretamente relacionadas à democracia do país.

Adentraremos também nos meandros e caminhos da Política Nacional de Museus (PNM), marco regulatório importante para a área dos museus no Brasil em que inclusive, o Instrumento de Coleta de Dados (ICD) foi baseado.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E A HISTÓRIA BRASILEIRA

De acordo com José Murilo de Carvalho (2002) o esforço de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar. Um desses esforços foi a disseminação da palavra cidadã que inclusive foi o adjetivo dado à Constituição de 1988, Constituição Cidadã. A palavra cidadania, fenômeno complexo e historicamente definido, nesse contexto representava a todos como um conjunto, representava o povo. Porém, é necessário refletir sobre essa cidadania, seu real significado, valor histórico e perspectivas.

De acordo com o autor, a cidadania compreende várias dimensões que se referem aos direitos civis, políticos e sociais, e para se ter a cidadania plena é preciso ser titular desses três direitos. Os direitos civis se referem aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Os direitos sociais se referem à participação do cidadão na riqueza coletiva, educação¹⁷, saúde, trabalho, salário justo, aposentadoria. A ideia central que os três se baseiam é a justiça social. Porém, é possível que alguns desses direitos existam sem os outros. A educação nesse sentido tem papel importantíssimo pois mesmo estando inserida no direito social serve de pré-requisito para os outros dois direitos, ou seja, a sua ausência dificulta a construção da cidadania civil e política.

¹⁷ De acordo com o autor a educação popular está inserida no direito social, mas historicamente tem sido pré-requisito para a expansão dos outros dois direitos.

De 1822, independência do Brasil, à 1930, final da Primeira República, a alteração mais importante em relação ao progresso da cidadania foi a abolição da escravidão que incorporava os ex-escravos aos direitos civis, mesmo que essa incorporação tenha sido mais formal do que real. De acordo com Carvalho o fator mais negativo para o processo de constituição da cidadania brasileira foi a escravidão: os africanos escravizados não tinham os direitos civis básicos como à integridade física, à liberdade e à vida. A escravidão no Brasil vigeu de 1533 a 1888, ou seja, 355 anos. Nessa época, as pessoas, fora os escravizados, eram considerados livres, podiam votar e ser votados¹⁸, mas faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Sobre os direitos sociais, ainda nem se falava sobre, pois, a assistência social estava a cargo da igreja e de particulares. Portanto, não era possível considerar cidadãos, e nem mesmo havia mecanismos consistentes por meio das quais essa noção de cidadania pudesse ser estabelecida.

No período colonial brasileiro (1500 – 1822) houve várias revoltas, porém, a que tinha com mais clareza traços de uma consciência de direitos sociais e políticos foi a revolta de 1817 em Pernambuco. Porém, a questão da escravidão não era tocada. A independência do Brasil, em que o povo não teve papel significativo, não trouxe mudanças substanciais no panorama em que “[...] a herança colonial era por demais negativa” (2002, p.25). Nas capitais provinciais distantes a notícia da independência só chegou cerca de três meses depois; no interior a demora foi ainda maior. Nada mudou em relação a escravidão.

O Brasil Império configurou-se em uma monarquia constitucional cujo constitucionalismo exigia a presença de um governo representativo baseado no voto e na separação dos poderes políticos. Foi a Constituição de 1824, que regeu o Brasil império até 1891, que estabeleceu os três poderes, o Executivo, o Legislativo (dividido em Senado e Câmara) e o Judiciário, e criou o quarto poder, chamado de Moderador, que era privativo do imperador. Essa Constituição compreendia como cidadãos, logo, detentores dos direitos políticos, os homens livres, com uma certa exigência de renda. Em comparação com o cenário internacional, eram muitos votantes. O cenário era marcado por coação, fraudes e corrupção. Em 1881, foi aprovada a lei que introduzia o voto direto, e eliminava o primeiro turno das eleições. Outras mudanças também

¹⁸ As mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas também não podiam votar. Entre os homens livres, só podiam votar os que ganhavam uma quantia estipulada para a época.

ocorreram como o aumento da exigência de renda, a proibição do voto dos analfabetos, tendo como base que apenas 15% da população geral e apenas 20% da população masculina era alfabetizada, e tornou-se o voto facultativo. O número de votantes caiu drasticamente, o que, de acordo com o autor, foi um retrocesso.

A proclamação da República, em 1889, que deveria representar a instauração do governo do país pelo povo, por seus cidadãos, sem a interferência dos privilégios monárquicos, também não alterou o quadro. Apenas a exigência da renda foi eliminada e o fator principal de exclusão, que era a impossibilidade de voto dos analfabetos continuou. Portanto, em relação a representação política, a Primeira República não significou grande mudança.

O direito ao voto feminino foi conquistado apenas após a revolução de 1930 mesmo sem ser um dos objetivos da revolução.

A escravidão, tão enraizada na sociedade brasileira, foi colocada em pauta seriamente só após a Guerra do Paraguai. Como parte dos requisitos do reconhecimento da independência, a Inglaterra exigiu a assinatura de um tratado que incluía a proibição do tráfico de escravos. Esse tratado foi ratificado em 1827 e em decorrência de suas exigências, foi votada em 1831 uma lei que considerava o tráfico como pirataria, porém, na prática o tráfico continuou até ser interrompido de maneira efetiva em 1850 graças a pressão da Inglaterra. Em 1871, após a guerra contra o Paraguai, foi criada a lei que libertava os filhos de escravos que nascessem a partir da data da lei, os donos dos escravos só poderiam se beneficiar do trabalho gratuito desses libertos até os 21 anos de idade. Um dos motivos dessa decisão era que a escravidão dificultava a criação de um exército de cidadãos e enfraquecia a segurança interna, dificultava a formação de uma verdadeira nação. Houve muita resistência à época. A abolição só começou a ser discutida no Parlamento em 1884 e foi então que surgiu um movimento popular abolicionista. A abolição aconteceu em 1888.

Após a abolição os libertos não foram assistidos, não foram dadas nem escolas, nem terras e nem mesmo empregos, o que ocasionou sérias consequências e desigualdades que são perceptíveis até os dias atuais, em suas palavras “Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos educada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social.” (2002, p. 52). Portanto, a

libertação dos escravos não trouxe a igualdade efetiva, a igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática sendo um obstáculo na construção da cidadania.

Outra questão que impossibilitava o exercício dos direitos políticos se relacionava aos grandes proprietários rurais. O coronelismo a princípio impedia a participação política por negar os direitos civis. A configuração da justiça privada ou controlada por agentes privados resulta na negação da justiça, no direito de ir e vir, no direito de propriedade, na inviolabilidade do lar, na proteção da honra e da integridade física e no direito de manifestação. Ou seja, as pessoas eram dependentes do poder do coronel. Nesse contexto não poderia haver cidadãos políticos assim como não havia poder verdadeiramente público.

O autor considera como os principais obstáculos à cidadania, sobretudo em relação ao direito civil, a escravidão e a grande propriedade rural.

Em relação ao movimento operário, movimento que lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve, por legislação trabalhista que regulasse o horário de trabalho, o descanso semanal, as férias, e por direitos sociais como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria, do ponto de vista da cidadania resultou em um grande avanço em relação aos direitos civis.

Em relação aos direitos sociais, tendo em vista que os direitos políticos e civis ainda eram precários, estavam associados quase que exclusivamente nas mãos de associações particulares. Em relação a legislação, tímidas medidas foram realizadas principalmente após a assinatura pelo Brasil, em 1919, do Tratado de Versalhes e do ingresso do país na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 1891, com a Constituição Republicana, houve um retrocesso, pois, diferente da Constituição de 1824, foi retirado da obrigação do Estado de fornecer educação primária pois, não cabia ao Estado promover a assistência social. Também ficou proibido ao governo federal interferir na regulamentação do trabalho. Foi apenas com a primeira reforma, em 1926, que o governo federal foi autorizado a legislar sobre o trabalho. De acordo com o autor, foi em 1923, com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários que criaram a primeira lei eficaz de assistência social.

Medida importante que se estabeleceu na área sindical foi o reconhecimento como legítimos representantes dos operários os sindicatos rurais e urbanos em 1903 e 1907 respectivamente.

Houve uma série de movimentos políticos que influenciaram nessa construção cidadã mesmo que minimamente e indicavam um início de cidadania. Era a reação ao cenário em que estavam inseridos. Revoltas populares a partir do Segundo Reinado também ocorreram, em que a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. O autor conclui que até 1930 não existia um povo organizado politicamente, nem mesmo havia um sentimento nacional consolidado. Era limitado a pequenos grupos a participação na política nacional, a grande maioria do povo mantinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, e até mesmo de antagonismo.

Foram as lutas contra inimigos estrangeiros que criaram alguma identidade nacional em especial, de acordo com Carvalho, a guerra contra o Paraguai cujas primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico e a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas assim como o hino nacional começou a ser executado. Após a guerra, poucos acontecimentos tiveram impacto significativo na formação de uma identidade nacional.

Já o ano de 1930 teria sido um “divisor de águas” pois a partir dele houve uma aceleração nas mudanças sociais e políticas cuja mudança mais significativa verificou-se no avanço dos direitos sociais. O governo de Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em decorrência, foi compilada uma vasta legislação trabalhista e previdenciária, que foi completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse foi o grande impulso propulsor da legislação social. Em relação aos direitos políticos, o Brasil teria entrado em fase de instabilidade. Vargas deu o golpe, com o apoio de civis e militares, e em 1934, a Assembleia Constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas presidente, por meio de eleições indiretas. Em 1937, com o apoio dos militares, houve o golpe de Vargas, que inaugurou um período ditatorial que durou até 1945. Em 1945 houve uma nova intervenção militar que derrubou Vargas e deu início ao que o autor chama de “primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país” (2002, p.87) pois o voto popular passou a ter peso importante. Durante esse período, 1930-1945, os direitos civis progrediram lentamente, continuaram figurando nas

constituições desse período, porém, foram suspensas durante a ditadura principalmente ao que se referia a liberdade de expressão do pensamento e de organização. Em 1946 houve a promulgação de uma nova constituição em que retomava a linha democrática de 1934. Nela, mantiveram-se as conquistas sociais do período anterior e garantiram-se os tradicionais direitos civis e políticos.

Até que em 1964 houve a intervenção dos militares que implantaram uma nova ditadura cujos direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão. Nessa ditadura, os meios de controle e a repressão política foram mais extensos e violentos do que a anterior. Os instrumentos legais da repressão foram os atos institucionais editados pelos presidentes militares. O Ato Institucional de número 5 foi o que mais atingiu direitos políticos e civis em que o congresso foi fechado e o presidente passou a governar ditatorialmente. Nesse contexto foram suspensos o habeas corpus para crimes contra a segurança nacional, e todos os atos decorrentes do Ato foram colocados fora da apreciação judicial. Em 1969 foi criada uma nova Constituição em que incorporava esses Atos Institucionais.

Em 1974, rumo a um lento retorno à democracia, foram diminuídas as restrições a propaganda eleitoral assim como em 1978 houve a revogação do Ato Institucional nº 5. Em 1979 foi votada a lei de anistia e abolido o bipartidarismo político. Em 1982 foi permitido eleições diretas para governadores de estados. E em 1985 os militares não impuseram um general como candidato à sucessão presidencial. O período militar chegou ao fim, porém, os resquícios do autoritarismo permaneceram nas práticas sociais e políticas.

Portanto, no período militar, assim como no Estado Novo, foram ampliados os direitos sociais, ao mesmo tempo em que restringidos os direitos políticos como uma forma de estratégia compensando a falta de liberdade política com o “paternalismo” social. Porém, os que mais tiveram prejuízo durante os governos militares foram os direitos civis. O Poder Judiciário, por exemplo, que era o garantidor dos direitos civis, foi repetidamente vetado de realizar suas funções quando não era conivente com o governo.

Em 1988 foi aprovada a constituição mais “liberal e democrática” que de acordo com o autor mereceu o nome, Constituição Cidadã. Documento em que os direitos do cidadão eram a preocupação central e que acabava com o problema da universalização do voto, pois o tornou facultativo aos analfabetos. De acordo com

Carvalho essa medida pôs fim a uma discriminação injustificável. A Constituição ampliava também os direitos sociais pois, além de outras questões, fixou o limite mínimo de salário mínimo para as aposentadorias e pensões, ordenou o pagamento de um salário mínimo para pessoas com deficiências físicas e para as pessoas maiores de 65 anos e criou a licença paternidade. Em relação aos direitos civis, dentre outros, foi criado o direito de *habeas data*, criou ainda o mandado de injunção, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível e a tortura como crime inafiançável e não anistiável e, ordenou que o Estado protegesse o consumidor. Em 1989 aconteceu a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Nesse período os direitos políticos adquiriram amplitude jamais conquistada, porém, a democracia política não alcançava os problemas econômicos, como a desigualdade e o desemprego. Os problemas da área social, principalmente na educação, nos serviços de saúde e saneamento continuaram existindo, e, aumentou a precariedade da situação dos direitos civis no que se referia à segurança individual.

O autor conclui que esse longo caminho de construção do cidadão brasileiro dá a sensação desconfortável de incompletude em que não desconsidera os progressos que foram conquistados, de forma lenta, mas ressalta o longo caminho que ainda falta percorrer. As conquistas não ocultam os “milhões” de pobres, de desempregados, de analfabetos e semianalfabetos, de vítimas da violência particular e oficial. Não se acredita mais que a democracia política resolva com rapidez os problemas da pobreza e da desigualdade. Esses problemas em relação a essa construção da cidadania plena podem ser associados ao seu percurso. De acordo com T. A. Marshal, autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania, a base da sequência de direitos seria os direitos civis, que Carvalho compreende ainda como inacessível à maioria da população.

Os direitos civis estão intrinsecamente ligados ao Judiciário. O Judiciário nos dá, ou deveria, essa garantia cuja falta se verifica sobretudo na segurança individual, na integridade física e no acesso à justiça. Esses problemas são agravados pela inadequação dos órgãos encarregados da segurança pública para o cumprimento de sua função. Nas palavras do autor,

O acesso à justiça é limitado a pequena parcela da população. A maioria ou desconhece seus direitos, ou, se os conhece, não tem condições de os fazer valer. Os poucos que dão queixa à polícia têm que enfrentar depois os custos e a demora do processo judicial. Os custos dos serviços de um bom advogado estão além da capacidade da grande maioria da população. Apesar de ser dever constitucional do Estado prestar assistência jurídica gratuita aos

pobres, os defensores públicos são em número insuficiente para atender à demanda. (2002, p. 214)

Essas instituições, os tribunais do Judiciário em âmbito federal, das quais os museus estudados fazem parte, foram criadas para assegurar essa cidadania. Cada uma com as suas especificidades. E hoje, mais do que nunca elas estão intrinsecamente ligadas à questão da cidadania como veremos na missão de cada uma. Não é possível nem mesmo enxergar essas instituições fora de atuação na sociedade.

O Poder Judiciário, criado na primeira constituição brasileira, passou por reestruturações ao longo do tempo. De acordo com a última constituição, de 1988, são poderes da República Federativa do Brasil, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. São órgãos que integram o Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; e os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios. Em que lhes são assegurados autonomia administrativa e financeira em que o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores devem ter sede na Capital Federal. (BRASIL, 1988).

O STF, órgão de instância máxima do Poder Judiciário brasileiro, tem como missão de acordo com a Portaria nº 15 de 2017,

Compete ao Supremo Tribunal Federal, nos termos constitucionalmente definidos, a guarda da Constituição, sendo sua responsabilidade institucional defender e preservar a Democracia e garantir a concretização dos princípios da República e o respeito à Federação. Em última instância judicial, a ele incumbe assegurar a efetividade dos direitos fundamentais, tornando intangível a dignidade da pessoa humana, na forma posta na ordem jurídica interna e nos pactos internacionais aos quais tenha aderido o Brasil, impedindo qualquer forma de indevida pressão ou inaceitável opressão estatal ou particular que impeça, dificulte ou anule a integridade dos direitos constitucionais das pessoas. (BRASIL, 2017)

O STJ, órgão do Poder Judiciário brasileiro tem como missão, “Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal.”¹⁹.

¹⁹ <http://www.stj.jus.br/sites/portaIp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores>

A missão do TST, órgão de instância máxima da Justiça Federal especializada do Trabalho, é a de “Uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira”²⁰.

O STM, órgão da Justiça Militar brasileira, tem como missão, “Processar e julgar crimes militares definidos em Lei a fim de contribuir para a promoção da Justiça”²¹.

A missão do TSE como órgão máximo da Justiça Eleitoral é o de “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia”²².

Nesse momento acreditamos ser oportuno frisar que avaliamos ser necessário problematizar certas afirmações constantes na constituição sobre as instituições estudadas. Acreditamos que teoricamente essas instituições, como consta na constituição, deveriam assegurar a nossa cidadania, porém, levando em consideração a atuação desses tribunais superiores e os acontecimentos recentes, percebemos uma série de falhas entre a norma e a prática. Outra questão levantada é que essas instituições são controladoras dos demais controles, e quem controla, então, o controlador? ²³

A seguir, faremos uma breve retrospectiva das cinco instituições em que os museus estudados se inserem seguindo a ordem cronológica da criação dos respectivos museus. Essa ordem também se seguirá nos próximos capítulos. As instituições museais, Gerência de memória Institucional, Museu da Justiça Militar da União Memorial Geraldo Montedônio bezerra de Menezes e Museu do Voto, que são a concretização da política de memória adotada pelas instituições mães, serão apresentados no capítulo seguinte mais detalhadamente.

1.1.1 Supremo Tribunal Federal

A Casa da Suplicação, nome pelo qual era chamado o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, foi transferido em 1808 para o Brasil quando da vinda da família real, da nobreza portuguesa e da capital de Lisboa para o Rio de Janeiro. Após a proclamação da independência, em 1822, a primeira Constituição brasileira de 1824 previa a existência de uma corte que se chamaria Supremo Tribunal de Justiça, o

²⁰ <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores>

²¹ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>

²² <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica>

²³ Agradecemos a sugestão do Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto em nossa banca de defesa.

tribunal foi instalado em 1829 na Casa da Câmara do Senado e posteriormente no Palácio da Relação. Com a Proclamação da República, em 1889, o nome Supremo Tribunal Federal foi adotado na Constituição Provisória publicada com o Decreto nº 510 de 1890. A Constituição de 1934 mudou o nome do órgão para Corte Suprema o que foi restaurado em 1837 pela Carta de 10 de novembro voltando a se chamar de Supremo Tribunal Federal. Em abril de 1960, quando houve a mudança da capital federal, o Supremo Tribunal Federal foi transferido para Brasília onde está sediado até os dias atuais na Praça dos Três Poderes. O Supremo Tribunal Federal teve sua sede de 1909 a 1960 em um prédio localizado na Avenida Rio Branco - RJ²⁴.

1.1.2 Superior Tribunal de Justiça

A Justiça Federal, que é o conjunto de órgãos do Poder Judiciário com competência para processar e julgar causas fundadas em disposição constitucional, envolvendo atos administrativos do governo federal, contra a Fazenda nacional ou de natureza interestadual²⁵, foi instituída em 1890, um ano após a proclamação da República, por meio do Decreto nº 848. A Justiça Federal foi mantida pela Constituição de 1934, que previa a criação de tribunais federais, porém, com a Constituição do Estado Novo de 1937 a Justiça Federal foi extinta.

Com a redemocratização, a Constituição de 1946 recriou a Justiça Federal e o Tribunal Federal de Recursos (TRF) que de princípio, tinha como um dos objetivos reduzir a competência do Supremo Tribunal Federal. Com a Constituição de 1988 o TRF foi extinto e, em seu lugar, criados cinco Tribunais Regionais Federais (TRF) passando os seus ministros a integrar o recém criado Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O TRF teve sua sede inaugurada na Avenida Presidente Wilson no Rio de Janeiro em 1948. Quando da sua transferência para Brasília foi instalado na Praça dos Tribunais Superiores. O STJ, criado em 1988, foi instalado no antigo prédio do TRF em 1989 na Praça dos Tribunais Superiores. A construção da nova sede do órgão, que é a atual, teve início em 1990 e foi inaugurada em 1995 no Setor de Administração Federal Sul.

²⁴<http://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>

²⁵<http://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Institucional/Historia/Antecedentes>

1.1.3 Superior Tribunal Militar

O atual Supremo Tribunal Militar, criado ainda no Império, em 1808, por meio do alvará de 01 de abril de 1808 recebeu o nome de Conselho Supremo Militar e de Justiça. Ele teve como primeira sede as dependências provisórias do Ministério da Guerra no Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro, lá permanecendo até 1905. Em 1893, por meio do Decreto Legislativo nº 149 o Conselho do Supremo Militar e de Justiça foi extinto e criou-se o Supremo Tribunal Militar. Foi na Constituição de 1934 que o Supremo Tribunal Militar e os tribunais militares inferiores foram considerados órgãos de justiça especializados criando-se então a Justiça Militar da União. De 1906 a 1914 o tribunal foi instalado em um prédio reformado para abrigar o Supremo Tribunal Militar ao lado do Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro. Já em 1915 foi transferido para o prédio que pertencia à Direção Geral de Saúde do Exército que também foi reformado para receber o STM que ficava na Praça da República próximo ao Campo de Santana até a data de 1972. Com o fim do Estado Novo e a promulgada da nova constituição, houve a mudança de nomenclatura do Supremo Tribunal Militar para Superior Tribunal Militar (STM). A última sede e atual é datada de 1973 quando o então Superior Tribunal Militar instalou-se em Brasília na Praça dos Tribunais Superiores.

1.1.4 Tribunal Superior do Trabalho

O Conselho Nacional do Trabalho (CNT), órgão que passou do poder executivo para o poder judiciário e que deu origem ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi criado em abril de 1923 por meio do Decreto nº 16.027 e foi instalado nas dependências do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no RJ. Em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio por meio do Decreto nº 19.433 o CNT passou a integrá-lo e dessa forma permaneceu no prédio do Ministério até 1946. Em 1939, o Decreto-Lei nº 1.237 foi criado, instituindo a Justiça do Trabalho no Brasil. Nesse período, o CNT foi elevado ao alto posto de última instância da organização judiciária trabalhista, Tribunal Superior da Justiça do Trabalho. Foi em 1946, com o Decreto-Lei nº 9.797, de 9 de setembro de 1946 que a Justiça do Trabalho integrou-se ao Poder Judiciário tendo sua sede no Palácio do Trabalho situado no centro do Rio de Janeiro. Foi nesse momento que o tribunal passou a ter a

denominação de Tribunal Superior do Trabalho. O tribunal permaneceu no Palácio de 1946 a 1971 quando de sua transferência para Brasília, onde teve sua sede instalada no Setor de Autarquias Sul, na Praça dos Tribunais, de 1971 até 2006 quando foi construída a nova sede no Setor de Administração Federal Sul, lugar em que se encontra até hoje (ARAÚJO, 2016).

1.1.5 Tribunal Superior Eleitoral

O atual TSE, criado em 1932 pelo Decreto nº 21.076 com o nome de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE), faz parte da Justiça Eleitoral brasileira, que é formada pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), pelos juízes e pelas juntas eleitorais. O então TSJE foi instalado em 20 de maio de 1932 na Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro (RJ). Em 1937, com a Constituição do Estado Novo, a Justiça Eleitoral foi extinta e atribuiu-se à União, privativamente, o poder de legislar sobre matéria eleitoral. Em 1945, por meio do Decreto-Lei nº 7.586 a Justiça Eleitoras é foi reestabelecida e o TSE é criado e instalado no Palácio Monroe no RJ. Em 1946, a sede da instituição foi transferida para a Rua 1º de Março, ainda no RJ e em 1960, em virtude da mudança da capital federal para Brasília - Distrito Federal (DF), o TSE foi instalado na Esplanada dos Ministérios. Em 1971 foi transferido para a Praça dos Tribunais Superiores e finalmente, em 2011, para a nova sede, que é onde encontra-se atualmente, no Setor de Administração Federal Sul (SAFS).

Antes de falar dos museus, é importante tratar dos aspectos teóricos da memória enquanto espaços de preservação da memória. No item a seguir, trabalharemos a perspectiva de memória que é fundamental para essas instituições terem reconhecimento social.

1.2 POLÍTICA DE MEMÓRIA ADOTADA PELOS MUSEUS DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Um dos eixos da proposta da dissertação, consiste em analisar como essas instituições lidam com a memória nesses espaços do Poder Judiciário Federal, que são investimentos sociais que fabricam legados em torno do Poder Judiciário Nacional (HEYMANN, 2004)²⁶. Propõe-se investigar a trama em torno da construção dessa

²⁶ De acordo com Luciana Heymann, esses espaços são construções sociais resultado de investimentos de uma série de personagens ou agentes como pessoas ou instituições. A autora

memória institucional tendo os museus institucionais como plataforma de observação. Esses museus condensam/forjam/criam narrativas nacionais, que se pretendem representar a nação, na medida em que são “[...] modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma ‘memória’ e de uma ‘identidade’ nacionais.” (GONÇALVES, 2002, p.13). São agentes e as suas respectivas agências que podem definir o que será representativo dessa narrativa nacional tendo como referência que são construções narrativas e que, portanto, podem existir várias.

São projetos voltados para a difusão da missão e de determinadas leituras sobre a instituição da forma inconclusa com que os legados são atualizados de acordo com as contingências atuais que são entendidos, conforme a concepção de Luciana Heymann (2004), como investimento social por meio do qual uma determinada memória se torna exemplar ou instituidora de um projeto criador, um trabalho social de produção da memória. Em algum momento essas instituições criadoras, mães, identificam a necessidade e criam espaços de memória que, acreditamos, ser uma forma de controlar uma determinada narrativa sobre o seu passado institucional. Esses museus impõem suas próprias narrativas, abertas à leitura, porém, resistentes a interpretações que possam desvirtuar, rasurar ou alterar as imagens instituídas.

Nessa perspectiva, analisamos esses investimentos como modalidades de invenções discursivas do Brasil. Em que esses discursos, de acordo com Gonçalves (2002), são interpretados como narrativas nacionais, ou seja, “modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma ‘memória’ e de uma ‘identidade’ nacionais.”(2002, p.13), se referindo aos empreendimentos da construção da nação brasileira, que atingem os receptores dessas definições influenciando o modo com que, os grupos sociais enxergam, consideram, o que seja essa nação e ainda o modo como se percebem como parte dessa nação, dessa totalidade. O que na nossa análise se configura também em estratégias de exclusão pois se tem quem está dentro (incluído) do que seria a nação, pressupõe também, que tem quem está

analisando um caso específico, do Darcy Ribeiro para que dessa forma conseguisse entender o seu arquivo, nos mostra como esses investimentos sociais podem criar diversas interpretações dele mesmo ou de seu acervo. Heymann lançando um olhar sociológico mostra as influências externas na construção dos arquivos pessoais que são processos sociológicos que vão desde descartes, doações, tratamentos do acervo, até a disponibilização para consulta. Portanto, esses arquivos têm em si a subjetividade do seu titular, assim como das outras pessoas que realizaram intervenções. Esses investimentos são formas que grupos dentro da sociedade ou dentro de instituições investem na memória, que se refere a projetos institucionais, homenagens, comemorações, etc. Esses grupos colocam uma carga de força para que esses investimentos aconteçam.

fora (excluído). É a questão do Não-ser proposto por Aparecida Sueli Carneiro (2005), em que o Não-ser é construído e dessa forma, afirma o que seria o Ser. Carneiro (2005)²⁷ ao falar sobre o dispositivo de racialidade/biopoder que opera na sociedade brasileira, nos mostra que o Não-ser é construído pelo Ser no contexto da relação de dominação e reificação do outro em que lhe é subtraído o conjunto de características definidoras do Ser. É a desqualificação ou destruição do outro e da cultura do outro, de saberes e de sujeitos. Essa fabricação desse tipo de imagem que os museus do Judiciário conseguem fazer não é proposital no sentido maquiavélico, mas é como uma estratégia de manutenção de poder e para a manutenção de poder desse grupo é preciso excluir pessoas.

Tendo como referência Benedict Anderson (2008), Gonçalves afirma que a nação pode ser construída discursivamente, e essas construções podem ser interpretadas como condições para serem produtos ou efeitos de estratégias de objetificação da cultura, e atualizados por determinados grupos sociais de acordo com contextos sociais específicos. Sobre a complexidade e a especificidade dos processos de objetificação cultural, é preciso que contextualize também como estratégias, “ações contingentes e dotadas e propósitos” (2002, p.15) relacionando assim a manipulação de símbolos tendo em vista que “[...] os indivíduos, assim como os seu propósitos, ações e contextos, são culturalmente modelados. ” (2002, p.16). O que nos dá a ideia de realidade ficcionalmente construída, que de acordo com Gonçalves não é novidade. (GONÇALVES, 2002).

Nessa lógica, as estratégias narrativas estariam em movimento interminável, em que as narrativas nacionais estão sempre em processo de construção e reconstrução sendo uma utopia a ideia de coerência narrativa. E dessa forma, a nação também é objetificada, segundo o autor “[...] na forma de uma entidade distante, integrada, unificada, idêntica a si mesma, presente, ainda que ausente, próxima, ainda que distante. ” (2002, p.21).

²⁷A autora em sua tese realiza o exercício de aplicação de conceitos de dispositivo e biopoder de Michel Foucault ao domínio da racialidade buscando mostrar a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder que opera na sociedade brasileira cujo domínio produz saberes, poderes e subjetividades com repercussões sobre a educação. De acordo com a autora essas práticas se manifestam em todas as dimensões da vida social.

De acordo com Gonçalves, as instituições que lidam pragmaticamente com o patrimônio cultural, colecionam, restauram e conservam com o objetivo de expor esse patrimônio preenchendo dessa forma as funções pedagógicas e políticas que lhes são atribuídas. Nessa perspectiva, vários objetos que formam as coleções são apropriados e dispostos em museus e em instituições similares em que o propósito é o de representar categorias sociais e culturais salvando-os do desaparecimento (ou não)²⁸, em suas palavras,

Essas práticas de colecionamento e exposição respondem ao desafio de salvar esses objetos do desaparecimento, transformando-os em coleções representativas do sistema de oposições e correlações em que se inserem essas categorias. (2002, p.22)

Essas práticas estão inseridas em uma concepção moderna de história em que a história estaria num processo de destruição, em que “valores, instituições e objetos” que são relacionados a certas culturas, tradições, identidade ou memória nacional, tendem a se perder (2002, p. 22). A tendência é a de apagar as diferenças e realizar enquadramentos, “O efeito dessa visão é desenhar um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas. ” (2002, p.23). E dessa forma, é legitimado a prática de colecionamento, conservação e restauração desses objetos representativos de categorias e grupos sociais. Esses objetos são retirados do seu contexto histórico, social, cultural e ecológico e recodificados nesses espaços como símbolos “diacríticos” representantes dessas determinadas categorias e grupos sociais (2002, p.23).

Na análise de Gonçalves, as práticas de colecionismo e apropriação são entendidas como um esforço em estabelecer e defender a continuidade e a integridade do que define a identidade e a memória nacional. Os discursos tentam manter a ideia de algo coerente, íntegro, idêntico em que não há perda ou fragmentação (GONÇALVES, 2002).

²⁸ Nessa perspectiva, quando categorias são salvas do desaparecimento outras são colocadas nessa condição. Salva-se umas, e coloca-se outras ao desaparecimento. É a questão do lembrar e do esquecer. Usando como exemplo os museus estudados, quando colocamos os ministros para serem representados nesses espaços colocamos em desaparecimento, ao esquecimento várias outras pessoas ou questões. Por exemplo, poderia estar representado nesses espaços os processos que tiveram repercussão na sociedade ou os processos de importância, ou até mesmo pessoas comuns que fizeram parte desses processos.

Icléia Thiesen Costa (1997) em sua tese intitulada de *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*, afirma que existem diversas maneiras de serem analisados o fenômeno da memória e suas relações com as instituições pois existem diferentes modelos representativos disponíveis. Veremos no contexto estudado que o fenômeno da memória, no quadro das instituições, tem características especiais. A memória institucional é um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas. Representar é classificar e a classificação é um exercício de poder. Classificar é representar e representar é uma escolha, é, portanto, um ato político e como tal deve ser analisado (COSTA, 1997).

A instituição, na medida em que retém o que interessa a sua reprodução trabalha por seleção, ou seja, para que determinadas lembranças aflorem é necessário que outras fiquem adormecidas, mesmo que temporariamente, se configurando na memória seletiva. E a memória, como um elemento primordial no funcionamento das instituições, é o dispositivo através do qual essas instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Portanto, essas instituições se configuram numa constante relação entre lembrar e esquecer (COSTA, 1997)

Costa ressalta também que são as pessoas que fazem as instituições funcionarem com as suas ideias e valores fundamentais. Portanto, para que as instituições mudem, é necessário que essas pessoas mudem também, e ao resistir a essas mudanças, as instituições “lutam” para reservar hábitos, valores, regras e comportamentos, porém, essas mudanças se impõem no tempo (1997, p.137-138). Em relação a essas mudanças institucionais, elas propriamente ditas, não acontecem de forma simples em decorrência da longa duração dessas práticas sociais que acabam sendo codificadas em estratificações sedimentadas ao longo do tempo (COSTA, 1997).

Podemos afirmar então que existe uma certa relutância nas pessoas que constituem essas instituições a mudarem? Que essas instituições são autocráticas porque as pessoas que nelas trabalham também são? Acreditamos que sim.

É característica das instituições conservar, comunicar, senão em documentos, em hábitos, costumes, comportamentos, que são partilhados pelos grupos sociais. Muitos desses traços poderão integrar as instituições-memória. Para Costa memória-

arquivo é a recuperação que se dá no presente de informações que tiveram existência no passado, e para dar conta desse tipo de memória foram criadas nas grandes civilizações as instituições-memória que se referem aos arquivos, às bibliotecas e aos museus, com o objetivo de deixar gravado para a “eternidade” os feitos dos governos dos soberanos (1997, p.34). As instituições-memória são secundárias ou desdobramento das instituições que as antecederam, originaram, elas organizam a memória da memória e são encarregados da representação destas memórias. Vale ressaltar ainda que o fato de serem secundárias não as tornam menos relevantes no âmbito geral das demais instituições (COSTA, 1997).

Os museus, portanto, também se configuram e se estruturam em lugares de poder, para Chagas (1999), os museus são a um só tempo lugares de memória e de poder.

A memória institucional para Costa é, portanto, a relação entre o instituído e o instituinte. Essa memória pode ser pensada em duas instancias: memória-hábito, que deve fixar comportamentos e condutas; e memória-arquivo, já que determinadas regras e informações que devem ser constantemente recuperadas, para a manutenção de determinada ordem vigente. A instituição viabiliza determinados interesses ao mesmo tempo que os corrige; doravante não serão mais passionais, mas de um grupo, se configurando a um sentimento de pertencimento. As instituições formalizam funções, integram saberes, produzem substâncias formadas, que são os agentes institucionais por ela legitimados, tomam decisões em nome da sociedade (COSTA, 1977).

Ainda de acordo com Costa, as instituições estão preocupadas com a sua imagem perante a sociedade, e em decorrência dessa preocupação, promovem a divulgação de sua produção e de suas realizações fazendo uso de “[...] recursos tecnológicos pesados, com alto poder de impressão sobre o público, ávido de consumo.” (1997, p. 145).

Fazendo uma comparação com o momento atual, considerada por nós como em crise por conta do momento político, e pelas várias crises que o país e as instituições passam, principalmente quando nos referimos ao Judiciário, Costa afirma que se as instituições estão em crise, é imprescindível que suas portas estejam abertas à sociedade. Afirma também que o que há séculos esteve protegido pelo “manto da legitimidade, em forma de segredo, censura ou exclusão”, sofre pressão

para aberturas e “entradas de luz” (COSTA, 1997, p.146). De acordo com a análise da autora, parece que ocorre nas últimas décadas um “intenso movimento” no sentido não só de discutir as funções dessas instituições, mas também de abrir as portas dessas instituições obscuras até então ao olhar da sociedade (1977, p. 139).

Nos mostrando, portanto, que essas instituições assumem posicionamento político frente a sociedade. Que trabalham por seleção retendo apenas o que interessa a sua reprodução e nessa manobra de seleção escolhe o que deve ser lembrado e esquecido. E que essas instituições são o espelho das pessoas que nela estão (COSTA, 1997).

Os espaços de memória instituídos pelo Poder Judiciário Federal, que em analogia, designaremos também como “Museus Nacionais”²⁹, na medida em que são instâncias máximas de representatividade dos discursos sobre a justiça brasileira, criam locais de memória, que de acordo com Nora se referem a “[...] um lugar duplo, um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (p. 27, 1993), para instituir uma memória coletiva mantendo a coesão interna da instituição e da coletividade no geral que acreditamos se referir a uma nação.

Em relação à construção dos lugares de memória, Pierre Nora (1993) defende que são lugares em que não há mais memória espontânea. Para o autor esses lugares são criados quando não há mais meios de memória, e ela acaba sendo substituída por objetos, coisas, documentos para que dure, ou seja, exista para a eternidade mesmo que as próximas geração não se identifiquem mais com determinados elementos. Nessa linha de raciocínio quando não há mais meios de memória, ou seja, pessoas vivas, a sociedade funda lugares de memória. Em suas palavras, “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”, (1993, p.8). Ainda segundo sua avaliação, “[...] fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, (1993, p.7). Essa é uma dualidade existente entre a memória e a história, em que elas se opõem: a memória seria algo vivo e a história algo morto. Com a emergência da historiografia, e o registro sistemático da memória, ela propriamente dita, foi sendo substituída por objetos, coisas, documentos “uma

²⁹ Agradecemos a sugestão do Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto por ocasião da banca de qualificação desta dissertação.

memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível”, (NORA, 1993, p.11), com a intenção de a propagarem para a eternidade. Essa é uma necessidade contemporânea de tudo registrar e guardar mesmo que não tenha sentido para as próximas gerações. Esse seria um movimento das ilusões da eternidade. De acordo com o autor “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.” (NORA, 1993, p.9).

Essa ruptura que se deu nas sociedades modernas da vida coletiva para a valorização do indivíduo ocasionou a quebra na continuidade dessas determinadas memórias coletivas e na criação desses lugares de memória para a salvaguarda da memória coletiva. De acordo com Pollak (1989), essa memória coletiva, que é a memória salvaguardada nesses espaços, se constitui fortemente mantendo a coesão interna e defendendo as fronteiras que um grupo tem em comum que são de acordo com o autor as duas funções essenciais da memória comum,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (p.9, 1989)

Portanto, na ausência da memória espontânea esses espaços de memória começam a ser criados transformando-se então em uma operação não natural. De acordo com Regina Abreu (1997) essa operação atingiu seu clímax quando do fim da memória nacional, que a autora se refere a desenfreada perda de certas referências estéticas, históricas e culturais que se verificavam nos primeiros anos do século XX, memória fortemente atrelada ao Estado Imperial português,

Com o esfacelamento da memória nacional, os lugares de memória tenderão a desempenhar um duplo papel, servindo, de um lado, para salvar do esquecimento antigas tradições, e oferecendo, por outro lado, um contraponto necessário e desejável para a ação dos homens num mundo em permanente transformação e mudança. (1997, p.202-203).

Então, os ditos lugares de memórias que estudamos hoje, temos os museus, arquivos, cemitérios, monumento, santuários “são os marcos testemunhas de uma outra era” (NORA, 1993, p.13), em que não há mais memória espontânea porque essas operações não são naturais, ao contrário, se ainda fossem não haveria a necessidade de construir esses lugares.

Ao se construir esses lugares, é como se a história se apoderasse, petrificasse, transformasse e deformasse essas lembranças ou memórias, “O tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p.12). O ato da memória que era vivida como espontânea, agora é vivida como um dever “Menos a memória é vivida no interior, mais ela tem a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.” (NORA, 1993, p.14). Portanto, em relação à construção nada natural e neutra, “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar.” (NORA, 1993, p.15).

Portanto, no caso dos museus do Judiciário Federal, esses locais de memória que nos referimos são criados dentro de instituições cuja atividade finalística não é a museal para forjar e manter uma certa memória coletiva. Assim, como o estado imperial teria forjado a nação brasileira (ABREU, 1997), essas instituições forjam uma certa homogeneidade, procurando unificar os brasileiros como se todos fizessem parte de uma mesma elite e disfrutassem dos mesmos direitos civis.

Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008) defende que censos, mapas e museus são artifícios capazes de criar um passado, uma memória para as nações ou para instituições. Dessa forma, é possível perceber o quão os museus e a imaginação museologizante podem ser e são políticas institucionais.

Em relação à dimensão simbólica do Estado, constituído pelos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, e a relação de poder que exerce sobre a sociedade, percebemos que muitas vezes a existência desses museus, como no caso dos museus do Judiciário Federal, se justificam para a legitimação do Estado e, logo, das ações que o judiciário realiza e até mesmo para justificar a existência dessas instituições. Nesse sentido, o Estado, que é o detentor do poder, interfere na questão da criação de museus em determinados setores da sociedade para dessa forma impor e disseminar a sua ideologia (BOURDIEU, 2014). Michael Pollack (1989) também discorre acerca dos processos de enquadramento de memória. Essa memória se constitui fortemente mantendo a coesão interna e defendendo as fronteiras que um grupo tem em comum. Esse jogo de memória que consiste em o que deve ser

lembrado e esquecido é uma disputa em que a memória oficial em contraposição com as memórias subterrâneas, que se refere aos excluídos, influem no processo de elaboração da memória, que conforme mencionado não é consensual. De acordo com Dianovsky (2011), baseando-se em trabalho de Pollack, nesses lugares se desenrolam disputas políticas que visam ressignificar o presente em relação ao passado e, ao mesmo tempo, o passado em relação ao presente, em que o que deve ser lembrado e esquecido faz parte de mecanismos de controle de grupos sobre outros.

Portanto, nos parece que a criação de museus dentro de instituições cuja atividade museal não é a finalística é que o museu é uma instituição legitimada pelo Estado e pela sociedade. Quando um museu seleciona algum objeto para integrá-lo é quase que automática a sua autenticidade. É a tentativa de comprovação de uma verdade por meio das fontes escolhidas que são esses objetos que compõem o acervo. São os vestígios dos acontecimentos, portanto, a representação dessa verdade por meio dos objetos. É o que os “museus do passado”, segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2006) realizavam, a sacramentalização do objeto empreendida pelos museus em que os objetos são vistos como possuidores de um discurso próprio que seria inerente a eles mesmo. De acordo com Santos (2016) esses objetos geram narrativas que são bem compreendidas apenas quando se percebe como e quando os objetos se constituíram, “[...] na verdade, nos museus eles aparecem como resultado de outras narrativas” (2016, p.130).

O mesmo acontece com as narrativas que se criam. Dessa forma, a legitimidade que o museu proporciona e é sancionada pelo Estado faz com que as instituições criem museus e suas narrativas históricas e institucionais. Girlene Bulhões (2017) atestando essa ideia traz a seguinte afirmativa a respeito desses espaços. Segundo a autora, os museus

Trazem certezas. Uma história neles contada ganha ares de veracidade, ainda que não seja bem assim; uma memória neles guardada assume uma aura de respeitabilidade, ainda que não a mereça tanto assim. Suas escolhas confirmam narrativas, validam preconceitos e privilégios, referendam poderes e submissões. (2017, p.20)

Portanto, um museu nessas instituições se concretiza porque o museu é uma instituição reconhecida pela sociedade e que tem a capacidade de dar mais legitimidade a essas instituições. São camadas e camadas de legitimação.

Para além dos discursos normalizadores, que também são fontes fundamentais nos processos de gestão de informação e de memória, é fundamental perceber que esses investimentos na memória,

[...] projetos institucionais, comemorações, homenagens – visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro. [...] Em tais investimentos, estão em jogo não apenas as condições que permitem criar uma instituição de memória, mas também as estratégias de valorização e comemoração” (HEYMANN, 2012, p. 78).

A criação de museus promove na instituição mãe uma reorganização do campo da informação para que possa ter exposições e o acervo do museu, ou seja, toda a instalação de um museu dentro de uma outra instituição promove a reorganização da informação em prol do objetivo que se quer. E ao fazer isso, estão contribuindo para a criação de uma memória institucional, criando narrativas. Acreditamos que a forma com que essas instituições lidam com a memória institucional e a sua relação com a sociedade é um fato a ser analisado por suas peculiaridades e tendências.

Compreendemos que os espaços analisados em questão muito ainda se assemelham ao que era o Museu Histórico Nacional (MHN), de acordo com a análise da obra da autora Regina Abreu (1996), quando da direção de Gustavo Barroso. O culto à tradição e o culto a pessoas que personificam essa tradição, além da imortalização da nobreza brasileira. Chegamos a pensar que é algo que existiu lá atrás, no início do século 20, no Museu Histórico Nacional, tão distante, mas que nos remete perfeitamente à situação aqui analisada. O que chega a ser “inacreditável” nos dias de hoje é mais corriqueiro do que pensamos (MARTIN, 1996).

De acordo com Chagas (2009) a tradição museal brasileira pode ser compreendida como parte de um projeto civilizador de modernidade “com raízes fincadas no solo do século XVIII.” (2009, p.64). O autor se refere a vinda da corte para o Brasil onde não havia museus, pois à época hortos e jardins botânicos não se inseriam na categoria de museu, e a notável mudança do cenário museal em pouco mais de 200 anos chegando a aproximadamente 2.700 museus. Os museus, dentre outras instituições, foram equipamentos criados com a vinda da família real para o Brasil. A transferência da corte ocasionou na colônia mudanças e impactos, em relação ao cenário político e econômico; marcou o imaginário simbólico, “Com a corte, vieram novos hábitos, comportamentos, sabores, odores, novas relações de poder e de memória [...]” (2009, p.66), o que de acordo com o autor ocasionou marcas indelévels; e criou, redesenhou um novo passado brasileiro, o que influenciou a

imaginação museal que estava iniciando. Nesse processo o museu foi utilizado como ferramenta na construção “ritual e simbólica” da nação a exemplo a Academia de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esses espaços funcionavam como instrumento de ilustração, atualização científica e poder disciplinar (CHAGAS, 2009).

Percebemos que, com poucas exceções, ainda se tende a salvaguardar nesses espaços objetos representativos das elites, e o que se busca é a compreensão da realidade mediante esses objetos e aos significados que a eles são investidos. Portanto, utilizando do nosso papel de fala, ou seja, uma visão pessoal, concluímos que esses museus nacionais são decorrentes de uma tendência histórica brasileira que já deveria ter sido ultrapassada, considerada por nós anacrônica. Nas palavras de Bulhões,

Insistir no entendimento passado (ultrapassado), validador da marginalização e do silenciamento de vozes fundamentais em sua polifonia, faz o museu estancar vias e vias de sangue e de poesia; o leva a isolar importantes canais de comunicação dele com a multiplicidade das coisas do mundo e delas com ele. (2017, p.42)

Porém, esse anacronismo não existe, na verdade, como podemos perceber nos museus do Judiciário Federal, essas características dos museus do passado ainda estão bem presentes, são características corriqueiras. Esses espaços, por vezes, se configuram em estratégias de consagração de pessoas na medida em que o imortal é fabricado e desfabricado pelas instituições. Isso depende da ocasião, por exemplo, com a troca de gestão dos espaços, ou quando determinadas pessoas estão em voga (ABREU, 1996).

É através da problematização desses fenômenos que é possível identificar crenças, valores e visões de mundo.

Essas análises nos mostram como esses museus públicos guardam características de bem privado, na medida em que fabricam a imortalidade de particulares pertencentes à nobreza (àquela época). Esses museus associam a memória individual de pessoas à história da nação, transcendendo-os à morte, em um contexto em que as tendências historiográficas não são mais a de consagrar personagens. São lugares utilizados como canal de construção de versões específicas da história em que buscam afirmar seus interesses e suas visões de mundo. Configurando-se então também, em lugares de difusão de maneiras de fazer

e ler a história do Brasil. São histórias de pessoas, personagens, que se vinculam com a história política e com a história da nação (ABREU, 1996).

E essas pessoas que são imortalizadas nesses espaços representam uma coletividade. Mas qual coletividade seria essa? Analisando as coleções percebemos que indubitavelmente não é a sociedade no geral, a maioria da população que paga os impostos, o povo, e sim a “nobreza brasileira” (1996, p.33), as elites que já nos referimos que se vinculam a história nacional. São imortalizadas pela instituição, pelos objetos que são evocativos da memória dessa coletividade, desse grupo, ou seja, pelas narrativas que usando como suporte esses objetos, as instituições criam. Esses objetos ao adentrarem um museu continuam ativos, servindo para a legitimação dos valores dos grupos que pertenciam, nas palavras de Abreu, “[...] por meio da preservação desses objetos evocativos, imortalizava-se a própria nobreza brasileira no contexto do Museu Histórico Nacional.” (1996, p.59). De acordo com Abreu, ainda no contexto mencionado, objetos evocativos da nobreza foram utilizados não apenas para imortalizar indivíduos, mas também para imortalizar a nobreza brasileira como um segmento social específico. O museu seria ou se configuraria então uma “[...] agência cristalizadora de representações materiais das memórias individuais.” (1996, p. 68).

Para entender o significado dessas coisas, objetos e narrativas, “[...] demandam um complexo trabalho de decodificação, análise e interpretação.” (1996, p. 28). Acreditamos que os objetos sejam portadores de significados, mas mais do que isso, acreditamos que as pessoas dão a esses objetos uma série de outros significados simbólicos, principalmente ao inseri-los em espaços como os mencionados, a aura museologizante³⁰ (ABREU, 1996).

De acordo com Abreu, os herdeiros da antiga nobreza brasileira encontraram no museu, o Museu Histórico Nacional no caso, o local ideal para perpetuarem e atualizarem o prestígio continuamente ameaçado pelo surgimento de outros grupos sociais. Nesse espaço selecionam o que será representativo no museu buscando reiterar a posição de destaque atribuída a essas pessoas pertencentes a essas elites

³⁰ O termo Aurea Museologizante utilizado por Regina Abreu é um termo do livro de Benedict Anderson, Comunidade Imaginadas. Na museologia o termo museologizante não é muito utilizado. Os autores que trabalham com esse termo, trabalham com um trocadilho de folclorizante como algo negativo, pejorativo, engessado.

ou nobreza³¹. E nessa construção, escolhe-se também o que será relegado ao esquecimento (ABREU, 1996).

Em relação à excitação com a permanência póstuma, a preocupação de que esses indivíduos possam desaparecer, entre as soluções modernas, uma foi a da imortalização pelas obras e realizações. Guardando e arquivando os testemunhos evocativos de suas obras e realizações com o objetivo de superar, pelo menos em partes, “a tragédia da mortalidade humana” (1996, p. 100).

A criação do MHN como continuidade da Exposição do Centenário tinha como objetivo “[...] resgatar o passado como constitutivo básico de uma nacionalidade.” (1996, p.161) em que a ideia de nação tinha como pressuposto um passado, “[...] a evocação do passado parece conferir legitimidade e *status* às ações do presente.” (1996, p.55). Esse museu seria o local que, por meio dos documentos preservados, evocaria o passado nacional, o processo de construção do Brasil enquanto nação independente. Diferente dos museus enciclopédicos, o MHN tinha como objetivo “[...] tratar de uma outra evolução, a evolução chamada de nação brasileira.” (1996, p.164)³².

Dessa forma, é possível perceber também as marcas de Gustavo Barroso - pessoa que integrou a instituição - foi quem idealizou o MHN³³ e também foi o primeiro

³¹ É importante salientar sobre a mudança operada na narrativa museográfica do MHN. Já a algum tempo o MHN vem modificando sua expografia, ou seja, não foi mantida a narrativa de Gustavo Barroso. Portanto, o MHN não trabalha com a mesma expografia “barrosiana”.

³² A primeira grande agência destinada a escrever a história do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), é datado de 1838 (ABREU, 1996) e já no seu estatuto constava a função principal do museu. De acordo com Abreu, a preocupação fundamental dos historiadores do IHGB era o de: “[...] dar conta da especificidade nacional brasileira, forjando sua identidade.” (1996, p.179) e muito dos aspectos do instituto exerceu influência sobre o MHN quando da direção de Barroso.

³³ De acordo com Chagas (2009) Gustavo Barroso concebeu o MHN nos seus primórdios como uma espécie de museu histórico militar inspirado, dentre outros, no modelo francês do Museu dos Inválidos. Depois que sua ideia foi concebida, Barroso teria instalado no museu sua “cidadela particular” que se refere ao seu imaginário museal (2009, p.79). A criação do MHN não se deu de um gesto isolado de Barroso, havia à época a compreensão por parte de vários setores da intelectualidade da importância, da necessidade e da oportunidade de construção de um local que mostrasse “a densidade histórica do país” (2009, p.88). Na ocasião encontravam-se em disputas diferentes planos, projetos, para um museu de caráter nacional, porém, por motivos que perpassavam por questões políticas, de relações sociais e de amizade o projeto de Barroso foi o vitorioso. Portanto, foi por meio da intervenção do Gustavo Barroso com o então presidente da República Epitácio Pessoa que no contexto do centenário da comemoração da independência o museu foi criado. De 1919 a 1922 Barroso assumia o cargo de inspetor escolar do Distrito Federal, até que com o apoio Epitácio Pessoa, foi nomeado para a direção do MHN (2009, p.82). Fato curioso é que mesmo já tendo sido pensado junto com a criação do MHN, foi na direção de Rodolfo Garcia que em 1931 se “projetou” e em 1932 se criou nas instalações do museu o Curso de Museu com duração de dois anos que foi o que deu início ao processo de institucionalização da Museologia no Brasil (2009, p. 98).

diretor da instituição de 1922 a 1930 e posteriormente de 1932 a 1959, cujo ideário era o da tradição associando-se a ideia do passado cujo “tempo passado, entendido como antiguidade, conferia legitimidade às coisas e ao homem. ” (1996, p.168). De acordo com Abreu, Barroso percebia-se como parte da sucessão de fundadores da nacionalidade e foi o responsável, por intermédio de Pedro Calmon, por receber o acervo de Miguel Calmon doado por sua esposa Alice da Porciúncula. Barroso pretendia ter no museu “os objetos representativos das elites” (1996, p.183), ou seja, objetos associados ao Estado Imperial, a visão que preconizava era a visão de uma sociedade hierárquica estruturada pela demarcação entre a elite e o povo, nas palavras de Abreu “As elites aparecem associadas originalmente ao Estado Imperial. Enquanto o povo seria caracterizado pela ideia de amálgama singular entre as raças, básico para a construção de uma identidade nacional. ” (1996, p.182). A construção da nação brasileira fundamentava-se no culto às tradições considerando a relação de continuidade de Brasil com Portugal. É o que Chagas retrata como a “ponte museológica” entre o século XIX e o século XX em que o que se esperava era a continuidade das tradições (CHAGAS, 2009). E dessa forma, Barroso defendia a criação de um outro museu que seria representativo do povo, o museu folclórico ou ergológico, que não chegou a ser efetivado. Barroso em sua gestão no MHN tendia a fundamentar as bases da tradição nacional no Império, e o culto a tradição implicou no culto às pessoas capazes de personificar essa tradução. E como já mencionado, o culto à essas pessoas estruturava-se por meio de objetos que a ela relacionados. O museu seria a instituição capaz de conservar esses objetos para a eternidade, logo, essas pessoas também seriam. Outra característica que o MHN teve na direção de Barroso foi a de também ser um espaço de articulação entre grupos sociais. O MHN seria então um museu representativo das elites. Portanto a visão de mundo de Gustavo Barroso.

Abreu, tendo como referência Nora, compreende que esse processo de fabricação de imortais é um dos mecanismos de constituição de um lugar de memória. São pessoas, que nas sociedades modernas, estavam fadadas ao esquecimento ainda mais se pensarmos no fim da memória nacional em que novos hábitos e costumes se impunham. Pois bem, esse culto à tradição pregado por Barroso em um momento do culto pelas novidades representa uma das fases do esfacelamento de uma concepção de memória nacional (ABREU, 1996; CHAGAS, 2009).

Tendo como referência Myriam Sepúlveda dos Santos, Abreu considera que com a morte de Gustavo Barrosos o museu passou por uma fase de decadência e uma série de gestões. Foi na gestão do comandante Leo Fonseca e Silva que houve alterações significativas inclusive o rompimento com o “museu – memória” de Gustavo Barroso (1996, p. 206).

Os museus do Judiciário Federal se configuram como ferramenta de gestão do passado dessas instituições mães, que as criaram e as abrigam, e os objetos que por escolhas adentram esses espaços são fragmentos, são resquícios materiais que fizeram parte de um passado. E agora, no presente, é a partir deles que constantemente se constroem e reconstroem trajetórias. Quando esses objetos são inseridos ao acervo, eles são ressignificados e toda uma aura museologizante a eles é condensada.

Diana Dianovsky em 2011 ao analisar a trama entorno da figura de Arthur Ramos, “um dos principais atores da institucionalização e da projeção internacional das Ciências Sociais brasileiras” (2011, p.36) questiona uma série de verdades estabelecidas nesses espaços de custódia.

O fundo Arthur Ramos, com quase cinco mil unidades, de acordo com Dianovsky, permaneceu praticamente intocado por várias décadas, o que a autora acredita que “sem dúvida” afetou a produção de memória sobre Arthur Ramos e logo, colaborou pela manutenção do seu esquecimento (2011, p.104). Arthur Ramos morreu em 1949 e Luiza Ramos, sua esposa, ofereceu o fundo ao Ministério da Educação em 1954, em 1956 o fundo deu entrada na Biblioteca Nacional (BN). Já na BN o fundo ficou guardado em caixas até meados de 1980, quando da doação de mais documentos de Arthur Ramos. E foi apenas entre 1998 e 1999 que o trabalho técnico foi finalizado e o acervo colocado a consulta. Nos mostrando também que essas instituições podem tornar pessoas esquecidas e silenciadas (DIANOVSKY, 2011).

Dianovsky ao analisar a trajetória desse fundo, nos mostra como a relação de associação do acervo influência nas narrativas criadas. Inclusive, como os agentes se reproduzem nessas narrativas, ou seja, inserem nas narrativas suas visões de mundo influenciando na visão de mundo do outro, de quem está do outro lado como pesquisador, usuário ou público. Além das arbitrariedades que existem dentro de uma mesma instituição em relação a forma com que os agentes dessas instituições

trabalham. Nesse contexto, a autora se refere ao processo de documentação e às normativas existente (DIANOVSKY, 2011).

A autora questiona uma série de verdades estabelecidas nesses espaços, como o discurso de que existe uma neutralidade sendo que existe um processo de construção de sentidos que tem a interferência dos agentes ali envolvidos. Que essas instituições influenciam tanto no legado como no esquecimento. Que é possível que façamos suposições nessas lacunas, vazios, que são criados, inclusive quando se escolhe algum documento em detrimento a outro para ser representativo. E a de que o arquivo seria a real trajetória do seu titular, ou ainda, de que ali estaria refletida a realidade dos fatos, tendo em vista que o arquivo tem interferências dos agentes que nele trabalham, tratam o acervo, além da própria família e do próprio titular que também realizou um processo de seleção nesse acervo sem contar também as perdas do tempo, para a autora, principalmente se referindo aos arquivos pessoais, ao invés de espelhos inteiros, “[...] os documentos estariam mais próximos a cacos esparsos e muitas vezes não complementares.” (2011, p.15).

Luciana Heymann (2012) ao discutir sobre a construção do legado de Darcy Ribeiro - nessa mesma perspectiva de projetos institucionais que visam a valorização de trajetórias individuais - homem público cuja história se confunde com a história nacional, analisa as influências que os arquivos pessoais sofrem na sua construção, questionando dessa forma o discurso de naturalidade dessas instituições e do papel dos agentes dessas instituições como guardiões passivos.

Alina Oliveira de Souza e Cláudia Peixoto Moura (2010) relacionam o alto número de acervos identificados como espaços de documentação e memória nas instituições públicas devido à obrigação de mostrar seus processos à sociedade conforme estabelecem as normas vigentes. Para as autoras, os programas ligados à memória constituem-se como ferramentas oportunas para o alcance da transparência frente à sociedade pois revelam os percursos institucionais. As autoras indicam também a crescente adoção desses programas nos últimos dez anos contados da data da pesquisa cuja tradição é de “empregar historiadores e arquivistas” (SOUZA e MOURA, 2010, p.13).

A memória coletiva que esses espaços forjam visam manter uma determinada narrativa que por vezes é modificada dependendo da ocasião e do contexto social. Essas questões perpassam por períodos históricos, por gestões e também por

tendências políticas. Essas fissuras são visíveis quando se analisa a política de comunicação dessas instituições. Sempre que possível é preciso analisar essas narrativas fazendo toda essa análise crítica e a devida contextualização levando em consideração que essas ações não se dão de forma ingênua.

Esses espaços ressignificam o acervo custodiado e elaboram e reelaboram as narrativas que são escolhidas em função de diversas questões. Nos museus institucionais, uma das peculiaridades observadas é a questão da autonomia em relação as instituições mães, que a maioria não possui, quando analisamos a escolha das exposições por exemplo. A maioria dessas exposições tendem a estar vinculada a figura de pessoas, como por exemplo dos ministros das cortes, e vinculadas também as suas tendenciosidades. Outra questão que não chega a ser uma peculiaridade pois a maioria das instituições em que há trocas de gestão tendem a se modificar como forma de justificar melhorias atuais em contraposição às gestões anteriores. É como se a gestão atual tentasse apagar o passado das gestões anteriores, e dessa forma, uma narrativa completamente diferente é condensada nesses espaços. É um processo constante de construção e reelaboração da memória da própria instituição. É impossível fazer uma análise do que se escolhe para adentrar o acervo e fazer parte da exposição de maneira ingênua. Como foi citado por Icléia Thiesen (1997) essa escolha é um jogo de poder, e estar ou não representado no museu significa muito, inclusive nos mostra o que é invisibilizado, silenciado.

Pois bem, esses Lugares de Memória por meio de narrativas criadas, reconstroem um passado da justiça nacional e tentam dessa forma exaltar a instituição e todas as melhorias que proporcionaram, além de personagens que fizeram parte dessas instituições. É um processo de constante construção e reelaboração da memória das instituições, das pessoas e do passado da justiça brasileira, essa última bem menos abordada nessas agencias.

Analisando esses vários investimentos sociais no contexto das instituições, em um momento em que cada vez mais se criam lugares de memória, uma das possibilidades que consideramos é a de que é uma forma de aproximação do povo com essas instituições. Uma forma de conter certos questionamentos mostrando que o povo pode se apropriar desses espaços, “se eles quisessem”. Porém, o povo propriamente dito não está representado nesses espaços. É como se fosse uma falácia.

Da mesma forma que os museus criam narrativas, nós também criamos, e a nossa análise leva a perceber esses espaços que lidam com a memória institucional como espaços manipuladores, tendenciosos. Cujo discurso de neutralidade é empregado, mas que não existe essa tão falada neutralidade. Que quando se escolhem pessoas ou eventos para estarem representados ali, escolhe-se também outros para ficarem na obscuridade. E tanto o que está representado nos traz uma série de significados como o que também não está, o que seriam os vazios. Mas isso não significa que não existia uma “batalha das memórias”. Não compramos a ideia, o discurso de uma única memória institucional dos museus, acreditamos em uma certa pluralidade pois cada instituição tem a sua especificidade, porém, sempre propensas, tendenciosas as práticas mencionadas.

Tomando essas instituições como ponto de partida de uma análise de processos culturais, simbólicos e políticos, compreendemos que esses museus não se tornam apêndices ou anexos, mas sim, um dos diversos mecanismos mobilizados pelos agentes na fabricação de legados - um dos pois existem vários outros como livros, bibliotecas, realização de seminários - ou seja, mobilizam também outras forças para a fabricação desses legados, dessa memória institucional.

No próximo item falaremos sobre a política voltada para o campo dos museus, Política Nacional de Museus, que deu origem a uma série de instrumentos, inclusive, ao Estatuto de Museus por meio da lei nº 11.904 de 2009 que é a lei atual que regula o campo.

1.3 POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Não poderíamos finalizar esse capítulo sem a abordagem da Política Nacional de Museus que ancora uma parte da leitura que mobilizou este trabalho. Entrei no Curso de Museologia da Universidade de Brasília³⁴ no segundo semestre de 2011 e

³⁴ Sobre a formulação do curso de Museologia da UnB, acreditamos que inicialmente, principalmente por conta projeto curricular, possuía características que o fazia ser considerado um ensino tradicional, clássico. Ao longo do tempo houve uma série de modificações. Sobre a formulação do projeto básico curricular do curso de Museologia da UnB realizado pela museóloga Lygia Martins Costa, faremos uma breve retrospectiva baseada na entrevista realizada por Gomes e Carrijo (2012) para contextualizar como ocorreu. Lygia formou-se no curso técnico de Museus do Museu Histórico Nacional, o curso idealizado por Gustavo Barroso foi criado em 1922 pelo mesmo decreto que cria o museu, Decreto-lei Nº 15.5962 de 2 agosto de 1922, mas foi fundado apenas em 1932 já com algumas alterações. Esse foi o curso que deu origem ao primeiro curso de Museologia de nível superior no Brasil. Posteriormente, além de vários outros cursos, Lygia cursou também o curso da Escola Nacional de Belas Artes. Em 1939 entrou para o quadro do serviço público federal para trabalhar no Museu Nacional de Belas Artes.

todo o Curso de Museologia se encontrava eufórico com as mudanças do campo. Havia legislação específica para o campo, havia um Sistema Brasileiro de Museus, havia uma Política Nacional de Museus.

Só que também havia os museus. Os museus reais cujas práticas se por muitas vezes se distanciavam desses instrumentos e modelos recém elaborados pelo Instituto Brasileiro de Museus. Já agradecendo a indicação do Prof. Clovis Britto em nossa banca de qualificação, levou muito tempo para perceber que havia tantos museus quanto museologias praticadas. As diferentes disciplinas do curso por vezes nos apresentavam modelos que, não eram praticados, aliás, longe de sê-lo.

E foi a partir de todo esse arcabouço da área que elaboramos nosso Instrumento de Coleta de Dados (ICD). Com os olhos no modelo, mas tendo que aplica-lo no “mundo real”.

A apresentação dos resultados foi importantíssima quando da banca de qualificação deste trabalho. Os resultados não só nos mostraram a prática de museus criados antes da Política Nacional de Museus e que funcionam como museus mesmo em desacordo com a política.

Os resultados, o diálogo com a banca, e o mapeamento da realidade dos demais museus do DF igualmente nos fizeram perceber que não necessariamente é

Trabalhou na instituição até 1952 quando foi para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foi no instituto que trabalhou com Alcides Rocha Miranda, arquiteto que foi convidado a vir a Brasília para dar aula para o curso de Arquitetura. Alcides é considerado também o cofundador da UnB, e foi o primeiro diretor da Escola de Arquitetura e Belas Artes. Foi Alcides que falou com o Darcy Ribeiro, primeiro reitor da UnB de 1962 a 1963, sobre Lygia. E assim, Darcy a convidou a vir a Brasília para montar o programa de várias disciplinas do curso de Artes. Lygia permaneceu em Brasília por quase dois anos (GOMES, CARRIJO, 2012).

Portanto, a convite de Darcy, Lygia veio à Brasília para criar uma proposta de programa para o curso de História da Arte. Anteriormente, já havia selecionado e enviado a Brasília livros de arte para compor a biblioteca. A princípio, Lygia faria apenas a proposta para o curso de História da Arte, porém, em conversa com Darcy, o mesmo lhe contou sobre os museus que também seriam construídos na universidade e ela lhe indagou então sobre a necessidade de ter um curso de Museologia para que existisse em Brasília profissionais para atuarem nesses espaços, para atender às necessidades desses museus. De acordo com o projeto inicial, realizado pela comissão de idealização da universidade, já havia a proposta de construção de dois museus, o Museu da Civilização Brasileira e o Museu de Ciência e Técnica (GOMES, CARRIJO, 2012).

Lygia propôs a criação do curso de Museologia em Brasília em 1964, porém, devido a questões relacionadas a Atos Institucionais militares e a perseguições políticas no campus o curso só foi criado posteriormente. De acordo com Gomes e Carrijo (2012), essa pauta só voltou a ser debatida em 1988. Todo esse preâmbulo foi construído no sentido de mostrar como o curso foi idealizado, um curso muito baseado no que se tinha no Rio de Janeiro, pois a época não tinha ainda o curso de Museologia na Bahia, nem mesmo tinha acontecia a Mesa de Santiago do Chile, então, todas essas questões devem ser consideradas ao analisarmos a proposta criada para o curso de Museologia que acreditamos influenciar até nos dias atuais. Foi um projeto com características bem tradicionais construído com o olhar de uma museóloga, historiadora da arte formada nos anos de 1930 (GOMES, CARRIJO, 2012).

o fato dessa variante de museu estar inserida em instituições não museais que os impede de cumprir a política. Isso porque observamos que, por exemplo, os museus do Governo do Distrito Federal não responderiam ao questionário de forma muito diferente.

Para realizar a abordagem da Política, realizamos uma contextualização do campo. O campo dos museus no Brasil passou por fases diferentes. Uma fase, por exemplo, foi quando só havia os museus para cuidar do que hoje chamamos de patrimônio. Na década de 1970 por uma série de questões, os museus entram no campo do patrimônio, foi no contexto em que havia recursos financeiros e humanos. Esse foi o período, por exemplo, da criação da Fundação Pró-Memória (FPM). No contexto dos anos de 1990 os recursos foram diminuindo, e o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se viu com um problema pois tinha que continuar cuidando dos seus bens tombados e dos museus. Nesse contexto, a situação começa a ficar complexa e a área do patrimônio acaba tomando conta dos seus bens tombados e os museus acabam preteridos nesse processo. Quando da 1ª gestão do Governo Lula, Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura, tenta fazer na área dos museus uma cópia do modelo francês, ou seja, um departamento de museus. E é aí que se tem um primeiro movimento de uma certa autonomia da área dos museus dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Iphan se reorganiza em termos de estrutura administrativa, para poder assumir esse departamento de museus, por diretorias relacionadas a tipologias de patrimônio, o que dá origem a Diretoria de Patrimônio Material, Imaterial e de Museus e Centros Culturais (DEMU). Foi a partir da criação do DEMU o processo inicial de autonomização do campo dos museus até que o departamento se tornou independente por meio da criação do Instituto Brasileiro de Museus.

Para realizar essa análise se faz necessário voltarmos a alguns acontecimentos que deram início e que contextualizam esse processo. De acordo com Guarniere (1977) o primeiro museu brasileiro, criado já com esse nome *museu* data ainda do período colonial e foi criado por D. João. O museu criado em 6 de junho de 1818 por meio de um decreto, foi inaugurado no mesmo ano e era caracterizado como um museu de História Natural. Esse museu reflete a influência da Inglaterra sobre Portugal, logo, sobre o Brasil. De Museu Real passou a ser Museu Imperial Nacional e posteriormente Museu Nacional. Fato interessante é que o museu antecede cerca

de 120 anos as Universidade aqui, no Brasil. A criação desse museu e dos que o sucederam antecipa a modernização da sociedade brasileira com a vinda da família real e se moldam como reflexos de padrões culturais, valores e modelos de sociedades consideradas “mais adiantadas” (GUARNIERE, 1977).

Já no Brasil império, a consciência de nacionalidade se expressa e é significativa a contribuição das sociedades particulares de caráter científico e cultural. Em relação ao poder público, são agregadas a essas instituições museus com o objetivo de preservar os bens culturais coletados. Ocorre uma nítida tentativa por sedimentar e fortalecer as instituições culturais. Uma das características das coleções desse período é o caráter eclético, o que começa a formar um campo não especializado. Mesmo com essa tendência eclética, ainda predomina, como tema principal, as ciências da natureza, e a ela vai se acrescentando as coleções de caráter histórico. O período republicano dá continuidade a tendência do Brasil império. Os museus continuam sendo criados em caráter provincial sendo crescente a preocupação com o caráter histórico (GUARNIERE, 1977).

Ainda de acordo com Guarniere (1977), de 1922 a 1930 percebe-se a busca por uma identidade nacional. Nessa época que acontece a Semana de 22, Semana de Arte Moderna, e a criação do Museu Histórico Nacional durante o governo de Epitácio Pessoa. Esse período é caracterizado também por mudanças estruturais do poder altamente centralizadora e autocrata. Após 1930 encontra-se um período de grande centralização do poder. Ocorre também a centralização dos órgãos oficiais incumbidos de promover a cultura. Fato interessante é que após a Carta Constitucional de 1937, todas as constituições passam a dedicar, mesmo que de maneira discreta, a proteção e amparo a cultura,

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. ” (BRASIL, 1937, Art. 134).

Foi nesse período que ocorreu a criação do Sphan como resultado da preocupação de intelectuais e patriotas,

Estado forte e centralizador, teve de procurar suas bases de apoio num paternalismo extenso que se exprimiu desde uma avançada legislação social, preventiva de conflitos num contexto de incipiente industrialização, até uma legislação protetora do patrimônio cultural, que atendia aos reclamos de ponderáveis parcelas de intelectuais. (GUARNIERE, 1977, p. 37)

Foi nesse período também, 1930 a 1945, Era Vargas, que o Brasil passou pela criação de uma série de museus especializados vinculados aos órgãos de pesquisas cujos museus passaram a ser auxiliares. Esse período é considerado por Guarniere (1977) como marco inicial das políticas públicas relacionadas à cultura. Após esse período, caracterizado pela a centralização do poder, as ações culturais voltam a fervilhar de forma singular tanto em relação ao teatro, a música e aos museus. O crescimento econômico faz com que haja uma reorganização de modo a constituir uma infraestrutura adequada a industrialização crescente do período levando a descentralização.

Dos anos de 1945 aos anos de 1970 novos conceitos surgem para os órgãos culturais, inclusive para os museus. De acordo com Guarniere (1977) já não bastava mais apenas guardar, preservar, conservar e expor, era necessário que as mensagens contidas nos objetos fossem transmitidas ao receptor, ao homem. Podemos dizer que é aqui que começa a preocupação com a questão social dos museus no sentido de que toda a gestão, organização da informação e do conhecimento, só valeriam, se exercessem sua função social, se chegassem, alcançassem, a sociedade.

Considerados como divisores de águas para o campo museal, a criação do curso de museus em 1932 e a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN) em 1934 deu origem respectivamente à institucionalização da museologia e dos estudos de museus aqui no Brasil- sem desconsiderar as iniciativas que ocorreram em 1922 do curso técnico de museus³⁵- e ao Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (Sphan). A inspeção é considerada um dos principais antecedentes do Sphan e o primeiro órgão nacional direcionado à preservação do patrimônio cultural (MinC/Iphan/DEMU, 2006). A IMN foi criada pelo decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 que “Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do ‘Museu Histórico

³⁵ O Curso Técnico de Museus, criado pelo Decreto-lei Nº 15.5962 de 2 agosto de 1922 que “Crêa o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento” não chegou a se concretizar. A proposta era de proporcionar uma formação básica para os técnicos em arquivos, bibliotecas e museus com duração de 2 anos. As disciplinas seriam ministradas pelos funcionários das instituições que faziam parte do “convênio”, curso comum ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. Curso comum às áreas do patrimônio como consta no Art. 56 da lei supracitada. O motivo para a não concretização do curso é especulada sendo que uma delas é a questão das divergências políticas dos diretores das instituições em relação a notoriedade adquirida por Gustavo Barroso ao idealizar o curso nesse formato (SÁ, 2013).

Nacional' ” (BRASIL, 1934), como um departamento do museu cuja função, de acordo com Art. 1ª era de:

[...] exercer a inspecção dos Monumentos Nacionaes e do commercio de objecto artísticos historicos.

Parapho unico. Para os fins da inspecção, organizará um catalogo dos edificios de assignalado valor o interesse artistico-historico existentes no paiz, propondo ao Governo Federal os que se devam declarar em decreto Monumentos Nacionaes; entrará em entendimento com os governos dos Estados, no sentido de se uniformizar a legislação sobre a protecção e conservação dos Monumentos Nacionaes, guarda e fiscalização dos objectos historico-artisticos, de maneira a caber aos Estados os encargos desse serviço nos respectivos territorios. (Brasil, 1934)

Já o decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932 “Cria no Museu Histórico Nacional o ‘Curso de Museus’ ” (BRASIL, 1932). O curso tinha como objetivo o ensino das matérias que interessavam ao museu cujas matérias eram dadas pelos próprios funcionários do museu. Com o tempo o curso foi passando por reformulações e em 1951 o curso de museus alcançou o nível de ensino superior por meio de um convenio entre o Museu Histórico Nacional e a Universidade do Brasil, só se efetivando em 1970.

O Sphan começou a funcionar em 1936 por meio da determinação presidencial dirigida ao então ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, mas, foi apenas em 1937, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro que “Dá nova, organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica”, que o órgão foi oficialmente criado. No Art. 46 consta que, “Fica creado o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimonio historico e artístico nacional. ” (BRASIL, 2013) dentro do então Ministério da Educação e Saúde Pública na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação (REZENDE; GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2015). Foi nesse período, 1937, que a IMN é extinta e suas atribuições substituídas pelo Sphan.

O Sphan passou por modificação e entre elas foi em 1946 por meio do Decreto-lei nº. 8.534 de 2 de janeiro que “Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências” (BRASIL, 1946). Por um período, de 1946 a 1970, o Sphan foi denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). O decreto, além de outras questões, dispunha sobre a organização administrativa da instituição.

Enquanto isso, o campo museal vinha se desenvolvendo e se consolidando. Segundo o relatório Política Nacional de Museus (2006), desenvolvido pelo MinC, Iphan e DEMU, a partir de 1930 foram criados vários museus públicos e privados o que aumentou nos anos 40 e 50; em 1946 foi criado o Conselho Internacional de Museus; livros clássicos sobre museus e museologia foram publicados; em 1956 foi realizado o 1º Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto; em 1958 no Rio de Janeiro aconteceu o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus; em 1963 foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atualmente conhecida como Associação Brasileira de Museologia; em 1976 realizado em Recife o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus; e em 1979 foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) (MinC/Iphan/DEMU, 2006). A FNMP foi criada por meio da Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979 que “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências” (BRASIL, 1979).

A FNPM, órgão público de personalidade jurídica de direito privado supervisionado pelo Ministério de Educação e Cultura destinava-se a “[...] contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País” (BRASIL, 1979). A fundação funcionou em parceria ao Sphan cuja criação foi justamente para dar suporte à secretaria em relação à agilidade administrativa da política de proteção ao patrimônio cultural (REZENDE; GRIECO; TEIXEIRA; THOMPSON, 2015). E, foi no âmbito da FNPM que, em 1983, foi criado o Programa Nacional de Museus (PNM) que visava a revitalização dos museus brasileiros. E em 1986 o Sistema Nacional de Museus que visava apoiar financeiramente projetos museológicos.

Em 1990 a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, por meio da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990 que “Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências” (BRASIL, 1990), foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). O instituto permaneceu com esse nome até 1994 quando por meio da Medida Provisória nº 610 de 8 de setembro o órgão passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No Art. 6º consta que

O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Fundação Nacional de

Artes - FUNARTE, mantidas suas competências e naturezas jurídicas.
(BRASIL, 1994).

E desde então tem esse nome.

Em 2003, o Ministério da Cultura criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e foi essa coordenadoria que convidou profissionais da área, a comunidade museológica, para participar da construção de uma política voltada para o campo museal (MinC/Iphan/DEMU, 2006). Um dos resultados dessa ação foi o lançamento do documento Política Nacional de Museus (PNM) em maio de 2003 que visava a organização e estruturação do setor. A política tinha como objetivo “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural e, com isso, desenvolver e revitalizar as instituições museológicas”³⁶.

De acordo com a apostila Política Nacional de Museus publicada em 2007 pelo MinC, o processo de construção da política foi dividido em 4 etapas. A primeira foi a elaboração de um documento inicial, básico, para ser colocado em discussão. A segunda foi a apresentação desse documento e debates públicos em Brasília e no Rio de Janeiro. A terceira foi a ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Por último, a quarta etapa foi a apresentação de um documento final, que foi a versão do documento inicial com as modificações sugeridas, realizado por uma equipe interdisciplinar composta por representantes do poder público e da sociedade civil (MinC, 2007).

Um dos desdobramentos do PNM foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/Iphan) em 2003 acarretando no fortalecimento dos museus no MinC. E na sequência, na criação do Sistema Brasileiro de Museus. Um dos papéis do Sistema Brasileiro de Museus foi o de realizar a articulação dos museus brasileiros além de propor a criação de instrumentos legais que contribuíssem para uma melhor gestão dos museus. O sistema foi instituído pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004 que “Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências” e em 2013 foi revogado, porém, o sistema continua existindo e é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico.

³⁶ <http://www.museus.gov.br/tag/demu/>

A política também fazia menção a um instrumento que é o Cadastro Nacional de Museus (CNM) que também foi criado em 2005 e implantado em 2006 pelo DEMU e o objetivo era de mapear e coletar informações sobre os museus brasileiros.

O DEMU funcionou como departamento do Iphan até 2009, quando, também como resultado do PNM, foi instituído o Estatuto de Museus e criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) como uma autarquia federal, cujo anteprojeto foi feito pelo próprio DEMU, por meio da Lei nº 11.906 de 2009. A recém-criada autarquia vinculada ao Minc herdou do atual Iphan os direitos, deveres e obrigações relacionadas aos museus brasileiros confirmando o crescimento e a consolidação do campo. A criação do instituto concretizou um conjunto de ações que vinham se desenvolvendo há algumas décadas no sentido da criação do Sistema Brasileiro de Museus. Já o Estatuto de Museus dispõe de princípios que deveriam nortear a gestão e o planejamento das instituições. O estatuto dispõe de várias questões relacionadas aos museus dentre elas a definição dessa instituição, museu, a questão da nomenclatura e dos instrumentos que devem ser implantados, os princípios fundamentais dos museus, o regimento e as áreas básicas. Mostra como seria a gerência ideal dos espaços museais.

Em 17 de outubro de 2013, foi publicado o Decreto nº 8.124 que “Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.”. Esse é o decreto que vem para regulamentar o Estatuto de Museus e especificar, além de outras questões, as obrigações dos museus públicos e privados e do Ibram, porém, é preciso destacar que o Estatuto de Museus precisa ser devidamente regulamentado via decreto do Poder Executivo para que possa ser completamente implementado. Entendemos que o Estatuto de Museus é uma lei muito complexa de ser aplicada pois na verdade os museus que são e os que não são da autarquia devem segui-la, porém, também há uma série de instrumentos que devem ser elaborados pela própria autarquia para servir como suporte pelos museus.

É importante notar a importância da PNM em relação aos vários instrumentos legais, institucionais relacionados ao campo museal e a questão da autonomia da área de museus. Compreendemos aqui o Estatuto não como uma amarra, mas sim como um campo de possibilidades para a Museologia. É um instrumento recente e um marco regulatório para o setor.

A lei que institui o Estatuto é composta por 70 artigos divididos em cinco capítulos que trata respectivamente: Disposições Gerais; Do Regime Aplicável aos Museus, A Sociedade e os Museus, Das Penalidades; e Disposições Finais e Transitórias. É uma lei de abrangência nacional que deve ser seguida pelos museus públicos e particulares e entrou em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação. Os museus no geral deveriam adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto na lei no prazo de cinco anos de sua publicação, e os museus federais já em funcionamento no prazo de dois anos. Essa abordagem mais minuciosa do estatuto é importante para justificar a complexidade do questionário, o ICD, que será detalhado no próximo capítulo.

2. COLETA DE DADOS

Partindo dos questionamentos formulados por Daniele Nogueira (2015), e defendendo a hipótese que os museus criados dentro de instituições cuja atividade finalística não é a museal desenvolvem contextos de trabalhos diferentes, ou seja, que essas instituições possuem dinâmica de gestão específicas, consideradas por nós, profissionais e pesquisadores de museus, fora dos “padrões”, um problema para o campo da Museologia (GUARNIERI, 1977) construímos um questionário baseado no Instrumento de Coleta de Dados (ICD) dos museus da Universidade de Brasília (UnB) e no Estatuto de Museus composto por 103 questões, sendo que apenas a última resposta pode ser considerada subjetiva, para dar conta da investigação sobre a gestão dessas unidades de informação. Considerando que nas últimas décadas do século XX e do século XXI tanto o campo técnico quanto o acadêmico e o normativo vêm construindo entendimentos sobre protocolos e procedimentos em unidades museais e que me formei em museologia nesse contexto, inclusive contexto Estatuto de Museus, todo o questionário é baseado em parâmetros que podem ser inferidos da legislação que institui o referido estatuto.

Como mencionado, Daniele Nogueira iniciou as pesquisas sobre os museus institucionais estudando o caso específico de um dos três museus do Poder Legislativo, o Museu do Tribunal de Contas da União (TCU), e pretende continuar a pesquisa estudando esses outros dois museus. Nesse momento, pretendemos descobrir que particularidades tem os museus criados dentro de instituições do Poder Judiciário Federal para que num futuro próximo possamos terminar essa investigação pesquisando também os museus do Poder Executivo.

Afora rápida menção de Waldisa Grarnieri em sua dissertação de 1977 sobre os museus-apêndice, o texto de Célia Maria Corsino que foi resultado de um seminário em 2003 em que faz um panorama da questão museológica em Brasília e a dissertação de Daniele Nogueira Pestana de 2015, não há literatura sobre o tema específico. Em decorrência dessas questões se deu a opção de pesquisar o campo e aplicar o questionário.

Portanto, apresentaremos nosso recorte de pesquisa que são os cinco museus do Judiciário Federal. Como já mencionado optamos por apresenta-los cronologicamente de acordo com a criação dos museus. Apresentaremos os dados

obtidos no ICD. E por fim relacionaremos a missão das instituições mães e dos museus para entendermos se existe uma relação.

2.1 HISTÓRICO DOS MUSEUS

A seguir serão apresentados os museus. O levantamento foi realizado por meio dos documentos disponibilizados pelos responsáveis das instituições e outros encontrados por meio de pesquisas realizadas nos sites das instituições.

2.1.1 Museu do Supremo Tribunal Federal

O museu do Supremo Tribunal Federal, segundo os Relatórios de Atividades dos anos de 1977 e 1978, pois ainda não se tem conhecimento de algum Ato Normativo sobre a criação do museu, foi criado em 1977 e oficialmente aberto à visitação em 1978, no ano de comemoração do sesquicentenário do STF (STF, 1977/1978)³⁷. O museu, já com essa denominação, era subordinado ao Gabinete da Presidência do STF.

O museu passou por alterações tanto em relação a sua nomenclatura quanto em relação a sua posição no organograma da instituição. De acordo com o Ato Regulamentar nº 7 de 5 março de 2009, o museu fazia parte da Secretaria do Tribunal e compunha a Secretaria de Documentação juntamente com o Gabinete do Secretário, a Coordenadoria de Biblioteca, a Coordenadoria de Análise de Jurisprudência, a Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência, e a Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos (BRASIL, 2009). Já em maio de 2010, de acordo com o Ato Regulamentar nº 9, o museu passa a operar ainda na Secretaria do Tribunal, na Secretaria de Documentação, mas dentro da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória Institucional com o nome de Seção de Memória Institucional juntamente com a Seção de Protocolo Administrativo, a Seção de Arquivo, a Seção de Conservação e Restauração e a Seção de Encadernação (BRASIL, 2010).

³⁷ De acordo com Roberta Fraga, responsável pela Gestão e Difusão de Acervo Histórico e Cultural (GDAHC) do STF, não há um normativo explicando a motivação da mudança de denominação do museu, como também não se tem, ou não foi localizado até o momento, nenhum Ato Normativo concreto sobre a criação do museu. Existe atualmente frentes de trabalho operando no sentido dessa formalização/normatização.

Recentemente, em 2018, ocorreram novas alterações no organograma e agora o museu opera na Secretaria Geral da Presidência, na Secretaria de Documentação, com o nome de Coordenadoria de Memória e Gestão Documental juntamente com a Coordenadoria de Biblioteca, com a Coordenadoria de Análise de Jurisprudência e com a Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência. Existe dentro da Coordenadoria de Memória e Gestão Documental subdivisões de acordo com as atividades desenvolvidas, uma dessas subdivisões se refere as atividades de Gestão da Memória Institucional (GEMIN) que por sua vez é subdividida em Gestão de Preservação e Restauração (GEPRE) e Gestão e Difusão de Acervo Histórico e Cultural (GDAHC) que são considerados subprocessos da Gestão da Memória Institucional. O museu se encaixa, portanto, na Coordenadoria de Memória e Gestão Documental, na Gestão da Memória Institucional, denominado Gerência de Memória Institucional.

2.1.2 Museu do Superior Tribunal de Justiça

A Resolução nº 12, de 16 de abril de 1990 que dispunha sobre a estrutura organizacional do tribunal previa o Museu do Tribunal dentro do Arquivo Geral, que era dividido em Divisão de Acórdãos e Divisão de Documentos Administrativos e Judiciários. O museu se inseria em Divisão de Documentos Administrativos e Judiciários juntamente com a Seção de Documentos Administrativos, a Seção de Documentos Judiciários, a Seção de Microfilmagem e a Seção de Conservação de Documentos. O Arquivo-Geral por sua vez estava inserido na Secretaria de Documentação subordinada a Diretoria-Geral Da Secretaria (BRASIL, 1990). De acordo com a Portaria nº 1.238, de 05 de julho de 1990³⁸, é designado a técnica judiciária Marcela Brant a exercer a função de supervisora do Museu do STJ, junto ao Arquivo-Geral (BRASIL, 1990).

O Ato nº 49, DE 7 de maio de 2001 implanta no tribunal o projeto Museu-Escola que tinha como público alvo estudantes da faixa etária de 13 aos 18 anos. O objetivo do projeto era o de,

[...] fortalecer o sentimento de cidadania e valorizar a herança cultural do indivíduo levando ao conhecimento do público estudantil uma parte da

³⁸ Acreditamos que tem um erro nesse documento pois ele é de 05 de julho de 1990, foi publicado no boletim de serviço de número 14 e 15 respectivamente em 15 e 31 de julho do mesmo ano, porém, o documento trata de data anterior, de 28 de junho de 1990, “DESIGNAR, a partir de 28 de junho de 1990, Marcela Brant de Moraes e Silva [...]” (BRASIL, Portaria nº 1238)

história do Poder Judiciário Brasileiro, dando ênfase à criação do Superior Tribunal de Justiça, sua missão e filosofia de atuação. (BRASIL, 2001)

O museu do STJ que funciona desde 1990, de acordo com o site do STJ, contribui para a valorização da história, do patrimônio, da arte, da cultura e da educação desenvolvendo projetos que buscam integrar as pessoas ao Judiciário. O museu permaneceu no antigo prédio do tribunal na Praça dos Tribunais até 1995 quando da transferência da corte para o local em que se encontra hoje. Além das exposições, o museu promove programas educativos à comunidade local, especialmente estudantes do ensino médio e fundamental e idosos do Distrito Federal.

De acordo com o Plano Museológico da instituição, a coordenadoria responsável pelo museu desenvolve atividades que se concentram prioritariamente em um conjunto de sete programas de “elevada importância e responsabilidade social” quais sejam: Projeto Museu-Escola, O Despertar Vocacional Jurídico, Projeto O Saber Universitário da Justiça, Sociedade para Todas as Idades, Exposições temporárias, Exposições Permanentes e Editoração Cultural. Consta também que as exposições são passagens obrigatórias para os estudantes que participam dos projetos (STJ, 2012).

O objetivo das exposições temporárias era o de “[...] promover a diversidade artística e seus respectivos autores, oferecendo à sociedade brasileira oportunidades de acesso à produção de bens e serviços culturais.” (2012, p. 3). Já o público alvo são “[...] os artistas plásticos, principalmente escultores e pintores; e escritores, prioritariamente autores e coordenadores de obras da literatura jurídica.” (2012, p.3) aqui entendemos que tem indicado o público alvo para a realização das exposições, e não ao público. Já o objetivo das exposições permanentes é “[...] preservar a memória do Tribunal Federal dos Recursos e do Superior Tribunal de Justiça, visando mantê-la como fonte permanente de pesquisa e geradora de novos conhecimentos.” (2012, p.4).

Atualmente a Secretaria de Documentação, vinculada à Secretaria do Tribunal, é dividida em Coordenadoria de Gestão Documental, Coordenadoria de Memória e Cultura e pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. O museu e o Centro Cultural se inserem na Coordenadoria de Memória e Cultura. De acordo com o regimento interno atual do tribunal, cabe à Comissão de Documentação, “supervisionar a administração

dos serviços da biblioteca, do arquivo e do museu do Tribunal, sugerindo ao Presidente medidas tendentes ao seu aperfeiçoamento” cuja redação é dada pela Emenda Regimental nº 7, de 2004 (BRASIL, 2019).

2.1.3 Museu do Superior Tribunal Militar

A Resolução nº 42 de 13 de maio de 1992 que “Dispões sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal Superior Militar” (RESOLUÇÃO 42, 1992) cria o Museu do Superior Tribunal Militar cujo nome é Museu da Justiça Militar da União por meio da criação da Seção de Museu que fazia parte da Diretoria de Documentação e Divulgação que por sua vez estava anexa a Secretaria do STM. Os Atos para a implantação progressiva da estrutura seriam baixadas posteriormente pelo Ministro Presidente. O Museu da Justiça Militar da União, que funciona no Edifício Sede do Superior Tribunal Militar (STM), criado na gestão do Ministro Gen. Ex. Haroldo Erichsen da Fonseca apesar de ter sido criado na estrutura organizacional da instituição em 1992 foi inaugurado apenas em 11 de dezembro de 1995.

Ainda na gestão do ministro supracitado, foi aprovada a Resolução 47 de março de 1993 que “Aprova o Regulamento do Superior Tribunal Militar. ” (Resolução nº 47, 1993) e o museu foi instalado no térreo do tribunal³⁹.

De acordo com o site institucional do museu, a instalação do museu no lugar em que se encontra hoje ocorreu já na presidência do Ministro Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho que foi quem escolheu o lugar ideal para a instalação que seria um lugar de destaque no tribunal prevendo uma melhor integração com itens que representam a história da Justiça Militar. O museu foi instalado no 2º andar, em frente ao Plenário, ambiente que anteriormente era destinado ao Salão Nobre, “Ali os convidados ilustres eram recebidos pelo Presidente e pelos Ministros, enquanto aguardavam o início e ao final das solenidades.”⁴⁰. De acordo com o STM o museu é um dos locais que recebe os estudantes universitários e delegações estrangeiras que visitam o tribunal. A inauguração do museu se deu em 11 de dezembro de 1995 já na gestão do Ministro Alte Esq. Luiz Leal Ferreira com o objetivo de “[...] promover a coleta, o registro, a catalogação, a classificação, a pesquisa, a conservação e a

³⁹<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/2187-museu-da-justica-militar-da-uniao-e-reinaugurado>

⁴⁰ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/museu>

divulgação do acervo de valor cultural e/ou histórico que se relacionem com a Justiça Militar. ” (Idem).

Em 2009, na presidência do ministro Carlos Alberto Marques Soares houve uma nova reinauguração em que o vice presidente ministro Marcos Leal Azevedo foi quem coordenou o projeto de revitalização do espaço⁴¹. Essa revitalização, que durou nove meses, foi idealizada em 2007 nos preparativos para a comemoração dos 200 anos da Justiça Militar da União (JMU) em que se idealizavam a mudança da exposição permanente, a criação da exposição itinerante e a complementação da pesquisa histórica para elaboração da biografia dos ministros da Corte. Para o projeto de revitalização, a museóloga Célia Corsino foi contratada.

O museu do STM é aberto ao público geral para visita, o que entendemos como visitas espontâneas, mas é possível também agendar uma visita institucional para grupos que contempla, além da visita ao museu, que não ao acaso fica por último, a realização de palestra sobre a Justiça Militar da União, exibição de vídeo institucional e visita ao Plenário da Corte. Esse agendamento é realizado e conduzido pela Assessoria de Cerimonial da Presidência do STM⁴². Essa visita é destinada, mas não exclusivamente, aos alunos de curso superior em Direito,

Aos estudantes universitários, o Museu organiza visitas guiadas em que os alunos são recebidos pelo ministro aposentado da Corte, Cherubim Rosa Filho, que apresenta a história da Justiça mais antiga do país. Em seguida, os participantes assistem à sessão plenária em que os ministros julgam casos de militares ou civis que tenham ferido o Código Penal Militar. A visita termina no Museu que conta com diversos artefatos históricos. (Idem)

De acordo com o STM, esse projeto se chama “Visite o STM” que em 2014 já existia há mais de 10 anos. Em média são realizadas duas dessas visitas a cada mês e um dos públicos que tem mais procura é formado por estudantes de Direito de faculdades de todo o país⁴³.

Porém, em reportagens do próprio STM, esse projeto também é conhecido como “Núcleo de Prática Jurídicas- Tribunais Superiores” que foi um projeto que surgiu da parceria entre o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nefi Cordeiro e o professor Roberto Di Benedetto, da Universidade Positivo. Nefi Cordeiro considera

⁴¹<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/2187-museu-da-justica-militar-da-uniao-e-reinaugurado>

⁴²<https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/visite-o-stm#>

⁴³<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/2121-stm-de-portas-abertas>

que o STM tem tido com esse projeto grande papel na transparência e no acolhimento das instituições de ensino superior (STM, 2016).

Ainda sobre o museu, a primeira instancia da JMU é formada pelas Auditorias que são distribuídas em doze Circunscrições Judiciárias Militares (CJM) pelos Conselhos de Justiça e Juízes Federais da Justiça Militar. De acordo com a responsável da instituição, o museu também é conhecido como museu da JMU pois grande parte do acervo veio das Auditorias que são os órgãos de primeira instância e o STM é de segunda instancia e o acervo foi coletado nessas auditorias.

2.1.4 Museu do Tribunal Superior do Trabalho

O Memorial do TST surgiu por uma necessidade, vista por um grupo específico de servidores da instituição, de preservar e divulgar a história do TST. O memorial foi criado por meio do Ato nº 234/SERH.GDGC.A.GP, de 9 de maio de 2000, assinado pelo Ministro Presidente Wagner Pimenta que autoriza a constituição do grupo de trabalho para a realização de um relatório em 30 dias para a constituição do memorial. O grupo entregou esse relatório, que era o projeto de criação do memorial, antes mesmo dos 30 dias já com uma exposição montada no saguão da antiga sede, considerada área nobre e de destaque na instituição. A inauguração ocorreu poucos dias depois pelo mesmo ministro que assinou o Ato. O memorial permaneceu nesse lugar até 2006 quando da transferência do TST para a nova e atual sede (ARAÚJO, 2016).

Ao longo do tempo o memorial foi transferido para algumas coordenadorias até que em 2011, com autorização do Ministro João Oreste Dalazen, foi para a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM), época em que houve a reinauguração do espaço. O Ato nº 331/SERH.GDGCAGP de 18 de julho de 2000 atribuía a Subsecretaria de Documentação a incumbência de manter o memorial. Já o Ato nº 160/GDGC.A.GP de maio de 2001 dava ao Serviço de Conservação e Arquivo a incumbência de manter o memorial. Cinco anos depois foi publicado o Ato nº 300/GDGC.A.GP de 4 de outubro de 2006 que incumbia o Cerimonial da Presidência de manter o memorial sob a orientação da Comissão de Documentação. Em dezembro de 2008 é publicado o Ato nº 777/GP que incumbe o Cerimonial da Presidência de administrar o memorial com o apoio da Coordenadoria de Gestão Documental (CGED). E 11 anos depois do Ato que cria o memorial é publicado a

Resolução Administrativa nº 1.485 de 6 de dezembro de 2011 que transfere a responsabilidade do memorial para a CGED, criando a CGEDM. O memorial continua sob a mesma responsabilidade desde 2011 (ARAÚJO, 2016).

O memorial foi reinaugurado em 2018 com o nome do primeiro ministro e primeiro presidente da Corte, Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, cujo acervo pessoal foi doado a instituição. Nesse momento houve a revitalização do espaço “com estrutura moderna e adequada para o acondicionamento do acervo”⁴⁴. A inauguração e homenagem contou com a presença de Geraldo Bezerra de Menezes, filho do primeiro presidente do TST. O acervo do memorial, dentre outros objetos, conta com documentos e objetos da história da Justiça do Trabalho, mobília histórica, medalhas, honrarias, togas, placas, fotografias e presentes recebidos por ministros. O memorial abriga a exposição permanente da instituição (Idem).

2.1.5 Museu do Tribunal Superior Eleitoral

Existem cadastrados no CNM duas instituições vinculadas ao TSE, o Centro de Memória do TSE e o Museu do Voto (Ibram/CNM, 2008)⁴⁵. De acordo com publicações do TSE de 2016, o Museu do Voto foi instituído em 2010 e surgiu do Centro de Memória do TSE, criado em maio de 1996 na antiga sede do Tribunal, na Esplanada dos Ministérios⁴⁶. No CNM (2018), consta que o Museu do Voto foi aberto em 2011, porém, existem registros de exposições inauguradas em 2009⁴⁷. De acordo com Admilson Siqueira e Silva Junior, responsável pelo museu, o Museu do Voto foi criado em 2011 por meio da Portaria nº 293. Portanto, não há um consentimento entre as publicações do TSE, o que foi alimentado na plataforma do CNM e o nosso ICD que foi preenchido pelo responsável da instituição, e na falta de documentos que comprovem esses fatos, especulando os servidores da instituição, tivemos algumas respostas, porém, nada que possa ser comprovado⁴⁸.

⁴⁴ http://tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24522523

⁴⁵ Esses dados foram retirados da plataforma Museusbr do Ibram em 2018 [http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(agent:!t,event:!t,space:!t\),filterEntity:space,map:\(center:\(lat:-15.83057216324004,lng:-47.92991638183593\),zoom:10\)\),space:\(filters:\('@verified':!f,En Estado:!\(DF\)\)\)\)](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(agent:!t,event:!t,space:!t),filterEntity:space,map:(center:(lat:-15.83057216324004,lng:-47.92991638183593),zoom:10)),space:(filters:('@verified':!f,En Estado:!(DF)))))

⁴⁶ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/museu-do-voto-do-tse-dispoe-de-acervo-documentos-e-possibilita-visitas-guiadas>

⁴⁷ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes-e-programas-educativos/eleicoes-em-foco>

⁴⁸ Ao conversar com os servidores foi possível sanar algumas dúvidas já mencionadas. O antigo Centro de Memória do TSE, foi inaugurado em 14 de maio de 1996 e foi o que deu origem ao que é hoje o

A Portaria nº 297 de 15 de junho de 2011 expedida pela Diretora-Geral da Secretaria do TSE, nos traz uma série de informações como a tipologia do museu criado, assim como sua finalidade; o que se entende como museu e Plano Museológico; e o lugar do museu no organograma da instituição. E já tinha como anexo o Regulamento do Museu assim como o Plano Museológico.

De acordo com a Portaria, o museu seria do tipo tradicional, acadêmico e histórico e tem como finalidade a pesquisa, o resgate, a preservação e divulgação da história eleitoral brasileira e da memória da Justiça Eleitoral, institucional e funcional.

Entende como museu:

Museu do Voto criado em 2010, mas que foi apenas 2011 institucionalizado, no sentido de ter sido criada a portaria, Nº 293 de junho de 2011, documento que já tinha em anexo o regulamento e o plano museológico do Museu do Voto.

O Centro de Memória da Justiça Eleitoral, inaugurado em 1996, foi criado com o objetivo de “ser a unidade do tribunal responsável por preservar, tratar e divulgar a memória da justiça Eleitoral brasileira” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2011, p. 1), ainda de acordo com o informativo do tribunal, o projeto foi o pioneiro na época em que foi criado e não foi formalmente instituído, ou seja, o espaço e suas funções não foram regulamentadas oficialmente, o que comprometeu o seu desenvolvimento. O Centro de Memória existiu por 14 anos, e nesse tempo executou oito exposições, desenvolveu atividades educativas, concebeu e publicou dois volumes da série “Apontamentos, As formas de composição do TSE de 1932 aos dias atuais” e “Títulos eleitorais (1881-2008)”, lançou a série Memórias cujos resultados foram 25 vídeos sobre personalidades da Justiça Eleitoral, desenvolvimento de conteúdo para hotsite “História das Eleições” e o lançamento do livro “A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro” e, recepcionou cerca de 10 mil alunos (TSE, 2011).

Com a mudança de gestão do tribunal, o Centro de Memória foi fechado. Depois do fechamento, de acordo com os servidores, teve todo um trabalho de convencimento para que conseguissem reabrir esse espaço. Após esse convencimento o atual Museu do Voto foi aberto, criado, com um programa educativo chamado “Espaço da Urna” ainda na antiga sede da instituição. Foi a partir desse programa educativo que as autoridades se sensibilizaram para a importância desse espaço e dessa forma conseguiram institucionalizar o museu por meio da portaria já mencionada datada de 2011 já na nova e atual sede.

Desde 2011, quando da institucionalização do museu, a instituição já possuía um plano museológico, que de acordo com os responsáveis, está defasado. Esse instrumento começou a ser realizado em 2010 em uma oficina com os representantes de cada área do tribunal por meio de uma capacitação realizada pelo Ibram em que 3 museólogos foram à instituição para dar o suporte e juntos construírem o documento. Nesse momento a missão e a visão do museu foram decididos.

Atualmente, ao contrário do que acontecia no Centro de Memória, o Museu do Voto só trabalha com exposições temporárias, que duram de 1 a 2 anos, no máximo, composta pelo acervo do museu. Eventualmente algumas peças são emprestadas de outros órgãos para compor as narrativas das exposições. O projeto da exposição de longa duração já foi realizado, inclusive o projeto curatorial, mas, não foi executado por falta de recursos. Em 2017 esse projeto foi arquivado.

As exposições que a instituição realiza, normalmente, são demandadas pelos ministros. Porém, sempre relacionadas às eleições e à Justiça Eleitoral. A equipe da seção evita realizar exposições sobre pessoas em particular, mesmo que elas façam parte da instituição e mesmo que tenham participado de alguma forma da Justiça Eleitoral. De acordo com os profissionais da seção, sempre há essa demanda, porém, eles procuram não enfatizar pessoas, e sim o processo eleitoral. Existe uma política de escolha das exposições, porém, essa política não chega à equipe da seção do museu, ou seja, eles não participam da escolha. O museu tem visão e missão, e no instrumento de criação do espaço foi delimitado sobre os quais temas abrangeriam as exposições, a temática. Portanto é a “alta gestão”, termo escolhido pelos servidores, que escolhe os temas e mandam a decisão para a seção. A seção praticamente executa o que é solicitado. Mesmo as autoridades, que são as pessoas que demandam os temas das exposições, não conhecerem o plano museológico, os temas demandados estão sempre dentro do tema que o museu abrange que é a história das eleições e da Justiça Eleitoral.

[...] instituição especializada que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, para fins de preservação, de estudo, de pesquisa, de educação, de contemplação e de turismo, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2011)

E o plano museológico como:

[...] ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da instituição museal por meio da construção da missão, dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (BRASIL, 2011)

À época era para ser vinculado à Secretaria de Gestão da Informação (SGI) e coordenado pela Seção de Acervos Especiais (Seesp). No anexo I, regulamento do museu, consta as finalidades do museu, é definido sua estrutura, que contava com duas salas de exposição, um de longa e outra de curta duração, e regulamentado sua organização e seu funcionamento. O anexo II, o plano museológico, que deveria guiar as atividades do museu de 2011 até 2015, constava a visão, missão, objetivos, valores e os programas do museu. A Portaria, é o documento utilizado, ou que deveria ser, até os dias atuais.

Atualmente o museu do TSE se insere na Secretaria do Tribunal, na Secretaria de Gestão da Informação, dentro da Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu, com o nome de Seção de Museu.

A seguir, analisaremos cada um dos itens que constam no ICD (APÊNDICE I) para percebermos como esses museus operam. Para aplicar o instrumento aos responsáveis de cada instituição foi realizado primeiramente um contato por telefone seguido de um e-mail oficializando o contato. Nesse e-mail um horário era agendado para que a pesquisa fosse feita pessoalmente em cada uma das instituições preencher o ICD junto com os responsáveis⁴⁹. Nesse momento, os responsáveis tiravam dúvidas em relação ao instrumento e contavam sua impressão da área. Posteriormente uma segunda visita foi realizada pela pesquisadora nas exposições de cada espaço para realizar a observação do campo como visitante.

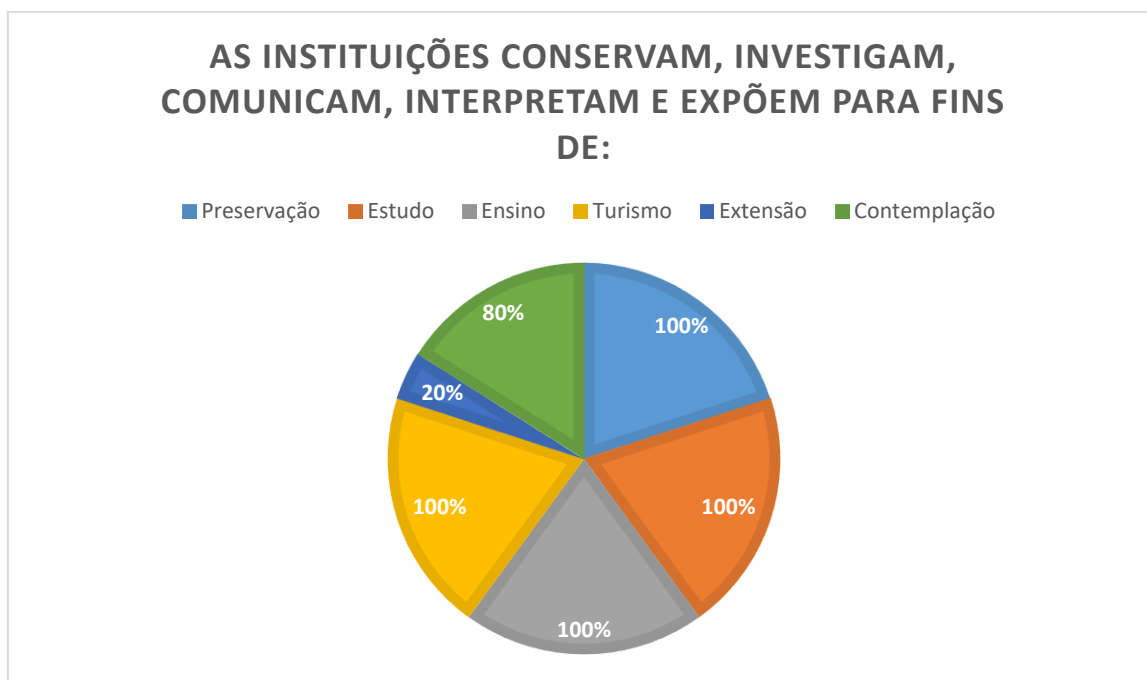
2.2 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

⁴⁹ Foi perceptível certa relutância por parte de alguns responsáveis das instituições em nos receber. Um certo receio por parte desses servidores públicos em serem questionados sobre as ações desenvolvidas pelos museus.

De acordo como Art. 1º da lei 11.904, são considerados museus as instituições sem fins lucrativos que

[...]conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”. (BRASIL, Art. 1º)

No questionário, por ser baseado no ICD que é um instrumento utilizado para pesquisa em museus universitários, aumentamos o item “extensão”, na parte de “objetivos da unidade”, que é a relação entre as universidades e a comunidade fazendo uma analogia aos museus e a comunidade. Consta na Constituição Federal, Art. 207º sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996), Art. 43 define que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” (BRASIL, 1996, ART. 43). Esse item foi colocado no sentido de saber se as instituições tentam alcançar a sociedade e levar à ela as pesquisas e os respectivos resultados que desenvolvem.



Todas as cinco instituições conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, ensino e turismo. Apenas o responsável do

museu do TST assinalou que também tem por finalidade extensão pois a instituição tenta alcançar a sociedade por meio das exposições itinerantes que realizam em espaços públicos e privados. Essa mesma instituição também foi a única que não assinalou nenhum item no campo contemplação. O servidor Reginaldo Matos, responsável pela Seção de Divulgação da Memória Institucional do TST acredita que a população no geral tem a visão de que museu e memorial são a mesma coisa, porém, que as pessoas que trabalham na área sabem que é diferente⁵⁰. Para ele museu é uma coisa mais ampla, já memorial é mais específico, tem um objeto mais específico. O caso do memorial, por exemplo, tem o viés específico da Justiça do Trabalho. Acredita que o acervo do memorial serve para contar uma história, a visão histórica que tem por trás dos objetos e que esses objetos estão ali para fazer a difusão da história, divulgar. A Intenção não é de ter contemplação mas pode haver.

⁵⁰ Em relação as nomenclaturas, o termo museu vem sofrendo modificações desde 1948 quando da sua primeira definição. Amparando-nos na legislação vigente, no Estatuto de Museus, apenas as funções básicas de um museu são detalhadas, sendo apenas especificadas a denominação de museu municipal, estadual, regional ou distrital. Já na lei que cria o Ibram, lei nº 11.906, outra definição de museu nos é dado, mas não entra em contradição com a do Estatuto.

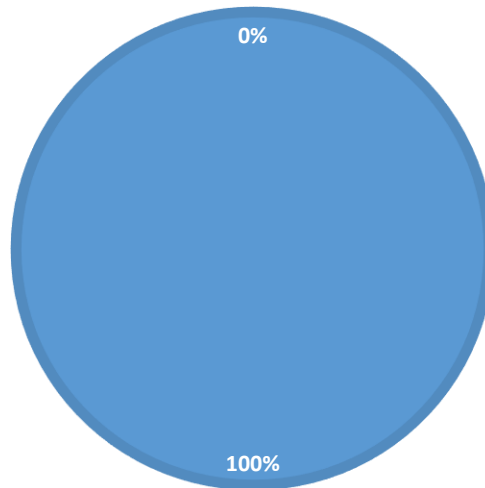
Portanto, em relação as nomenclaturas utilizadas, independente da denominação, se desenvolvem as atividades prevista na lei, são museus. Entretanto, percebemos certas especificidades relacionadas as nomenclaturas dadas aos museus, quase que inerentes a cada uma, mas quais especificidades seriam essas? Podemos dizer então que são termos com significados diferentes, mas que ainda não estão bem definidos, estabelecidos.

A definição da tipologia de um museu é difícil pois existe uma grande quantidade de nomenclaturas que são termos com significados diferentes. Cada um com sua especificidade. Porém, essa delimitação pode ser considerada como algo negativo pois dessa forma acabamos padronizando, o que significa que essas instituições teriam que se enquadrar nessas padronizações. Aconteceria uma certa limitação.

Nessa perspectiva, a discussão sobre memória institucional contribui para desnaturalizar os enquadramentos, especialmente se considerarmos os problemas da linguagem de especialidade no caso dos museus, centros de memória, memórias etc. Aliás, a própria nomenclatura dos museus escolhidos para investigação traduz essa tensão: Museu, Memorial e Seção/Gerência de Memória Institucional. Em relação ao termo museu institucional, que foi utilizado e ainda será ao longo da pesquisa, percebemos que é muito ambíguo, é possível perceber tensões quando o utilizam, e ainda mais se analisamos por exemplo os nomes dos espaços estudados. Não queremos aqui utilizando o termo museu institucional, para nos referirmos aos museus criados dentre de outras instituições cuja atividade fim não é a museal, fazer um enquadramento. O que limitaria também cada uma das cinco instituições estudadas. Nesse aspecto, trabalhando com o gênero e não com a espécie. É importante compreender essas diferentes nomenclaturas como integrantes do investimento de fabricação e gestão da memória institucional em que a própria escolha da nomenclatura faz parte dos embates da política de memória da instituição. Para tanto, é preciso investigar o discurso endêmico em torno desses termos.

VÍNCULO INSTITUCIONAL

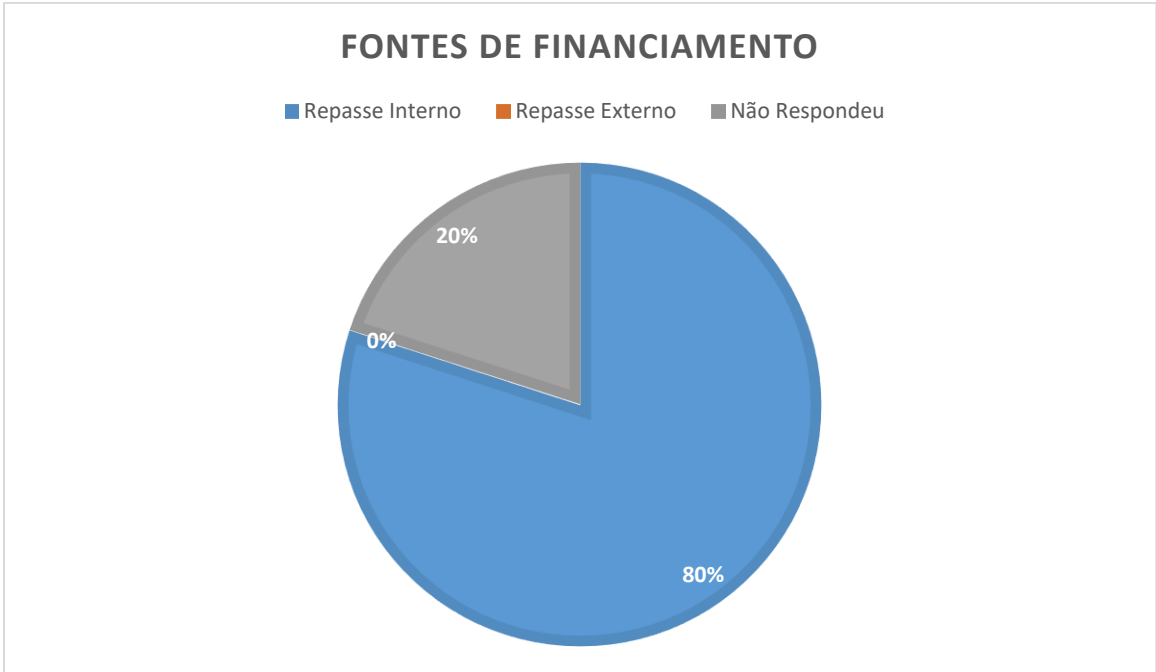
■ Interno ■ Externo



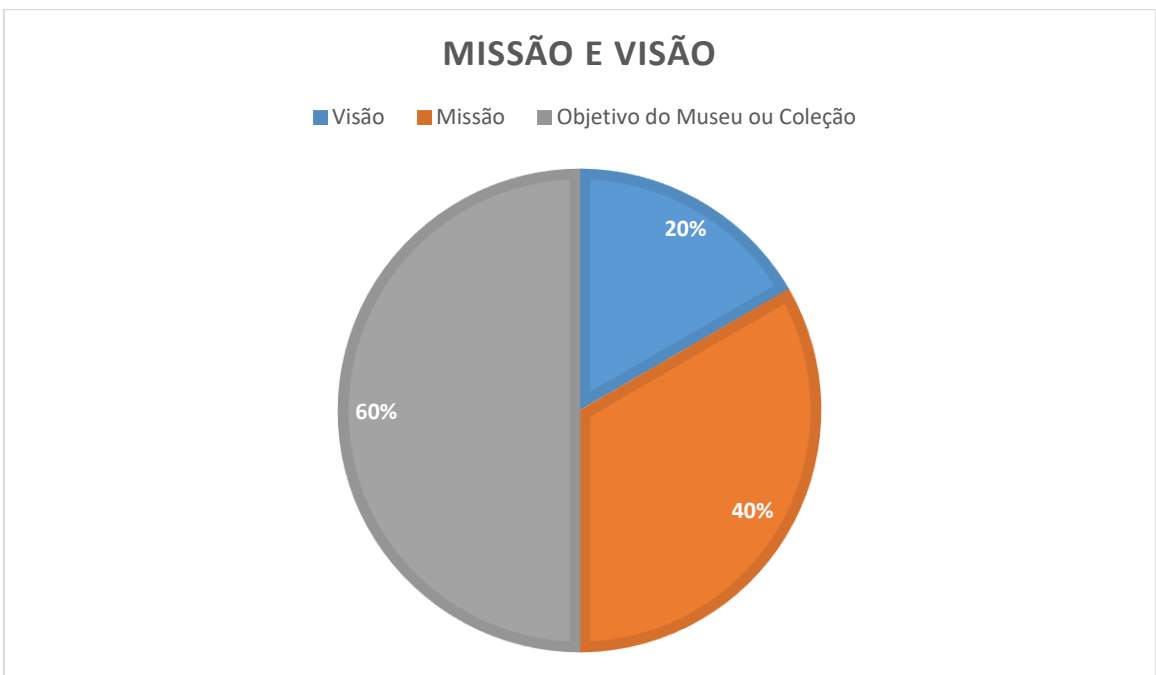
Todas as cinco instituições possuem apenas vínculo institucional interno com a instituição que as abriga. A Gestão de Memória Institucional do Supremo Tribunal Federal faz parte da Coordenadoria de Memória e Gestão Documental que por sua vez faz parte da Secretaria de Documentação que é subordinada à Secretaria Geral da Presidência ligada diretamente ao Presidente da Instituição. Já o Museu do Superior Tribunal de Justiça faz parte da Secretaria de Documentação que é subordinada à Secretaria do Tribunal que é ligada diretamente ao Ministro Presidente. O Museu do Superior Tribunal Militar⁵¹ é a Seção de Museu que faz parte da Coordenadoria de Preservação e Difusão da Memória Institucional subordinada a Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento que é subordinada ao Diretor-Geral, Secretaria do STM, que é ligada ao Vice-Presidente e ao Presidente, ou seja, a Presidência do STM. O Memorial Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Meneses fica na Seção de Preservação da Memória Institucional, que faz parte da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória que está subordinada à Secretaria-Geral Judiciária que está ligada diretamente ao Ministro Presidente. O Museu do Voto do Tribunal Superior Eleitoral que é a Seção de Museu faz parte da Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu que por sua vez está dentro da Secretaria de Gestão da Informação que é subordinada à Secretaria do Tribunal que está ligada à Presidência da Instituição.

Em relação as fontes de financiamento, as instituições, com exceção do museu do TST, são financiadas por repasse interno. O responsável do TST não assinalou nenhuma das opções.

⁵¹ Sobre a visita ao STM, ao chegar à instituição fui convidada a me sentar, junto com o responsável do museu, na cadeira que estava em exposição. Usamos como apoio para preencher o ICD a mesa que compunha o cenário da exposição. O responsável do museu explicou que eventualmente é solicitado o uso de algumas peças do acervo que não estão em exposição para serem usadas no prédio do tribunal ou nos apartamentos funcionais e que o que mais costuma acontecer é o empréstimo desses itens para fazer decorações nos gabinetes. Sempre quando ocorre esse empréstimo, um documento chamado de custódia é feito.



Sobre a data de criação, o museu do STF foi criado em 1977 e aberto apenas em 1978. Já o do STJ foi criado e aberto ao público no mesmo ano, em 1990. O do STM foi criado em 1992 e inaugurado em 1995. O memorial do TST foi criado em 2000 e inaugurado no mesmo ano. E por último, o responsável pelo museu do TSE assinalou que o museu foi criado em 2011 e inaugurado no mesmo ano desconsiderando o Centro de Memória do TSE inaugurado em maio de 1996 que foi o que deu origem ao que é hoje o Museu do Voto.



O único museu que possui tanto visão, que é a imagem que o museu quer alcançar, quanto missão, que se refere ao papel da instituição na sociedade e indica sua razão de existir, é o Museu do Voto do TSE cuja visão e missão respectivamente são: “Ser memorial das conquistas democráticas do povo brasileiro” e “Pesquisar, preservar e difundir a história eleitoral brasileira e a memória da Justiça Eleitoral, com observância aos valores institucionais, a serviço da sociedade e do fortalecimento da cidadania”. Afora o museu supracitado, o museu do STJ também possui missão que é a de “Preservar a memória institucional, iniciativas culturais, educativas e sociais, aproximando a justiça do povo e construindo a cidadania”. É importante salientar que tanto a visão quanto a missão constam no planejamento conceitual do plano museológico. É o plano museológico do museu que definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade.

Quando as unidades de informação não tinham nem visão e nem missão era questionado se havia objetivo do museu ou da coleção. Os objetivos da Seção de Memória do STF, do Museu da Justiça Militar da União e do Memorial do TST são respectivamente “Resgatar a memória do tribunal e de seus membros (ministros)”, “Preservação e disseminação da história da Justiça Militar da União” e “Realizar a difusão da história da Justiça do Trabalho, em especial através da memória institucional do TST”.

De acordo com o Art. 8º do Estatuto, a criação, fusão ou até mesmo a extinção de museus devem ser efetivados por meio de documento público, mesmo assim, apenas três dos cinco museus possuem ato de criação.

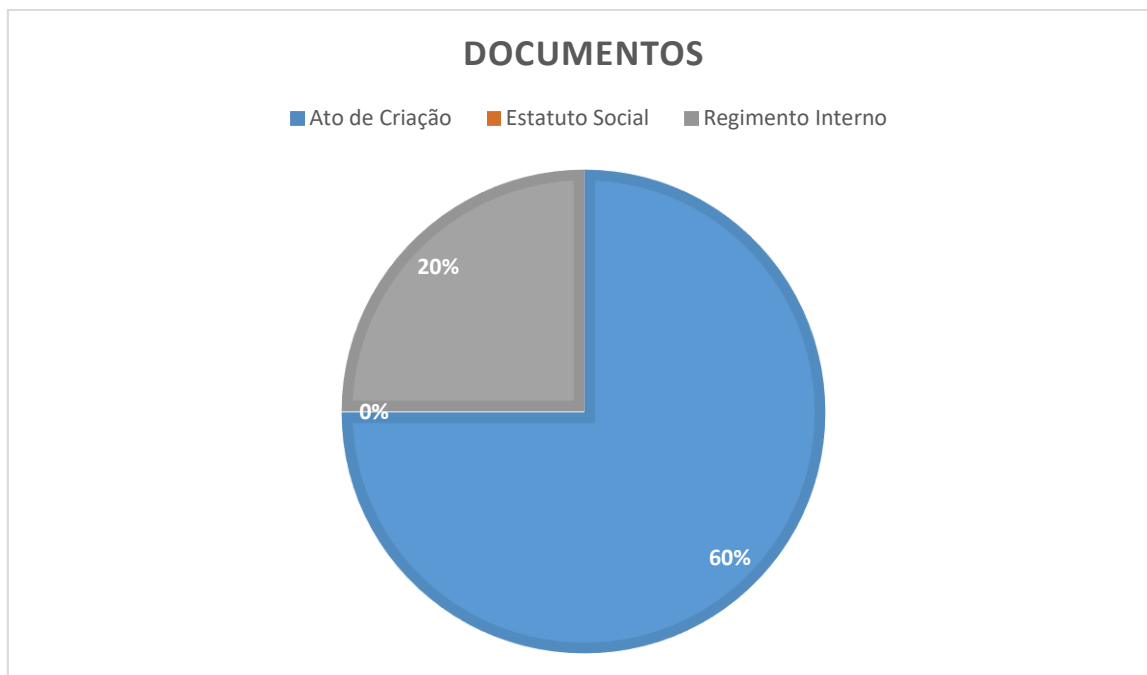
O Estatuto Social, documento em que consta as principais características da instituição não é encontrado em nenhum dos museus pesquisados. Esse instrumento é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos da instituição.

Já o Regimento Interno de acordo com o Ibram:

é um documento de organização interna que traz definições importantes para o funcionamento de um museu, como sua natureza, missão e objetivos; estrutura administrativa; responsabilidades de seus setores internos; e atribuições de dirigentes e servidores. Também formaliza diretrizes e procedimentos, assegurando maior transparência e comunicação entre todos os envolvidos na prestação dos serviços que cada museu oferece à sociedade.⁵²

E apenas o museu do TSE possui.

⁵² <http://www.museus.gov.br/tag/estatuto-de-museus/>



Apenas o museu do TST não possui nenhum dos documentos mencionados.

De acordo com o Art. 44 do estatuto, “É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”⁵³ em consonância com a lei nº 7.287 de dezembro de 1984 que regulamenta a profissão do museólogo. O instrumento indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica, para a definição, o

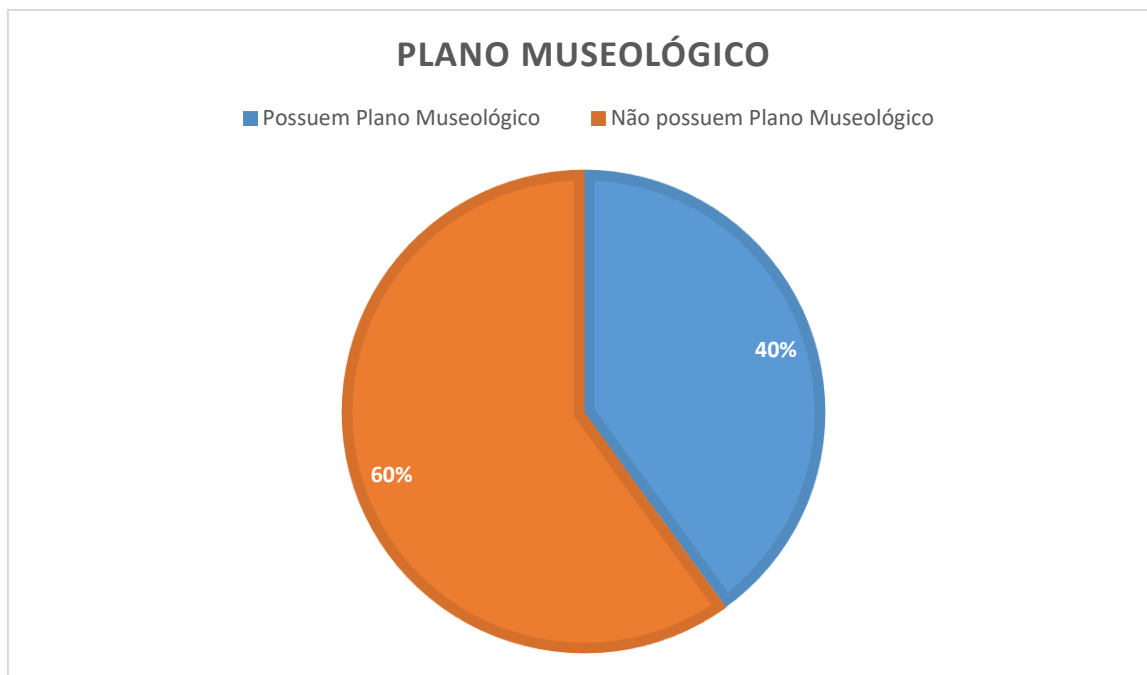
⁵³ O Plano Museológico é considerado ferramenta básica e obrigatória de planejamento estratégico para um museu. Esse documento que identifica a vocação e a missão da instituição e é fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. De preferência, esse documento deve ser elaborado de forma participativa, entre os profissionais da instituição, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, e avaliado permanentemente. A revisão do Plano, de acordo com o regimento da instituição, deve ser realizada periodicamente. A legislação propõe uma estrutura que pode ser adequada para a realidade de cada museu (BRASIL, 2009).

Na publicação Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos (2016), em relação ao que deve integrar o documento, consta dentre outros as definições do que seria a missão e a visão. Tendo como referência Nato e Sapiro (2009) a missão se refere ao papel do museu na sociedade, é a sua razão de existir, “A missão é eficaz quando consegue definir a identidade da organização e quando cria sinergia com seus públicos de interesse. Isto é, faz parte da construção da missão o conhecimento das necessidades de seus públicos” (Ibram, 2016, p.41). A visão se refere a imagem do museu no futuro, “[...] é a situação futura desejada que orienta os objetivos e a missão” (Ibram, 2016, p.41). Embora ambiciosa, a visão deve ser coerente com a realidade da instituição (Ibram, 2016).

Ao aplicarmos o ICD nas instituições, perguntamos se tinham missão e visão. Apenas quando não havia missão e visão perguntávamos o objetivo do museu ou da coleção. Como veremos nesse capítulo, apenas dois dos museus estudados possuem Plano Museológico, porém, apenas um possui missão e visão.

Tendo como referência a nossa atuação no campo, percebemos que o ideal não é o que se costuma acontecer. Por exemplo, o ideal seria, se pensa em um museu para posteriormente criar o seu Plano Museológico com todos os itens que deve conter e é só depois que museu acontece com todas as suas ações. Características do museu mudam, logo, o Plano é atualizado. As programações mudam, logo, o Plano novamente é atualizado.

ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico constituindo-se em instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2009). Esse instrumento deve ser avaliado permanentemente e revisado quando necessário pela instituição.



Apenas duas das instituições pesquisadas construíram o instrumento e são elas o museu do STJ e o museu do TSE.

De acordo com o Art. 9 é facultado aos museus estimular a constituição das associações de amigos assim como de voluntariado e outras formas de colaboração. São reconhecidas como associações de amigos as sociedades civis sem fins lucrativos que preencham os seguintes requisitos:

- I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;
- II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;
- III – ser vedada a remuneração da diretoria. (BRASIL, 2009, Art. 50)

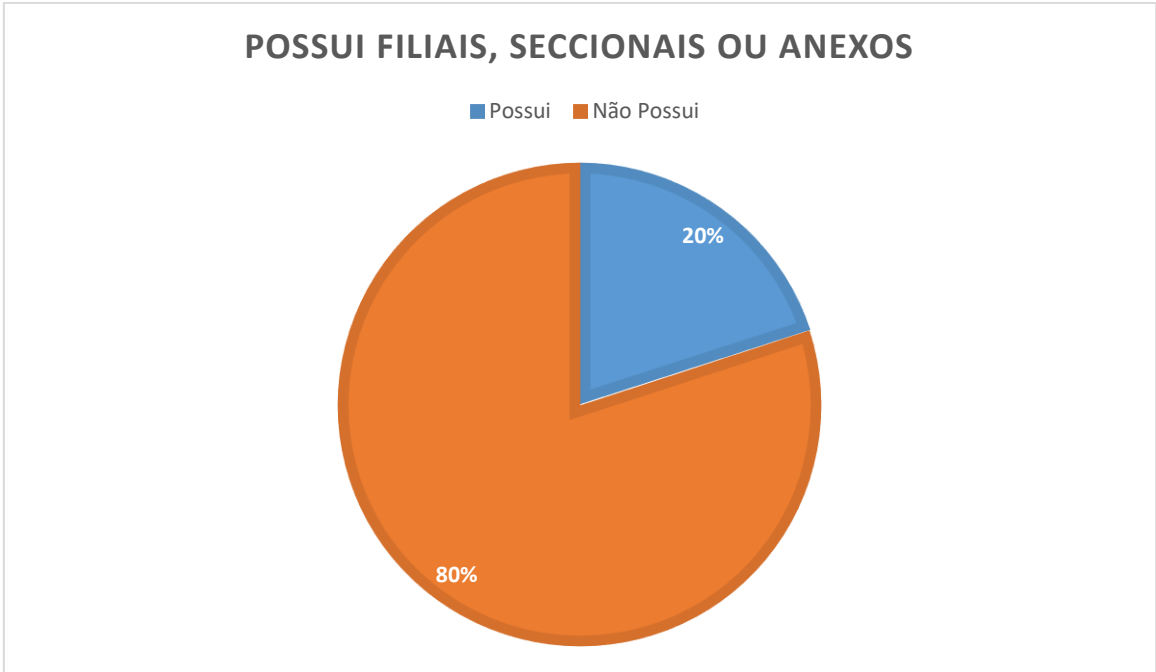
Nenhuma das instituições estudadas possuem associações de amigos como observamos na imagem abaixo.



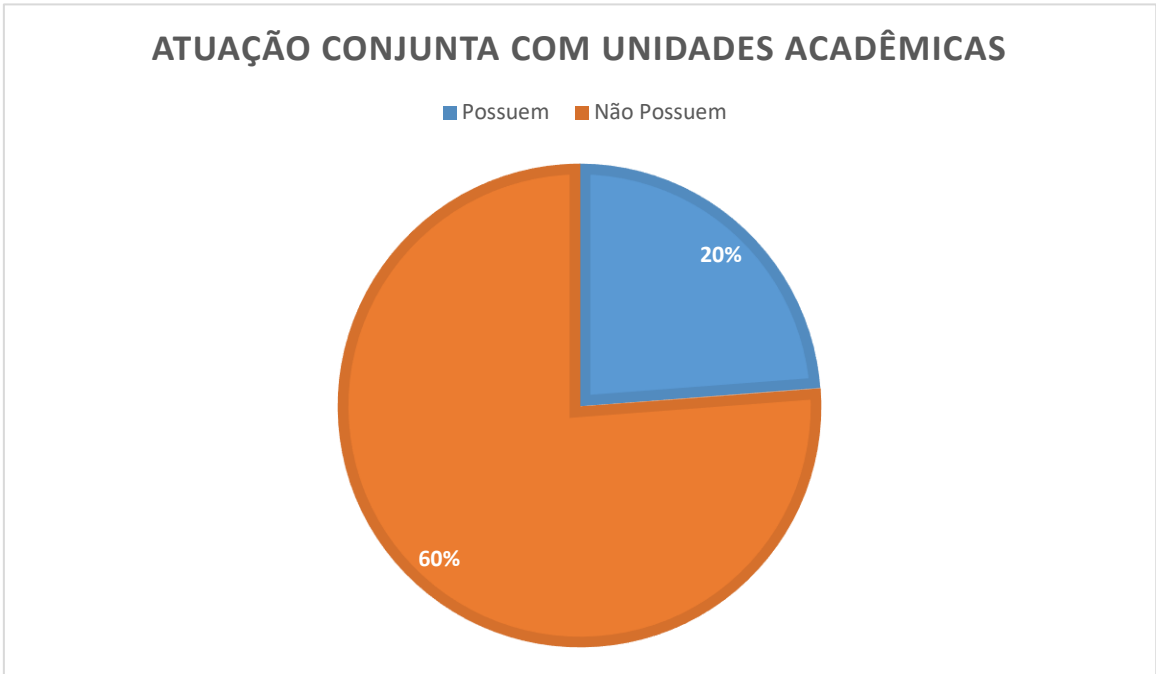
Infelizmente no Brasil não é tão corriqueiro a constituição dessas associações que podem ter importante influência no desenvolvimento dos museus. Em pesquisa realizada em 2015/2016 pela Federação de Amigos de Museus do Brasil (FEAMBRA) com um total de 345 museus de 3500 mapeados em todo o Brasil, apenas 14% possuíam associação de museus e dos 297 que não possuíam, 76% queriam ter (FEAMBRA, 2016).

De acordo com o Art. 3, dependendo das características e do desenvolvimento de cada museu poderão existir que são respectivamente:

- os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;
- a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;
- os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu. (BRASIL, 2009, Art. 3)



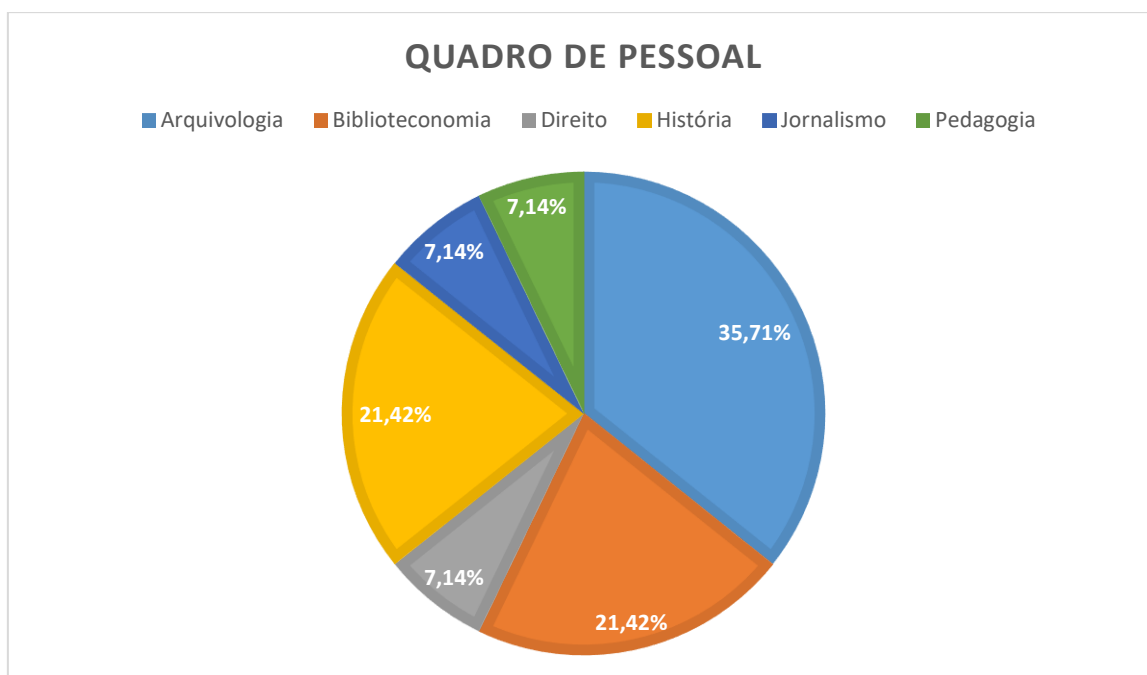
Apenas o museu do STM assinalou que possui anexo que se refere ao espaço em que parte do acervo, caracterizado como mobiliário, fica guardado. A outra parte do acervo por ter menor porte fica na sede do próprio museu.



O único museu que desenvolve atuação conjunta com unidades acadêmicas é o Museu do Voto por meio do Acordo de Cooperação técnica nº 6/2018 entre o TSE e o Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais da Universidade de São Paulo (NECI/USP) visando a publicação de livro sobre as eleições na primeira República do

Brasil, de 1889 a 1930 e a disponibilização, em base de dados, de resultados eleitorais produzidos pela Justiça Eleitoral entre 1932 e 1992.

Em relação aos museus públicos, a legislação prevê que os museus deverão manter funcionários devidamente qualificados, “A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.” (BRASIL, 2009, Art. 17). E ainda consta que existem uma série instrumentos como planos, programas e projetos que especificamente devem ser realizados com um Museólogo e assinado por esse mesmo profissional “A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984” (BRASIL, 2009, Art. 8 § 1º). A lei supracitada que dispõe sobre a profissão do Museólogo enfatiza que o desempenho das atividades de Museólogo, em qualquer de suas modalidades, constitui objeto da profissão Museólogo, e o exercício dessa profissão é privativo. Portanto, cada uma dessa instituição deveria ter pelo menos um desse profissional.



Analisando o quadro de pessoal das instituições, percebemos que a profissão que mais prevalece é a de Arquivologia sendo seguido por Biblioteconomia que são também profissionais de unidades de informação. O museu que tem a maior quantidade de pessoas em seu quadro, contando analistas e técnicos administrativos, é o museu do STJ sendo seguido, porém com uma diferença grande, do museu do TST, do STF, do TSE e por último do STM com apenas dois analistas.



Todos as instituições possuem área expositiva, reserva técnica e área administrativa, porém, apenas o TST e o STF possuem área técnica que inclui laboratório. De acordo com o Art. 19 “Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários” (BRASIL, 2009, Art. 19), e entre as funções necessárias estão a de conservar, investigar, comunicar, interpretar e expor. Portanto um laboratório de conservação e restauração é necessário nesses espaços, ou podem optar como o museu do STM por terceirizar esse trabalho. Um dos problemas de instituições museais criadas dentro de outras instituições cuja atividade finalística não é a museal é que elas possuem legislação própria, ou seja, como essas instituições possuem outras propostas finalísticas a legislação dos museus não consegue ser aplicada nesses espaços. Não lhes é permitido, por exemplo, criar laboratórios de conservação e restauração, os laboratórios que existem nessas instituições, e é o caso desses dois museus, foram criados em decorrência e para suprir as demandas do arquivo dessas instituições e são de conservação e restauração de papéis.

Em relação aos princípios fundamentais dos museus, um deles é sobre a universalização do acesso. De acordo com o Art. 35 os museus devem se caracterizar pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, e de acordo com a lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, acessibilidade se refere a:

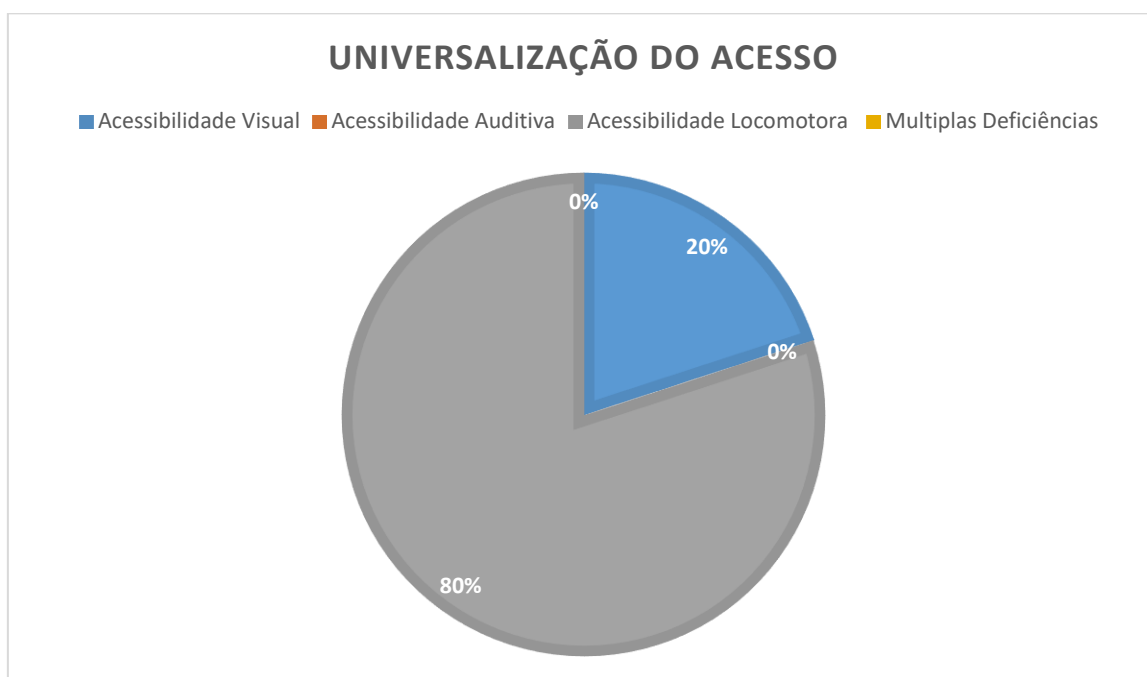
[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015)

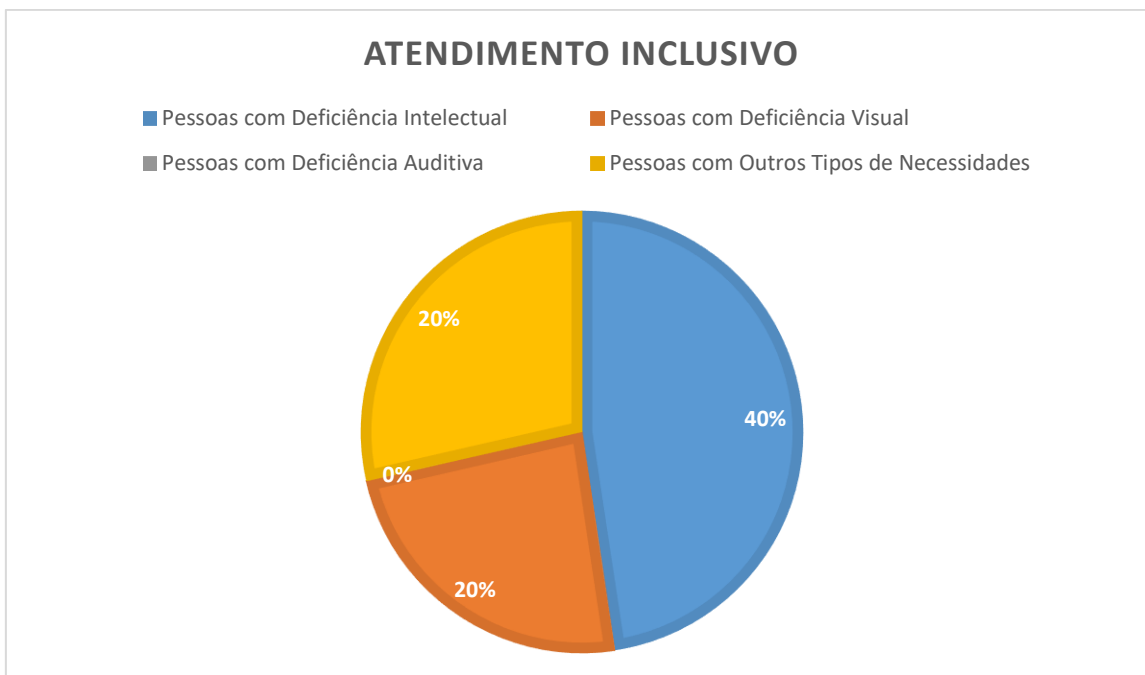
E considera pessoas com deficiência e mobilidade reduzida respectivamente como:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

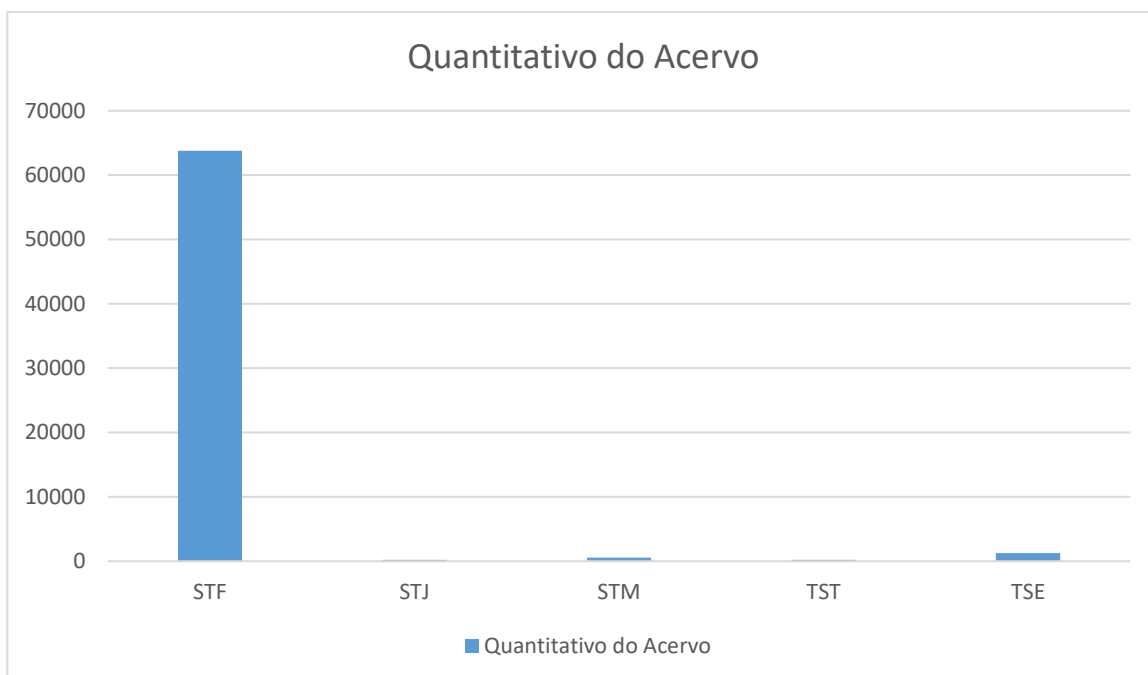
aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso; (BRASIL, 2015, Art.3)



Analisando os gráficos percebemos que a maioria das instituições assinalaram que possuem acessibilidade locomotora, porém, ainda não há um consenso do entendimento do que seja proporcionar essa acessibilidade. Ou seja, não é apenas uma topografia que possibilita a circulação, de por exemplo uma cadeira de rodas, que o espaço tem acessibilidade. É preciso que essas pessoas tenham segurança, autonomia e consigam contemplar tudo o que está exposto. O único museu que assinalou além da acessibilidade locomotora a auditiva foi o Memorial Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, porém, ao visitar o espaço não identificamos esses dispositivos em toda a exposição.

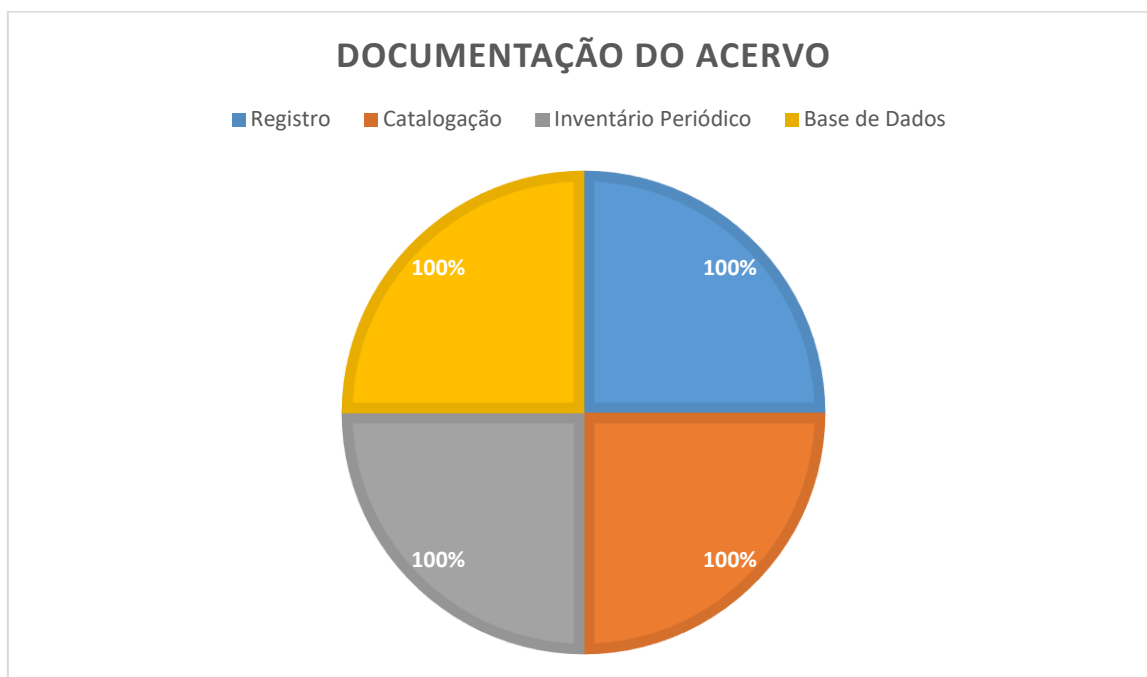


Apenas o TSE e o TST realizam atendimento inclusivo para pessoas com deficiência intelectual. Apenas o TST assinalou que realiza atendimento inclusivo para pessoas com deficiência visual. Nenhuma das instituições realiza atendimento inclusivo para pessoas com deficiência auditiva. Apenas o TST assinalou que realiza atendimento inclusivo para pessoas com outros tipos de necessidades, na opção “Quais outros” a resposta escolhida foi “Não Sabe”.



Em relação ao quantitativo do acervo, o museu do STF é o mais significativo com 63.792 itens seguido pelo TSE com 1.261, pelo STM com 557, e por último pelo

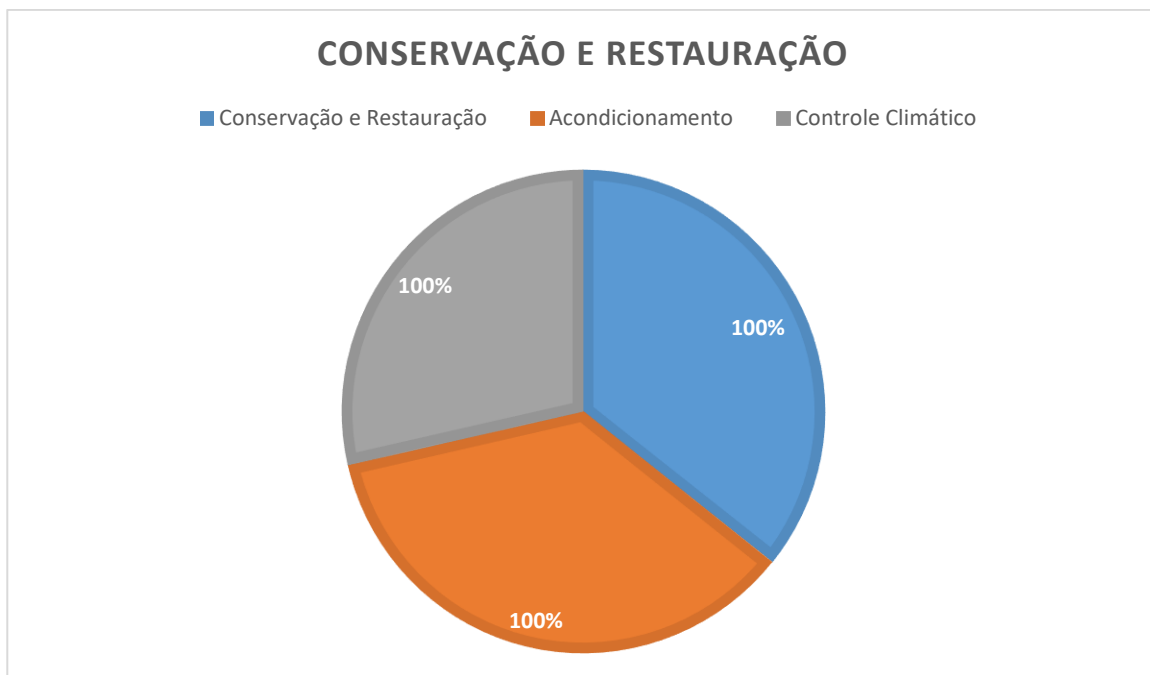
TST e pelo STJ o primeiro com 200 e o segundo com aproximadamente a mesma quantidade. Sendo que apenas o STF, o STM e o TSE possuem acervo em comodato ou custódia.



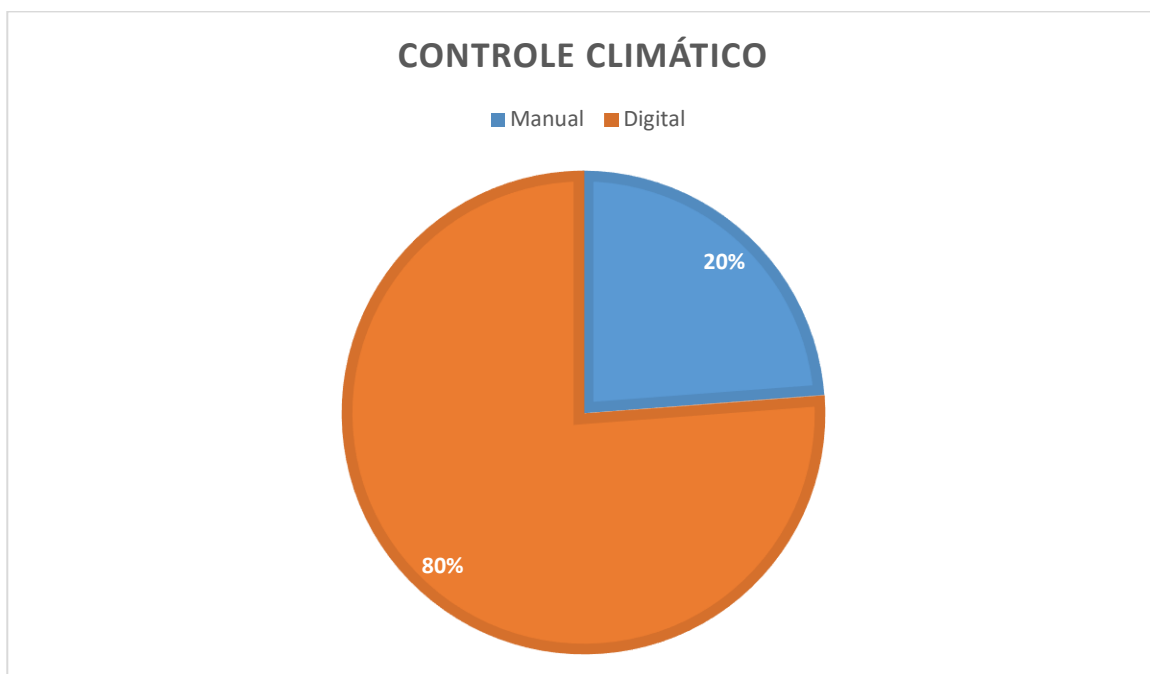
Todas as instituições realizam registro, catalogação, inventário periódico e possuem base de dados. Entre eles estão: Acess, Despace, Arquivoteca Digital, Integra e o do TSE que é uma base criada pela própria instituição. De acordo com a lei vigente, “É obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários” (BRASIL, 2009. Art. 19). Em relação a frequência na atualização da documentação o STF e o TSE realizam essa atualização sempre que chega novos itens para a coleção, já o STJ marcou a opção “Não se Aplica”, a documentação do museu do STM ainda está em manutenção e o TST realiza a atualização a cada três meses.

Todas as instituições realizam a segurança dos dados por meio do backup diário realizado pelas próprias instituições que as abriga.

Em relação as questões de segurança, no Art. 23 consta que “Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações. ”, todos os responsáveis assinalaram positivamente para essa questão.

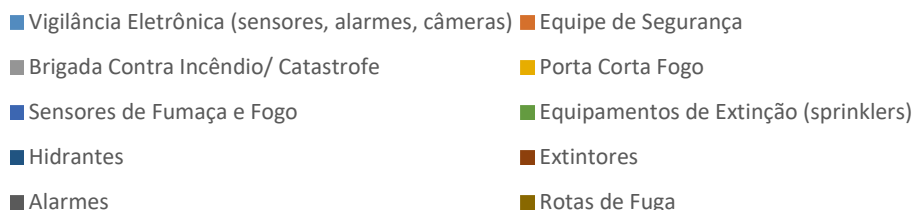


Ainda sobre a proteção e a integridade dos bens culturais, os museus devem garantir a conservação e a segurança de seus acervos e todas as instituições indicaram que realizam esses requisitos, fazem o tratamento do acervo, conservação e restauração, e o acondicionamento adequado.



Sobre o controle climático, apenas o museu do STM faz o controle de forma manual, os outros realizam o controle de forma digital.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

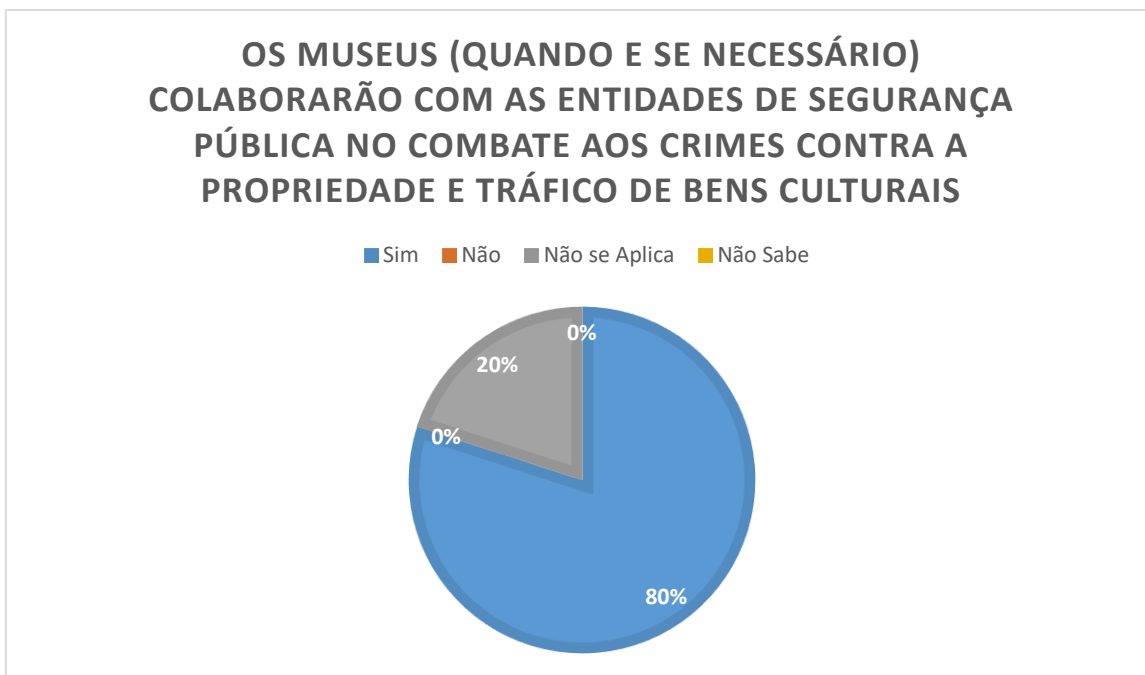


Em relação à segurança das instituições e das coleções, todas as instituições possuem vigilância eletrônica assim como equipe de segurança, que é a mesma dos tribunais que as abrigam, e brigada contra incêndio e ou catástrofes. Em relação a porta corta fogo nas instalações dos museus, apenas um museu respondeu que não possui esse dispositivo. Todas possuem sensores de fumaça e fogo. E quatro das cinco fazem uso de equipamentos de extinção como sprinklers, esse mesmo número têm hidrantes. Todas possuem extintores, alarmes e rotas de fuga.

O Programa E As Regras De Segurança Do Museu Têm Natureza Confidencial?



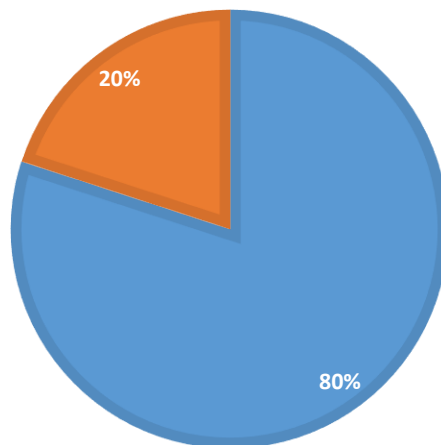
De acordo com o Art. 27, os programas e as regras de segurança de cada museu devem ter natureza confidencial, porém, apenas uma instituição, o museu do STJ, assinalou que sim. O museu do STM assinalou não saber essa informação. Geralmente, as regras de segurança dos museus são as mesmas das instituições que as abrigam.



No Art. 26 ainda consta que “Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais” (BRASIL, 2009, Art. 26), e todas as instituições com exceção do museu do TST assinalou que quando e se necessário colaborariam com as entidades de segurança pública, porém, isso nunca ocorreu. O museu do TSE informou que colaboraria, mas essa não seria uma decisão do museu, das pessoas responsáveis por ele, e sim do tribunal.

O MUSEU DESENVOLVE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO PROPORCIONANDO O ACESSO PÚBLICO?

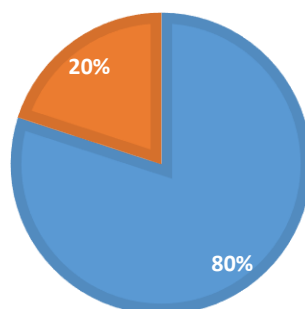
■ Sim ■ Não



Quatro dos museus assinalaram que desenvolvem ações de comunicação propiciando o acesso público. O museu do STM, o único que não assinalou, indicou que a comunicação do museu ainda não é muito efetiva, no sentido da ampla divulgação do seu acervo e da sua exposição.

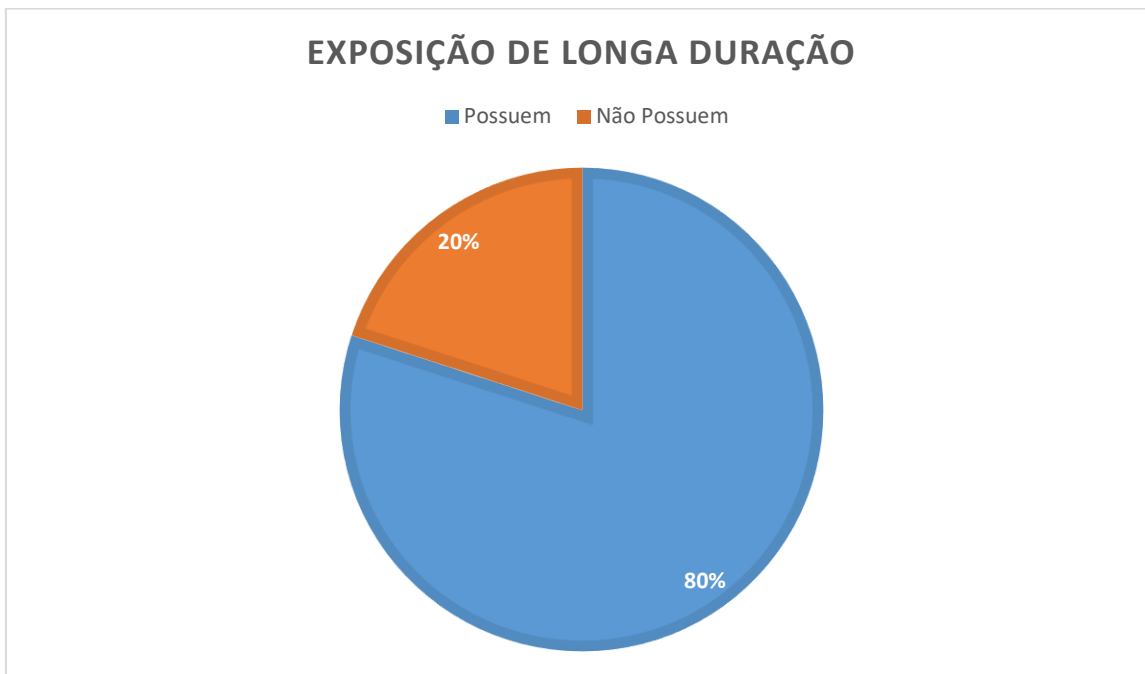
ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE EXPOSIÇÕES ADEQUADOS A SUA VOCAÇÃO E TIPOLOGIA COM A FINALIDADE DE PROMOVER ACESSO AOS BENS CULTURAIS E ESTIMULAR A REFLEXÃO E O RECONHECIMENTO DO SEU VALOR SIMBÓLICO

■ Sim ■ Não

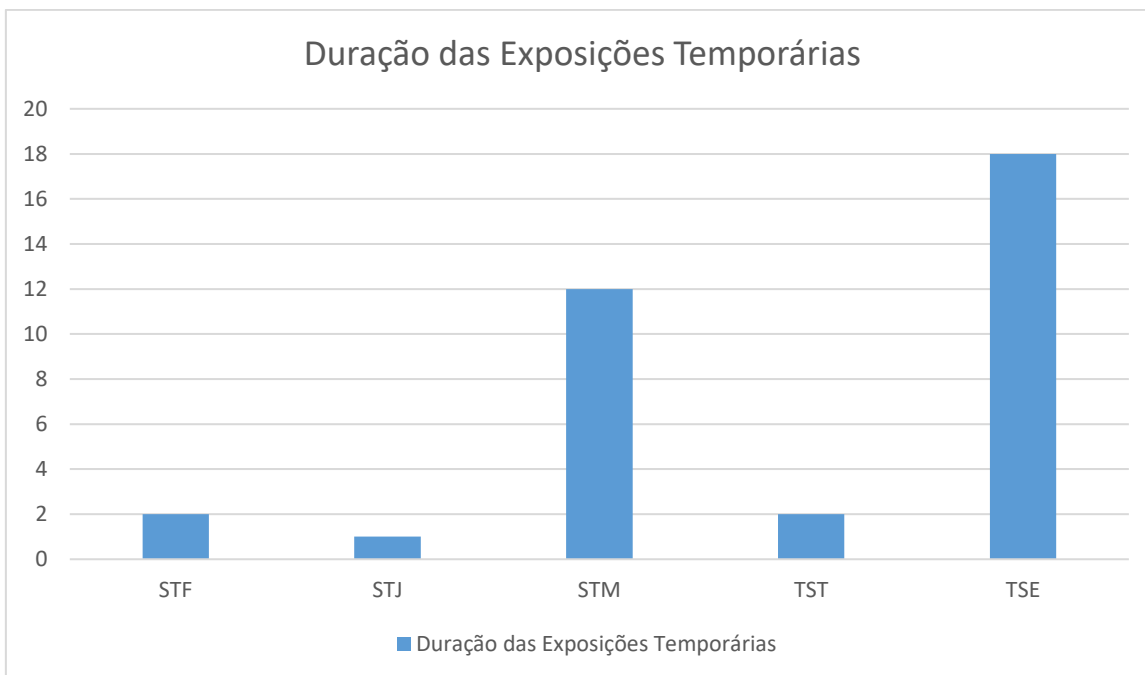


Em relação à difusão cultural e ao acesso aos museus, no Art. 32 consta que “Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico” (BRASIL,

2009, Art. 32) quatro das instituições responderam que sim, elaboram esses programas, e os mesmos assinalaram que implantam esses programas. A única exceção foi o museu do STM.



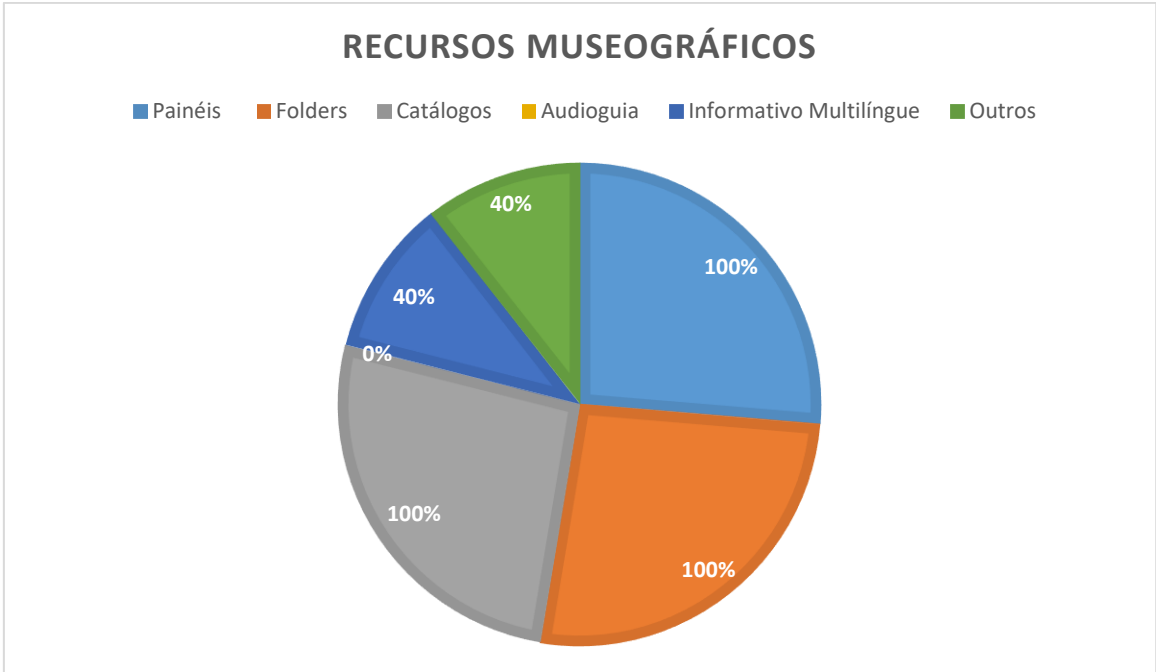
Apenas o TSE não realiza exposição de longa duração. A exposição de longa duração do STJ é de 1990 e tem um público anual de 15.000 pessoas. Já a do STF é de 2009 e tem um público de aproximadamente 8.800 pessoas. A do TST é mais recente, de 2017, e tem um público anual de aproximadamente 2.000 pessoas. E a do STM é de 1995 e tem o público anual de 900 pessoas. Com exceção do STM, todas as instituições assinalaram que existe uma política para a escolha das exposições.



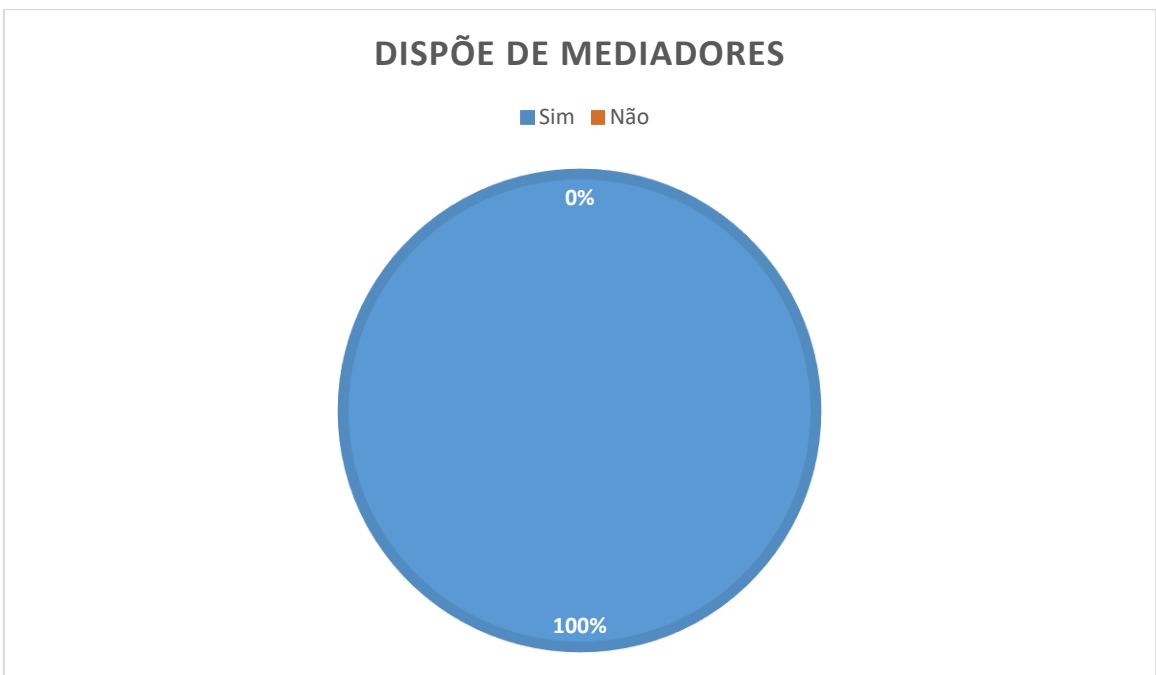
Todas as instituições realizam exposições temporárias e a duração dessas exposições são diversas de acordo com cada instituição como mostra o gráfico em meses, sendo que as exposições do STJ são de 15 a 20 dias e a do TST são de aproximadamente dois meses.



Apenas o TST realiza exposições itinerantes de abrangência nacional que chega a alcançar um público de 480 pessoas por mês.

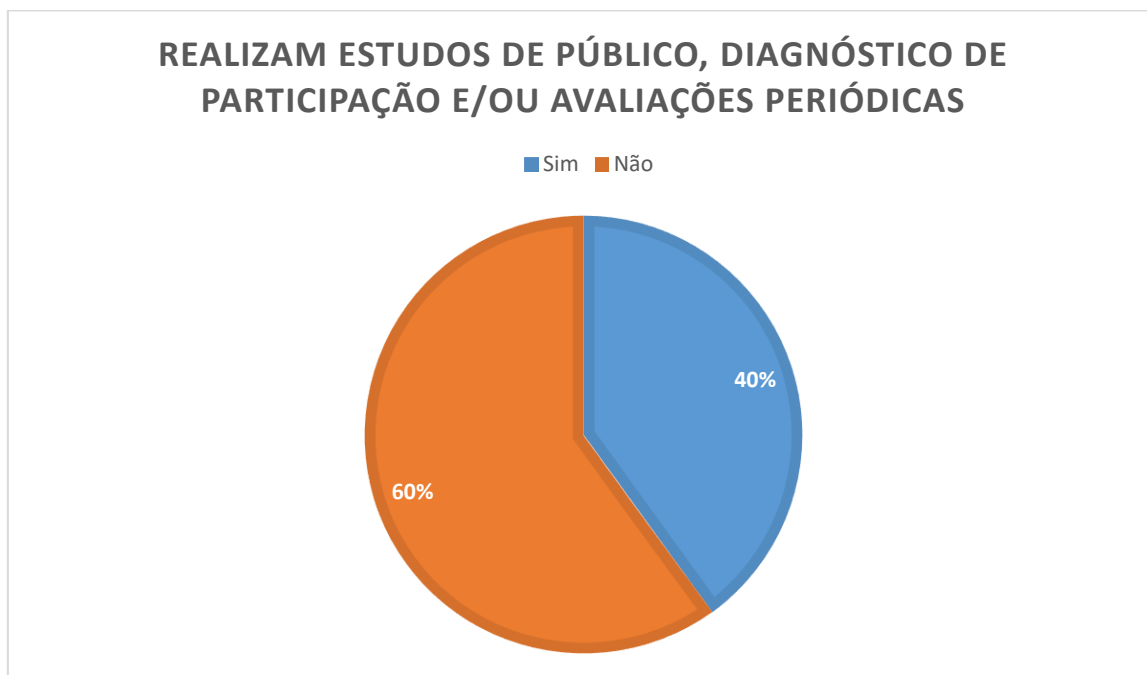


Todas as instituições fazem uso de recursos museográficos. A única opção que nenhuma das instituições assinalou que tem e faz uso é do recurso áudio-guia. Apenas o STM e o TST fazem uso de informativo multilíngue.



Todas as instituições desenvolvem ações educativas. E todas possuem mediadores sendo que o STF, o STJ e o TST sempre têm à disposição esse profissional, o TSE disponibiliza esse profissional quando acontece os programas educativos e o STM disponibiliza apenas quando chegam grupos pequenos para visitar a exposição.

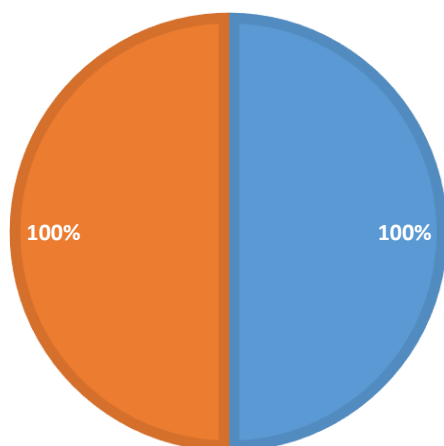
De acordo com a subseção II do Estatuto, sobre o estudo, a pesquisa e as ações educativas, o estudo e as pesquisas fundamentam as ações desenvolvidas pelo museu, no Art. 28 § 2º consta que, “ Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes” (BRASIL, 2009, Art. 28 § 2º) essa ferramenta já é utilizada desde os primeiros museus brasileiros como forma também de requerer verbas e investimentos.



Apenas os museus do STJ, do TST e do TSE assinalaram que realizam estudos de público, diagnóstico de participação e/ou avaliações periódicas.

EXPOSIÇÕES VOLTADAS PARA PÚBLICO INTERNO E/OU EXTERNO

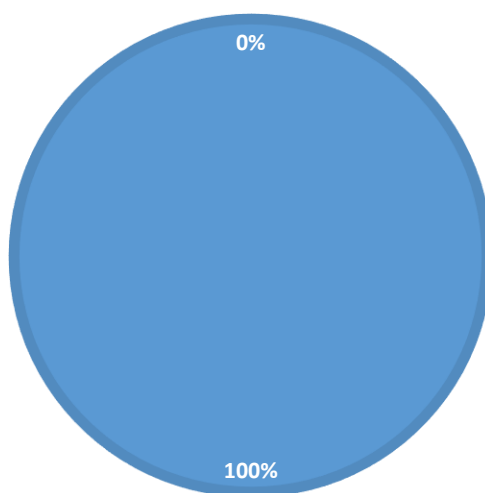
■ Interno ■ Externo



Todas as instituições assinalaram que as exposições são voltadas tanto para o público interno como para o externo.

REALIZA A DIVULGAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES

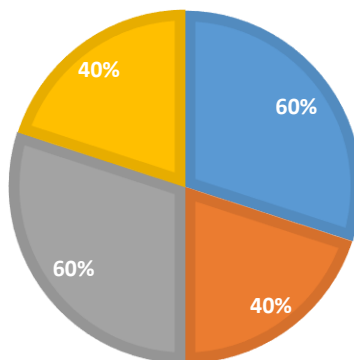
■ Sim ■ Não



Sobre a divulgação das exposições, todas as instituições realizam, porém, o museu do STM só realiza das exposições temporárias.

PROJETOS REGULARES

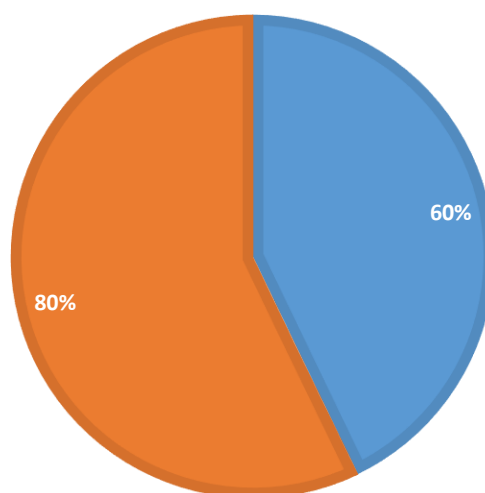
- Projetos Regulares de Formação de Público
- Projetos Regulares de Arte Educação para o Público Infantil
- Projetos Regulares Direcionados ao Público da 3ª Idade
- Projetos Regulares Direcionados a Outro Tipo de Público



Apenas três instituições assinalaram desenvolver projetos regulares de formação de público. Já sobre o desenvolvimento de projetos regulares de arte educação para o público infantil apenas o STJ e o TST assinalaram positivamente. Sobre projetos regulares para o público da terceira idade apenas o STJ e o TSE desenvolvem. E sobre projetos regulares direcionados a outros tipos de públicos, apenas duas instituições assinalaram positivamente e entre esses públicos estão os estudantes, resposta do TST, e os universitários, resposta do STJ. Os únicos que não realizam nenhum tipo de projeto são o STF e o STM.

PESQUISA

- Possui Acervo Bibliográfico para Consulta
- Possui Arquivo para Consulta



O museu do STJ é o único que não possui acervo bibliográfico para consulta assim como arquivo. A maioria das instituições pesquisadas possuem arquivo para consulta sendo que o do TST está digitalizado. Apenas o STM, o TST e o TSE possuem acervo bibliográfico para consulta.



Nenhum dos museus possuem revista especializada ou publicações periódicas.



Apenas o museu do STJ e do TSE participam de rede de memória ou rede de museus sendo respectivamente a Rede de Memória do Governo do Distrito Federal (GDF) e Rede de Memória Eleitoral.

Foi possível perceber que esses museus não se apresentam de maneira radicalmente diferente de outros museus do Distrito Federal. Portanto, inferimos que, frente a realidade dos outros espaços museais do Distrito Federal (DF), os museus criados dentro de instituições cuja atividade fim não é a museal, não desenvolvem contextos de trabalhos diferentes, mas sim diferente do que propõe a legislação, ou seja, essas instituições não possuem dinâmica de gestão tão diferente das outras unidades museais. Podemos então inferir que a realidade dos museus institucionais do DF e dos que não fazem parte dessa tipologia é bastante similar. Ressaltando que é só uma inferência pois não se tem desses outros museus o trabalho que aqui realizamos.

Chegamos à conclusão que não é pelo fato dessas instituições estarem inseridas em outras instituições que desenvolvem esse contexto de trabalho diferente, específico, e que essa prática é mais corriqueira do que o imaginado. As instituições são geridas da forma que os seus administradores decidem por ser o adequado e possível sem se ampararem na legislação vigente. Não percebemos a intenção, a vontade, de se ampararem na legislação vigente. É comum, quando se adentra o campo museológico escutar “os museus sempre existiram sem os museólogos”, é claro que existiram, e essa profissão como decorrente de curso técnico e superior também é considerada recente,⁵⁴ porém, acreditamos que a falta desse profissional causa sérios problemas a essas instituições em relação a sua gestão. Um certo sucateamento do museu e de todo o acervo que faz salvaguarda. E mais, não percebemos a intenção das atividades desses espaços de estarem voltadas para o desenvolvimento social da comunidade em que as instituições estão inseridas. Se pensarmos na particularidade desses museus, essa particularidade seria a que eles estão ali, foram criados, para construir aquela determinada memória que é a memória daquela instituição, dos juízes, dos ministros etc.

Não defendemos apenas uma Museologia, e nem desconsideramos as várias que existiram e existem, mas sim uma das formas de fazer a Museologia nesse

⁵⁴É considerada recente mesmo sendo datada de 1932, ainda como técnico, no Museu Histórico Nacional.

contexto atual mencionado que é o contexto de Estatuto de Museus que se deu em decorrência do amadurecimento da área. Ou como expõe Cury (2005), uma única museologia com diferentes formas de manifestação, mas todas com o seu objeto de estudo que se refere ao fato museal que, tendo como referência Guarnieri (1990) se refere na relação, no confronto do homem com o objeto, com a realidade, ocasionado, fabricado pelo homem na instituição museu. Consideramos que o Estatuto pode não ser uma amarra, mas sim um campo de possibilidades para essa Museologia. É, portanto, com essa lente teórica que construímos esse questionário e realizamos a análise dos dados que foram fornecidos pelos próprios responsáveis pelas instituições.

2.3 REFLEXÕES

Nesse momento apresentamos alguns dados obtidos pelo ICD em tabelas assim como outros dados obtidos nos sites das instituições para realizarmos reflexões em relação a dinâmica institucional das instituições mães e dos museus. Buscamos identificar se os museus acabam acompanhando a mesma dinâmica institucional das instituições mães. A começar pelo STF,

| | |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | Supremo Tribunal Federal |
| MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Compete ao Supremo Tribunal Federal, nos termos constitucionalmente definidos, a guarda da Constituição, sendo sua responsabilidade institucional defender e preservar a Democracia e garantir a concretização dos princípios da República e o respeito à Federação. Em última instância judicial, a ele incumbe assegurar a efetividade dos direitos fundamentais, tornando intangível a dignidade da pessoa humana, na forma posta na ordem jurídica interna e nos pactos internacionais aos quais tenha aderido o Brasil, impedindo qualquer forma de indevida pressão ou inaceitável opressão estatal ou particular que impeça, dificulte ou anule a integridade dos direitos constitucionais das pessoas”. ⁵⁵ |
| VISÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | |
| VALORES DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | |
| MUSEU | Gerência de Memória Institucional |
| ANO DE CRIAÇÃO | 1977 |
| ANO DE INAUGURAÇÃO/ FUNCIONAMENTO | 1978 |
| MISSÃO DO MUSEU | |

⁵⁵<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/intranetAGE/anexo/Missao/PortariaGP21de26.1.2017MissaoVisaoSTF.pdf>

| | |
|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| VISÃO DO MUSEU | |
| OBJETIVO DO MUSEU OU COLEÇÃO | “Resguardar a memória institucional do tribunal e de seus membros(ministros)” |
| OBJETIVOS ⁵⁶ : DISPONÍVEIS NO SITE DA INSTITUIÇÃO | “A Gerência de Memória Institucional é responsável pela guarda e conservação dos bens histórico-culturais, bem como o resgate e a comunicação da História da Suprema Corte, suas antigas sedes e de seus Ministros. Dentre suas várias atividades, podemos destacar: resgate da história, atendimento a pesquisas, apoio a montagem de exposições temáticas e gerenciamento de acervo. O acervo é bem variado. É composto por condecorações, documentos e móveis históricos, fotografias e objetos museológicos: presentes protocolares, tapeçarias, vestimentas, objetos de uso pessoal de ministros e obras de arte.” ⁵⁷ |
| HISTÓRICO DO ACERVO OU COLEÇÃO | “O museu foi criado em 1977 e inaugurado em 1978. Em 2009, por sessão administrativa mudou-se a nomenclatura para Seção de Memória Institucional por acreditarem não ter um museólogo a frente das atividades e por não ter um acervo expressivo. Hoje, acreditamos que esse conceito está ultrapassado. Mudanças em breve!” |
| CONCEITO DE MEMORIAL ADOTADO | “O museu/seção de memória institucional entende que a memória preserva e difunde a história do judiciário brasileiro e de seus membros (ministros).” |

| | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | Superior Tribunal de Justiça |
| MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal.” ⁵⁸ |
| VISÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Tornar-se referência na uniformização da jurisprudência, contribuindo para a segurança jurídica da sociedade brasileira”. ⁵⁹ |
| VALORES DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Aprendizagem contínua: assumir a responsabilidade de se desenvolver continuamente, de forma a contribuir para o crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho organizacional. Comprometimento: atuar com dedicação, orgulho institucional, empenho e envolvimento em suas atividades. Ética: agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações. Sustentabilidade: adotar políticas e práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Transparência: disponibilizar e divulgar informações à sociedade de maneira clara e tempestiva, de forma a possibilitar a participação e o controle social.” ⁶⁰ |
| MUSEU | Museu do Superior Tribunal de Justiça |
| ANO DE CRIAÇÃO | 1990 |
| ANO DE INAUGURAÇÃO/ FUNCIONAMENTO | 1990 |

⁵⁶ Informações dos sites das instituições.

⁵⁷ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoMuseu>

⁵⁸ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores>

⁵⁹ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores>

⁶⁰ <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/planogestao/article/download/1184/1120>

| | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MISSÃO DO MUSEU | “Preservar a memória institucional/ iniciativas culturais, educativas e sociais, aproximando a justiça do povo e construindo a cidadania”. |
| VISÃO DO MUSEU | |
| OBJETIVO DO MUSEU OU COLEÇÃO | “Resguardar a memória institucional do tribunal e de seus membros (ministros)” |
| OBJETIVOS: DISPONÍVEIS NO SITE DA INSTITUIÇÃO | “Para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o conceito de cidadania vai além do dever de fazer justiça em seus julgados. Valorizar a história, o patrimônio, a arte, a cultura e a educação também é parte da iniciativa do Tribunal de se aproximar cada vez mais do cidadão. O Museu do STJ contribui significativamente para esse objetivo, desenvolvendo projetos que buscam integrar as pessoas ao Judiciário.” ⁶¹ |
| HISTÓRICO DO ACERVO OU COLEÇÃO | “Doados por ministros, servidores e artistas que participaram da exposição.” |
| CONCEITO DE MEMORIAL ADOTADO | “Preservar a memória institucional, pela preservação e disseminação da história do judiciário brasileiro, através da documentação museológica aqui preservada em acervo.” |

| | |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | Justiça Militar da União- Superior Tribunal Militar |
| MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Processar e julgar crimes militares definidos em Lei a fim de contribuir para a promoção da Justiça” ⁶² |
| VISÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência do Poder Judiciário” ⁶³ |
| VALORES DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Ética, Imparcialidade, Acessibilidade, Modernidade, Celeridade, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Transparência” ⁶⁴ |
| MUSEU | Museu da Justiça Militar da União |
| ANO DE CRIAÇÃO | 1992 |
| ANO DE INAUGURAÇÃO/ FUNCIONAMENTO | 1995 |
| MISSÃO DO MUSEU | |
| VISÃO DO MUSEU | |
| OBJETIVO DO MUSEU OU COLEÇÃO | “Preservação e disseminação a história da Justiça Militar da União” |
| OBJETIVOS: DISPONÍVEIS NO SITE DA INSTITUIÇÃO | “Aqui você poderá saber um pouco mais da história do Brasil, por meio de peças e documentos que remontam à época da chegada da família real portuguesa ao nosso país. É o resgate de mais de duzentos anos de história, lembrando fatos e personagens importantes da Justiça Militar, e consolidando a formação da identidade cultural e histórica brasileira. A Justiça Militar da União, consciente do seu papel na formação de nossa identidade, tem o prazer de convidá-lo a conhecer o seu acervo. Venha conhecer uma parte da sua história! Nós o esperamos.” ⁶⁵ |
| HISTÓRICO DO ACERVO OU COLEÇÃO | “A coleção é composta por mobiliário e peças que foram utilizadas ao longo dos 200 anos de história do tribunal, criado por D. João VI em 1o de abril de 1808. O museu foi |

⁶¹ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu>

⁶² <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>

⁶³ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>

⁶⁴ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>

⁶⁵ <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/museu>

| | |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | criado a partir do desejo do Ministro Tenente Brigadeiro Az Cherubim Rosa Filho por resolução de 1992. Porém, sua inauguração só se deu em 1995.” |
| CONCEITO DE MEMORIAL ADOTADO | “Memória do Superior Tribunal Militar atrelada à história do Brasil.” |

| | |
|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | Tribunal Superior do Trabalho |
| MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira” ⁶⁶ . |
| VISÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Consolidar-se como Órgão de excelência nas pacificações das relações de trabalho.” ⁶⁷ |
| VALORES DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | <p>Comprometimento Atuar com dedicação para alcance dos objetivos. Efetividade Realizar ações com eficiência e eficácia de modo a cumprir sua função institucional. Ética Agir com honestidade, integridade e imparcialidade. Foco no Jurisdicionado Concentrar esforços na resolução das demandas dos jurisdicionados. Proatividade e Inovação Antecipar-se aos fatos com ações preventivas e promover a inovação e o aperfeiçoamento contínuo de procedimentos e serviços. Sustentabilidade Atuar com responsabilidade socioambiental. Transparência Praticar ações com visibilidade plena no cumprimento das atribuições.” ⁶⁸</p> |
| MUSEU | Memorial Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes |
| ANO DE CRIAÇÃO | 2000 |
| ANO DE INAUGURAÇÃO/ FUNCIONAMENTO | 2000 |
| MISSÃO DO MUSEU | |
| VISÃO DO MUSEU | |
| OBJETIVO DO MUSEU OU COLEÇÃO | “Realizar a difusão da história da Justiça do Trabalho, em especial através da memória institucional do TST.” |
| OBJETIVOS: DISPONÍVEIS NO SITE DA INSTITUIÇÃO | “[...] valorizar a história do TST e da Justiça do Trabalho, com estrutura moderna e adequada para o acondicionamento do acervo [...] O acervo do memorial inclui documentos e objetos da história da Justiça do Trabalho, mobília histórica, medalhas, honrarias, togas, placas, fotografias e presentes recebidos por ministros em ocasiões especiais, entre outros itens.” ⁶⁹ |

⁶⁶ <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores>

⁶⁷ <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores>

⁶⁸ <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores>

⁶⁹ http://tst.jus.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/memorial-do-tst-e-reinaugurado-e-homenageia-geraldo-montedonio-primeiro-presidente-da-corte/exclusive?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Ftst.jus.br%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_89Dk%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dexclusive%26p_p_mode%3Dview

| | |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| HISTÓRICO DO ACERVO OU COLEÇÃO | “O espaço tem como objetivos: a preservação, a organização e a difusão cultural de documentos e objetos que recuperem e reconstituam momentos importantes da história da Justiça do Trabalho. Mobiliário de época, medalhas, insígnias, togas, placas, fotografias, presentes recebidos pelos Ministros em ocasiões especiais, jornais, antigos equipamentos de trabalho utilizados no TST são uma amostra do acervo do memorial.” |
| CONCEITO DE MEMÓRIA ADOTADO | “O espaço cultural tem como objetivos: a preservação, a organização e a difusão cultural de documentos e objetos que recuperem e reconstituam momentos importantes da história da Justiça do Trabalho. Mobiliário de época, medalhas, insígnias, togas, placas, fotografias, presentes recebidos pelos Ministros em ocasiões especiais, jornais, antigos equipamentos de trabalho utilizados no TST são uma amostra do acervo do memorial.” ⁷⁰ |

| | |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | Tribunal Superior Eleitoral |
| MISSÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia” ⁷¹ . |
| VISÃO DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | “Ser reconhecido como órgão de excelência pela credibilidade e qualidade na gestão do processo eleitoral” e na prestação jurisdicional. ” ⁷² |
| VALORES DA INSTITUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO | <p>“Ética: atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade.</p> <p>Valorização das pessoas: respeito e valorização das características intrínsecas de cada indivíduo.</p> <p>Comprometimento: atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.</p> <p>Responsabilidade socioambiental: adoção de práticas em benefício da sociedade e do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida das pessoas.</p> <p>Acessibilidade: promoção das condições para que todas as pessoas possam acessar os espaços e as informações de responsabilidade do TSE.</p> <p>Economicidade: adoção de práticas que busquem a boa distribuição de recursos, racionalizando gastos e assegurando o equilíbrio financeiro-orçamentário.</p> <p>Transparência: garantia do acesso a informações, ações e decisões institucionais.</p> <p>Integração: compartilhamento de experiências, conhecimentos e colaboração participativa na Justiça Eleitoral que conduzam à formação de equipes orientadas para resultados comuns.</p> <p>Celeridade: atuação com rapidez e agilidade, garantindo a qualidade do resultado entregue.</p> <p>Confiabilidade: atuação com eficiência e eficácia, de acordo com as atribuições normativas.</p> <p>Inovação: estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas.</p> <p>Coerência: alinhamento entre discurso e prática.”⁷³</p> |

⁷⁰ O responsável pelo memorial assinalou que o conceito/ideia de memória adotado pela instituição era o mesmo que constava no objetivo e no breve histórico.

⁷¹ <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica>

⁷² <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica>

⁷³ <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica>

| | |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MUSEU | Museu do Voto |
| ANO DE CRIAÇÃO | 2011 ⁷⁴ |
| ANO DE INAUGURAÇÃO/ FUNCIONAMENTO | 2010 |
| MISSÃO DO MUSEU | |
| VISÃO DO MUSEU | “Ser Memorial das conquistas democráticas do povo brasileiro” |
| OBJETIVO DO MUSEU OU COLEÇÃO | |
| OBJETIVOS: DISPONÍVEIS NO SITE DA INSTITUIÇÃO | “[...] entrelaça-se à história da política brasileira, uma vez que parte da construção da democracia e da cidadania no país foi concretizada por meio da atuação deste Tribunal. O Museu do Voto tem a finalidade de pesquisar, preservar e difundir a história eleitoral brasileira e a memória da Justiça Eleitoral, com observância dos valores institucionais e com o intuito de servir à sociedade e ao fortalecimento da democracia.” ⁷⁵ |
| HISTÓRICO DO ACERVO OU COLEÇÃO | “O acervo do Museu do Voto compõe-se basicamente de itens relacionados às eleições (urnas, títulos, documentos partidários). O acervo foi formado majoritariamente por doações e legado institucional.” |
| CONCEITO DE MEMÓRIA ADOTADO | “Promover pesquisa, preservação e divulgação da história das eleições no Brasil e da Justiça Eleitoral.” |

Em relação ao STF, a missão da instituição mãe está intrinsecamente ligado ao objetivo de criação do poder previsto pela constituição e ainda a integridade do usufruto dos direitos constitucionais. Já o objetivo do museu se volta à memória da instituição mãe, que faz parte da história da judiciário brasileiro, e de seus ministros. Nos objetivos disponibilizados pelo site, é possível perceber que ressalta a intenção de resgate e comunicação da história da instituição, de suas antigas sedes e de seus ministros, além, da responsabilidade que o espaço tem em relação aos bens históricos.

O STJ, assim como o STF, tem missão, visão e valores ancorados na Constituição, logo, na sua atuação. Já o museu, além dos objetivos já mencionados do museu do STF, de preservar a memória da instituição, tem a missão de também preservar iniciativas culturais, educativas e sociais cuja intenção é a de aproximar a justiça do povo contribuindo dessa forma para a cidadania. Os objetivos propostos pelo site seguem essa mesma vertente que busca aproximar o tribunal e o Poder Judiciário do cidadão. Porém, em relação ao conceito de memória adotado, apenas a memória institucional é levada em consideração. Portanto, um certo ruído entre o que

⁷⁴ Reiteramos que aqui não é considerado a data de criação do Centro de Memória do TSE.

⁷⁵ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto>

é proposto e a forma que percebem o museu e a memória condensada nesses espaços.

Da mesma forma, o STM tem sua missão e objetivos especificados frente à sociedade e à Justiça. Já o museu se volta a preservar e disseminar a história da Justiça Militar que por óbvio, assim como todas as outras instituições, está atrelada à história do Brasil. O conceito de memória adotado segue a compreensão do museu de que a preocupação é a memória do STM.

Da mesma forma, o TST tem sua missão, visão e valores atrelados à jurisprudência trabalhista, e o Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes tem como missão a comunicação da história da Justiça do Trabalho por meio da memória institucional do TST. Os objetivos desse espaço giram em torno da história do TST e da Justiça do Trabalho.

Já o TSE tem a missão atrelada à Justiça Eleitoral e ao fortalecimento da democracia e o seu museu, o Museu do Voto, com estreita relação às conquistas democráticas do povo. Nos objetivos disponibilizados pelo site, percebemos que a finalidade é a de pesquisar, preservar e difundir a história eleitoral brasileira e a memória da Justiça Eleitoral, mas o intuito é o de servir à sociedade e ao fortalecimento da democracia.

Percebemos, portanto, que os museus em sua maioria não acabam acompanhando a mesma dinâmica institucional. Ou seja, enquanto a missão das instituições mães estão voltadas para o exercício da cidadania, os museus possuem como missão basicamente a preservação da memória das instituições e de seus membros, e quando falam membros, estão se referindo aos ministros. Como podemos notar, são poucos os museus que tem em sua missão, visão e valores a questão da cidadania e da aproximação das instituições com a sociedade.

3. EXPOSIÇÕES

Nesse momento, discutiremos conceitualmente as exposições, e sobre seu papel dentro dos museus. Apresentaremos o levantamento das exposições das instituições estudadas. Analisaremos mais detalhadamente a última exposição de longa duração de cada instituição que estava aberta à visita até a data da pesquisa.

Mesmo algumas instituições utilizando o termo “exposição permanente”, adotaremos na narrativa o termo exposição de curta e de longa duração por avaliarmos que há um consenso no campo de que até mesmo as exposições de longa duração podem sofrer ao longo do tempo modificações, como por exemplo, trocas de objetos. As exposições de longa duração geralmente são mais voltadas para a instituição, são exposições ancoradas na missão do museu que deve ter relação com a missão da instituição mãe. Geralmente essas exposições trabalham com o acervo do museu. Já em relação as exposições de curta duração, geralmente são mais “soltas”, “diluídas”, ou seja, não precisam estar ancoradas na missão do museu. São exposições temáticas.

Ao realizarmos a pesquisa relacionada às exposições, percebemos que essas instituições, tanto os museus como suas instituições mães, não têm a prática de guardar a documentação das exposições, não existe uma metodologia de documentação e nem mesmo existe uma sistematização, como podemos observar no levantamento realizado. Com esse levantamento, poderíamos pensar a trajetória memorial dessas instituições pelas exposições em que, inclusive, a ausência de informação é uma informação, é a fabricação da desimportância dada por alguns segmentos ou instituições. Essas instituições parecem não perceber que a memória do museu também é composta pela documentação das ações realizadas, ou seja, as exposições são importantes também para a memória do museu. Portanto, é de grande relevância a documentação, a memória da dinâmica institucional.

Durante a pesquisa foram analisadas possibilidades de atividades que aproximassem o museu da sociedade. Dentre essas atividades foi possível encontrar a documentação de algumas exposições, que são consideradas as atividades centrais nessa relação museu sociedade (CURY, 2005). A partir dessas exposições foi realizado um recorte temporal por analisarmos que as exposições mais recentes, que ainda estavam abertas ao público, tinham além de mais documentação, a

possibilidade de análise *in loco* e registro por parte da pesquisadora. A análise será realizada nas exposições de longa duração.

3.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL SOBRE EXPOSIÇÕES

De acordo com Marília Xavier Cury (2005), a musealização⁷⁶ se refere à valorização dada aos objetos que pode ocorrer dentro dos museus, você desloca esses objetos para a instituição museu, ou *in situ*, que se refere ao mesmo processo só que no lugar em que o objeto se encontra ou, em outras instituições. Essa valorização pode ser atribuída por critérios críticos dados por especialistas e/ou pelo público, e dessa forma, esse objeto adquire sentido social e público. Esse é um processo que se inicia já na seleção do que será valorizado, musealizado. E essa ação de valorar objetos, como já mencionamos no capítulo 1, não é neutra, assim como os objetos não são neutros e tampouco os museus. Para a autora, refletir o papel social dos museus, que a partir da II Guerra Mundial, principalmente, começou a ser questionado e vem sendo questionado desde então, é um dos princípios para que essas instituições não se “escondam” nessa falsa neutralidade e não recaiam no autoritarismo e paternalismo.

A musealização está estreitamente ligada à preservação pois é selecionado o que será valorizado e preservamos esse item porque queremos guardá-lo, é o tal do guardá-lo para a “eternidade”. Essas ações de musealização e de preservação são ações que tem compromisso com o ato de interrogar, investigar, pesquisar. De acordo com a autora a musealização se constitui dos seguintes passos básicos: aquisição, isso quando não é *in situ*, pesquisa, documentação e comunicação.

Em relação à comunicação museológica, existem várias formas, e entre elas, a principal é a exposição que é o momento em que se potencializa a relação entre o homem e objeto no cenário institucionalizado e no cenário expositivo. É o momento de encontro das pessoas, da sociedade, e o que foi musealizado. Esse momento é o resultado das ações já realizadas, é a parte que se manifesta para o público e é nela que as instituições têm a chance de mostrar que estão exercendo a sua missão, em

⁷⁶ De acordo com Cury (2005) o termo musealização é chave para analisar metodologicamente as exposições nesse processo de comunicação.

suas palavras “É, ainda, a grande chance dos museus de se apresentarem para a sociedade e afirmarem a sua missão institucional” (2005, p.35).

Com as reflexões sobre como o público aprende com os museus, e como consequência, como o museu ensina, associados a diversos estudos como os psicoeducativos e os de processos cognitivos, houve a preocupação, tanto aos museus, mas especialmente as exposições, em realizar exposições sob a ótica do público, oferecendo oportunidade para um comportamento ativo cognitivo em que há a interação. Ao realizar uma exposição sob o viés do público significa repensar o papel do emissor, quem emite, e do receptor, quem recebe, no processo de comunicação museológica e também considerar esse receptor não apenas em relação a exposição, mas também e principalmente, em relação a problemáticas sociais,

Conceber e montar uma exposição sob o viés da experiência do público significa escolher um tema de relevância científica e social e organizá-lo material e visualmente no espaço físico com o objetivo de estabelecer uma relação dialética entre o conhecimento que o público já tem sobre o tema em pauta e o novo conhecimento que a exposição está propondo. (CURY, 2005, p. 43)

A exposição, portanto, seria o local de encontro e de interação que visa ao comportamento ativo do público e uma experiência de qualidade que “[...] esteja conectada com suas experiências anteriores e que influencie positivamente suas experiências futuras” (2005, p.44). Para a autora, uma experiência de qualidade deve se desenvolver em direção a consumação que se refere a compreensão e integração dos aspectos que envolvem a visita com a apreciação.

Já em relação à falta de avaliação museológica nesses espaços, atividade essencial aos museus que deve ser realizada sistematicamente, a autora relaciona a falta de conhecimento do referencial teórico da área e sobre as metodologias apropriadas para o desenvolvimento desse processo, além da falta de recursos humanos e materiais. Essa avaliação museológica engloba o estudo de público. A autora percebe essa avaliação como forma de estabelecer um diálogo com a realidade e um meio para transformá-la. Ela possibilita uma reorientação das ações realizadas. É a forma da instituição ter um retorno e estudar, analisar, as ações que realiza e, se necessário, propor e realizar mudanças. A autora nesse sentido ressalta a importância dos ideais museológicos para construção de projetos institucionais e por estabelecer parâmetros de qualidade da atuação pública, assim como para o papel do museu na

sociedade e suas formas de atuação. Em que, inclusive, museu e a museologia⁷⁷ almejam como finalidade a cidadania e o seu exercício.

É importante discutirmos também como expõe Cury (2005), que o direito ao acesso não garante que esses espaços sejam democraticamente apropriados, e que os museus vêm historicamente enfrentando um distanciamento com a sociedade. Porém, não percebemos realmente esse enfrentamento no sentido de combate, de tentar driblá-lo.

Girlene Chagas Bulhões (2017) em sua dissertação fala sobre o silenciamento museal, sobre como em algumas instituições e performances museais (a maioria) certas vozes são constante, sutil e violentamente marginalizadas e caladas. Em relação a essas vozes, a autora se refere a todas as pessoas e aos centros que são marginalizados, subalternizados. É uma insatisfação pessoal com as instituições museais públicas e privadas, tradicionais e não tradicionais que escondem, ocultam, protagonismos históricos, lembranças, heranças, produções e manifestações culturais afirmativas daqueles e daquelas que se situam em uma ou várias minorias. E em minorias a autora se refere não a minoria da população, ou a grupos com poucos números de pessoas, mas sim a maioria, “porque mesmo sendo maioria da população são centros deslocados para as margens, historicamente afastados das instâncias de decisão e controle do poder, tratados como massa de manobra.” (BUHÕES, p. 12) que é o lugar que a autora se insere. A autora não desconsidera as mudanças positivas que ocorreram desde 1972⁷⁸, mas considera incontestavelmente que ainda tem muito a ser feito⁷⁹.

Em relação a interpretação que os museus realizam, essas instituições criam seus próprios sentidos e significados, sendo que essas interpretações são transformadas, não apenas, mas principalmente em exposições onde valores são construídos. Porém, não é suficiente que um museu exponha o que interpreta, em suas palavras, “tem que fazer uma ‘boa interpretação’” (2017, p.19) e nessa perspectiva se refere a uma expografia densa e, logo, a um museu denso. Dessa forma, os museus deixam de serem vistos como “lugares de culto a um passado congelado”, para serem vistos como algo do presente e do futuro, relacionado a vida

⁷⁷ A autora aborda, compreende a museologia como uma disciplina (CURY, 2005).

⁷⁸ Recomendações da Mesa Redonda de Santiago do Chile.

⁷⁹ Vale ressaltar que essas características, de acordo com Bulhões, não são exclusivas da Velha Museologia. Ou seja, os museus da Nova Museologia não estão imunes a esse sistema excludente que se inserem os museus que a Nova Museologia justamente vem criticando e tentando se opor.

das pessoas e a civilização que o originou, podendo assim, “impressionar o mundo” (2017, p. 20).

Em relação ao termo Pacto Museal que a autora cria uma noção, uma expressão, e entende como

[...] à aliança implícita e explícita existente entre os museus, seus públicos e as sociedades; firmada por meio de crenças sociais, práticas culturais, estratégias políticas e normas jurídicas fixadas em documentos que têm força de lei, a exemplo do Estatuto, e preceitos reguladores infralegais: que ordenam mas não têm poder judicial, como as conceituações e definições de museus usadas em Declarações e Recomendações elaboradas por instâncias vinculadas ao universo museológico em eventos nacionais e internacionais. (2017, p.39)

É um contrato que não foi necessariamente escrito, mas que acreditam e apostam nele, um contrato realizado entre os museus e a sociedade. De acordo com Bulhões, mesmo que muitos ignorem a crença no Pacto Museal, mesmo que inconscientemente, ele existe. E saber disso seria um alento.

A autora leva em consideração que é natural nesses espaços que coisas, pessoas e acontecimentos sejam esquecidos, consciente ou inconscientemente, em que é necessário a realização de recortes. O problema está na constante de serem esquecida sempre as mesmas vozes que como já mencionado se refere as minorias que são grupos discriminados e marginalizados por diversos motivos tais como: sociais, econômicos, físicos, étnicos, raciais, religiosos, sexuais.

Quando silenciam as multidões de invisíveis e malvistas sociais que neles também se abrigam – garis, porteiras, copeiros, ascensoristas, vigilantes, faxineiros, garçons; presidiárias, presidiários, ex-presidiári@s, prostitutas, prostitutos; homossexuais, lésbicas, transexuais, transgênerxs; pessoas que moram nas ruas, com necessidades especiais, usuárias de drogas ilícitas e outros “incômodos” – reforçam simbolicamente a intolerância e o descaso devotados a tais grupos, mais ou menos como se estivessem fazendo um time perder por W.O. (2017, p.21)

O que, de acordo com a autora, pode ser considerado como descumprir a mais importante função social de um museu na atualidade tendo em vista que nas definições atuais de museu, nacionais e internacionais, existe sempre a menção desses espaços estarem a serviço da sociedade. Sendo necessário, portanto, que os museus atualizem suas crenças.

A autora utiliza outro termo, Máscara Museal, para se referir a forma que museus constroem sua imagem, ou seja, a forma que querem ser vistos pela sociedade. De acordo com Bulhões, essa máscara pode ser utilizada tanto positivamente quanto negativamente. Porém, não é raro sua utilização como se fosse

uma máscara falsa, instituições fingindo ser o que não são, e nessa perspectiva a autora se refere ao fato dessas instituições encenarem que realmente estão a serviço da sociedade. Essas máscaras são usadas para ocultar os dados viciados dos museus silenciadores que decidem sempre por uns grupos em detrimentos de outros, sendo que esse outros se refere aos marginalizados, e dessa forma não cumprem o Pacto Museal. Mas a impressão que dá, é a de que preservam, comunicam as lembranças de todos.

[...] o museu silenciador envelhece de forma entediante a cada memória que deveria cantar mas por preguiça, descaso, tirania ou covardia; silencia. Trai o Pacto Museal mas dá a impressão que preserva e comunica nossas lembranças, indistintamente. Usa uma Máscara falsa; debaixo da qual, intimamente, ele próprio não se reconhece. (2017, p. 45)

E esses museus, cujas máscaras escodem mentiras acabam se tornando dessa forma, defensores de determinados grupos, dispensadores de favores, “um mero instrumento a favor dos poderosos e poderosas do momento” (2017, p.56). O que acaba construindo uma homogeneização museal, como se todos fizessem parte de um mesmo grupo, “diferentes grupos são tratados com apenas uma cara” (2017, p.44), é a representação utópica de uma sociedade⁸⁰. Nessa perspectiva, as instituições sabem o que estão fazendo, já os seus visitantes, na maioria das vezes, não. E a autora acredita que essa é uma das possíveis razões do esvaziamento desses espaços.

Em relação a pouca quantidade de pessoas nos museus, ou seja, seu esvaziamento, a autora relaciona ao fato dos visitantes não estarem representados ali. Fazendo uma contextualização, é como se nós (a sociedade) fossemos convidados a irmos aos museus, inclusive, como convidados de honra, porém, ao não nos sentirmos representados, nos sentimos traídos e acabamos por não frequentar mais esses espaços. Nós percebemos que o Pacto Museal foi quebrado, e que na verdade esses museus se utilizavam de máscaras para nos enganar. E os museus, constrangidos como seus visitantes, recusam-se a admitir “sua própria hostilidade” (2017, p.46), ou seja, o erro que reproduz, e lança mão de saídas rápidas e fáceis para esse esvaziamento, além de criar desculpas para eximir-se de suas responsabilidades. Essas saídas rápidas e fáceis, de acordo com Bulhões, se refere

⁸⁰ Mesmo que esses museus silenciadores tenham uma “aura de coesão” e de “verdades absolutas”, o que se tenta realizar é a validação de certas narrativas em detrimento de outras, ou seja, a desqualificação de outras (2017, p.54).

a projetos socioeducativos que “visam apenas corrigir uma das consequências mais visíveis do seu envelhecimento” (2017, p.46) que se refere ao afastamento do público, apesar das superlotações que acontecem esporadicamente em decorrência da realização das exposições megaevento que também se configuram como estratégias de sobrevivência e, tendo como referência Chagas (2002)⁸¹, demonstração de poder.

3.2 MAPEAMENTO DAS EXPOSIÇÕES

Com o intuito de realizar um panorama dos processos expográficos que vem acontecendo nesses espaços, tentamos realizar um mapeamento das exposições. O objetivo era o de analisar as temáticas expositivas para podermos identificar recorrências temáticas e estratégias de consagração para refutarmos ou não as nossas hipóteses.

Inicialmente a proposta era a de levantar a documentação de todas as exposições dos cinco museus estudados, porém, ao nos depararmos com a realidade percebemos que não seria possível por motivos já mencionado no item 3 desse capítulo. Posteriormente tentamos achar informações no site das instituições, porém, encontramos reportagens sem um padrão de informação. Em alguns casos, nem mesmo essas reportagens foram encontradas.

Fato curioso é que algumas dessas instituições passaram por processos de reinauguração, fechamento e abertura de um novo espaço, etc. e a documentação desses espaços antigos também não são encontrados, relacionamos essa questão também ao fato de esses espaços serem objetos de poder e que determinadas gestões tentam ou tentaram de alguma forma “apagar” esse passado.

3.2.1 Exposições do Supremo Tribunal Federal

De acordo com a GDAHC foram mapeadas cerca de 56 exposições desde 2009 no STF, porém, como a informação de todas essas exposições não estão sistematizadas, nos foi indicado um site⁸² para a consulta que se refere ao site do STF em Imprensa/ Notícias e Textos. Conseguimos recuperamos apenas algumas das 56 exposições mencionadas de 2008 até setembro de 2019. De acordo com a

⁸¹ É a dicotomia proposta por Mario Chagas (2002) em que de um lado há a Memória do Poder, e de outro o Poder da memória.

⁸² <http://portal.stf.jus.br>

responsável do setor, Roberta Fraga, algumas exposições eram mostras internas que não tiveram repercussão externa, portanto, só existem registros internos, e nós, portanto, não temos acesso. Todas as exposições encontradas foram listadas e como não existe um padrão nas informações sobre essas exposições, fizemos uma pequena síntese para termos noção do que se trata cada uma.

Existe na instituição as exposições de longa duração e as de curta duração que são temáticas. De apenas algumas conseguimos identificar o responsável ou os responsáveis pela promoção. Nem todas as exposições são promovidas pela Secretaria de Documentação que é onde o museu está espetado.

Começaremos pelo Espaço Cultural por ser o lugar que mais recebeu as exposições. O Espaço Cultural do STF recebeu o seu nome em homenagem ao ministro Menezes Direito por seu “apeço” pela cultura⁸³. O ministro faleceu em 2009 e o espaço foi inaugurado com uma exposição em sua homenagem em 2010 que contava a sua trajetória de vida desde o seu nascimento até os seus últimos dias como membro do STF, para isso, foram expostos documentos, fotografias e objetos pessoais, além de troféus, medalhas e publicações. De acordo com o STF, nesse mesmo evento, os ministros Marco Aurélio e Celso de Mello também foram homenageados por 20 anos de defesa da Constituição na Corte (Idem).

| Espaço Cultural Ministro Menezes Direito | |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2010 | II Mostra de Arte da Pessoa com Deficiência; Ministro Marco Aurélio, 20 anos de STF; 50 anos do STF em Brasília (promovida pela Secretaria de Documentação do STF). |
| 2011 | 120 anos do Regimento Interno da Suprema Corte; 120 anos do STF. |
| 2016 | AIN 10 anos (promovida pela Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN) e a Secretaria de Documentação (SDO)). |

⁸³ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=170029>

| | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2017 | O Olhar de Waldomiro, 57 anos de pintura (promovida pela Secretaria de Documentação). |
| 2018 | Caneta Criativa; Memória Institucional: do físico ao digital (promovida pela Secretaria de Documentação). |
| 2019 | Movimento em Repouso (parceria entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF e o STF); Água: uso consciente (promovida pelo Comitê de Responsabilidade Socioambiental e pela Secretaria de Documentação); Brasiliense, um breve panorama (convênio entre o Museu Nacional da República e STF); Mulheres Supremas; Memórias Femininas da Construção de Brasília; Processo, união estável e homoafetiva. |

| | |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Hall dos bustos | |
| 2008 ⁸⁴ | O Supremo e o Cidadão (promovida pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), em parceria com o STF); Gervásio Baptista: 50 Anos de Fotografia ⁸⁵ ; Um olhar sobre o Poder Judiciário ⁸⁶ ; Exposição de medalhas comemorativas. |
| 2013 | 25 anos da Constituição da República e o Supremo Tribunal Federal. |
| 2015 | Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF. |

⁸⁴ Por meio do levantamento realizado no site do STF na Imprensa, Notícias e Textos, foi possível detectar que o STF em 2008 realizou exposições em outras regiões fora de Brasília: Rio de Janeiro (RJ), Palmas (TO) e Cuiabá (MT).

⁸⁵ Nessa exposição datada de 2008, "Gervásio Baptista: 50 Anos de Fotografia", o local indicado para a exposição foi o Salão dos Bustos que por análises e pelas exposições temporárias dessa época serem realizadas nesse espaço, Hall dos bustos, concluímos que é o mesmo lugar.

⁸⁶ O local indicado para a exposição também é Salão dos Bustos.

| | |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2016 | A Magna Carta Libertatum/1824: A Primeira Constituição Brasileira (promovida pelo Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteado (MAB-FAAP), com apoio do STF e da Embaixada do Reino Unido). |
| 2018 | Amazônia. |

| | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|
| Subsolo do edifício sede | |
| 2016 | Exposição em comemoração ao Dia da Consciência Negra. |

| | |
|---------------------------------------------|---------------------------------------|
| Hall de entrada dos gabinetes dos ministros | |
| 2017 | Exposição de fotos históricas do STF. |

| | |
|-------------------|--------------|
| Térreo do anexo I | |
| 2014 | EntreTantas. |

| | |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Museu | |
| 2009 | Exposição contendo a linha sucessória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (promovida pela Secretaria de Documentação) ⁸⁷ . |

Vale ressaltar que na maioria das exposições supracitadas, com exceção da de 2009 que foi realizada no museu, não foi feito nem menção ao museu, e apenas algumas faziam menção à Secretaria de Documentação. Encontramos em meio a várias reportagens, apenas uma de 2011 que dava notoriedade ao museu cujo título era “Especial: confira imagens de peças do Museu do STF e exposições realizadas

⁸⁷ Ao visitar o museu do STF percebemos que a linha sucessória dos ministros não faz mais parte da exposição de longa duração.

na Corte”. Nessa reportagem foi apresentada algumas peças em exposição no museu, assim como em outros espaços do tribunal⁸⁸.

“II Mostra de Arte da Pessoa com Deficiência”, essa exposição inaugurada no Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência foi um dos eventos do Programa de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência no Supremo Tribunal Federal, “STF sem Barreiras” criado na gestão do ministro Carlos Velloso. A exposição era composta por obras de pessoas com deficiências⁸⁹.

“Ministro Marco Aurélio, 20 anos de STF”, a exposição comemorativa pelos 20 anos do ministro no STF é composta por fotos, charges, entrevistas concedidas às revistas, processos, medalhas, livros, além de outros objetos como objetos pessoais⁹⁰.

A exposição “50 anos do STF em Brasília” foi realizada em comemoração à instalação do tribunal em Brasília. O objetivo era traçar a evolução do STF. A exposição era composta por fotos dos integrantes do tribunal quando da sua instalação em Brasília, plantas e maquetes do edifício, além de fotos anteriores à inauguração do prédio na capital⁹¹.

“120 anos do Regimento Interno da Suprema Corte”, a exposição contava com fotos e documentos que mostravam a trajetória da Corte, desde a primeira composição em 1891, além de um retrospecto da evolução, da distribuição e dos processos, assim como os prédios que abrigaram a Corte. Foram várias exposições em comemoração aos 120 anos da Corte, houve também 120 anos da Biblioteca da Corte e 120 anos do regimento interno da Suprema Corte (STF, 2011).

Em 2011 o STF inaugurou uma exposição para comemorar os “120 anos da Biblioteca da Corte”. A exposição que integrou as comemorações pelos 120 anos do STF era composta por painéis e vitrines que mostravam a história da biblioteca, além de informações sobre serviços, produtos e instalações anteriores. Não conseguimos identificar o local da exposição, se aconteceu isolado ou junto com a exposição “120 anos do STF”⁹².

A exposição “AIN 10 anos” abordava, dentre outros temas, questões relacionadas a acordos de cooperação, presentes protocolares, eventos

⁸⁸ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=170173>

⁸⁹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=162045>

⁹⁰ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=154675>

⁹¹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=124817&ori=1>

⁹² <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=192279>

internacionais e programas de intercâmbio institucional dando ênfase nos pontos de atuação internacional desenvolvidos pelo tribunal desde a criação da Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN) em 2006⁹³.

“O Olhar de Waldomiro, 57 anos de pintura”, a exposição trazia 38 obras do pintor e desenhista baiano Waldomiro de Deus. O artista é conhecido como um dos maiores primitivistas brasileiro⁹⁴.

“Caneta Criativa” foi uma exposição composta por 60 ilustrações realizadas apenas com caneta esferográfica pelo designer gráfico e colaborador do Tribunal Jailson Belfort. Os temas das obras eram relacionados ao Supremo, a Brasília e a cidades brasileiras, além de ilustrações com temas lúdicos⁹⁵.

A exposição realizada para participar da 16ª Semana dos Museus, primeira vez que o STF participa do evento, “Memória Institucional: do físico ao digital” foi realizada em duas vertentes, para o público *off-line* e para o *online*. Para o *off-line* foi realizada uma exposição sobre a história do STF e de seus membros por meio da exposição de objetos museológicos, processos históricos e obras raras da Biblioteca. Para o *online* foi criado um catálogo virtual do acervo histórico-cultural do tribunal ⁹⁶.

A exposição “Movimento em Repouso” realizada em 2019 é uma parceria entre o STF e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF. A exposição é composta por fotografias de Brasília, produzidas entre 2009 e 2010, em comemoração ao aniversário de 50 anos da capital federal da autoria de Thomas Kellner⁹⁷.

A exposição “Água: uso consciente” realizada em comemoração à Semana do Meio Ambiente contava com obras relacionadas as causas ambientais, doadas por artistas, assim como por fotografias, desenhos e colagens, cedidas pelo Museu das Águas de Porto Alegre (MUSA)⁹⁸.

A exposição "Brasiliense - um breve panorama" realizada em 2019 é uma parceria entre o STF e o Museu Nacional da República que revela obras produzidas em Brasília desde os anos 1960⁹⁹.

⁹³ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330768&ori=1>

⁹⁴ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346649&ori=1>

⁹⁵ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=383971&ori=1>

⁹⁶ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378279&ori=1>

⁹⁷ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=420578>

⁹⁸ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoExposicoes>

⁹⁹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=409413>

“Mulheres Supremas”, a exposição composta por fotografias e citações de mulheres da Corte tinha como objetivo prestar tributo à igualdade¹⁰⁰.

A exposição “Memórias Femininas da Construção de Brasília” tinha como proposta resgatar a memória de mulheres que influenciaram na construção de Brasília exercendo as “mais diversas funções”¹⁰¹. A exposição tinha um viés de mostrar que não foram apenas homens que vieram para a construção de Brasília na década de 1950. A exposição era composta por documentos e imagens, além de objetos como utensílios, mobiliário, vestuário e automóveis (Idem).

A exposição “Processo, união estável e homoafetiva” foi resultado da premiação concedida pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO. A mostra retratava os processos de reconhecimento da união estável homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais¹⁰².

A exposição “O Supremo e o Cidadão” realizada para comemorar a importância do órgão máximo da Justiça na garantia dos direitos constitucionais dos brasileiros era dividida em quatro ambientes composta por fotos, documentos, vídeos e processos que marcaram os 200 anos do Judiciário nacional, além de comemorar os 20 anos da Promulgação da Constituição Federal de 1988¹⁰³.

A exposição “Gervásio Baptista: 50 Anos de Fotografia” composta por 45 obras de Gervásio Baptista, fotógrafo oficial do STF, mostra como meio século da História do Brasil se confunde com a história do fotojornalismo brasileiro¹⁰⁴.

A exposição “Um olhar sobre o Poder Judiciário” foi composta por 32 fotos vencedoras do concurso realizado em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil. A temática era justamente um olhar sobre o Poder Judiciário¹⁰⁵.

Em 2008 houve no Hall dos Bustos a exposição de medalhas comemorativas que fazia parte das realizações do projeto Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil em homenagem a data de criação da Casa de Suplicação do Brasil que deu origem ao STF¹⁰⁶.

¹⁰⁰ <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoExposicoes>

¹⁰¹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=405836&ori=1>

¹⁰² <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoExposicoes>

¹⁰³ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=96911>

¹⁰⁴ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=84660>

¹⁰⁵ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=81195&ori=1>

¹⁰⁶ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=88460&ori=1>

“25 anos da Constituição da República e o Supremo Tribunal Federal”, a exposição apresenta aspectos históricos sobre a promulgação da Constituição. Para a comemoração da data de 25 anos da Constituição, além da exposição, teve o lançamento do livro “A Constituição de 1988 na visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

“Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF” a exposição retrata a trajetória pessoal e profissional do ministro Marco Aurélio que atuou no tribunal por 25 anos. A exposição era composta por documentos e fotografias, além de objetos pessoais. Em homenagem ao ministro, seria realizada além da exposição a edição de um livro comemorativo, a exibição de um documentário, na TV Justiça, e de um programa especial na Rádio Justiça¹⁰⁷.

“A Magna Carta Libertatum/1824: A Primeira Constituição Brasileira”, a exposição explorava as semelhanças e identidades entre os dois documentos, e tentava mostrar a relevância, até os dias de hoje, da Magna Carta inglesa. Na ocasião, também foi realizado o lançamento do Anuário da Justiça¹⁰⁸.

A exposição “Amazônia” se refere a mostra fotográfica de Sebastião Salgado da floresta e de cenas cotidianas de grupos indígenas da Amazônia. Esse acervo foi doado pelo artista e por sua esposa Lélia Wanik Salgado, que foi a curadora da exposição, ao tribunal. A exposição era composta por 16 painéis do fotógrafo¹⁰⁹.

Em comemoração ao “Dia da Consciência Negra” o STF realizou uma exposição com registros históricos sobre a luta da população negra. No dia da inauguração, 20 de novembro, data que marca a morte de Zumbi dos Palmares, a presidenta do Supremo, ministra Cármen Lúcia, também receberia em São Paulo o Troféu Raça Negra 2016 da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras) (STF, 2016).

A exposição “EntreTantas” realizada na ocasião do Outubro Rosa tinha como objetivo “[...] conscientizar **servidores e familiares** quanto à importância da realização de exames preventivos do câncer de mama.”¹¹⁰(grifo nosso). A exposição era composta por fotografias de mulheres de 19 a 74 anos (Idem).

¹⁰⁷ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=293518>

¹⁰⁸ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=315295>

¹⁰⁹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370022&ori=1>

¹¹⁰ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=278549&ori=1>

A exposição sobre a “Linha Sucessória dos Ministros” montada no museu expunha um acervo que contava a história das sucessões dos magistrados que ocuparam cadeira na Corte, porém, **ressaltando a composição atual** à época¹¹¹. Essa exposição marcava a volta das exposições temporárias no STF, e dessa forma o museu reabriria suas portas ao público. A exposição foi inaugurada pelo ministro Gilmar Mendes. Idealizada após uma pesquisa realizada pela Biblioteca do STF, a mostra trazia também algumas curiosidades da história da Suprema Corte. A exposição era composta por painéis, arquivos de áudio, vídeo com depoimentos de cinco ministros aposentados, documentos históricos e as pastas dos Ministros, com o levantamento a respeito de cada magistrado da Corte, incluindo biografia, condecorações e entrevistas. A exposição podia ser visitada de segunda a sexta feira¹¹².

3.2.2 Exposições do Superior Tribunal de Justiça

O tribunal conta com espaços de duas exposições de longa duração, “Tribunal Federal dos Recursos” e “Espaço Memória e Ação” e exposições de curta duração no Espaço Cultural do STJ que são selecionadas mediante edital de convocação¹¹³.

| Exposição de longa Duração | |
|----------------------------|-------------------------------|
| 1990- atualmente | Tribunal Federal dos Recursos |
| 2004- atualmente | Espaço Memória e Ação |

Na exposição “Tribunal Federal dos Recursos”¹¹⁴ consta a história dos 42 anos da instituição que deu origem ao STJ, o extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR). A exposição que foi inaugurada em 1990 mostra como a justiça funcionava à época. A exposição é composta por processos, documentos, mobílias, vestimentas e fotografias¹¹⁵.

¹¹¹ <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110674&ori=1>

¹¹² <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=107066&ori=1>

¹¹³ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu>

¹¹⁴ Tudo nos leva a acreditar que essa era a exposição criada em 1990 no antigo prédio do tribunal que permaneceu até os dias atuais como uma das exposições permanentes da instituição (STJ, 2012).

¹¹⁵ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu/Exposicoes-permanentes/Tribunal-Federal-de-Recursos.aspx>

A exposição “Espaço Memória e Ação” criada em 2004 era voltada para a história do STJ (STJ, 2012). De acordo com o site do STJ, no espaço consta a história do STJ, “[...] a mostra conta como se deu o desenvolvimento da Corte a partir do trabalho de ministros e servidores que, ao longo dos últimos 30 anos, tornou o STJ uma instituição célere e acessível ao cidadão brasileiro.”¹¹⁶. A exposição é composta por painéis, documentos, objetos históricos e terminais multimídia (Idem).

Acreditamos que o Espaço Cultural do STJ exista desde 2001, pois o documento mais antigo encontrado, a Ordem de Serviço nº 2 é datado de 20 de junho de 2001, e regulamenta as mostras de artes visuais no Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 2001). Infelizmente não tivemos acesso a esse documento pois para acessá-lo é preciso *login* restrito aos ministros, magistrados convocados e servidores do STJ. Acreditamos também que houve no período de 12 de novembro a 03 de dezembro de 2004, no Espaço Cultural a exposição “Da pedra ao papel: a evolução dos suportes na escrita” conforme mostra Portaria nº 297, de 18 de outubro de 2004 (BRASIL, 2004).

O Espaço Cultural do STJ recebe propostas de exposições individuais ou coletivas de artes plásticas que são expostas no Espaço Cultural do STJ, dessa forma, de acordo com o STJ, o espaço “[...] cumpre um papel educativo e social, na medida em que promove o acesso e a divulgação de bens culturais e contribui para a formação crítica e para a reflexão do indivíduo sobre si mesmo e o mundo ao seu redor.”¹¹⁷. Em relação a temática das exposições não tem um tema específico, são analisadas apenas os seguintes quesitos conforme Edital de Processos Seletivos de Exposições Temporárias nº 1/2018¹¹⁸:

- a) Adequação do projeto ao espaço físico;
- b) Qualificação do projeto; originalidade e qualidade técnica;
- c) Expectativa de interesse do público: projeto inédito e atratividade do tema;
- d) Perspectiva de contribuição ao enriquecimento sociocultural da comunidade;
- e) Adequação a imagem institucional do Superior Tribunal de Justiça. (BRASIL, 2018, Seção V)

¹¹⁶<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu/Exposicoes-permanentes/Espaco-memoria-e-acao.aspx>

¹¹⁷ <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu/Espaco-cultural-STJ>

¹¹⁸ Encontramos documentos que remetem que o edital para realização das exposições temporárias existe desde 2011 para realização em 2012 já no Espaço Cultural do STJ (Brasil, 2011).

A seguir, o quadro com exposições temporárias desse ano.

| Exposição temporária | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------|
| 13 de março a 12 de abril de 2019 | Walter Vergniaud |
| 24 de abril a 24 de maio de 2019 | Chris Contreiras |
| 05 de junho a 10 de julho de 2019 | Marilda Alves ¹¹⁹ |
| 07 de agosto a 06 de setembro de 2019 | Pablo Manrique Abondano |
| 18 de setembro a 16 de outubro de 2019 | Mari Lasta |
| 06 de novembro até 27 de novembro de 2019 | Academia Latino-Americana de Arte |

A exposição “*Brasília, Arquitetura e Luz*” de Walter Vergniaud mostra sua paixão pela arquitetura de Brasília. A exposição é composta por 42 fotos de 2018 durante o Outubro Rosa, campanha de prevenção do câncer de mama¹²⁰.

“*Feminino*” exposição da artista Chris Contreiras tem como tema as mulheres e suas incontáveis possibilidades. Suas obras são compostas de tinta acrílica e técnicas mistas¹²¹.

“*A Parte e o Todo*” exposição de Pablo Manrique Abondano tem como temática as paisagens sobre o mundo vegetal e o mar. O autor em suas telas de acrílica usa técnicas de ilusionismo¹²².

“Do outro lado da ponte”, exposição de Mari Lasta tem como temática em suas obras pontes, “pontes que escolheu para atravessar nos Estados do Brasil e em Países estrangeiros”¹²³.

¹¹⁹ Única artista que não foi possível recuperar informações sobre a exposição no site do STJ ou em qualquer outra plataforma.

¹²⁰http://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/2019-03-14_08-25_Em-fotos-uma-visao-inusitada-da-arquitetura-de-Brasilia.aspx

¹²¹<http://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/Artista-Chris-Contreiras-expoe-obras-inspiradas-no-universo-feminino.aspx>

¹²²<http://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/Espaco-Cultural-apresenta-trabalhos-de-Pablo-Manrique-a-partir-de-8-de-agosto.aspx>

¹²³ <https://aquitemdiversao.com.br/tag/mari-lasta/>

A exposição "Academia Latino-Americana de Arte" teve a curadoria de Fábio Porchat e pretendia reunir e apresentar ao público vários de talentos do Brasil e da América Latina¹²⁴.

3.2.3 Exposições do Superior Tribunal Militar

A seguir, o quadro com exposições de longa duração do STM.

| Exposição de longa duração | |
|----------------------------|----------------------------------------------------|
| 2015 | Composições da Corte |
| 2015 | Vozes da Defesa |
| 2017 | Atuação de Lusitanos na Justiça Militar Brasileira |
| 2017 | Exposição do Ernesto Geisel |

Em 2015 o Museu da Justiça Militar da União organizou a exposição “Composições da Corte” que foi uma das ações realizadas em comemoração aos 20 anos do museu. A exposição contava com fotografias das composições da corte, assim como alguns objetos do acervo histórico do Museu. Uma dessas fotos era a mais antiga do acervo, referente à década de 30¹²⁵.

Em 09 de março de 2015 o museu do STM inaugurou a exposição “Vozes da Defesa” realizada em parceria com o Instituto dos Advogados Brasileiros e a Ordem dos Advogados do Brasil cujo objetivo era o de destacar a atuação de grandes advogados brasileiros que, durante o regime militar, defenderam militares e civis na tribuna do Superior Tribunal Militar. A exposição contava com sala ambientada com elementos do Plenário do STM de sua antiga sede, no Rio de Janeiro, além de áudios de sustentações que dizem respeito a processos que compreendem o período de

¹²⁴<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Institucional/Educacao-e-cultura/Eventos/Exposicao-Academia-Latino-Americana-de-Arte.aspx>

¹²⁵<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/4178-ultimos-dias-para-visitar-a-exposicao-composicoes-da-corte-em-comemoracao-aos-20-anos-do-museu-da-jmu>

1976 a 1980 e que foram julgados com base na Lei de Segurança Nacional (DL 898/1969)¹²⁶.

A exposição “Atuação de Lusitanos na Justiça Militar Brasileira” realizada em 2017 pela Seção de Arquivo apresenta ao público documentos arquivísticos do Direito Penal Militar Brasileiro do início do século 19 que representam a evolução da Justiça Militar a partir dos representantes portugueses. A exposição contava com diplomas, livros de Atas, comendas, mapas estatísticos além de outros documentos. A vontade era a de que a exposição ajudasse a “sociedade brasileira a conhecer mais e melhor a sua história” (2017, p. 4).

A exposição “Exposição do Ernesto Geisel” ocorreu na ocasião da doação de parte do acervo do General de Exército, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar e ex-Presidente da República Ernesto Geisel. Fotografias e objetos de uso pessoal compõem o acervo. A abertura da exposição foi no dia 14 de março de 2017¹²⁷ e contou com a presença da filha do ex-Presidente, Amália Lucy Geisel doadora do acervo. De acordo com o site institucional do STM, essa exposição compõe a exposição permanente do museu¹²⁸. De acordo com o site do Exército Brasileiro sobre essa exposição, o foco das exposições do Museu da JMU é o de resgatar fatos e personagens relevantes para a Justiça Militar, criada com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil¹²⁹.

3.2.4 Exposições Tribunal Superior do Trabalho

No TST, as exposições que listaremos a seguir acontecem simultaneamente com a exposição de longa duração do memorial. No site do tribunal as exposições estão separadas em exposições no TST, exposições itinerantes e exposições virtuais, que se encaixam em exposições de curta duração.

| Exposições no TST | |
|-------------------|------------------------------------------|
| 2011 | I Mostra de Documentos Históricos do TST |

¹²⁶<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/4260-stm-abre-a-exposicao-vozes-da-defesa>

¹²⁷ Consta no site que a abertura da exposição foi em 2017 após a doação do acervo, porém, no repositório institucional INTEGRA-JMU a data de aquisição do acervo de Ernesto Geisel é de 2019. <https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/55575>

¹²⁸<https://www.stm.jus.br/gestao-da-informacao/pagina-inicial-gest-inform/memoria-da-justica-militar>

¹²⁹http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/museu-do-stm-recebe-acervo-de-ernesto-geisel

| | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2012 | Um olhar aos 71 anos da Justiça do Trabalho |
| 2013 | 70 Anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Memória dos Feitos. |
| 2014 | 60 anos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; Futebol é Trabalho; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; O Jovem e o Mundo do Trabalho, a Evolução dos Direitos do Jovem trabalhador. |
| 2015 | 100 anos do Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes; 30 anos do Coral do TST; 800 anos da Magna Carta; 27 Anos da Constituição Cidadã 1988-2015; A Justiça Vai à Aldeia - um avanço da cidadania; II Mostra da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho; 10 anos de Instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; O Valor do Trabalho Sustentável; I Mostra de Prêmios Recebidos pelo TST e CSJT. |
| 2016 | Um Mundo Sem Trabalho Infantil; Sedes do TST; 75 Anos da Justiça do Trabalho. |
| 2017 | Origem e Evolução da Justiça do Trabalho: do CNT ao TST; 100 anos de Arnaldo Süssekind; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. |

| | |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2018 | A Constituição Cidadã e a ampliação do acesso à Justiça do Trabalho; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| | |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| Exposições Itinerantes | |
| 2013 | 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Da Senzala à CLT. |
| 2015 | 800 anos da Magna Carta |

| | |
|---------------------|--------------------------------|
| Exposições Virtuais | |
| 2016 | Dia Internacional das Mulheres |

A exposição “I Mostra de Documentos Históricos do TST” realizada na Semana da Memória expunha fotos, documentos históricos e painéis sobre o órgão¹³⁰.

A exposição “Um olhar aos 71 anos da Justiça do Trabalho” foi a terceira mostra de documentos históricos do TST, que também ocorreu na Semana da Memória, e marcou o lançamento do Museu Imaginário da Justiça do Trabalho, projeto que visava o acesso aos documentos históricos, acervos de magistrados e objetos importantes para a História do TST, CSJT e dos 24 TRT's. A exposição trazia documentos históricos, objetos e fotografias que representavam a trajetória do tribunal. Outra homenagem realizada na exposição foi ao ministro falecido Geraldo Starling Soares em que foi exposto documentos componentes do acervo pessoal do ministro. A exposição foi realizada pela Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, apoiado pela Comissão de Documentação do TST e do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT) (Idem).

A exposição comemorativa “70 Anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)” retratava os direitos trabalhistas antes e depois da CLT e era composta por uma linha do tempo com os principais acontecimentos relacionados a história dos direitos trabalhistas e ao surgimento e consolidação da CLT, documentos judiciais

¹³⁰ <http://www.tst.jus.br/web/guest/exposicoes>

históricos, *banners*, vídeos, fotografias, comendas, medalha e selo comemorativos de 70 anos da CLT. Essa exposição consta no site como realizada no TST e itinerante cujo projeto visava levar para outras instituições o debate acerca da importância da CLT em âmbito nacional e regional. A exposição foi levada para a I Semana da Memória e Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT/MS), ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT/MA), ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT/SC) na inauguração novo memorial da instituição, ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT/DF), ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/PR), ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ), e a Universidade de Brasília (UnB) (Idem).

A exposição “Memória dos Feitos”, que aconteceu na Semana da Memória, foi realizada junto com a exposição “Da senzala à CLT”, do TRT da 8ª Região, e com a mostra fotográfica da exposição itinerante comemorativa dos 70 anos da CLT. A inauguração foi realizada pelo então presidente do TST, Carlos Alberto Reis de Paula. A exposição “Da senzala à CLT” entra no site do TST em exposições no TST e itinerante (Idem).

A Exposição “60 anos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho” realizada em comemoração a atuação do órgão tinha como objetivo resgatar a criação e atuação da Corregedoria-Geral. De acordo com o site da instituição, a exposição é uma forma encontrada pelo então Corregedor-Geral do TST, Ministro João Batista Brito Pereira, de homenagear os ex-Corregedores-Gerais da casa, assim como “agraciar os familiares, servidores e a sociedade com o trabalho desempenhado por eles e, igualmente, resgatar a memória e legado deixados nos anos de cumprimento de suas funções” (Idem).

A Exposição “Futebol é Trabalho” tinha como um dos temas o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Trabalho Seguro, instituído pela Resolução nº 96, do CSJT e retratava a preocupação com o número de acidentes de trabalho, principalmente nas indústrias da construção, em obras da Copa do Mundo e em grandes obras de infraestrutura do país. Outro tema abordado foi sobre a atuação da Justiça do Trabalho, em suas decisões judiciais, que envolviam trabalhadores profissionais de futebol (Idem).

A exposição “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho” foi realizada pela primeira vez em 2014 em comemoração à entrega da Ordem do Mérito Judiciário do

Trabalho instituída em 1970. O evento realizado no mês de agosto de cada ano constitui-se da entrega das comendas dos graus hierárquicos de Grão-Colar, Grã-Cruz, Grande-Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. A exposição composta por painéis, fotografias, medalhas, documentos históricos e equipamentos eletrônicos conta a trajetória dessa cerimônia. A exposição voltou a ocorrer em 2015 na “II Mostra da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho” em 2017 e em 2018, aparentemente sem diferenciações simbólicas (Idem).

A exposição “O Jovem e o Mundo do Trabalho, a Evolução dos Direitos do Jovem trabalhador” realizada na 12ª Semana de Museus retratava a evolução da legislação a partir de 1927 até os últimos avanços legislativos. Na mostra, entrevistas com os jovens aprendizes, estagiários, terceirizados e servidores eram exibidas (Idem)

A exposição em comemoração *ao centenário de nascimento do ministro Bezerra de Menezes e aos 30 Anos do Coral do TST* foram os temas das exposições da *Semana de Memória do TST*. Na abertura das exposições foi entregue uma placa comemorativa de 100 anos para Geraldo Bezerra de Menezes, filho do ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, e uma placa comemorativa de 30 anos para Carlos Ilha, maestro do Coral do TST. As exposições foram montadas com base em pesquisas nos documentos e objetos do acervo do Coral e do Ministro Geraldo Bezerra de Menezes (Idem).

A exposição “800 anos da Magna Carta” é uma homenagem aos 800 anos da Carta assinada pelo rei John da Inglaterra, conhecido como João Sem-Terra, que se tornou símbolo de liberdade e justiça. A Magna Carta foi o documento que inspirou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na exposição, o destaque era a réplica da Carta. Essa exposição consta no site do TST como realizada no TST e itinerante, porém, não consta para quais instituições ou lugares a exposição foi levada (Idem).

A exposição “27 Anos da Constituição Cidadã 1988-2015” realizada em colaboração com a Secretaria de Gestão Documental do Supremo Tribunal Federal em homenagem aos 27 anos da Constituição Federal de 1988 tinha como foco comemorar os 27 anos da Constituição fazendo um paralelo com as comemorações dos 800 anos da Magna Carta inglesa. Esse projeto também prestou homenagens, no mês dos servidores públicos, aos alunos do curso de Direito Constitucional do Trabalho (Idem).

A exposição “A Justiça Vai à Aldeia - um avanço da cidadania” realizada na 9ª Primavera dos Museus tinha por objetivo enfatizar o papel social da JT junto aos povos indígenas e divulgar a primeira audiência em uma aldeia indígena, feita pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Idem).

A exposição Comemorativa dos 10 anos de criação e instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) foi composta por documentos editados pelo CSJT, linha do tempo informativa sobre as ações do Órgão ao longo desses 10 anos, os Planejamentos Estratégicos, os prêmios recebidos e prêmios distribuídos aos seus administrados, Atas de Sessões, Regimentos Internos e Resoluções (Idem).

A exposição “O Valor do Trabalho Sustentável” fez parte da 13ª Semana Nacional de Museus e divulgava informações e ações do órgão sobre sustentabilidade. De acordo com o TST, práticas sustentáveis vinham sendo desenvolvidas e aplicadas no cotidiano das atividades laborais do Tribunal (Idem).

“I Mostra de Prêmios Recebidos pelo TST e CSJT” a exposição era composta por prêmios recebidos pelo TST e pelo CSJT, em diversas categorias e por variadas instituições como reconhecimento pelos programas desenvolvidos (Idem).

A exposição “Um Mundo Sem Trabalho Infantil” promovida pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, em parceria com o TST e retratava formas de trabalho infantil no Brasil (Idem).

A exposição “Sedes do TST” fez parte da 14ª Semana de Museus cujo objetivo era o de traçar uma linha histórica acerca dos edifícios que sediaram o Tribunal Superior do Trabalho (Idem).

A exposição “75 Anos da Justiça do Trabalho” traçava um panorama histórico da Justiça do Trabalho desde os primeiros debates sobre o trabalho no século XX até o fortalecimento da Justiça do Trabalho depois da redemocratização (Idem).

A exposição “Origem e Evolução da Justiça do Trabalho: do CNT ao TST” retratava a história do CNT, criado pelo Decreto nº 16.027/1923, até o surgimento do TST, instituído pelo Decreto-Lei nº. 9.797/1946. A exposição era composta por processos pertencentes ao fundo CNT, jornais, documentos e objetos representativos do período. Havia um espaço de leitura com cópias de revistas do CNT e livros retratando que retratavam a trajetória entre o CNT até a instituição do TST. Houve também uma oficina de restauração cujo objetivo era o de demonstrar o antes e depois

de documentos que recebiam tratamento. A oficina foi ministrada pelos profissionais do laboratório de conservação e restauração do TST (Idem).

O TST em parceria com o TRT da 1ª Região (RJ) realizou a exposição em comemoração aos “100 anos de Arnaldo Süssekind” que foi ministro do TST de 1965 a 1971 e é conhecido pelos seus feitos em relação ao Direito do Trabalho no Brasil em que teve participação inclusive na redação da CLT. A exposição foi realizada com o acervo pessoal que o TST recebeu do Instituto Ministro Arnaldo Süssekind de Direito do Trabalho (IMAS) de Süssekind (biblioteca jurídica, medalhas, fotos, togas e documentos). Esse acervo passou a integrar a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do TST (Idem).

A exposição “A Constituição Cidadã e a ampliação do acesso à Justiça do Trabalho” realizada na Semana da Memória expõe a história do Direito do Trabalho no Brasil paralelo as Constituições, as quatro promulgadas e as três outorgadas. Mostra como as questões relacionadas ao trabalho evolui nas legislações a partir do século XIX até ser até ser abordada na Constituição Federal de 1934 (Idem).

A exposição virtual em comemoração ao Dia Internacional da Mulher foi composta por imagem e vídeo que mostram as ministras dos TRT’s e texto informativo sobre o Dia Internacional da Mulher cuja data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Idem).

3.2.5 Exposições Tribunal Superior Eleitoral

No site do TSE são listadas nove exposições que têm como objetivo “explorar e aprofundar temas relacionados à história eleitoral brasileira e à memória institucional”¹³¹. Não se tem o registro das exposições mais antigas, as do Centro de Memória do TSE.

| Exposição de Longa Duração | |
|----------------------------|------------------------------------------------|
| 2009 | O Progressivo Caminhar da Democracia no Brasil |
| 2010 | Espaço da Urna |
| 2010 | Eleições em Foco |

¹³¹ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto>

| | |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 2011 | Mulheres no Brasil: Memórias de Cidadania |
| 2013 | Voto no Brasil: uma História de Exclusões e Inclusões |
| 2015 | A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945 |
| 2016 | 20 Anos da Urna Eletrônica |
| 2017 | 85 Anos do Voto Feminino no Brasil |
| 2018- atualmente | Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade ¹³² |

A exposição “O Progressivo Caminhar da Democracia no Brasil” que ficou em cartaz de 13 de outubro a 11 de dezembro de 2009 tinha como objetivo registrar três eventos da história político eleitoral do Brasil, a anistia, o fim do bipartidarismo e a eleição presidencial de 1989,

A exposição teve por objetivo registrar a efeméride de três eventos marcantes na recente história político-eleitoral pátria: a anistia, de 1979; o fim do bipartidarismo, também de 1979; e a eleição presidencial de 1989, a primeira direta desde outubro de 1960, sendo eleitos Jânio Quadros e João Goulart como Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.¹³³

A exposição “Espaço da Urna” que ficou em cartaz de 25 de agosto a 6 de dezembro de 2010 de acordo com vídeo realizado pela JE, abordava os quatro elementos da justiça eleitoral que são: as urnas, os títulos eleitorais, as cédulas e a diplomação do candidato eleito. Tinha como objetivo além de apresentar ao público as instalações do TSE, apresentar também a história das eleições no Brasil. Na exposição era possível que os visitantes participassem de jogos, brincadeiras e assistissem vídeos educativos sobre a Justiça Eleitoral. Essas atividades faziam parte do programa educativo do TSE “Eleições 2010”¹³⁴. A exposição contava com, “[...]”

¹³² De acordo com o site oficial da instituição, essa é a única exposição em cartaz, porém, ao visitar a instituição nos deparamos com a exposição de Hans Kelsen cuja análise também será realizada nos próximos tópicos.

¹³³ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes/o-progressivo-caminhar-da-democracia-no-brasil>

¹³⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=qituMt332WE>

urnas de madeira, de metal e de lona e dois modelos antigos de urna eletrônica (de 1996 e 2002), além de títulos, cédulas, diplomas, vídeos educativos e simulação de votação. ”¹³⁵.

“Eleições em Foco” a exposição que ficou em cartaz de 24 de setembro a 6 de dezembro de 2010 integrava o roteiro expositivo de visitas sobre as eleições do qual fazia parte a mostra “Espaço da Urna” e tinha como objetivo demonstrar a produção dos fazeres eleitorais. A exposição era composta por painéis com cerca de 125 imagens dos acervos dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) que ilustravam as eleições em várias regiões brasileiras¹³⁶.

“Mulheres no Brasil: Memórias de Cidadania”, exposição realizada em 2011 para integrar a 5ª Primavera de Museus tinha como objetivo “levar o visitante a refletir sobre o papel das mulheres na construção da cidadania no país” (TSE, 2011, s.p.) e abordava a importância da Mulher no processo de votar e ser votado. Algumas mulheres consideradas pioneiras foram homenageadas como Alzira Soriano, Alzira Vargas, Ana Pimentel, Caramuru, Anita Garibaldi, Antonieta de Barros, Bertha Lutz, Carlota Queiros, Celina Guimarães, Clara Camarão, Elisa Branco, Julia Alves, Quitéria, Olga Benário e Princesa Isabel¹³⁷.

“Voto no Brasil: uma História de Exclusões e Inclusões”, inaugurada em 17 de abril de 2013 e organizada em parceria com a FAAP, a exposição tinha como ênfase as pessoas, sejam elas participantes ou as excluídas do processo eleitoral desde 1532. A exposição era composta por objetos e documentos históricos relativos à história das eleições, além de reproduções de trabalhos de artistas brasileiros desde o século XVII como Aleijadinho e Anita Malfatti¹³⁸.

“A Saga da Reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945” inaugurada em 6 de agosto de 2015 narra a reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil e o processo de redemocratização pós Estado Novo. A exposição foi realizada em parceria entre o TSE e o Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). No folder e no catálogo da exposição consta que a realização foi de autoria do Museu do Voto e da FAAP (TSE/FAAP, 2015).

¹³⁵ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes/espaco-da-urna>

¹³⁶ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes/eleicoes-em-foco>

¹³⁷ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes/mulheres-no-brasil-memorias-de-cidadania>

¹³⁸ <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes-e-programas-educativos/voto-no-brasil-uma-historia-de-exclusoes-e-inclusoes>

“20 Anos da Urna Eletrônica” a exposição inaugurada em 31 de maio de 2017 tem como temática a celebração dos 20 anos da criação da urna eletrônica que ocorreu em 2016. A curadoria inspirada na previsão do Código Eleitoral de 1932 constrói uma narrativa que vai desde as experiências da máquina de Puntel e do Televoto de Raimundo da Silva passando pelos projetos-pilotos de votação eletrônica dos TER’s de Santa Catarina e de Mato Grosso, até o modelo utilizado em 2016. Com quatro núcleos temáticos, a exposição mostrava os precursores do sistema eletrônico de votação e as ações da Justiça Eleitoral que viabilizaram a criação da urna eletrônica; o surgimento da ideia de criar a urna eletrônica e como esse projeto foi desenvolvido; como se deu a primeira eleição com a urna eletrônica; e a evolução da urna eletrônica até o modelo utilizado na eleição de 2016. A curadoria foi da Secretaria de Gestão da Informação (TSE, 2017).

“85 Anos do Voto Feminino no Brasil” inaugurada em 8 de março de 2017, a exposição celebra os 85 anos da capacidade política das mulheres prevista no Código Eleitoral de 1932. A curadoria buscou memorar as mulheres que exerceram cargos eletivos no Brasil assim como os marcos em que os direitos da mulher de votar e de ser votada foram ampliados pelas legislações. A exposição foi realizada pela Secretaria de Gestão da Informação.

A exposição “Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade” inaugurada em 9 de agosto de 2018 apresenta ao público a história das eleições no Brasil, desde o período Colonial até os dias atuais, com o voto eletrônico, “Esta Exposição narra a trajetória brasileira na busca por conferir transparência e legitimidade às suas eleições, destacando os desafios enfrentados desde a Colônia até os dias atuais.” (2018, p.7). A exposição estruturada em três partes principais apresenta as diversas formas de manipular o resultado eleitoral praticadas ao longo do tempo assim como as medidas pensadas e/ou implementadas para combater as fraudes. A realização e a curadoria da exposição foram de responsabilidade da Secretaria de Gestão da Informação (STF, 2018).

3.3 ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES DE LONGA DURAÇÃO¹³⁹

Neste momento analisaremos a última exposição de longa duração de cada uma das instituições com o intuito de investigar se esses espaços acompanham os passos da Museologia Social e Nova Museologia em que os museus, assim como a Museologia, foram inseridos em discussões maiores de ordem teórica e social. Como mostramos na introdução da pesquisa, alguns eventos deram origem a documentos que influenciaram fortemente essa nova compreensão de museu e da Museologia principalmente na América Latina, em que a questão do papel social dos museus passou a fazer parte mais fortemente da discussão da área. Nessa nova e atual configuração, as exposições deveriam ser mais propositivas, ao invés de impositivas, deveriam servir à conscientização dos problemas da comunidade de que o museu serve, de levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento técnico e científico, deveriam servir ao desenvolvimento das populações, assim como de estímulo à reflexão e ao pensamento crítico, deveriam ser uma ferramenta de desenvolvimento integral da região. Ou seja, um museu realmente a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, logo, exposições que também seguissem esse fluxo. Relembramos também que teoricamente as exposições de longa duração devem estar ancoradas na missão do museu que por sua vez deve estar ancorada na missão da instituição mãe que nos casos estudados estão intrinsecamente ligados a questões da cidadania.

Portanto, para realizar a reflexão, a análise, sobre as exposições dos espaços estudados teremos como referência toda a pesquisa já realizada sobre esses espaços, mas especialmente, a experiência de visita às exposições. Ressaltamos aqui a dificuldade encontrada de conseguir obter acesso a algumas das instituições mães, e logo, a seus respectivos museus. A questão da vestimenta é um dos requisitos para se adentrar a esses espaços que acaba causando certos constrangimentos. Percebemos um despreparo em receber o público que pretende visitar o museu¹⁴⁰.

¹³⁹ Antes de realizar essa última visita de análise das exposições, entramos em contato com os responsáveis de cada instituição, primeiro por telefone e depois por e-mail, solicitando alguns documentos das exposições de longa duração abertas ao público tais como: projeto, registro, relatórios, pesquisas, listagem do que está exposto, catálogo, folder e estudo de público. Nenhuma das instituições nos deram o retorno.

¹⁴⁰ Em relação ao TSE, houve um momento ao realizar a primeira visita a instituição que nos inquietou. Após passar pela primeira identificação, que é realizada logo na entrada do estacionamento da instituição, cujo segurança apenas anota o nome do visitante manualmente em um livro e pergunta para aonde vai, me direcionei para a entrada da torre, que é onde dá acesso ao prédio. Após passar

Em alguns desses espaços não há nem mesmo pessoas para realizar uma visita guiada ou receber os visitantes.

3.3.1 Exposição de longa duração do Supremo Tribunal Federal (VER APÊNDICE II)

A visita ao STF foi um pouco mais difícil pois o STF em si não aceita público espontâneo. O grupo que almeja realizar uma visita ao Palácio, a sessão de julgamento no Plenário ou a sessão de julgamento nas Turmas deve preencher um formulário e enviar por e-mail ao Cerimonial, que é o responsável pelas visitas. De forma alguma um visitante pode fazer, qualquer uma dessas visitas, sozinho e não existe a opção de visitar apenas o museu. O prazo de resposta para o agendamento é de cinco dias úteis, só a pós a resposta de confirmação a visita é realizada.

Em específico sobre a visita ao Palácio, não é necessário o uso de traje formal, porém, não é admitido a entrada em trajes esportivos. Os horários são bem restritos, de segunda-feira à sexta-feira de 10 às 11, e segunda-feira, terça-feira e sexta-feira as 14, 15, 16 e 17 horas. Os horários são fracionados dessa forma pois as visitas duram aproximadamente uma hora e o visitante não tem a opção de se delongar mais em um espaço ou em outro, o grupo todo deve obedecer a uma programação estabelecida.

Todo esse preâmbulo foi realizado para contextualizar a nossa dificuldade em visitar o museu, pois como o intuito era de realizar uma análise sobre a exposição atual do espaço, demoraríamos um pouco mais de tempo, inclusive para tirar algumas fotos. A nossa alternativa foi entrar em contato com os responsáveis do museu para

pelo detector de metais, entreguei minha Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para a recepcionista e falei que queria ir ao museu, ao seu lado havia outra recepcionista. Com minha CNH em mãos ela me perguntou o que eu iria fazer no museu, fiquei sem resposta. Nunca alguém tinha me feito essa pergunta. Para mim, sempre foi muito lógico o que as pessoas fazem em museus, porém, quando me perguntaram não sabia o que responder pois havia muitas respostas desde contemplação, estudo, passar o tempo, encontrar alguém e por aí vai. Pensei enquanto as duas me olhavam e falei, “visitar a exposição de longa duração e conversar com o atual responsável do museu o Júnior”. Elas ligaram para o setor, ele autorizou minha entrada e só assim pude ter acesso ao prédio. Depois desse acontecimento fiquei pensando se sempre que alguém visita o museu da instituição esse questionamento é realizado, se realmente essas recepcionistas estão preparadas para receber esse tipo de público, que geralmente é o público espontâneo, pois o público escolar não realiza esse tipo de identificação, e se a minha resposta não deveria ter sido menos técnica em relação a adjetivação à exposição. Outro questionamento que me ocorreu foi que se eu, por um acaso, não soubesse responder o que faria no museu, minha entrada seria autorizada? É um hábito ir a museus quando visitam outras cidades, e uma questão de status também. Esse passeio turístico historicamente é relacionado à erudição. E algumas pessoas simplesmente vão, sem motivos estabelecidos.

autorizarem a nossa entrada no espaço. A nossa visita foi agendada e esse mesmo responsável nos recebeu e nos acompanhou.

Na exposição de longa duração da instituição existem uma série de móveis que eram pertencentes ao antigo prédio do órgão no Rio de Janeiro, todos sem etiquetas. Há também imagens do plenário do prédio antigo e projetos originais da Casa Leandro Martins realizados em aquarela que mostram os projetos do Plenário e de espaços do STF.

Existe um espaço separado que de acordo com informações dos responsáveis ficam os móveis em trânsito que são móveis que são solicitados para compor os móveis de determinados espaços no tribunal. Esses móveis levam a carga patrimonial do museu, e o museu acompanha toda essa movimentação.

Existe também uma quantidade significativa de condecorações e presentes oficiais que os ministros receberam e doaram ao museu. Algumas condecorações e presentes, poucos, foram direcionados ao STF. Dentre os presentes oficiais doados, encontramos os nomes dos ministros Gilmar Mendes, Ellen Greice, Cármen Lúcia, Cezar Peluso. Chamou-nos a atenção a quantidade de presentes de Gilmar Mendes que se sobressai a todos os outros. Em relação as condecorações, são dos ministros Francisco Rezek, Aliomar Baleeiro, Luiz Gallotti, Rafael Mayer, Thompson Flores, Cordeiro Guerra e Lafayette de Andrade. Alguns desses nomes se repetem várias vezes.

3.3.2 Exposições de longa duração do Superior Tribunal de Justiça (VER APÊNDICE III)

Como já mencionado, no STJ existem duas exposições de longa duração, Tribunal Federal dos Recursos (TFR) e Espaço Memória e Ação. Ao chegar no espaço destinado as exposições nos deparamos com a Espaço Memória e Ação, porém, por ela ser mais recente, a atravessamos e primeiro realizamos a visita na exposição Tribunal Federal dos Recursos.

Já na entrada existe um texto explicativo sobre a história do TFR que foi inaugurado em 1947 até que com a Constituição de 1988 foi extinto e criou-se o STJ. No mesmo texto é apresentada a exposição “permanente” que seria composta por mobiliários, galeria de ministros, objetos e documentos do TRF e do STJ.

Nessa exposição não conseguimos identificar uma narrativa expográfica, mas identificamos a reconstituição de dois ambientes que se referem ao plenário e ao gabinete de ministro em que dentro desses dois ambientes existem nichos menores.

Não existe um padrão em relação as informações contidas nas etiquetas dos itens da exposição e apenas em alguns, poucos, contem esse suporte. Não existem informações técnicas, mas sim a explicação do contexto em que os objetos eram utilizados, por exemplo, “BANCO DE 4 LUGARES USADO PELOS ADVOGADOS NA ANTE-SALA DA SESSÃO.” ou “MESA DE JULGAMENTO USADA NO PLENÁRIO DO TRF. AO CENTRO SETAVA-SE O PRESIDENTE DA SESSÃO. Á SUA DIREITA, O PÚBLICO E Á ESQUERDA O SECRETÁRIO DA SESSÃO.”. Percebemos que é igual ou até maior a quantidade de etiquetas “FAVOR NÃO SENTAR”, “FAVOR NÃO TOCAR”, em relação as etiquetas com informações sobre a exposição.

Percebemos uma grande quantidade de mobiliário, provavelmente do antigo TRF, e também, em bem menor quantidade, móveis cuja procedência foi de doação como do Ministro Edras da Silva Gueiros.

Existem algumas homenagens ao tribunal, assim como do tribunal a pessoas como ao ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Porém, vale ressaltar que nessa exposição a quantidade é bem inferior, em relação a quantidade encontrada nos outros espaços, com exceção apenas do Museu do Voto.

Há um nicho destinado as condecorações recebidas pelo ministro Álvaro Peçanha Martins que foi ministro do TRF de 1969 até 1982.

Um nicho muito interessante é o destinado a alguns servidores do tribunal, esse nicho nos chamou a atenção pois muda o foco dos ministros para os outros servidores. Esse nicho é composto por placa de homenagem destinado ao servidor Osilas Lopes da Silveira, carteira profissional de Manoel Barcelos que trabalhava na Subsecretaria de Serviços Gerais, foto de Diolira Lima de Oliveira servidora do Serviço Médico, foto de Francisco Marques da Silva servidor da Portaria da Garagem do Tribunal, lista com nomes dos ministros e servidores do TRF, foto de servidores em uma festa no TRF e uma carteira utilizada pelos servidores do tribunal.

Ao lado desse nicho foi reconstruído um espaço que representa como era realizada a montagem dos processos de forma manual em que inclusive tem uma mesa toda perfurada. Esse nicho também é contextualizado com algumas fotos.

Há uma série de quadros, fotografias e fotogramas dos ministros da época sendo que o do ministro Esdras da Silva Gueiros foi doado pelo próprio.

Existe um nicho que é destinado a réplica do inventário e partilha e da certidão de óbito do ex-presidente Getúlio Vargas.

Um outro é destinado ao livro de registro de obras da biblioteca do TRF de 1970. Em outro nicho compartilhado estão o certificado de registro da Biblioteca Oscar Saraiva, nome da biblioteca do TRF, no Conselho Regional de Biblioteconomia de 1977, e o livro de investigação sobre o Partido Comunista do Brasil.

E os processos, em bem menor quantidade, exatamente três, fazem parte de um mesmo nicho. Não há muitas informações sobre eles, apenas que são os primeiros documentos de Petição Habeas Corpus, Mandado de Segurança e Carta Precatória do TFR.

A exposição Espaço Memória e Ação de um lado, por meio de textos explicativos e alguns poucos objetos apresenta o STJ, o seu compromisso com a sociedade e ressalta que os programas do tribunal são voltados para ações de reponsabilidade social que busca a aproximação do Judiciário com a população. Toda a estrutura, composição e funcionamento do tribunal é apresentado. Os objetos nessa parte se referem a comendas destinadas a ministra Eliana Calmon assim como a sua caneta utilizada na posse e uma cópia da revista caras cuja reportagem era sobre a ministra, barrete doado pelo ministro Eduardo Ribeiro, beca de gala doada pelo ministro Américo Luz, certificados conferidos ao tribunal, publicações da Revista e Comissão de Jurisprudência, sumula nº 1 de 1990, e publicações do programa educativo O Despertar Vocacional Jurídico. Percebemos, portanto, mais uma vez, que o objeto não é o elemento de protagonismo nessa parte da exposição.

Do outro lado é apresentado todo o projeto e processo de criação da atual sede do STJ. Nesse espaço existem as maquetes que fizeram parte da proposta técnica das empresas quando da realização da licitação, maquete da fachada do tribunal, croqui do desenho do vitral do Tribunal Pleno e do mural do Salão de Recepções, o documento e os azulejos da prova do mural do Edifício Ministros I, carta de Oscar Niemeyer sobre a integração das obras de arte na arquitetura do tribunal, documento do processo da construção, textos explicativos de quando e como a obra começou, fotos desse processo, e a representação do documento com as considerações iniciais sobre o conjunto arquitetônico realizada por Oscar Niemeyer.

Ao meio, em nichos, há uma série de homenagens e reconhecimentos ao tribunal e a alguns ministros, matérias de jornais, poucos processos, modelos de autuações de processos utilizados até 2001, o primeiro livro de registro de visitas cujo nome é Livro de Autoridades, publicações da biblioteca do órgão, peças comemorativas, identificações para o ingresso e circulação no tribunal e a Ata de instalação do tribunal em sessão de abril de 1989. Mesmo os processos ficando preteríveis, ou seja, constituindo a minoria na exposição, nos chamou a atenção que aqui eles são mais trabalhados. Há mais informações⁴ sobre esses documentos.

No fundo tem o conjunto de móveis que pertenciam ao gabinete da presidência. A tentativa é de reconstruir um cenário. Esses móveis foram adquiridos pelo tribunal em 1997 na presidência do ministro Romildo Bueno de Souza. Sobre uma das mesas existem 6 capas de processos fechadas.

3.3.3 Exposição de longa duração do Superior Tribunal Militar (VER APÊNDICE IV)

Quando o museu do STM foi inaugurado em 1995 não havia uma organização temática ou por períodos. De acordo com os relatos, o ministro que tinha a vontade, que queria e criou o museu, escolheu alguns objetos para compor a exposição e foi com esse acervo que a primeira exposição foi montada¹⁴¹. Posteriormente houve a revitalização, em que inclusive contrataram uma museóloga, e a proposta da exposição era a de ser organizadas em nichos, que no projeto de 2005 era chamado de manchas de ocupação, por períodos (colonial, império e república). Atualmente, ainda percebemos essa divisão, porém, com algumas rupturas, por exemplo, o acervo do ministro Ernesto Geisel que deveria estar na parte da república está no império.

Percebemos que a sequência temática nos leva a entender a trajetória da Justiça Militar até aos dias atuais, em que a todo momento é exaltado alguns feitos do tribunal em cada época.

A narrativa começa desde a vinda da família Real e o alvará de 1808, que instituiu o Conselho Supremo Militar e de Justiça, passa pelo Supremo Tribunal Militar e o Superior Tribunal Militar chegando a Constituição de 1988. Essa narrativa também

¹⁴¹ Obtivemos essas informações dos responsáveis pelo museu que nos atenderam. Esses aspectos estão presentes no diagnóstico realizado pela museóloga Célia Corsino, realizado quando houve a revitalização do espaço, mas nós só pudemos ter acesso a esse material presencialmente em uma das visitas. O documento não é disponibilizado pelo órgão.

é percebida pelos objetos dispostos, mas principalmente, pelos textos explicativos. O objeto não é o elemento de protagonismo da exposição.

Percebemos a existência de diversos mobiliários que faziam parte das instituições que antecederam o STM assim como alguns do próprio STM tais como estandarte e móveis usados na sala da presidência do tribunal e no plenário, alguns desses espaços, inclusive, foram reconstituídos. A exposição é composta também por utensílios como taças, xícaras e pratos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do STM. Existem também várias peças que pertenciam as Auditorias tais como urna e relógio da 1º CJM, bibliocanto da 7º CJM, porta pena e tinteiro da 2º CJM, entre outros.

Chama atenção as diversas homenagens ao tribunal, tais como panóplias estátuas, estatuetas e flâmulas, assim como a pessoas em específico quando ocupavam algum posto no tribunal. Destacamos aqui o nome de alguns que mais se repetiram como Ernesto Geisel, Dilermando Gomes Monteiro, Max Hoertel, Meia Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha Salva, Olympio Mourão Filho, Carlos Alberto Marques Soares e Flávio Flores Bierrenbach. A maioria desse acervo pessoal foi doado pelos próprios ministros ou por suas famílias. Vale ressaltar que a família de Ernesto Geisel doou o acervo pessoal do ministro e em 2017 houve uma exposição com o seu acervo. Uma pequena parte desse acervo compõe a exposição atual de longa duração do museu. Outro acervo também doado a instituição em que alguns itens, porém com bem menos quantidade comparado com o do Ernesto Geisel, estão em exposição é o do ministro Carlos Alberto Marques Soares.

Observamos em exposição troféus, como o troféu de participação do coro do STM, assim como uma série de medalhas e selos da Ordem do Mérito Judiciário Militar (OMJM) que é dado a cada ministro do tribunal e também a instituições e pessoas, civis e militares, que julgam merecer esse reconhecimento.

Há um nicho destinado ao conjunto de processos do Tribunal de Segurança Nacional de 1936 sobre a tentativa de instalação do comunismo no Brasil. Esse conjunto não faz parte do acervo do museu, mas sim do arquivo da instituição. Esse conjunto está exposto por ter recebido um prêmio da UNESCO¹⁴² tendo como base o valor do documento de interesse nacional.

Outro nicho é destinado a apresentação de Athos Bulcão, assim como de três azulejos de sua autoria.

¹⁴² Prêmio do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Um nicho que nos chamou atenção foi o nicho destinado aos processos de dois militares brasileiros da Segunda Guerra Mundial que foram condenados por estupro e assassinatos. Chamou a atenção pois foi nesse momento da narrativa construída que notamos o tribunal exercendo o seu papel de julgar os crimes militares.

Portanto, observamos uma grande quantidade de móveis dos prédios e instituições que antecederam o atual STM. Observamos também uma grande quantidade de homenagens ao órgão e à alguns ministros e, um número expressivo de doações das CMJ's e dos próprios ministros do tribunal. Já a atuação do tribunal na sociedade não é expressiva na narrativa expográfica.

3.3.4 Exposição de longa duração do Tribunal Superior do Trabalho (VER APÊNDICE V)

No Memorial Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, existem vitrines na parte externa da sala de exposição, assim como quatro bustos. Busto de Ruy Barbosa que foi entregue ao TST quando da sua transferência do RJ para a Capital Federal; Busto de Getúlio Vargas que foi uma doação do Ministério do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª região ao TST quando o ministro Raymundo de Sousa Moura era o presidente, essa informação consta na placa de informação do busto; Busto de Lindolfo Collor que foi uma homenagem da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Cecília dos Bandeirantes ao Collor que foi o 1ª Ministro do Trabalho e idealizador da legislação trabalhista; e o busto de Eurico Gaspar Dutra que foi doado pelo Exército Brasileiro quando o ministro Raymundo de Souza Moura era presidente do tribunal.

As vitrines externas são dedicadas a construção da nova e atual sede do TST. Composta por muitas fotos, maquete e textos, contextualiza todo o processo de construção e transferência para a nova sede. É possível ver fotos das sedes antigas do TST, da terraplanagem do terreno atual, da fixação da primeira coluna, da visita dos ministros a obra, da movimentação dos processos físicos para o novo prédio, da homenagem do TST aos operários que trabalharam na construção, da festa da comeieira realizada já na nova sede, entre outras. Uma parte é dedicada a Oscar Niemeyer em que o arquiteto é apresentado, assim com a sua atuação na criação do projeto do prédio do tribunal. Compõe a mostra fotos da reunião para assinatura do

projeto com Oscar Niemeyer, fotos da reunião de apresentação do projeto, entre outras.

Ao entrar no museu nos deparamos primeiramente com a galeria dos ministros. Começando o percurso há um nicho cujo acervo foi doado pelo ministro Ives Gandra Martins Filho. Nessa vitrine tem um quadro do ministro de madeira realizado pelo artista Shen Lee, foto da família do ministro e uma série de itens da hemeroteca de Ruth da Silva Martins, mãe de Ives Gandra. Alguns dos itens são de quando Ruth da Silva teve aula com o jurista Cesarino Júnior. Na parte inferior dessa vitrine existem correspondências trocadas entre Leandro Bezerra Monteiro, avô de Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, nome que o memorial leva, e José Martiniano de Alencar, escritor e político brasileiro.

O nicho seguinte é destinado a itens do, ou sobre, o CNT. Nesse nicho encontramos utensílios da antiga instituição, fotos dos ministros presidentes do CNT, máquina de datilografar que pertenceu a Geraldo Montedônio, livro de assentamento dos membros da Procuradoria Geral do CNT, processo mais antigo e o mais recente do CNT, assim como o processo nº 4519 de 1935 de Orozimbo Antônio que foi vítima de acidente de trem, local em que trabalhava, e teve seu braço direito amputado sem receber nenhum tipo de indenização, entre outros. Há também uma parte dedicada ao prêmio da UNESCO Memória do Mundo que foi atribuída ao TST pelo acervo do CNT.

O próximo nicho é destinado ao início do TST e à Consolidação das leis Trabalhistas (CLT). Compõe esse nicho o primeiro processo julgado no TST, capa da CLT assinada pelos juristas responsáveis por sua organização, foto de Getúlio Vargas ao ministro Arnaldo Sussekind, condecorações concedidas ao TST, assim como a Arnaldo Sussekind, homenagens ao TST, medalhas comemorativas do TST, entre outros itens. Também compõe esse nicho as constituições brasileiras e uma série de modelos de carteiras de trabalhos. Observamos que a carteira de trabalho de Orozimbo Antônio, cujo processo se encontra no nicho anterior, está aqui. Nos chamou atenção, por acharmos que destoava da proposta do nicho, o certificado de agradecimento ao ministro Ives Gandra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, assinado pelo jurista Cesarino Júnior, por seu legado na Área da Legislação Social.

Um nicho destinado a veste talares. Nesse nicho as etiquetas explicam em qual ocasião essas vestimentas eram utilizadas e por quem.

O próximo nicho, o maior de todos, é dedicado a homenagens e condecorações. Há muitos itens da Ordem do Mérito Judiciário, selos postais e medalhas de datas comemorativas como da Justiça do Trabalho do Ministério do Trabalho e do TST, entre outros, prêmios dedicados a instituição e aos ministros, fotos, entre outros. Nessa parte, percebemos nomes de alguns ministros nas honrarias e condecoração, mas principalmente nas fotos, porém, sem uma constância que chame a atenção. Compõe esse nicho, na parte inferior, todas as constituições brasileiras.

Um nicho dedicado a cerimônia realizado no STF pela revista Justiça e Cidadania em comemoração aos 70 anos da criação do TST em que foi entregue o prêmio Sancho Pança e Dom Quixote que respectivamente símbolo da fidelidade aos servidores e colaboradores do TST e símbolo da luta pela justiça.

O próximo nicho é exclusivo a Honrarias recebidas por Arnaldo Lopes Sussekind. Uma quantidade significativa.

Existe, já quase no final na narrativa expográfica, um presente dedicado ao ministro Vantuil Abdala do cacique Getúlio. Esse presente foi retribuído ao ministro do TST por ocasião da primeira audiência que ocorreu em uma tribo indígena por meio da Vara Itinerante da Justiça do Trabalho. Vantuil Abdala, à época, era o presidente em exercício.

O último nicho é dedicado aos projetos realizados pelo TST tais como Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Programa de Combate ao trabalho Infantil. Uma série de fotografias, objetos e publicações relacionados a esses eventos estão em exposição. Há uma parte dedicada à tramitação dos processos digitalizados, ou seja, o começo dos processos eletrônicos. Nesse nicho também observamos algumas fotos da reunião de construção do TST, da cerimônia da Ordem do Mérito Judiciário, assim como da audiência realizada na tribo indígena.

Dispostos no ambiente existem uma série de mobiliários que pertenceram ao CNT assim como ao TST, bandeiras e algumas placas de inauguração e transferência dos prédios e dos anexos. Fazem parte desse conjunto o quadro de uma servidora da instituição, Cida Costa, que retrata um dos discursos de Getúlio Vargas e uma escultura doada pelo ministro Almir Pazzianoto Pinto.

3.3.5 Exposições de longa duração do Tribunal Superior Eleitoral (VER APÊNDICE VI)

No TSE existem abertas ao público duas exposições, Hans Kelsen e Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade, em que respectivamente foi montada no corredor que dá acesso à sala de exposição do museu e na sala de exposição.

A exposição Hans Kelsen é uma homenagem ao próprio por sua influência na ciência do Direito. A mostra é composta por uma linha do tempo, de 1881 a 1907, respectivamente ano de seu nascimento e morte, em que é apresentada sua trajetória de vida e seus trabalhos. Uma breve biografia de seus pais, Abraham Littman Adolf Kelsen e Auguste Lowy, também foi realizada.

A linha do tempo é composta por muitos textos que são contextualizados com uma série de imagens de fotografias, de homenagens realizadas a Hans Kelsen, de documentos como boletim escolar, de suas obras, entre outros. A exposição foi realizada pela Secretaria de Gestão da Informação com o apoio da Embaixada da Áustria e as imagens expostas não fazem parte do acervo do museu. Todas as imagens que compõem a mostra são acompanhadas de suas etiquetas em que é dado o crédito década uma das imagens.

A exposição Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade apresenta a história das eleições no Brasil e suas conquistas em três momentos, Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República, sendo que esse última é subdividida em Eleições na Primeira República 1889-1930; Justiça Eleitoral na Era Vargas 1930-1945; A experiência Democrática 1945-1964; e Eleições, Cidadania e Urna Eletrônica 1985.

A exposição é repleta de textos que são contextualizados com uma série de documentos, fotografias, jornais, charges, quadros e outros vários objetos. Cada um com sua respectiva etiqueta cujas informações técnicas estavam padronizadas. Continha informações como o nome do que se referia, data e o nome do acervo faz parte. Em apenas algumas continham algumas informações extras, como por exemplo, na foto dos Senado Federal em que continha a seguinte informação “Em destaque, Tancredo Neves (à esquerda) e Ulisses Guimarães (à direita).”.

Na parte do Brasil Colônia um nicho foi destinado a reconstituição do que seria os Pelouros, assim como toda a sua contextualização. Na parte do Brasil República

foi reconstituído um cenário que representava como ocorria a fraude conhecida como “Bico de Pena” e foi construída a réplica de uma cabine indevassável, que foi o modelo de cabine de votação estabelecido para a votação de 1933. Encontramos ao longo da exposição uma série de fotografia de pessoas saindo dessas cabines como Eurico Gaspar Dutra.

Um nicho foi destinado a Monteiro da Motta Monteiro Lopes em que contava a sua luta como homem negro para ser deputado do Brasil. Monteiro Lopes conseguiu ser diplomado pela Câmara dos Deputados, graças ao apoio popular, apenas em 1909 e faleceu em 1910 sem completar seu mandato. Esse nicho é composto por foto, charges, matérias de periódicos, e capa de revista. Outro nicho, oposta ao de Monteiro Lopes e composto pelos mesmos itens, é sobre as eleições presidenciais de 1910 cujos candidatos eram o militar Hermes da Fonseca e o jurista Ruy Barbosa.

O acervo da exposição é composto por itens do próprio tribunal, como do arquivo, da biblioteca Professor Alysson Darawish Mitraud e do museu, mas também de uma série de outras instituições como Arquivo Nacional, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Piauí, do Jornal Brasil, do Senado Federal, Centro de Memória Eleitoral do TRE de São Paulo, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Nacional, Jornal do Brasil, Diários Associados, Ministério da Justiça, Senado Federal e Arquivo Público Mineiro. A maioria do acervo tridimensional como as urnas, sorteadores, disquetes, mesas e cadeiras, são do acervo do museu.

3.3.6 Inter-relacionando as exposições de longa duração

Com poucas exceções, percebemos que esses espaços apresentam ministros, mobiliários e, ocasionalmente processos. Ocasionalmente pois os processos são bem menos trabalhados nas instituições tanto em quantidade, como em relação ao aprofundamento da pesquisa. O único museu que percebemos que foge do padrão é o Museu do Voto que se desvencilha da tendência de falar de si próprio, dos seus prédios e de seus ministros, e narra a história das eleições, uma história bem maior que contemplo a sociedade no geral, conta inclusive as falhas durante todo esse processo. Porém, é unanime que essas exposições ainda esperam uma atitude passiva dos visitantes, apenas de contemplação, observação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pois bem, tendo como referência a história dos museus e da Museologia, e os questionamentos que ocorreram a partir da II Guerra Mundial que resultaram na ampliação do conceito de museu e na reflexão sobre esse campo de conhecimento, a Museologia, compreendemos que essas questões resultaram no entendimento de que os museus e a Museologia estão inseridos em discussões maiores de ordem teórica, metodológica e social. Acreditamos que não é mais possível pensar em um museu sem pensar no seu entrelace com a sociedade. Como discorremos na introdução da pesquisa, essa compreensão foi se estabelecendo após uma série de eventos que gradualmente ganharam força.

Nesse mesmo sentido, percebemos a necessidade de enfrentar os embates do campo nocional, especialmente as dificuldades inerentes ao campo da Museologia de definir os contornos da linguagem de especialidade tão bem delineados pela tese da professora Suely Cerávolo (2004). Existe um problema na área de identificar as coisas. Nós, Museólogos e profissionais de museus, chamamos tudo como se sinônimos fossem, mas nem como sinônimos, nós os enfrentamos. Essa pode ser a questão da tão falada função social do museu. Esse é um bom exemplo pois costumamos a até mesmo eleger quem realiza e quem não realiza sua função social. O que seria então essa função social? Em qual conceito devemos nos ancorar? Quais são nossos parâmetros? É necessário enfrentar uma série de termos assim como o discurso de função social dos museus, tão propalado no campo da Museologia, por que ele acaba se tornando um argumento às vezes falacioso. Olhando de várias perspectivas, sabendo que não há um conceito definido e que essa questão está no campo das normativas, apenas pelo fato de uma instituição está aberta à sociedade e conservar, pesquisar e comunicar sua coleção de qualquer valor cultural, ele pode estar exercendo sua função social (BRASIL, 2009, Art. 1º). No já referido Estatuto há apenas rápida menção a função social sendo que é um dos princípios fundamentais de um museu. Portanto, voltamos ao questionamento, que função social é essa? Ainda não há coesão sobre os conceitos que empregamos. De acordo com Cerávolo, a área ainda demanda estudos que reformulem a linguagem de especialidade e os conceitos (CERÁVALO, 2004). Portanto, consideramos que a questão teórica da Museologia ainda não se encontra resolvida.

Todos os museus escolhidos para análise, mesmo não cumprindo os protocolos da área, cumprem uma função social que é promover determinados discursos em torno da memória institucional. Portanto, podemos supor que realizam sua função social, porém, continuam realizando diferentes contextos de trabalho em que o objetivo não parece ser o de alcançar a sociedade. Na verdade, percebemos uma certa exclusão. Sobre a questão da função social dos museus, frisamos que essas questões não são totalizadas, não são blocos homogêneos. Em algumas ações museológicas os museus estudados atingem sua função social.

Em relação a exclusão percebida, essa questão pode ser exemplificada, por exemplo, quando se estabelece um tipo de roupa para frequentar ou para proibir o acesso ao espaço. A sociedade teria então que ter acesso ao mesmo tipo de roupa e nós temos consciência de que essa não é a nossa realidade. Acreditamos que esse possa ser um dos motivos para o não frequentar esses espaços. Outro exemplo para essa exclusão é quando realizam exposições de notoriedade interna. Concluimos dessa forma que esses museus ainda não conseguiram superar a barreira com o público e, talvez essa nem seja a intenção.

Qual seria então a função social de um museu cuja missão é difundir a memória do poder judiciário nesse contexto em que vivemos? No nosso entendimento, esses museus reverberam sim protocolos e discursos museológicos do início do século passado. Não que deveriam, mas aí já entraríamos em juízo de valor. Eles não apresentam nos museus um discurso da democracia de quilombola, indígenas etc., seria o ideal para cumprir a constituição, mas a grande parte das exposições desses museus e dos acervos desses museus são de acervos pessoais doados pelos próprios ministros ou por seus familiares. Bulhões (2017) considera que é natural nesses espaços que coisas, pessoas e acontecimentos sejam esquecidos, consciente ou inconscientemente, pois é necessário a realização de recortes, porém, o problema está na constante de serem esquecida sempre as mesmas vozes que se referem as minorias que são grupos discriminados e marginalizados por diversos motivos. Conforme discorremos na pesquisa, as narrativas desses espaços, com poucas exceções, têm fortemente questões vinculadas aos acervos pessoais, privados e a fabricação da imortalidade. O que se pretende é construir um passado para as instituições mães, além de um passado para a instituição é um passado das pessoas que as administraram e administram.

Nesse aspecto, questionamentos como o porquê de tais ministros, terem sido priorizados em detrimentos de outros ou de todos, devem ser realizados. E mais, em que medida esse ou esses ministros representam a nação? A ideia de que essas questões se deem por motivos “circunstanciais” como em decorrência de uma maior doação de algum ministro, não nos convence. Acreditamos que as pessoas que fazem essas escolhas, trabalham por seleção que é influenciada por uma série de fatores.

Em relação ao público, ou ao não público, observamos no ICD, derrubando a nossa hipótese de que o público maioritário fosse o público interno, que o maior público desses espaços são os estudantes do ensino superior. A fala de um dos responsáveis dos museus serve muito bem nesse quesito quando afirma que existe uma rota quase que institucionalizada dos estudantes dos cursos de Direito que ao visitarem Brasília realizam um passeio nas instituições do Poder Judiciário, logo, apenas por consequência, nos museus. Porém, esse fato do público maioritário ser de curso superior, não derruba a hipótese de que as instituições realizam ações muito mais endógenas do que exógenas, ou seja, estão muito mais voltadas para o público interno, os servidores, os ministros, etc. Queremos dizer que quase não há a preocupação com o público maioritário, e esse público vai a essas instituições por motivos outros que não incluem em propriamente visitar os museus. Percebemos isso, por exemplo, nas expografias, que parecem serem criadas muito mais para agradar aos ministros do que para realizar algum tipo de diálogo.

Dessa forma reafirmamos a ideia de Nogueira (2015) de que as atividades que esses espaços desenvolvem visam construir a uma boa imagem institucional sem a preocupação efetiva em realizar reflexões sobre o papel do museu e da instituição em que está inserido na sociedade e nem mesmo questionamentos sobre os processos de memória que se encontram ali condensados.

Na nossa concepção esse cenário se configura em uma crise em relação as instituições que lidam com a memória institucional. Principalmente se levarmos em consideração que os museus do Poder Judiciário Federal inspiraram protocolos e práticas museológicas para os órgãos do judiciário das instâncias inferiores nos estados, assim como os museus institucionais no geral. Conforme consta no capítulo um, sobre o cenário museal do Distrito Federal, no início dos anos 1980 instalou-se um grande número de museus em órgão públicos e autarquias (Ibram, 2011). Em

2015, metades dos museus do DF se enquadravam nessa tipologia estudada (NOGUEIRA, 2015).

Portanto, voltamos a um ponto fundamental que se refere ao caráter das instituições que esses museus fazem parte. Os Tribunais do Judiciário em âmbito federal teoricamente foram criados e existem para assegurar a cidadania, cada uma com as suas especificidades. Portanto, são instituições de relevante importância para a sociedade que se relacionam com o conceito de cidadania, com a perspectiva republicana. Teoricamente, esses museus deveriam valorizar, preservar a defesa primordial dessas instituições que estão diretamente relacionadas à democracia do país. Como já mencionado, não é possível nem mesmo enxergar essas instituições, os tribunais superiores, fora de atuação na sociedade, logo, os museus também não.

Percebemos, portanto, que os museus do Poder Judiciário Federal não acompanham a dinâmica institucional das instituições mães. Ou seja, enquanto a missão das instituições mães estão voltadas para o exercício da cidadania os museus possuem como missão basicamente a preservação da memória das instituições e de seus membros, e quando falam membros, estão se referindo aos ministros.

Tendo como referência Bulhões (2017), acreditamos que esses museus até poderiam impressionar o mundo, mas continuam existindo como lugares de culto a um passado congelado.

Em relação ao público desses museus, percebemos que são instituições vazias, porém, os números nos mostram uma outra coisa. Bulhões (2017) associa esse esvaziamento ao fato de os visitantes não estarem representados ali. Nós acreditamos que esse seja um dos motivos. Os museus, portanto, lançam mão de saídas rápidas e fáceis para esse esvaziamento que se referem a projetos socioeducativos. Como observamos, dentre outros projetos, existem visitas escolares, em algumas instituições, inclusive, disponibilizam ônibus. Entretanto, esse esvaziamento acontece mesmo com as superlotações esporádicas dos museus em decorrência da realização das exposições megaevento. Percebemos nas reportagens sobre as exposições que é comum nas aberturas das exposições lançamento de livros, coquetéis, homenagens, ou abertura das exposições em datas comemorativas, tudo isso com a presença da imprensa, com coquetéis e pessoas “ilustres”.

Longe de tentar criar uma noção, uma expressão como propõe Bulhões (2017), discorreremos sobre a forma com que percebemos o “pacto” realizado entre a

sociedade e os museus do Poder Judiciário, assim como os museus e os ministros, a elite dessas instituições mães. Acreditamos que as pessoas que vão ao museu, as pessoas comuns, já sabem o que vão ver, o que vão encontrar nesses espaços. Há um acordo de forma que não haja estranhamento em relação ao que as pessoas esperam de um museu. Então, dessa forma, as visitas escolares, as pessoas que frequentam museus, se acostumam com essa visualidade e, logo, a nunca se verem representados ali, de estarem representados nesses espaços. As pessoas têm uma visão de mundo, e no caso das pessoas que trabalham nos espaços estudados, é como se eles incorporassem a visão de mundo desses ministros. Há um acordo entre eles também, eles sabem aquilo que os ministros esperam que estejam dentro do museu e das narrativas expográficas. É, portanto, um acordo entre os museus e a sociedade e até mesmo entre as pessoas que trabalham nesses museus e os ministros. Talvez essas pessoas, esses colaboradores dos museus estejam apenas fazendo o que vem sendo feito a décadas, ou seja, reproduzindo. É um reforçar dessas imagens instituídas, são certas imagens que com o tempo vão sendo chanceladas. Essa questão tomou tamanha proporção que estranho seria se entrássemos nesses espaços e víssemos aquilo que não costumamos ver. Nos casos em que acontecem o que não está acordado, acontece um estranhamento, que pode até ser um estranhamento positivo, mas acontece. Foi o caso do Museu do Voto.

Até mesmo para as pessoas que já tem uma visão mais crítica sobre esses espaços, surpreenderia positivamente, é claro, se víssemos uma outra coisa que não aquelas. Provavelmente, por essas questões, ver que em um museu que não fugindo a regra, mas que tem em sua exposição um nicho dedicado aos servidores do tribunal tenha provocado tamanho êxtase, caso do museu do STJ. É um pacto que está posto na sociedade e a questão que queremos levantar é, até quando nós continuaremos reproduzindo, sustentando certos “pactos”?

Outra questão percebida é o silenciamento do campo da Museologia em relação a algumas variantes de classificação de museus. Dessa forma, é possível perceber em que medida esses museus estão presentes no campo da Museologia. Um certo silenciamento ou fabricação da desimportância que essas categorias museológicas assumem no campo dos museus e da Museologia.

Nesse aspecto, o silêncio em torno desses museus se torna a condição de produção de sentido, com um lugar “diferencial” da significação, nos termos

apresentados por Eni Orlandi (2007). Segundo suas análises, o silêncio não é o vazio, nem o sem-sentido, mas o indício de uma instância significativa. O silêncio deve ser compreendido não como uma falta, mas como um horizonte. Para tanto, sugere a importância de se refazer as tramas discursivas marcadas pela produção de sentidos que colocam em silêncio determinadas memórias e criam determinados “vazios institucionais”.

Ao sair da academia, terminar a graduação, e nos depararmos com a realidade museal percebemos que a Museologia que estudamos não é a Museologia aplicada, ainda mais se analisarmos as legislações vigentes que consideramos ser marco em relação a autonomia do campo museal. A impressão que nos dá é que os museus, as legislações e a Museologia não conversam, uma não usa a outro como fundamento e vice-versa. Ao terminarmos a graduação ávidos em aplicar todo o aprendizado adquirido nas instituições chegamos a pensar que o Estatuto tem muito mais semelhança e aplicabilidade nos museus com características mais tradicionais.

O cenário que parece existir se configura da seguinte forma, os museus continuam realizando suas funções sem se ampararem na legislação vigente e a legislação continua existindo como se não tivesse nada contraditório na área. E a Museologia continua realizando estudos e problematizando as ações aplicadas, mas sem ser consultada.

Portanto, foi com a vivência de uma graduação em Museologia baseada em um Estatuto de Museus que realizei os questionamentos iniciais que me motivou a construir e aplicar o ICD. A intenção era a de identificar como esses museus operam tendo como referência a legislação vigente. Vale ressaltar que não defendemos apenas uma Museologia, e nem desconsideramos as várias que existiram e existem, mas sim uma das formas de fazer a Museologia nesse contexto atual mencionado que é o contexto de Estatuto de Museus que se deu em decorrência do amadurecimento da área. Portanto, consideramos que o Estatuto pode não ser uma amarra, mas sim um campo de possibilidades. E mais, quando digo que o Estatuto não alcança essas instituições me refiro a questões burocráticas, gerenciais, políticas, pois o Estatuto abrange todas essas instituições, e é de caráter nacional.

Foi possível perceber que os museus estudados não se apresentam diferentes. Portanto, inferimos que, frente a realidade dos outros espaços museais do DF, os museus criados dentro de instituições cuja atividade fim não é a museal, não

desenvolvem contextos de trabalhos diferentes, mas sim diferente do que propõe a legislação, ou seja, essas instituições não possuem dinâmica de gestão tão diferente das outras unidades museais. Chegando à conclusão de que não é pelo fato dessas instituições estarem inseridas em outras instituições da administração pública que desenvolvem esse contexto de trabalho diferente, específico, e que essa prática é mais corriqueira do que o imaginado. Portanto, eles não estão adequados a determinados protocolos de leitura sobre a gestão da informação.

Em relação as normativas, nos questionamos se esses museus não têm interesse em segui-las, e quando falamos esses museus estamos nos referindo aos responsáveis pelo mesmo, ou se as próprias normativas, o Estatuto de Museus, não os abraçam, no sentido de excluírem.

Nesse sentido, outros questionamentos surgiram a respeito dessa legislação. De acordo com a apostila Política Nacional de Museus publicada em 2007 pelo MinC, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em 4 etapas. A primeira foi a elaboração de um documento inicial, básico, para ser colocado em discussão. A segunda foi a apresentação desse documento e debates públicos em Brasília e no Rio de Janeiro. A terceira foi a ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Por último, a quarta etapa foi a apresentação de um documento final, que foi a versão do documento inicial com as modificações sugeridas, realizado por uma equipe interdisciplinar composta por representantes do poder público e da sociedade civil. E como um dos resultados da PNM, foi instituído o Estatuto de Museus (MinC, 2007).

Dessa forma, o entendimento que nos leva, é a de que essa legislação, esse Estatuto, foi discutido interdisciplinarmente com representantes do poder público e da sociedade civil, logo, com os representantes dos museus. E nessa perspectiva nos indagamos se as mais diversas tipologias e variantes de classificação foram consultadas, se elas participaram dessa construção. Pela forma com que o Estatuto se configura, acreditamos que não.

E nessa perspectiva, os museus institucionais no diálogo com a Política de Museus, acabam sendo invisibilizados por não serem ditos, ou seja, a política não trata desses museus. É como se a Política fechasse os olhos para essa realidade de museus assim como fecha para outras várias tipologias.

Uma questão que nos passou, mas que foi logo refutada, foi a questão da falta de verba, pois essas instituições tem um investimento considerável. Acreditamos o que falte, na verdade, seja a vontade, o querer colocar em prática as normativas vigentes.

Outro questionamento que nos fazemos, e que acreditamos influenciar a respeito do não cumprimento da legislação, é sobre a questão das mudanças de governos que priorizam ou não o cenário cultural. Acreditamos que pelos governos que seguiram após a criação do Estatuto, não foi possível que as normativas conseguissem avançar. Esse, portanto, pode ser um dos motivos que fez com que a política não conseguisse avançar.

Tendo como referência Cury (2005) sobre a comunicação museológica em que a principal é a exposição, que é o momento em que se potencializa a relação entre homem e objeto no cenário institucionalizado e no cenário expositivo, tivemos dificuldades em realizar um levantamento homogêneo das exposições e de informações sobre elas. O intuito era o de pensarmos a trajetória memorial dessas instituições pelas exposições. Percebemos que essas instituições, tanto os museus como suas instituições mães, não têm a prática de guardar a documentação das exposições, não existe uma metodologia de documentação e nem mesmo existe uma sistematização. Atribuímos essa questão a fabricação da desimportância dada pelos segmentos ou instituições.

Como alternativa optamos por analisar a última exposição de longa duração de cada uma das instituições com o intuito de investigar se esses espaços acompanham os passos da Museologia Social e Nova Museologia, levando em consideração que teoricamente as exposições de longa duração devem estar ancoradas na missão do museu que por sua vez deve estar ancorada na missão da instituição mãe que, reiteramos que nos casos estudados estão intrinsecamente ligados a questões da cidadania.

Com uma única exceção, percebemos que esses espaços apresentam a tríade: ministros, mobiliários e processos. Sendo que os processos são bem menos trabalhados nas instituições tanto em quantidade, como em relação ao aprofundamento da pesquisa. O museu que foge do padrão é o Museu do Voto que se desvencilha da tendência de falar de si próprio, dos seus prédios e de seus ministros, e narra a história das eleições, uma história bem maior que contemplo a

sociedade no geral. Porém, é unanime que essas exposições ainda esperam uma atitude passiva dos visitantes, apenas de contemplação, observação. São exposições impositivas.

Não percebemos em nenhuma das instituições a intenção de estarem realmente a serviço da sociedade. Na verdade, parece que a sociedade não é nem mesmo esperada nesses lugares. Isso é percebido, por exemplo, no despreparo da instituição e dos colaboradores em receber os visitantes, principalmente em relação ao público espontâneo.

Portanto, pode não haver um comprometimento no que diz respeito à gestão da informação, porém, existe sim um comprometimento em relação a construção da memória institucional e no alcance da sociedade por parte dos museus. Os museus realizam sim um canal de comunicação com a sociedade, mas não conseguimos perceber a vontade em alcançá-la. Acreditamos, portanto, que ainda exista a necessidade de aproximação do Poder Judiciário com a sociedade e que os museus podem ser importantes ferramentas para essa ponte.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ANDERSON, Benedict. COMUNIDADES IMAGINADAS: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/ Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

AQUITEMDIVERSAO. Exposição Outro Lado da Ponte ... No Espaço Cultural STJ. Aqui tem diversão Post in Tag Mari Lasta. Disponível em: < <https://aquitemdiversao.com.br/tag/mari-lasta/> > Acesso em setembro de 2019

BIANCAMANO, Mary. REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL. Justiça e História Vol. 10 – n. 19 e 20, 2010.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Brasil, Câmara dos Deputados. 1824.

BRASIL. Constituição (1934). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1934.

BRASIL. Constituição (1937). CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1937.

BRASIL. Constituição (1946). CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. 1946.

BRASIL. DECRETO Nº 510 DE 22 DE JUNHO DE 1890. Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL. DECRETO Nº 848, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Organiza a justiça Federal.

BRASIL. DECRETO Nº 149, DE 18 DE JULHO DE 1893. Dá organização ao Supremo Tribunal Militar. 1893.

BRASIL. DECRETO Nº 16.027 DE 30 DE ABRIL DE 1923. Crêa o Conselho Nacional do Trabalho. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/5/1923, Página 14066(publicação original).

BRASIL. DECRETO Nº 19.433, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1930.

BRASIL. DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. Decreta o Código Eleitoral. 1932.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.237, DE 2 DE MAIO DE 1939. Da organização da Justiça do Trabalho. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, v.

4, p. 121- 137, 1939. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 maio 1939, p. 10381.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 7.586, DE 28 DE MAIO DE 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o art. 4º da Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.797, DE 9 DE SETEMBRO DE 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

BRASIL. LEI Nº 7.287 DE DEZEMBRO DE 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. 1984.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Portaria nº 1.238, de 05 de julho de 1910. Superior Tribunal de Justiça- STJ, 1990.

BRASIL. Resolução Nº 12, DE 16 DE ABRIL DE 1990. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. STJ, 1990.

BRASIL. Resolução Nº 12, DE 16 DE ABRIL DE 1990. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. STJ, 1990.

BRASIL. Resolução Nº 42 de 13 de maio de 1992. Dispões sobre a Estrutura Organizacional do Tribunal Superior Militar. STM, 1992.

BRASIL. Resolução Nº 47 de 12 de março de 1993. Aprova o Regulamento do Superior Tribunal Militar. STM, 1993.

BRASIL. Ato Nº 234/SERH.GDGCA.GP, de 9 de maio de 2000. Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, DF, n. 17, 12 maio 2000, p. 1-2.

BRASIL. Ato nº 49, DE 7 de maio de 2001. Implanta o Projeto Museu-Escola. Superior Tribunal de Justiça, STJ, 2001.

BRASIL. Ordem de Serviço nº 2, de 20 de junho de 2001. Superior Tribunal de Justiça, STJ, 2001.

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. Ato Nº 777/GP, de 15 de dezembro de 2008. Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, DF, n. 50, 19 dez. 2008, p. 7.

BRASIL. LEI N 11.904 DE 14 DE JANEIRO DE 2009. INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BRASIL. Ato Regulamentar Nº 7, De 5 Março De 2009. Altera dispositivos do Regulamento da Secretaria. Supremo Tribunal Federal, STF, 2009.

BRASIL. Portaria nº 293 de 13 DE JUNHO DE 2011. Superior Tribunal Eleitoral- TSE, 2011.

BRASIL. Portaria nº297 de 15 DE JUNHO DE 2011. Superior Tribunal Eleitoral- TSE, 2011.

BRASIL. Resolução Administrativa Nº 1.485, de 6 de dezembro de 2011. Altera a denominação da Coordenadoria de Gestão Documental para Coordenadoria de Gestão Documental e Memória; cria a Seção de Memória, Estudos e Pesquisas; e transfere para a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória a responsabilidade pela manutenção do espaço cultural denominado “Memorial do TST”. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho n. 874, 13 dez. 2011, Caderno Jurídico do Tribunal Superior do Trabalho, p. 4-5.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

BRASIL. Planejamento Estratégico STF. Diário da Justiça Eletrônico- Poder Judiciário. Nº 15/ 2017. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/intranetAGE/anexo/Missao/PortariaGP21de26.1.2017MissaoVisaoSTF.pdf>> Acesso em outubro de 2019

BRASIL. ATO REGULAMENTAR Nº 9, DE 7 DE MAIO DE 2010. Altera dispositivos do Regulamento da Secretaria. Supremo Tribunal Federal, STF, 2010.

BRASIL. Portaria nº 15 de 2017. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL- STF, 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/intranetAGE/anexo/Missao/PortariaGP21de26.1.2017MissaoVisaoSTF.pdf>> Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Edital de Processos Seletivos de Exposições Temporárias nº 1/2018. Superior Tribunal de Justiça, STJ, 2018.

BRASIL. Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Superior Tribunal de Justiça, Organizado pelo Gabinete do Ministro Diretor da Revista – Brasília : STJ, 2019.

BOURDIEU, Pierre. SOBRE O ESTADO. Cursos no Collège de France 1989-1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BULHÕES, G. C. Museus para o esquecimento: seletividade e memórias silenciadas nas performances museais. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS. Universidade Federal de Sergipe, 2007.

CARDOSO, Antônio Pessoa. A MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO DA BAHIA. Revista Online do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário. 2014. Acesso em julho de 2018.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERÁVALO, Suely. Da palavra ao termo um caminho para compreender Museologia. Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes, Brasil. 2004.

CHAGAS, Mário. Vulcão. CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 13 – 1999.

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: dois movimentos. Cadernos De Sociomuseologia nº 19, 2002.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museus: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Giberto Freyre e Darcy Ribeiro. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Declaração de Quebec. Princípios de Base de uma Nova Museologia. ICOM, 1984. Revista MUSEU Cultura Levada a Sério.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Declaração de Caracas. Tradução Maristela Braga. Museu Universitário Puccamp. ICOM, 1992. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508394/mod_resource/content/1/Declarac%C3%A7%C3%A3o%20de%20Caracas.pdf > Acesso em janeiro de 2019

CONCELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Definição: Museu. ICOM, 2015 .Disponível em < <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/#targetText=O%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20estudo%20e%20deleite.>> .>. Acesso em outubro de 2019

CORSINO, Célia. A CRIAÇÃO DE NOVOS MUSEUS EM BRASÍLIA. In Cury, Marília Xavier (Org.) Encontro de Profissionais de Museus. São Paulo/BSB MAE/USP. STJ, 2003.

COSTA, Icléia Thiesen. MEMÓRIA INSTITUCIONAL: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CURY, Marília Xavier. Exposição: concepção, montagem e avaliação. Annablume, 2005.

DIANOVSKY, Diana. Sentidos em construção no arquivo Arthur Ramos: deslocamentos, classificação, indivíduo e autoria. 2011. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Museu do STM recebe acervo de Ernesto Geisel.

Ministério da Defesa Exército Brasileiro. EB, s.d. Disponível em: < http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQl/content/museu-do-stm-recebe-acervo-de-ernesto-geisel >. Acesso em 19 de setembro de 2019

FEDERAÇÃO DE AMIGOS DE MUSEUS DO BRASIL. Levantamento Associações de Amigos de Museu do Brasil. Feambra / Ibram 2016. Disponível em: < <http://www.feambra.org/datafiles/uploads/RESULTADOS%20OBTIDOS%20.pdf> > Acesso em janeiro de 2019

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; CARRIJO, Elizângela. Lygia Martins Costa: dedicação ao mundo museal por mais de meio século. Arquivado em 22 de maio de 2015, no Wayback Machine. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Vol.1, nº1, jan/jul de 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GUARNIERE, Waldisa Russio. Museu, Um Aspecto Das Organizações Culturais Num País Em Desenvolvimento. São Paulo: FESP, 1977.

GUARNIERE, Waldisa. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro, RJ, 1990.

HEYMANN, Luciana. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. 2004.

HEYMMANN, Luciana. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museus em Números. Instituto Brasileiro de Museus- IBRAM, 2011. Vol. 1 e 2.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos. Ibram, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS Ibram/CNM. Plataforma Museusbr. Disponível em: < [http://museus.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(agent:!t,event:!t,space:!t\),filter Entity:space,map:\(center:\(lat:-15.83057216324004,lng:-47.92991638183593\),zoom:10\)\),space:\(filters:\('@verified':!f,En Estado:!\(DF\)\)\)\)](http://museus.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(agent:!t,event:!t,space:!t),filter Entity:space,map:(center:(lat:-15.83057216324004,lng:-47.92991638183593),zoom:10)),space:(filters:('@verified':!f,En Estado:!(DF))))) > Acesso em junho de 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Blog Archives: Mais dois museus da rede Ibram ganham regimento interno. Disponível em < <http://www.museus.gov.br/tag/estatuto-de-museus/> > Acesso em janeiro de 2019

JUSTIÇA ELEITORAL. Espaço da Urna mostra história das eleições no Brasil. Produção, JE, 2010. Vídeo 2:03 min.

Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=qituMt332WE> >. Acesso em 24 de setembro de 2019

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. Museus e estudos interdisciplinares- MIDAS, 2013.

MARQUES, Otacílio Guedes. Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTIN, Monique de Saint. Apresentação. In ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

Ministério da Cultura. Política nacional de museus. Organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. Ministério da Cultura. Brasília- DF: MinC, 2007.

Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília- DF: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

MOURA, Claudia Peixoto; SOUZA, Alina Oliveira de. RELAÇÕES PÚBLICAS E HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL. INICIACOM, v. 2 N. 2, 2010.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO POR MEIO DE SEU MUSEU. UnB, Brasília, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, 1993.

POLLOCK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

Relatório dos trabalhos realizados no exercício de 1977 e apresentado pelo Ministro Thompson Flores, Presidente do Supremo Tribunal Federal 1977. Acesso em agosto de 2018. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastaSTF/Curiosidades/1977.pdf> >

Relatório dos trabalhos realizados no exercício de 1978 e apresentado pelo Ministro Thompson Flores, Presidente do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1978 Ano do Sesquicentenário. Acesso em agosto de 2018. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastaSTF/Curiosidades/1977.pdf> >

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SANTOS, Myrian Sepúlveda Dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Exposição “O Supremo e o Cidadão” apresenta a trajetória da Justiça Brasileira. STJ, 2008. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=96911> >. Acesso em: setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA. Exposição comemora 120 anos da Biblioteca do Supremo. STJ, 2011. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=192279> >. Acesso em: setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA. Especial: confira imagens de peças do Museu do STF e exposições realizadas na Corte. STJ, 2011. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=170173> >. Acesso em setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Exposição no STF mostra meio século nas fotografias de Gervásio Baptista. STJ, 2018. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=84660> >. Acesso em: setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Espaço cultural: Em fotos, uma visão inusitada da arquitetura de Brasília. STJ, 2019. Disponível em < http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/2019-03-14_08-25_Em-fotos-uma-visao-inusitada-da-arquitetura-de-Brasilia.aspx >. Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Espaço cultural: Em fotos, uma visão inusitada da arquitetura de Brasília. STJ, 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Espaço Cultural apresenta trabalhos de Pablo Manrique a partir de 8 de agosto. STJ, 2019. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Espaco-Cultural-apresenta-trabalhos-de-Pablo-Manrique-a-partir-de-8-de-agosto.aspx> >. Acesso em: setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Missão, visão e valores. STJ, s.d. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores> > Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Antecedentes. STJ, s.d. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Historia/Antecedentes> > Acesso em: outubro de 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Missão, visão e valores. STJ, s.d. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores> > Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Missão, visão e valores. STJ, s.d. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Gestao-estrategica/Missao-visao-e-valores> > Acesso em janeiro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Missão. Superior Tribunal de Justiça Plano de Gestão, s.d. Disponível em: < <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/planogestao/article/download/1184/1120> > Acesso em janeiro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Museu. STJ, s.d. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Educacao-e-cultura/Museu> > Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Plano Museológico do Museu do Superior Tribunal de Justiça. STJ, 2012.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Agência de notícias: Museu da Justiça Militar da União é reinaugurado. STM, 2009. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/2187-museu-da-justica-militar-da-uniao-e-reinaugurado> > Acesso em: 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Agência de notícias: STM de portas abertas. STM, 2014. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/2121-stm-de-portas-abertas> > Acesso em 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Agência de notícias: últimos dias para visitar a exposição “Composições da Corte”, em comemoração aos 20 anos do Museu da JMU. STM, 2015. Disponível em < <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de>

[noticias/item/4178-ultimos-dias-para-visitar-a-exposicao-composicoes-da-corte-em-comemoracao-aos-20-anos-do-museu-da-jmu](#) >. Acesso em 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Agência de notícias: STM abre a exposição Vozes da Defesa. STM, 2015. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/4260-stm-abre-a-exposicao-vozes-da-defesa> >. Acesso em 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Exposição Atuação de Lusitanos na Justiça Militar Brasileira: guia de visitação. STM, Brasília, 2017.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Memória da JMU: exposição do Ernesto Geisel. STM, s.d. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/gestao-da-informacao/pagina-inicial-gest-inform/memoria-da-justica-militar> >. Acesso em 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Institucional. STM, s.d. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>> Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Memória: museu. STM, s.d. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/museu> > Acesso em 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. O STM: visite o STM. STM, s.d. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/visite-o-stm#> > Acesso em: 19 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Institucional. STM, s.d. Disponível em: < <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/institucional>> Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: STF lança exposição com retrospectiva dos 50 anos de funcionamento em Brasília (DF). STF, 2010. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=124817&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: Presidente do STF abre II Mostra de Arte da Pessoa com Deficiência. STF, 2010. Disponível em < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=162045> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: Ministro Marco Aurélio é homenageado pelos 20 anos de STF em exposição comemorativa

. STF, 2010. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=154675> > Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: Portas Abertas: visitantes encontram arte e história no STF. STF, 2011. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=170023> >. Acesso em: outubro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: Espaço Cultural abriga exposições e rende homenagens. STF, 2011. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=170029> >. Acesso em: 23 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Outubro Rosa: Supremo promove exposição para lembrar prevenção ao câncer. STF, 2014. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=278549&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Exposição mostra atuação internacional do STF. STF, 2016. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330768&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Imprensa: Presidente do STF abre exposição sobre a Magna Carta. STF, 2016. Disponível em < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=315295> >. Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. STF abre exposição de telas do artista Waldomiro de Deus. 2017. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346649&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Conheça o STF, Histórico. STF, 2018. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/textos/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico> > Acesso em outubro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Exposição no STF integra a 16ª Semana dos Museus. STF, 2018. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378279&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias e Textos: Arte, História e Justiça: programa de visitação trouxe mais de 30 mil pessoas ao STF em 2018. STF, 2019. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=401187> >. Acesso em: 21 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. STF expõe obras da mostra "Amazônia", do fotógrafo Sebastião Salgado. STF, 2018. Disponível em < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370022&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Exposição no STF mostra ilustrações feitas com caneta esferográfica. STF, 2018. Disponível em <

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=383971&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Memórias Femininas da Construção de Brasília é tema de exposição no STF. STF, 2019. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=405836&ori=1> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias e Textos: STF recebe exposição “Movimento em Repouso”, do fotógrafo alemão Thomas Kellner. STF, 2019. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=420578> >. Acesso em: 21 de setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias e Textos: STF sedia exposição de arte com peças produzidas em Brasília. STF, 2019. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=409413> >. Acesso em: 21 de setembro de 2019

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Exposições. STF, s.d. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoExposicoes> >. Acesso em setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Principal, Missão. STF, s.d. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfPlanejamentoEstrategico&pagina=missao> >. Acesso em outubro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Memória institucional. STF, s.d. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=401187> >. Acesso em: 21 de setembro de 2019

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Memória Institucional. STF, s.d. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfAcervoMuseu> > Acesso em janeiro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Notícias do TST: Memorial do TST é reinaugurado e homenageia Geraldo Montedônio, primeiro presidente da Corte. TST, 2018. Disponível em: http://tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24522523 Acesso em 29 de setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Missão, Visão e Valores. TST, s.d. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores> > Acesso em outubro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Missão, Visão e Valores. TST, s.d. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/web/gestaoestrategica/missao-visao-e-valores> > Acesso em outubro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Exposições. TST, s.d. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/web/guest/exposicoes> >. Acesso em Setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Semana da Memória - 2012 - Tema: "Um olhar aos 71 anos da Justiça do Trabalho. TST, s.d. Disponível em: < <http://www.tst.jus.br/exposicao-semana-memoria-2012> >. Acesso em setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Relato experiência: institucionalização do museu do TSE. 5º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral. Tribunal Superior Eleitoral- Secretaria de Gestão da Informação. Brasília- DF- 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Gestão Estratégica. TSE, s.d. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica> > Acesso em outubro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Mulheres no Brasil: memória de cidadania. TSE, 2011. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes/mulheres-no-brasil-memorias-de-cidadania> >. Acesso em outubro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/ FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. A saga da reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: história e cultura dos 70 anos da redemocratização no Brasil. Folder da exposição. TSE, FAAP, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/ FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. A saga da reinstalação da Justiça Eleitoral em 1945: história e cultura dos 70 anos da redemocratização no Brasil. Organizadores, TSE, FAAP. – Brasília : Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes-e-programas-educativos/eleicoes-em-foco> >. Acesso em setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Comunicação: Museu do Voto do TSE dispõe de acervo, documentos e possibilita visitas guiadas. TSE, 2016. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/museu-do-voto-do-tse-dispoe-de-acervo-documentos-e-possibilita-visitas-guiadas>> Acesso em 23 de setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Exposição [85 Anos do Voto Feminino no Brasil](#). Portfólio da exposição. TSE, Brasília, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Exposição [20 Anos da Urna Eletrônica](#). Fôlder da exposição. TSE, Brasília, 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Exposição [Eleições no Brasil: a Conquista da Transparência e da Legitimidade](#). Portfólio da exposição. TSE, Brasília, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. O TSE, eleições em foco. TSE, s.d. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/exposicoes-e-programas-educativos/eleicoes-em-foco> Acesso em 23 de setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Museu do Voto: exposições. TSE, s.d. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto>> Acesso em 24 de setembro de 2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Gestão Estratégica. TSE, s.d. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/gestao-estrategica> > Acesso em outubro de 2019

Questionário Para Levantamento de Dados dos Museus do Poder Judiciário Federal

Identificação da Unidade Museológica

Q.1 Nome: _____

Q.2 Endereço: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 3 Responsável: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.4 Situação: (1) Aberto (2) Fechado (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.5 Horário de Funcionamento: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.6 Telefone: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.7 Home Page: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Objetivos da Unidade: o museu conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe para fins de:

Q.8 Preservação (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.9 Estudo /Pesquisa (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.10 Extensão (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.11 Ensino (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.12 Contemplação (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.13 Turismo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Natureza Administrativa e Gestão

Q. 14 Data de criação: / / (2) Não sabe

Q 14.1 Data de inauguração: / / (2) Não Sabe

Q.15 Possui vínculo institucional interno: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.15.1 Se sim, qual? _____

Q.16 Possui vínculo Institucional externo: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.16.1 Se sim, qual? _____

Q.17 Possui Visão: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.17.1 (Caso afirmativo, transcreva aqui a Visão)

Q.18 Possui Missão: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.18.1 (Caso afirmativo, transcreva aqui a Missão)

Q. 19 Qual o objetivo do museu/coleção? (Perguntar apenas quando não houver Visão e Missão)

Q.20 Possui Ato de criação: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.21 Possui Estatuto Social: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.22 Possui Regimento Interno: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.23 Possui Plano Museológico: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.24 Possui Associação de Amigos: (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.25 Filiais (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.26 Seccionais (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.27 Anexos (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q. 28 Fontes de financiamento por repasse interno (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.29 Fontes de financiamento por repasse externo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.30 Fontes de financiamento por editais (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.31 Fontes de financiamento por Leis de Incentivo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.32 Fontes de financiamento por emendas parlamentares (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.33 Desenvolve atuação conjunta com unidades acadêmicas? (ex. coleção de professores que resultem em acervos para o museu) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe

Q.33.1 Se sim, quais unidades acadêmicas?

Quadro de Pessoal

Informar quantidade dos profissionais:

Q.34 Museólogo (s) _____

Q.35 Conservador (es) _____

Q.36 Técnico (s) administrativo (s) _____

Q.36.1 Analista (s) _____

Q.36.2 Cargos: _____

(3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.37 Docente _____

Q.38 Qual a Área do Docente?: _____

Q.39 Outros (1) Sim (2) Não

Q.40 Especifique os Outros: _____

Infraestrutura

Q.41 Área Expositiva (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.41.1 Metragem quadrada: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.41.2 Localização: _____ (2) Não se aplica

Q.41.3 Recursos expositivos: _____ (2) Não sabe

Q.42 Reserva Técnica (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 42.1 Metragem quadrada: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.42.2 Localização: _____ (2) Não se aplica

Q.42.3 Tipo de mobiliário: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 43 Administrativo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.43.1 Metragem quadrada: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.43.2 Localização: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 44 Área Técnica [inclui Laboratórios] (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.44.1 Metragem quadrada: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 44.2 Localização: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.44.3 Equipamentos disponíveis: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.45 Acessibilidade visual (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.46 Acessibilidade auditiva (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.47 Acessibilidade locomotora (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.48 Múltiplas deficiências (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Identificação do Acervo

Q.49 Quantitativo do acervo: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.50 Breve histórico do museu e de suas coleções:

Q.51 Acervo museológico (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.52 Acervo arquivístico (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.53 Acervo bibliográfico (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.54 Quantidade de coleções _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.55 Coleções em comodato ou custódia? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Gestão do Acervo

Documentação

- Q.56 Registro (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.57 Catalogação (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.58 Inventário periódico (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.59 Possui base de dados? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.59.1 Se sim, qual? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica
- Q.60 Há frequência na atualização da documentação? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q. 60.1 Com qual frequência? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica
- Q.61 É feita a segurança dos dados? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.61.1 Com qual frequência? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Preservação e Conservação

- Q. 62 O museu dispõe das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q. 63 Tratamento de acervos (conservação e/ou restauração) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.64 Acondicionamento (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.65 Controle climático: (1) manual (2) digital (3) Não sabe (4) Não se aplica

Segurança

O Museu ou coleção possui:

- Q.66 Vigilância eletrônica (sensores, alarmes, câmeras) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.67 Equipe de segurança (pessoal) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.68 Brigada contra incêndio/ catástrofes (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.69 Porta corta fogo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.70 Sensores de fumaça e fogo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.71 Equipamentos de extinção (sprinklers) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.72 Hidrantes (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.73 Extintores (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.74 Alarme (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q75 Rotas de fuga (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica
- Q.76 O museu (quando e se necessário) colabora com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.77 O programa e as regras de segurança do museu têm natureza confidencial? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe
(4) Não se aplica

Comunicação

Exposição

Q. 78 O museu desenvolve ações de comunicação propiciando dessa forma o acesso público? (1) Sim (2) Não
(3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 79 O museu elabora programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico? (1) Sim (2) Não
(3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.79.1 Se sim, esses programas são implantados? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 80 Há exposições de Longa duração? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.80.1 Data de inauguração: / / (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.80.2 Público anual: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 81 Há uma política para a escolha das exposições? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 81.1 Se sim, qual? _____ (2) Não sabe (4) Não se aplica

Q.82 Há exposições temporárias? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.82.1 Se sim, quantas por ano? _____ (2) Não sabe

Q 82.2 Duração: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q 82.3 Público: _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.83 Há exposições itinerantes? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.83.1 Área de abrangência (1) Nacional (2) Distrital (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q 83.2 Locais da realização da exposição (1) escolas (2) centros culturais (3) shoppings (4) Não sabe (5) Não se aplica

Q 83.3 Público _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.84 Há Recursos Museográficos (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.84.1 Se sim, assinale: (1) Painéis (2) Folders (3) catálogos (4) Audioguia (5) Informativo multilingue (6) Outros
(7) Não sabe (8) Não se aplica

AÇÕES EDUCATIVAS

Q.85 Desenvolve ações educativas? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.86 Dispõe de mediadores? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.86.1 Se sim, em quais circunstâncias? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q.87 O museu promove estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas? (1) Sim (2) Não
(3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 88 As exposições são voltadas para o público Interno (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 89. As exposições são voltadas para o público externo (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 90 É realizada a divulgação da exposição? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 91 Realiza atendimentos inclusivos a pessoas com deficiência intelectual ? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.92 Realiza atendimentos inclusivos a pessoas com deficiência visual? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.93 Realiza atendimentos inclusivos a pessoas com deficiência auditiva? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica.

Q. 94 Realiza atendimentos inclusivo a pessoas com outros tipos de necessidade? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 94.1 Quais outros? _____ (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 95 Desenvolve projetos regulares de formação de público? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 96 Desenvolve projetos regulares de arte educação para público infantil? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 97 Desenvolve projetos regulares direcionados à público de 3ª idade? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 98 Desenvolve projetos regulares direcionados a outros públicos? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 98. 1 Quais outros? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

PESQUISA

Q.99 Possui acervo bibliográfico para consulta? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.100 Possui arquivo para consulta? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.101 Possui revista especializada (publicação periódica) produzida pelo museu? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q.101.1 Se sim, quais? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 102 O museu participa, está inserido de alguma rede de memória ou rede de museus? (1) Sim (2) Não (3) Não sabe (4) Não se aplica

Q. 102.1 Se sim, qual? _____ (2) Não sabe (3) Não se aplica

Q. 103 Qual conceito/ideia de memória o museu trabalha? Qual memória pretende preservar?

Dados do entrevistado

Nome: _____

Cargo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

APÊNDICE II









APÊNDICE III



















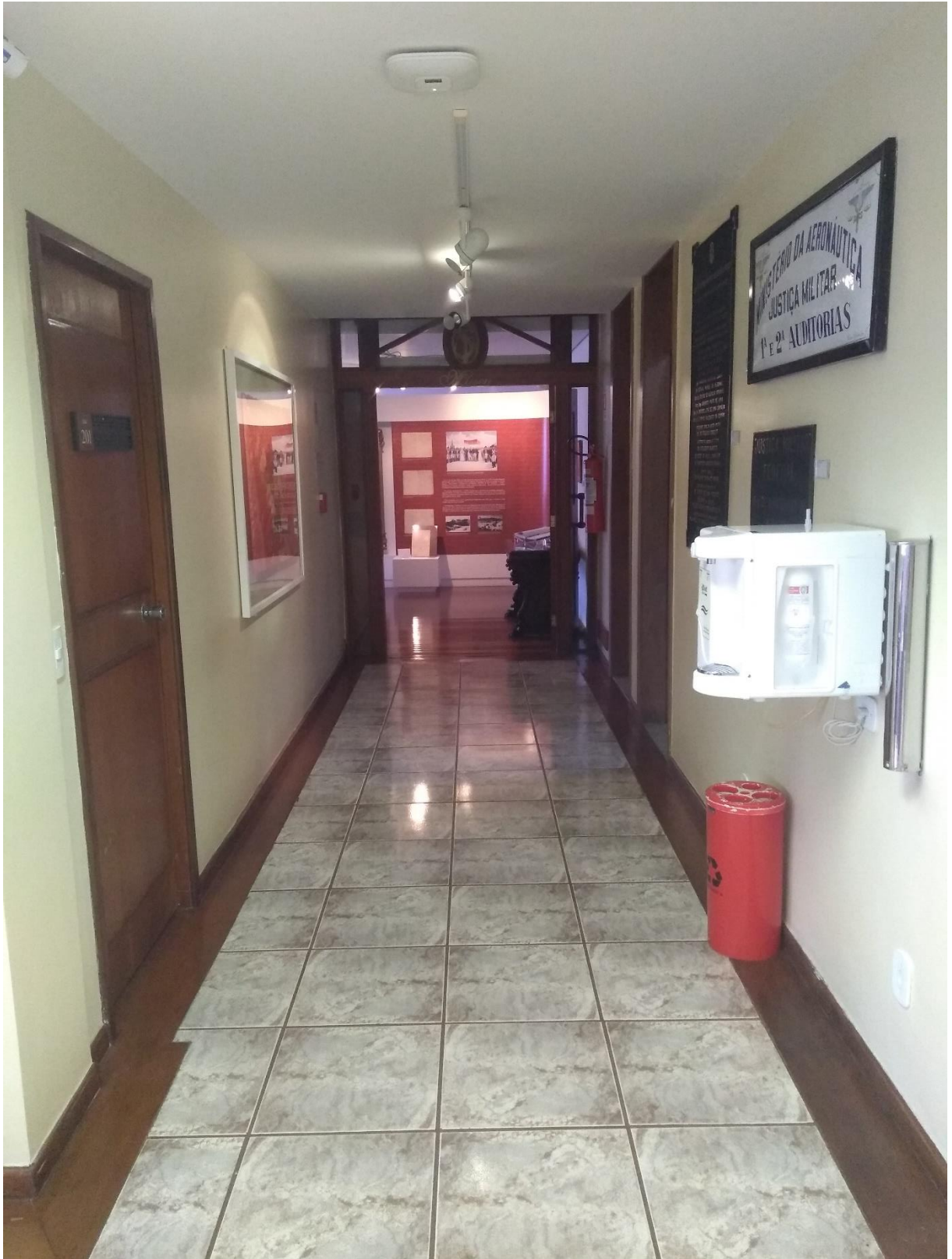






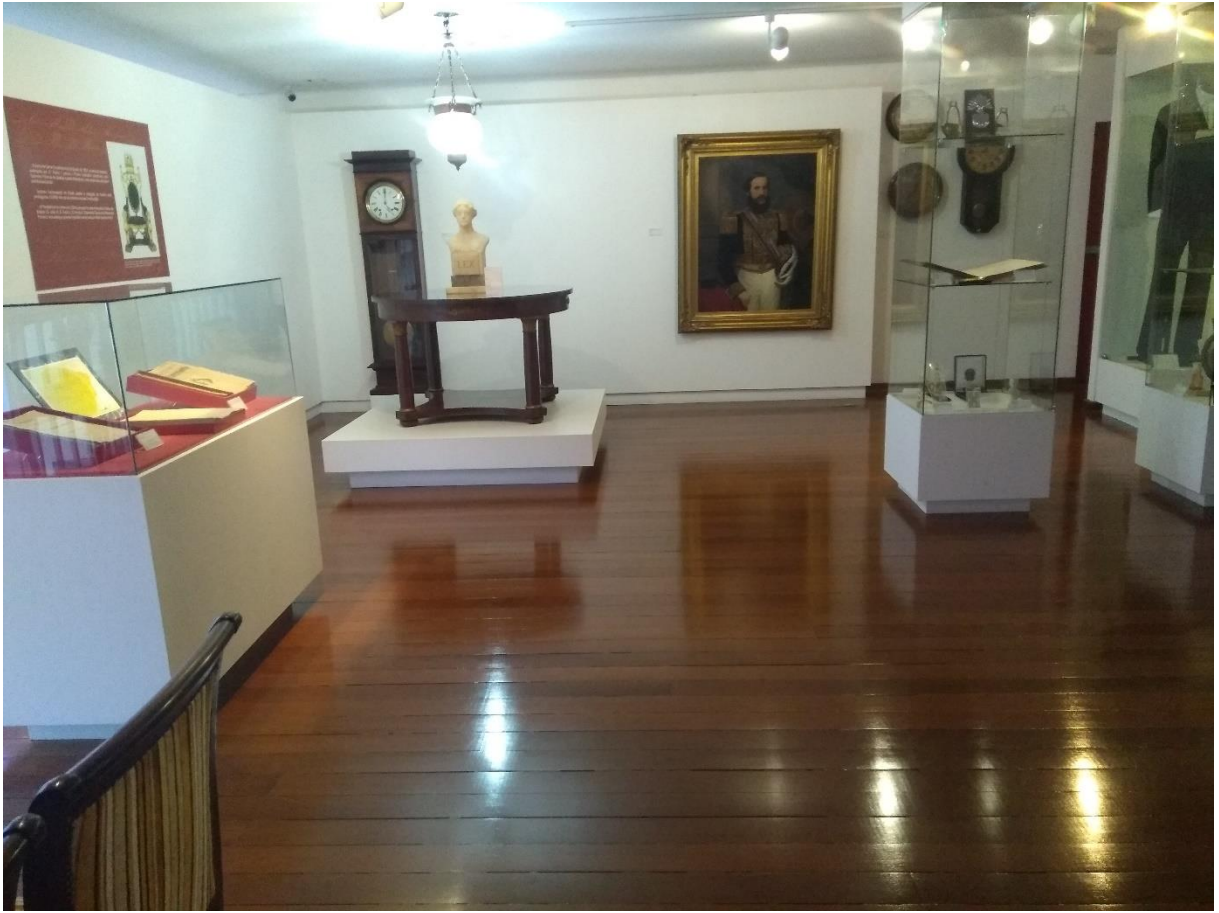


APÊNDICE IV



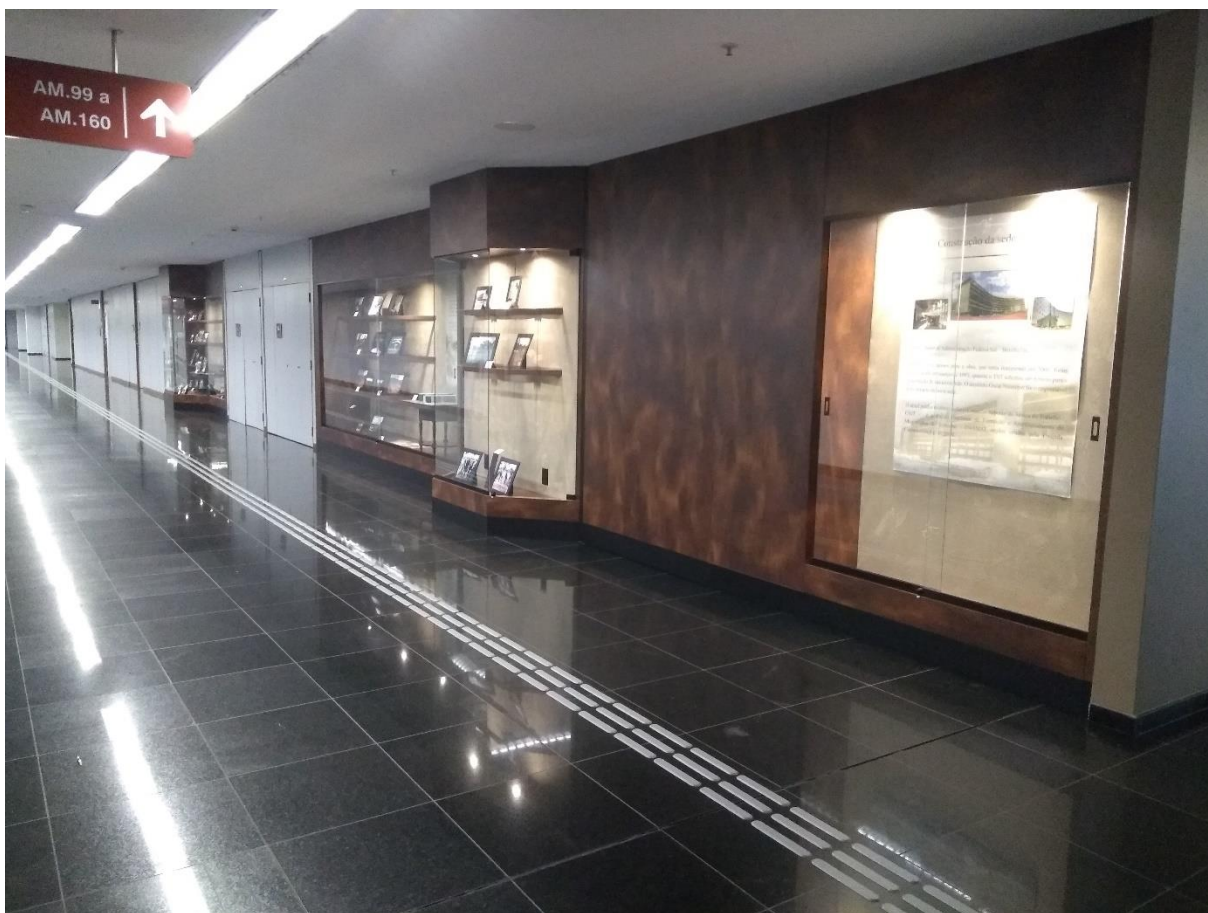








APÊNDICE V

















APÉNDICE VI



Exposição

HANS KELSEN

Com o intuito de homenagear um dos nomes mais influentes para a ciência do Direito, o Tribunal Superior Eleitoral com o apoio da Embaixada da Áustria, traz ao público a exposição *Hans Kelsen*.

A mostra apresenta tanto a biografia quanto valiosos trabalhos do austríaco, autor de diversas obras, entre elas a *Teoria Pura do Direito*, um marco na ciência jurídica.

O TSE espera que a incursão na vida e obra de Hans Kelsen desperte nos visitantes da exposição o interesse por conhecer mais sobre uma das personalidades de maior importância no mundo jurídico.

TRAJETÓRIA DE VIDA: PAI DA GALÍCIA E MÃE DA BOÊMIA

Os antepassados paternos de Hans Kelsen são da Galícia. O pai, Abraham Littman (Adolf) nasceu em 6 de junho de 1850, na pequena cidade galícia de Brody. Na virada do século XVIII para o século XIX, Brody era um dos mais significativos centros de comércio do leste do Reino. Além do comércio, destacavam-se a diversidade cultural e a tolerância esclarecida. Isso corroborou a convivência próxima e ampla entre judeus e cristãos. Brody era um dos pontos centrais da vida intelectual, econômica e religiosa dos judeus no nordeste da Monarquia. Em razão da clara orientação do comércio para o oeste, a cultura esclarecida também circulava na direção da Galícia. Brody tornou-se a capital galícia do Haskalá, tradição judaica que buscava conciliar o judaísmo com as ideias mais modernas. Assim, ao tempo de Adolf Kelsen, existia em Brody uma escola israelense, um ginásio conduzido por judeus e escolas cristãs – vizinhas umas das outras –, as quais eram frequentadas por diversos credos. Também o poder estatal era paritário: os cargos eram igualmente ocupados por judeus e cristãos. Esse foi o mundo em que Adolf Kelsen cresceu: provavelmente, ele frequentou a escola israelense, talvez algumas séries do ginásio, antes de mudar-se para Viena e, depois, para Praga, movido pelo desejo de independência. Em Brody,

nos registros fiscais, a família Kelsen identificava-se como pertencente à classe média. Seus antepassados se estabeleceram como proprietários de bares, segmento que era explorado quase que exclusivamente por judeus.

Em 1880, Adolf Kelsen casou-se com Auguste Löwy, em cerimônia judaica, no templo israelita do distrito vienense de Leopoldstadt. Nascida em 29 de dezembro de 1859, ela era originária da província boêmia de Neuhaus (Jindřichův Hradec) e cresceu em uma família de língua alemã, que viveu em uma Neuhaus sob dominação tcheca. Por isso, é bastante provável que Auguste Löwy também dominasse muito bem a língua tcheca antes de mudar-se para a casa de parentes em Viena, onde conheceu Adolf Kelsen.

Em seguida, o casal mudou-se para Praga, onde Adolf Kelsen passou a conduzir um negócio de gerenciamento de gás e de água. Poucos anos após o nascimento do filho Hans, a família retornou para Viena. Lá, até sua morte, em 1907, Adolf administrou uma fábrica de candelabros de bronze, na Goldengasse (4º Distrito). Em 1939, sua viúva, Auguste Kelsen, fugindo do nazismo, refugiou-se na Iugoslávia, onde faleceu em 1950.



Edifício da família Kelsen em Brody, Galícia, por volta de 1880.

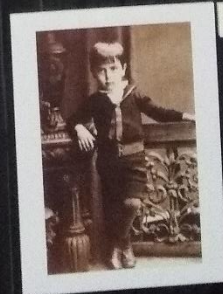
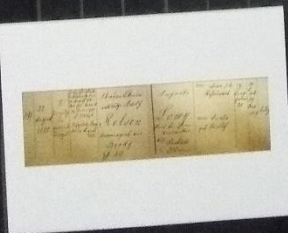


Adolf e Auguste Kelsen em 1880.



Adolf Kelsen trabalhando na fábrica de candelabros de bronze em Viena, por volta de 1900.

Cartão postal de Brody, Galícia, por volta de 1880.



Hans Kelsen criança, por volta de 1880.





UMA REASI FEDERATIVO

Com a Proclamação da República, não ocorreram grandes mudanças na estrutura social e econômica do país, mantendo a latifúndio e a grande propriedade rural, a economia baseada no café e no açúcar, e a estrutura política baseada no sistema de oligarquias. O Brasil continuou sendo um país rural e pouco desenvolvido, com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes.

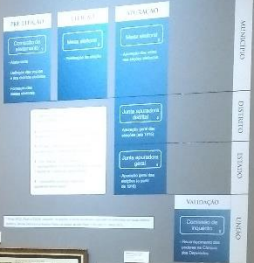
O período ficou conhecido como o de eleições fraudulentas e pouco representativas da vontade popular. Os políticos eram escolhidos por meio de acordos e negociações entre grandes proprietários e políticos locais, conhecidos como "coronelismo".

O PROCESSO ELEITORAL NA REPÚBLICA OLIGARQUICA

Nos anos iniciais da República, o voto sobre a escolha política não estava em função do processo eleitoral, mas sim do controle e do poder econômico das famílias tradicionais. Essas famílias tinham influência na escolha dos políticos locais, conhecidos como "coroneis". O sistema eleitoral era baseado no "coronelismo", onde os políticos eram escolhidos por meio de acordos e negociações entre grandes proprietários e políticos locais.

O sistema de eleições fraudulentas e pouco representativas da vontade popular continuou a ser adotado durante o período da Primeira República.

PROCESSO ELEITORAL



DESAFIOS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES NAS ELEIÇÕES DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante a Primeira República, as fraudes eleitorais eram amplamente noticiadas, contribuindo para construir uma visão negativa das eleições do período. A fraude, no entanto, era mais uma forma de disputa política, geralmente polarizada entre governistas e oposição. Além de conseguir eleitores e mais sucesso em montar as comissões de eleitores e mesas eleitorais, havia mais chances de vencer as eleições quem as fraudava com mais eficiência. As fraudes ocorriam contra as três partes envolvidas no processo: o eleitor, o voto e o candidato. Vejamos.

ELEIÇÃO
"Voto de cabresto"

- Compra de votos
- Falsificação de votos
- Voto a descoberto

VOTO
"A boca de cano"

- Mesas eleitorais fechadas
- Prometendo obediência
- Abastecendo os eleitores
- Registrando votos falsos
- Fabricando votos falsos

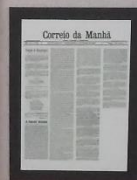
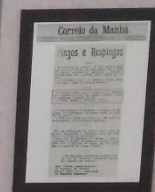
CANDIDATO
"Candado"

- Comissão de República
- Impedimento de votar
- Impedimento de votar
- Impedimento de votar
- Impedimento de votar

ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA 1889-1930

MONTEIRO LOPES: A LUTA DE UM NEGRO PARA SER DEPUTADO NO BRASIL

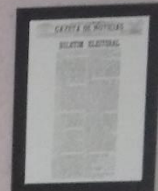
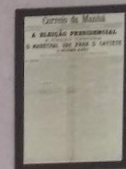
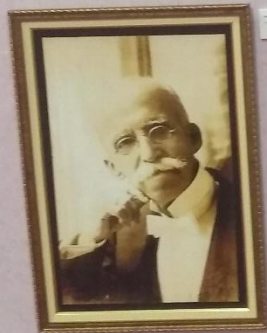
Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu em Recife/PE em dezembro de 1867. Bacharel em Direito, foi promotor público e juiz de direito em Manaus/AM em 1892. Mudou-se para o Rio de Janeiro no início do século XX. Após ter sido vítima de "degola" no pleito de 1905 (ou seja, conseguiu votos para ser eleito, mas não foi reconhecido pela Câmara), concorreu novamente ao cargo de deputado federal nas eleições de 1909. O motivo do primeiro barramento foi tão simples quanto vil – a cor de sua pele. Ao perceber que a manobra para excluí-lo seria repetida, Monteiro Lopes fez-se ouvir nos meios de comunicação e conseguiu apoio e mobilização das classes menos favorecidas do país, o que assustava as elites estabelecidas no poder. Em igual proporção ao apoio, surgiram na imprensa campanhas difamatórias sobre o candidato eleito. Em 30 de abril de 1909, a Câmara dos Deputados diplomou Monteiro Lopes muito em função do maciço apoio popular recebido. O "deputado negro", como ficou conhecido, faleceu em 13 de dezembro de 1910, sem completar o mandato.



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1910: RUY BARBOSA VERSUS HERMES DA FONSECA

Nas eleições de 1910, foi a primeira vez em que se assistiu, de fato, a uma intensa disputa para o cargo máximo do Executivo federal. O desentendimento entre as oligarquias mais poderosas do país (a paulista e a mineira) fez surgir dois candidatos com reais chances de vitória nas eleições: de um lado, o retorno à República das Espadas, com o militar Hermes da Fonseca; do outro, o famoso jurista baiano Ruy Barbosa, liderando a Campanha Civilista.

A imprensa da época passou meses repleta de notícias que apontavam, tanto de um lado quanto do outro, casos de atentados contra a vontade do eleitor e de burlas ao sistema eleitoral vigente. Várias charges foram produzidas no período, tendo mais comumente o senador baiano como alvo. O congresso acabou proclamando a vitória do militar.



PROCESSO ELEITORAL NA REPÚBLICA PRIMEIRA

Nos anos iniciais da República, a visão sobre a cidadania política não mudou em relação ao período imperial: o voto continuou a ser visto como prerrogativa de pessoas capacitadas para exercer essa função social. Assim, foram excluídos do direito de votar os analfabetos, mendigos, as mulheres, as praças de pré (militar não graduado), os menores de 21 anos e os representantes de ordens religiosas, ficando fora da participação política a grande parte da população.

A forma do alistamento, as atribuições das mesas eleitorais e a competência dos estados para legislar sobre matéria eleitoral tornaram o processo bastante descentralizado. A tabela seguinte demonstra como as forças políticas já estabelecidas controlavam o processo eleitoral no período.



VALENDIÇO

COMISSÃO DE REGISTRO

VOTO

CANDIDATO

As principais inovações do Código de 1945 foram o monopólio dos partidos políticos na apresentação das candidaturas e a exigência de que estes compusessem ter caráter nacional. Isso foi possível porque novos critérios foram estabelecidos para a organização das legendas partidárias, como o registro no TSE após a obtenção de milhares de assinaturas de eleitores, distribuído por pelo menos cinco estados. Se os candidatos se podiam registrar por intermédio de um partido político de caráter nacional, da outra parte era possível concorrer simultaneamente para mais de um cargo e em vários estados. Em 1950, novo código restringiu o alistamento ao ofício - criado em 1932 - demandando que o eleitor vestisse seu título eleitoral.

ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA 1889-1930

...sugira do vice-presidente, uma solução por consenso tornou o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da República. No dia 1º de dezembro de 1945, foi eleito Presidente da República o general Eurico Gaspar Dutra.



As principais inovações do Código de 1945 foram o monopólio dos partidos políticos na apresentação das candidaturas e a exigência de que estes compusessem ter caráter nacional. Isso foi possível porque novos critérios foram estabelecidos para a organização das legendas partidárias, como o registro no TSE após a obtenção de milhares de assinaturas de eleitores, distribuído por pelo menos cinco estados. Se os candidatos se podiam registrar por intermédio de um partido político de caráter nacional, da outra parte era possível concorrer simultaneamente para mais de um cargo e em vários estados. Em 1950, novo código restringiu o alistamento ao ofício - criado em 1932 - demandando que o eleitor vestisse seu título eleitoral.

A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA 1945-1964

